



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES - CEAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA –
PPGDH

LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CULTURA DE PAZ

“NÓS SOMOS ÁGUA”: COSMOVISÕES E PERSPECTIVAS
POLÍTICAS SOBRE A ÁGUA A PARTIR DO DIÁLOGO COM ATORES
INSTITUCIONAIS E DA SOCIEDADE CIVIL

Franklin de Paula Júnior

Brasília-DF

2021

Franklin de Paula Júnior

**“NÓS SOMOS ÁGUA”: COSMOVISÕES E PERSPECTIVAS
POLÍTICAS SOBRE A ÁGUA A PARTIR DO DIÁLOGO COM ATORES
INSTITUCIONAIS E DA SOCIEDADE CIVIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Educação em Direitos Humanos e Cultura da Paz

Orientadora: Profa. Dra. Sinara Polom Zardo

Brasília - DF

2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania - Linha de Pesquisa Educação em Direitos Humanos e Cultura de Paz.

Aprovado por:

Prof^a. Dr^a. Sinara Pollom Zardo (PPGDH/CEAM – UnB)
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Michele Tomoko Sato (PPGE – UFMT)
(Examinadora externa)

Prof^a. Dr^a. Ela Wiecko Volkmer de Castilho (PPGDH – UnB)
(Examinadora interna)

Prof^a. Dr^a. Ana Tereza Reis da Silva (PPGE – UnB)
(Examinadora suplente)

Brasília, fevereiro de 2021.

AGRADECIMENTOS

À minha filha Laura, expressão mais viva do significado do meu amor. Melhor presente e maior sentido de existência que a vida me proporcionou.

À Elis, pilar, força motriz que tensiona e refina a minha relação com o mundo, minha companheira imemorial de todas as contingências, o amor maturando na temperança, presença inestimável.

À minha mãe, Sônia, sinônimo de dignidade, exemplo de resiliência, luta e vitória. Também ao meu pai, Franklin, às irmãs Fräulein e Fanny. Especialmente, à mana Fanny, que, assim como Elis, dispuseram dos seus preciosos tempos para ler criticamente os meus escritos e dar uns toques certos para o aprimoramento do trabalho.

Aos queridos sogro José da Paz, cunhadas Beth e Laninha, sobrinhos Júlia, Léo e Inácio e demais entes queridos que orbitam no amálgama de um afeto ímpar e que contribuíram para a minha conexão mundana.

À minha orientadora, Profa. Dra. Sinara Pollom Zardo, pelo acolhimento, pelas instruções estratégicas no planejamento e no desenvolvimento da pesquisa, pelos alertas oportunos e os desafios colocados, pelo rigor na avaliação, pelo estímulo aos estudos e ao aprendizado.

À CAPES, pela bolsa de estudos e ao DPG/PROAP/CAPES pelo financiamento de minha pesquisa de campo, condições fundamentais que me permitiram desenvolver o projeto.

Às famílias da aldeia Krenak, na bacia do rio Doce, e do quilombo dos Carrapatos da Tabatinga, na bacia do rio São Francisco, pela hospitalidade com que me receberam em seus respectivos territórios e pelos diálogos memoráveis que tivemos. Agradecimento extensivo aos demais colaboradores (entrevistados/as) da pesquisa.

Ao querido colega de mestrado Elvis Pinheiro, pernambucano da gema, que assistiu solidariamente à minha qualificação no Programa, com quem depois tive a sorte de encontrar nas ladeiras de Olinda, nos ritmos do frevo e dos maracatus. Em nome dele, agradeço à calorosa 7ª Turma do PPGDH, junto da qual desfrutei de potentes aprendizagens.

Ao Prof. Dr. Irineu Tamaio (UnB/Campus de Planaltina), companheiro dos bons tempos de MMA, agradeço pelo estímulo para que eu participasse do edital do PPGDH, por entender que eu tinha perfil para o programa.

À estimada Profa. Dra. Nair Heloísa Bicalho de Sousa (PPGDH/UnB), que aceitou a minha colaboração na prática docente, na disciplina de graduação em “Direitos Humanos e Cidadania”, proporcionando-me um incremento indelével no aprendizado sobre as

humanidades e a oportunidade de apresentar reflexões sobre as questões socioambientais. Agradecimento extensivo às colaboradoras e palestrantes convidados da disciplina, assim como aos discentes e membros do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos – NEP.

À Profa. Dra. Ana Tereza Reis da Silva (PPGE/UnB), com quem cursei a importantíssima disciplina para o meu aprendizado sobre “Perspectivas Decoloniais e Interculturais em Educação”, muito especialmente por sua participação na minha banca de qualificação, aportando críticas e considerações que foram decisivas para sedimentar o rumo da minha pesquisa.

À Profa. Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho (PPGDH/UnB), também por recomendações muito importantes para a minha qualificação e ainda acompanhar a evolução do meu trabalho ao participar da minha banca de dissertação.

À Profa. Dra. Michèle Tomoko Sato (PPGE/UFMT), pelo exemplo, estímulo, confiança e afeição, assim como por aceitar compor a minha banca de dissertação.

Aos amigos João Bosco Senra, parceiro e mestre da minha trajetória de militância no campo das políticas públicas de água e meio ambiente (por meio de quem estendo o agradecimento a todas e todos que estiveram juntos nessa trajetória), e João Batista Santiago Sobrinho, por indicações de leituras e pelas memórias do aprendizado comum da luta ecossocialista, em nome de quem envio um salve àquelas e aqueles que nos acompanharam naquela experiência embrionária e inolvidável do então Núcleo de Educação Ambiental, assim como às memórias dos saudosos Abiron Octavio da Silva, Palmyos da Paixão Carneiro, Sylvio Caiafa Mendonça, Geni Maria Pereira Campos Calazans e Paulo Maurício Braga.

Ao Gil, cativante companheirinho extra-humano dos nossos afetos cotidianos.

RESUMO

Essa dissertação parte da premissa de que a água é elemento essencial e indispensável à vida e que, nesta perspectiva, o direito humano à vida pressupõe o direito humano de acesso à água (assim como pressupõe os direitos dos não humanos de acesso à água e, ainda, a própria água como sujeito de direitos). O trabalho objetivou compreender os sentidos e significados atribuídos à água pelos atores institucionais e da sociedade civil e suas concepções sobre a política de águas no Brasil. Para isso, desenvolveu um diálogo (recorrendo a entrevistas narrativas) fecundo de subsídios (ideias, reflexões, cosmologias, vestígios, conjecturas) que nutriram ainda mais reflexões, assim como a análise e elaboração teórica. A pesquisa proporcionou uma análise crítica acerca da política de águas do país, identificando elementos contraditórios que residem tanto na sua concepção como na sua implementação. Em que pese a presença de intencionalidades inovadoras relacionadas à participação social, à gestão democrática e à abordagem territorial sistêmica, defronta-se, por exemplo, com estruturas também reprodutoras de vicissitudes históricas expropriadoras de sentidos outros da água que remetem à modernidade ocidental e ao seu duplo inextrincável, a violência colonial (reproduzida pela colonialidade que atravessa nossos dias), lastreada no pensamento abissal, assim como na racionalidade instrumental indolente. A colonialidade é ainda amplificada pela dimensão capitalística e financeirizada do sistema-mundo. Nesse sentido, não é cabível conceber uma política de águas para o país como se fosse um fim em si mesmo, dissociada da realidade histórica e social, da dimensão geopolítica (sobretudo, porque o Brasil é uma potência hídrica mundial, alvo da cobiça internacional imperialista e das corporações do hidronegócio) e dos desafios climáticos e ambientais planetários. A análise das narrativas dos atores institucionais e da sociedade civil propiciou o exercício teórico (que deve também orientar a dimensão praxiológica) de resgate e recomposição de sentidos outros da água que extrapolam a arrogância reducionista da coisificação, da objetificação, assim como da água considerada apenas como recurso hídrico ou, ainda pior, como mercadoria. Neste sentido, é preciso ‘rematriar’ a sua brasilidade, forjando outras subjetividades. Isso requer outras maquinações e outras modelagens, e pressupõe a valorização e o diálogo com as cosmologias originárias, afro-ameríndias e extramodernas, corporificadas, especialmente, no modo de vida dos povos indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais brasileiras.

Palavras-chave: Política de águas, Cosmologias afro-ameríndias, Ecologia de saberes, Participação social, Educação ambiental e em direitos humanos.

ABSTRACTO

Esta disertación parte de la premisa de que el agua es un elemento esencial e indispensable para la vida y que, en esta perspectiva, el derecho humano a la vida presupone el derecho humano al acceso al agua (así como presupone los derechos de los no humanos al acceso al agua y, aún, el agua misma como sujeto de derechos). El trabajo tuvo como objetivo comprender los sentidos y significados atribuidos al agua por los actores institucionales y de la sociedad civil y sus concepciones sobre la política del agua en Brasil. Para ello, desarrolló un fructífero diálogo (mediante entrevistas narrativas) con subvenciones (ideas, reflexiones, cosmologías, vestigios, conjeturas) que alimentaron aún más reflexiones, así como el análisis y elaboración teórica. La investigación brindó un análisis crítico sobre la política hídrica del país, identificando elementos contradictorios que residen tanto en su diseño como en su implementación. A pesar de la presencia de intencionalidades innovadoras relacionadas con la participación social, la gestión democrática y el enfoque territorial sistémico, se enfrenta, por ejemplo, a estructuras que también reproducen vicisitudes históricas expropiando significados distintos al agua, que remiten a la modernidad occidental y la su doble inextricable, la violencia colonial (reproducida por la colonialidad que atraviesa nuestros días), basada en el pensamiento abismal, así como en la indolente racionalidad instrumental. La colonialidad se amplifica aún más por la dimensión capitalista y financiarizada del sistema-mundo. En este sentido, no es posible concebir una política de aguas para el país como si fuera un fin en sí mismo, dissociado de la realidad histórica y social, de la dimensión geopolítica (sobre todo, porque Brasil es una potencia hídrica mundial, blanco de la codicia internacional imperialista). y corporaciones) y el clima planetario y los desafíos ambientales. El análisis de las narrativas de los actores institucionales y de la sociedad civil condujo al ejercicio teórico (que también debe orientar la dimensión praxiológica) de rescatar y recomponer otros significados del agua que van más allá de la arrogancia reduccionista de la objetivación, de la objetivación, así como del agua considerada únicamente como recurso hídrico o, peor aún, como mercancía. En este sentido, es necesario "recrear" tu brasileño, forjando otras subjetividades. Esto requiere de otras maquinaciones y otros modelos, y presupone la valorización y el diálogo con las cosmologías originales, afroamerindias y extramodernas, encarnadas, especialmente, en la forma de vida de las comunidades indígenas, quilombolas* y tradicionales brasileñas.

Palabras clave: política del agua, cosmologías afroamerindias, ecología del conocimiento, participación social, educación ambiental y derechos humanos.

* Quilombola = descendientes de negros esclavizados que se refugiaron de la esclavitud

ABSTRACT

This dissertation starts from the premise that water is an essential and indispensable element to life and that, in this perspective, the human right to life presupposes the human right of access to water (just as it presupposes the rights of non-humans to access water and, still, water itself as a subject of rights). The work aimed to understand the senses and meanings attributed to water by the actors institutional and civil society, actors and their conceptions about water policy in Brazil. For this, it developed a fruitful dialogue (using narrative interviews) with subsidies (ideas, reflections, cosmologies, vestiges, conjectures) that developed even more reflections, as well as the analysis and theoretical elaboration. The research provided a critical analysis about the country's water policy, identifying contradictory elements that reside both in its design and in its implementation. Despite the presence of innovative intentionality related to social participation, democratic management, and the systemic territorial approach, it is faced, for example, with structures that also reproduce historical vicissitudes expropriating meanings other than water, which refer to Western modernity and the its inextricable double, colonial violence (reproduced by the coloniality that crosses our days), based on abyssal thinking, as well as indolent instrumental rationality. Coloniality is further amplified by the capitalist and financialized dimension of the world-system. In this sense, it is not possible to conceive a water policy for the country as if it were an end, dissociated from the historical and social reality, from the geopolitical dimension (above all, because Brazil is a world overflowing water power, target of imperialist international greed and corporations) and planetary climate and environmental challenges. The analysis of the narratives of institutional actors and civil society led to the theoretical exercise (which should also guide the praxiological dimension) of rescuing and recomposing other meanings of water that go beyond the reductionist arrogance of objectification, of objectification, as well as of water considered only as a water resource or, even worse, as a commodity. In this sense, it is necessary to 're-create' your Brazilianness, forging other subjectivities. This requires other machinations and other modeling, and presupposes the valorization and dialogue with the original, Afro-Amerindian, and extra-modern cosmologies, embodied, especially, in the way of life of the indigenous, quilombola* and traditional Brazilian communities.

Keywords: water policy, Afro-Amerindian cosmologies, ecology of knowledge, social participation, environmental education, and human rights.

* Quilombola = descendants of enslaved blacks who took refuge from slavery

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Visita ao Terreiro Casa Branca durante o Encontro de Salvador-BA – 2009 – Foto: Lara Montenegro

Figura 2 – Participantes indígenas no Encontro de Ouro Preto – 2013 – Foto: Franklin Jr.

Figura 3 – Número de mortos pelos conquistadores

Figura 4 – Macrotendências globais (1750 – 2000)

Figura 5 – Tuíra Kayapó ameaça com um facão o presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes – Foto: Protássio Nêne/Estadão-1989

Figura 6 – Ictiofauna do rio Doce devastada pela lama da barragem – Foto: Elvira Nascimento

Figura 7 – Imagens de satélite do povoado de Bento Rodrigues, antes (jun./2015) e após (nov./2015) a ruptura da barragem

Figura 8 – Manifestação popular em defesa da água em Correntina, Oeste da Bahia (2017) – Foto: Rosa Tunes

Figura 9 – Países mais ricos em água

Figura 10 – Fotopoema de TT Catalão

Figura 11 – Composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco

Figura 12 – Mapa mental: Crítica da Razão Indolente

Figura 13 - Selva Mãe do Rio Menina - Arte de Daiara Figueroa no Edifício Levy em Belo Horizonte-MG – 2020

Figura 14 – Tirinha do ilustrador La Cruz (2019) sobre o Cartola

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Participantes da pesquisa e data/local de realização das entrevistas

Quadro 2 – Mapa de sobreposição das Regiões Hidrográficas nacionais com a área de distribuição do bioma Cerrado

Quadro 3 – Água: gradações entre os polos

LISTA DE ABREVIATURAS

ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AL - Alagoas

ANA – Agência Nacional de Águas

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APDH – Articulação para o Monitoramento de Direitos Humanos no Brasil

APP – Área de Preservação Permanente

BA – Bahia

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIS – Banco de Regulações Internacionais

BM – Banco Mundial

BRICS – Grupo de Cooperação Econômica entre Brasil Rússia, Índia, China e África do Sul

CAB – Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional

CAP – Círculo de Aprendizagem Permanente

CBH-Doce – Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Doce

CBH-SF – Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco

CD-FNMA – Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente

CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CEFET-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CERH – Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos

CF-88 – Constituição Federal de 1988

CIA – Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos

CIC – Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata

CIPIAL – Congresso Internacional dos Povos Indígenas da América Latina

CNDH – Conselho Nacional de Direitos Humanos

CNPE – Conselho Nacional de Política Energética

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Codema – Conselho Municipal de Meio Ambiente

CODIA – Conferencia de Directores Iberoamericanos del Agua

CONÁGUAS – Conferência Nacional de Águas

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

ConfJuv – Conferência Nacional de Juventude

COVID-19 – Doença do Coronavírus (*COrona VIRus Disease*)

CPA – Controle por Programa Armazenado

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRH-DF – Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal

CTCT – Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais

CTEM – Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos

DEA – Departamento de Educação Ambiental

DF – Distrito Federal

DOJ – Departamento de Justiça dos Estados Unidos

EA – Educação Ambiental

ECO-92 – Conferência Mundial do Meio Ambiente de 1992 no Rio de Janeiro

EDH – Educação em e para os Direitos Humanos

EEU – União Econômica da Eurásia

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

EPL – Estudantes Pela Liberdade

ES – Espírito Santo

EUA – Estados Unidos da América do Norte

FAMA – Fórum Alternativo Mundial da Água

FBEA – Fórum Brasileiro de Educação Ambiental

FE – Faculdade de Educação

FHIDRO – Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais

FMA – Fórum Mundial da Água

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GIZ – Agência Alemã de Cooperação Internacional

GLO – Garantia da Lei e da Ordem

GO – Goiás

H₂O – Água (fórmula química)

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

IP – Instituição Participativa

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão

MATOPIBA – Região de fronteira agrícola entre os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MBL – Movimento Brasil Livre

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional

MG – Minas Gerais

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

MP – Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

MS – Mato Grosso do Sul

NASA – Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço

NSA – Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OBOR – Nova Rota da Seda Eurasiana (*One Belt, One Road*)

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OEA – Organização dos Estados Americanos

OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONDAS – Observatório Brasileiro pelo Direito à Água e ao Saneamento

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAD – Processo de Articulação Internacional

PE – Pernambuco

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PL – Projeto de Lei

PM – Polícia Militar

PNAB – Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente

PNPS – Política Nacional de Participação Social

PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPA – Plano Plurianual

PPGDH – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania

PR – Paraná

PR – Presidência da República

PRODECER – Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SE – Sergipe

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

Sind-UTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SRH – Secretaria de Recursos Hídricos

STF – Supremo Tribunal Federal

TEDx – Tecnologia, entretenimento e design

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei

UHE – Usina Hidrelétrica

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNPSA – Prêmio das Nações Unidas para o Serviço Público

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
1.1 Pesquisa de campo: produção de dados por meio de entrevistas narrativas	39
1.2 Imersão nos contextos histórico-sociais e territoriais para o afloramento das narrativas	42
2. TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS E DE MILITÂNCIA DOS/AS PARTICIPANTES DA PESQUISA	45
2.1 Representantes de Povos e Comunidades Tradicionais e de ONGs e/ou movimento ambientalista	45
2.1.1 Representante do povo indígena Krenak	45
2.1.2 Representante da comunidade quilombola de Tabatinga – Ocaia	48
2.1.3 Representante do movimento ambientalista – Altiva	49
2.1.4 Representante do movimento ambientalista – Rachid	51
2.2 Atores institucionais: especialistas da política de águas	55
2.2.1 Trajetória de Diana	55
2.2.2 Trajetória de Hudson	58
3 A GÊNESE DAS CISÕES ABISSAIS, DA EXPROPRIAÇÃO DOS SENTIDOS DA ÁGUA E DA FRATURA METABÓLICA DE GAIA	61
3.1. O regime moderno/colonial declara a natureza (e a água) como arqui-inimigos a serem dominados e expropriados pelo reino dos homens	61
3.2. O pensamento abissal como impossibilidade de <i>copresença</i> e a indolência da razão como dispositivo produtor de não-existência	66
3.3. A colonialidade do poder como dispositivo de guerra dos mundos (dos modernos do velho contra os extra-modernos do Novo Mundo)	67
3.4. Rastros de sofrimento e resistência histórica ao projeto moderno/colonial	72
3.5. Impasse do Antropoceno/Capitaloceno diante da fratura metabólica de Gaia	75
4 ÁGUA-VIDA versus ÁGUA-MERCADORIA: CRISE GLOBAL E O BRASIL NO EPICENTRO DA HIDROPILHAGEM	81
4.1. Tensão entre os polos: água para a vida e bem comum ou água para a expropriação colonial/capitalista	81
4.2. Uma crise global da água no meio do caminho	87
4.3. A espiral de conflitos pela água no país	89
4.4. O <i>modus operandi</i> que atualiza a colonialidade no dia a dia da modernidade	96

4.5. A subjetivação que naturaliza a hidroespoliação: de elemento vital e bem comum ao esgarçamento da ‘mercadorização’	101
4.6. Ligando os pontos: a água em meio às tensões dos blocos hegemônicos e seus efeitos cataclísmicos nas periferias do sistema-mundo	105
4.7. O Brasil no epicentro geopolítico da hidropilhagem	114
5. SENTIDOS E SIGNIFICADOS COSMOLÓGICOS-DA ÁGUA	119
5.1 “A água é o milagre da vida”: perspectivas cosmológicas dos representantes dos povos e comunidades tradicionais	124
5.2 Entremundos: agenciamentos macro e microcósmicos	131
5.3 Perspectivismo multinaturalista e analogias hidro-provocativas	137
6 – BREVES APONTAMENTOS SOBRE A POLÍTICA DE ÁGUAS DO BRASIL	140
6.1. Fundamentos da modelagem institucional	140
6.2. O desmantelamento das políticas socioambientais e o despojo da agenda de águas (da institucionalidade da PNRH)	152
6.3. O SINGREH se “esqueceu” das comunidades?	159
6.4. CNRH: mudanças tópicas e manutenção do <i>status quo</i> assimétrico ao longo do tempo	166
6.5. Cenário turbulento e desafios da gestão participativa da água	172
7. ‘REMATRIAR’ A BRASILIDADE DA ÁGUA E FORJAR OUTRAS SUBJETIVIDADES: CONFLUÊNCIAS MÍNIMAS, DISSONÂNCIAS INEXORÁVEIS E PERSPECTIVAS COSMOPOLÍTICAS	180
7.1 Guerra de mundos: conflagração entre humanos e terranos	180
7.2 A ancestralidade como futuro e o povo porvir	182
7.3 A água como metáfora da paz: cosmopercepções e proposição cosmopolítica	185
7.4 Direitos terranos da água achados nas cosmopercepções afro-ameríndias	189
7.4.1 O direito humano de acesso à água alinhavado a uma concepção crítica e intercultural dos direitos humanos	190
7.4.2 O direito de todos os viventes à água	193
7.4.3 A água como sujeito <i>terrano</i> de direitos ou os direitos <i>terranos</i> da água achados nas cosmopercepções afro-ameríndias	194
7.5 ‘Rematriar’ a brasilidade da água e forjar outras subjetividades	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
REFERÊNCIAS	215
APÊNDICES	233

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTA NARRATIVA	234
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO	236

INTRODUÇÃO

Eu sou vários. Há multidões em mim. Na mesa de minha alma sentam-se muitos, e eu sou todos eles. Há um velho, uma criança, um sábio, um tolo. Você nunca saberá com quem está sentado ou quanto tempo permanecerá com cada um de mim. Mas prometo que, se nos sentarmos à mesa, nesse ritual sagrado eu lhe entregarei ao menos um dos tantos que sou, e correrei os riscos de estarmos juntos no mesmo plano. (Friedrich Wilhelm Nietzsche, in: Gaia Ciência)

De passagem por esse “pálido ponto azul”¹, praticamente imperceptíveis em meio à incomensurável escuridão do espaço, encontramos-nos, na condição de terranos (ou aquosos, húmidos), com nossas efêmeras existências plugadas nesse mundo (um mundo de significados múltiplos, mundo de mundos, transmundo). Envoltos pela hidrosfera, integrados ao ciclo hidrológico, nossos corpos são, preponderantemente², plasmados por esse fluxo vital ancestral que também circula pela espessura corporal de todos os demais seres viventes com os quais coexistimos. Essencialmente, “somos todos água”, como me disse um expoente do pensamento indígena, uma liderança Krenak, da bacia do rio Doce (para eles o rio Doce é uma entidade familiar, o avô, o *Uatu*). Ele ainda me contou que somos um sopro, conforme lhe havia dito um outro parente, o xamã Yanomami, Davi Kopenawa,

Ele me surpreendeu uma vez falando comigo assim: ‘Krenak, a gente é só envelope da vida, um canudo, sopra’. E como ele é um Pajé que vive muitas existências, eu entendi que o que ele estava dizendo é o seguinte, que até eu que estou aqui agora falando com você, daqui a pouco não estou mais aqui, estou em outro lugar. Essa transcendência é maravilhosa, a gente pára de achar que nós estamos aqui para fazer incidência³ no mundo e passamos a perceber que nós estamos passando aqui. Passar aqui podia ser feito de uma maneira mais suave. Se tiver a benção de continuar vivo, eu quero cada vez mais sentir a vida me atravessando. (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020).

Mas a gente ocidental[izada], está acostumada a se achar demasiadamente, como se fôssemos o suprassumo do Universo, os donos do pedaço (e não partes, coexistentes). Embora

¹ Foi assim que Carl Sagan nomeou o nosso planetinha de águas, um ‘pálido ponto azul’, em fotografia tirada em fevereiro de 1990, pela sonda Voyager I, gerida pela NASA, quando esta encontrava-se próxima de Saturno: “A nave espacial estava a 6 bilhões de quilômetros da Terra, tão distante que cada pixel levava cinco horas e meia, viajando à velocidade da luz, para chegar até nós”, relatou Sagan.

² É de aproximadamente 70% o percentual de água existente no corpo de um ser humano adulto, proporção semelhante à da água presente na superfície do nosso planeta.

³ Isso não quer dizer que tanto o líder Krenak como o pajé Yanomami não façam incidência no mundo, pelo contrário, ambos são notórios pensadores e defensores dos direitos e das questões indígenas no Brasil e no mundo. Mas o enunciado, neste contexto, não deixa de ter uma conotação provocativa em relação à carga de ‘certezas’ e de prepotência que o homem branco (ou o homem moderno, ocidentalizado) geralmente exala em sua relação com o outro e com o mundo.

temporalmente efêmeros, germinam, em muitos de nós, ilusões que nos induzem à arrogância de nos portarmos como se fôssemos invulneráveis, senão eternos, e talvez até o sejamos, de algum modo, possivelmente, enquanto existência cósmica (conforme a máxima de Lavoisier, de que “nada se perde, tudo se transforma”), mas não, necessariamente, na forma biológica, humana e, menos ainda, na mesma condição espaço-temporal⁴. Ante o insondável, aquilo que escapa ao campo (ainda que momentâneo) das certezas, caberia mais humildade, mais reverência, e menos arrogância.

Em meio a esses arazoados, cabe pontuar que a minha trajetória de vida tem sido delineada tanto por escolhas remotas, que por vezes transfiguram-se no meio do caminho e até escapam das mãos (mas, ao menos, tenho as “mãos e o sentimento do mundo”⁵), e cujos fios se entrecruzam com outros filamentos do acaso e de contingências inescrutáveis desse mundo substancialmente hídrico (de águas calmas, correntes, revoltas, fugazes), que suscitam desconfortos inerentes à indeterminação existencial que nos habita. Tais enigmas também incitam atitudes, instigam a inventividade, desafiam as capacidades de resiliência, de abstração e de subversão dos sentidos mais severos para poder seguir *adelante*, pelo mar ‘agitado’⁶ da história.

O direito humano à vida pressupõe o direito humano de acesso à água

Essa mundaneidade hidroconectada nos afeta de muitas maneiras, dela brotam ondas de paixões, sonhos, inquietações, algumas das quais, inclusive, me conduziram a projetar essa pesquisa voltada para a temática da água, por meio da qual busco investigar aspectos da problemática hídrica na realidade brasileira, levando em conta as suas possíveis implicações macro, micro e cosmopolíticas. Dessa maneira, esse trabalho parte da premissa de que a água é elemento essencial e indispensável à vida e que, nesta perspectiva, o direito humano à vida

⁴ Conforme Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2014, p. 99, 100), a dificuldade dos brancos encararem a morte como “um motivo e motor fundamental da vida”, e, por conseguinte, nutrirem o desejo vão de ignorá-la, “está ligado, segundo Kopenawa, à fixação dos Brancos na relação de propriedade e na formamercadoria. Eles são ‘apaixonados’ pelas mercadorias, às quais seu pensamento permanece completamente ‘aprisionado’”. Para os autores, portanto, “A desvalorização epistêmica do sonho por parte dos Brancos iria assim de par com sua autofascinação solipsista – sua incapacidade de discernir a humanidade secreta dos existentes não-humanos – e sua avareza “fetichista” tão ridícula quanto incurável. Os Brancos, em suma, sonham com o que não tem sentido [...] só conseguimos ver reflexos e simulacros obsessantes de nós mesmos, em lugar de nos abirmos à inquietante estranheza do comércio com a infinidade de agências, ao mesmo tempo inteligíveis e radicalmente outras, que se encontram disseminadas pelo cosmos”.

⁵ Fragmentos poéticos de Carlos Drummond de Andrade extraídos do poema “Sentimento do Mundo”, publicado no livro de mesmo nome pela Companhia das Letras, 1ª edição – São Paulo, 2012.

⁶ Tal como os versos inspiradores de Maiakóvski: “*O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las, rompê-las ao meio, cortando-as, como uma quilha corta as ondas*”. Extraídos do poema “E então, que quereis”, disponível em: http://www.releituras.com/maiakovski_menu.asp.

pressupõe o direito humano de acesso à água (assim como pressupõe a própria água como ente e sujeito de direitos), numa inextrincável relação que desvela, por exemplo, o quão profundamente as questões relativas aos direitos humanos e à democracia interdependem das questões relacionadas com a água, com o equilíbrio ambiental e com a sustentabilidade.

A deterioração da água em termos quantitativos e/ou qualitativos, assim como das condições de acesso a ela e aos serviços básicos de saneamento, impacta duramente a vida de bilhões de pessoas⁷ (assim como de outros seres vivos) no mundo, que sofrem com a escassez severa. Por outra face, pode-se perceber que a afluência da água também depende da integridade do ciclo da vida, do equilíbrio e da diversidade da comunidade de vida, tal como “lobos mudam os rios”⁸, em que se criam ou restabelecem as condições para que a água complete o seu ciclo e, reciprocamente, contribua para a manutenção dos ecossistemas, incluindo nesse ‘pacote’ a própria sobrevivência humana. São ciclos nos quais (quando não interrompidos) a diversidade (da vida) e a afluência (da água) se retroalimentam.

Do mesmo modo que a água reflete o universo relacional humano (as relações dos humanos entre si, com o ambiente e com toda a extensão pulsante da teia da vida), a crise global da água reflete uma crise civilizacional de múltiplas faces (econômica, política, social, epistemológica, ontológica, ambiental, cultural, espiritual etc). Conforme descreve Vera Catalão (2004, n.p.)

Na água lançamos os nossos fétidos esgotos. Na água lançamos a química mortal dos nossos adubos e pesticidas agrícolas. E a água leva rapidamente tudo que não queremos ver refletido. [...] **Assim como um espelho d’água reflete o céu, a consciência humana reflete a ação criadora do homem no mundo. Turva a limpidez das águas, turvo o reflexo. A nossa crise atual é uma crise de consciência**

⁷ Informe Mundial de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo de los Recursos Hídricos, 2019: No dejar nadie atrás. UNESCO/ONU-Água. Disponível em: <https://www.unwater.org/publications/world-water-development-report-2019/>

⁸ Por 70 anos ausentes do Parque Nacional de Yellow Stone, nos Estados Unidos, lobos foram reintroduzidos naquele ecossistema e restabeleceram a diversidade que estava escassa naquele ambiente, desencadeando um fenômeno conhecido como “Cascata Trófica” (processo ecológico que começa no topo da cadeia alimentar e se desenvolve até o final dela): “Primeiramente, mataram alguns dos veados; [...] mais significativo do que isso, eles mudaram radicalmente o comportamento dos mesmos. Os veados começaram a evitar certas partes do Parque, lugares onde poderiam ser encurralados mais facilmente pelos lobos, principalmente vales e desfiladeiros, e imediatamente esses lugares começaram a se regenerar, pois não sofriam mais com sua presença. Em algumas áreas, a altura de árvores quintuplicou em apenas seis anos. [...] por sua vez, trouxeram castores, atraídos pelas novas árvores. E esses animais, como os lobos, também se tornaram engenheiros do ecossistema, criando nichos para outras espécies. [...] As florestas trouxeram um enorme número de pássaros canoros e aves migratórias. [...] a partir daí foi que realmente começou a ficar interessante, pois os lobos mudaram o comportamento dos rios. Os rios começaram a ter menos desvios, menos erosão, seus canais estreitaram-se, mais piscinas naturais se formaram, cascatas surgiram, todas as mudanças sendo ótimas para o habitat de vida selvagem. As águas mudaram e se adaptaram em resposta aos lobos, e a razão foi que a regeneração da floresta os estabilizou, deixando-os fixos em seus cursos”. Texto a respeito disponível neste link: <http://unisinios.br/blogs/ihu/meio-ambiente/como-lobos-podem-mudar-os-rios-editando/>. Também pode-se conhecer o fenômeno por este vídeo-documentário: <https://youtu.be/ysa5OBhXz-Q>.

e de responsabilidade diante do potencial letal do nosso projeto civilizador. Como a água representa simbolicamente o recanto inconsciente do espírito onde as memórias rejeitadas são alojadas e a origem primordial dorme esquecida, nós fizemos dela o depósito da poluição que produzimos ao longo da nossa história (grifo meu)⁹.

A gênese desta crise remonta ao marco fundacional da Modernidade Ocidental, que tem nas mazelas da colonialidade e do capitalismo (fundados na superexploração da natureza, no racismo estrutural, no patriarcalismo, no sexismo e na exploração da força de trabalho) a sua face oculta e obscura¹⁰ constitutiva, ou seja, o outro lado da moeda, que o próprio pensamento moderno historicamente negligencia, limitando e sabotando, assim, o seu prometido potencial de plenitude emancipatória.

Enquanto potência hídrica, o Brasil encontra-se no epicentro desta crise (que é inerentemente criada e gerida pelo próprio capitalismo), da qual irrompem conflitos decorrentes da ganância irrefreável das megacorporações do hidronegócio (aí incluídos, dentre outros, as multinacionais da mineração e do *agribusiness*) e de um processo de financeirização e reprimarização radical da economia, concentrando riquezas em poucas mãos e socializando as “externalidades” (os efeitos deletérios e devastadores da degradação ambiental, da expropriação de territórios de povos originários e comunidades tradicionais, da manipulação de mentes, da superexploração de corpos), desenhando um cenário pródigo de iniquidades. Abarcar toda essa problemática é um desafio por demais laborioso, mas, ao menos, tentar dialogar com ela, é também um imperativo ético da contemporaneidade que não deixo de encarar como oportunidade para apreender o significado de suas implicações em nossas vidas, sobretudo, nas vidas de populações historicamente subalternizadas e violentadas pela modernidade/colonialidade capitalística, assim como para revisitar universos trilhados e extrair substratos que anteparem a minha reflexão, buscando desvelar novos horizontes e projetar sentidos outros com algum potencial de fecundidade para o campo de pesquisa e até mesmo para a luta social.

Vivências que aguçaram reflexões e inspirações

Venho de nobres que empobreceram.

⁹ Artigo “A crise da água e a turvação do espírito”, de Vera Lessa Catalão, publicando no jornal Correio Braziliense, em 10/02/2004.

¹⁰ Conforme Walter Mignolo (2003, p. 30), “la modernidad/colonialidad son dos caras de la misma moneda, [...] la colonialidade, el lado oscuro y necesario de la modernidad [...] las ideologias de la modernidad tienen una doble cara, la cara genocida (a decir de Dussel) y la cara emancipatoria o libertadora”, de tal maneira que a colonialidade representou uma pré-condição para a modernidade nos termos em que ela se estabeleceu no sistema mundo. Ballestrin (idem, p. 101) também argumenta, com base em Quijano e Wallerstein (1992), que, “de outro lado, não poderia haver uma economia-mundo capitalista sem as Américas” (ou seja, sem a exploração colonial, sobretudo, das periferias do sistema, no caso, da América-Latina e Caribe).

*Restou-me por fortuna a soberbia.
Com esta doença de grandezas:
Hei de monumentar os insetos!*
(Cristo monumentou a Humildade quando beijou os
pés dos seus discípulos.
São Francisco monumentou as aves.
Vieira, os peixes.
Shakespeare, o Amor, A Dúvida, os tolos.
Charles Chaplin monumentou os vagabundos.)
Com esta mania de grandeza:
Hei de monumentar as pobres coisas do chão
mijadas de orvalho.
(Manoel de Barros, “Monumentar”)

Vários anos de ativismo¹¹, principalmente, na área socioambiental, de estudos e de experiências na gestão pública marcam o meu itinerário acadêmico e profissional. O percurso acadêmico transita por campos distintos. Num momento de circunstâncias particularmente adversas, e residindo no interior de Minas Gerais, ainda assim, me foi possível concluir uma graduação em Administração, nos anos 90, em uma cidade vizinha à minha. Mas o contato com as disciplinas de sociologia e filosofia, por exemplo, dentre outras motivações, aguçaram as minhas aspirações por outras veredas. Posteriormente, realizei duas especializações *lato sensu* nos campos da Filosofia Política (pela UFSJ) e da Ciência Política, em Democracia Participativa (pela UFMG), o que reflete o meu interesse substantivo pelas humanidades, tendo direcionado não apenas a minha militância, mas o meu campo de atuação profissional para a área socioambiental e das políticas hídricas. À trajetória acadêmica agreguei experiências de docência em escolas públicas do ensino médio e no ensino superior. Também trilhei itinerários no contexto da gestão pública, em órgãos de governamentais e consultorias para autarquias e organismos internacionais. Fui conselheiro de conselhos nacionais (CNRH e CD-FNMA), de

¹¹ Atuei, em minha cidade de origem, no movimento cultural e de preservação da memória, colaborando com a fundação do Museu Histórico e com o estabelecimento da lei municipal (Nº 1.108/2001) de proteção do patrimônio cultural (fruto de articulação que realizei junto ao então prefeito municipal), o que possibilitou, por exemplo, repasse anual de recursos do ICMS Cultural do Estado (restauração de obra atribuída ao Aleijadinho, dentre outras, foi realizada por este meio, ver em: <https://jornalggn.com.br/artes/os-300-anos-de-minas-culminam-com-descoberta-de-obra-do-aleijadinho-em-rio-pomba>). O nome de fundação, “Freguesia do Mártir São Manuel do Rio da Pomba e Peixe, dos Índios Coroados e Coropós”, em 1767 (atual município de Rio Pomba, em Minas Gerais), já diz algo de sua história. Como o “*Aleph*”, de Borges (o ponto que contém todo o universo: “o lugar onde estão, sem se confundirem, todos os lugares do orbe, vistos de todos os ângulos”), ressaltadas as suas singularidades, corresponde a uma célula amostral da vasta e complexa tessitura histórica de Minas, do Brasil e da América Latina. Quando Paulo César Saraceni lá foi rodar parte do filme “O Viajante” (1998), eu participava do grupo de teatro local e fui selecionado para fazer uma ponta (contracenando com a atriz Leandra Leal) no referido filme, representando um cego que, por milagre, recuperou a visão (cena final do filme: <https://youtu.be/3Pe7hGKtFro?t=154>). Também nos anos de 1990 eu me engajei no movimento ambientalista, atuando com a educação ambiental e vivenciando os primeiros conflitos socioambientais no contexto local e regional. Neste período, participei como delegado regional eleito para a primeira Conferência Estadual de Meio Ambiente de MG, preparatória da Rio-92. Naquela efervescência, ainda colaborava como articulista de jornais alternativos, de cunho crítico, para os quais não apenas escrevia, mas também os vendia nas ruas da cidade. O engajamento nessas frentes foi uma significativa escola de vida.

comitês de bacias hidrográficas, organizei publicações, coordenei processos formativos e de participação social no contexto nacional (primeira Pré-Conferência Nacional de Águas, processo participativo de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos etc.) e latino-americano (pelo Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata, pelo CIC-Plata e pelo Programa de Formação Iberoamericano em Matéria de Águas da CODIA). Atuei com planejamento estratégico, formulação, participação social e formação (educação ambiental). Nessas jornadas, algumas inquietações tornaram-se mais latentes, sobretudo, em relação ao nosso modo de vida hegemônico, os seus pressupostos epistemológicos e ontológicos (em detrimento a outros saberes e visões de mundo não-hegemônicos) e suas repercussões no ambiente institucional, em especial pela reprodução de algumas de suas mazelas no campo das políticas públicas. Em suma, o que chamei de modo de vida hegemônico pode ser melhor entendido, numa perspectiva macropolítica, como correspondente ao “sistema-mundo moderno-colonial”¹² ou, numa perspectiva micropolítica, ao regime “colonial-capitalístico”¹³.

Embora a minha atuação profissional na última década tenha se desenrolado, acentuadamente, na esfera das políticas hídricas, que, no Brasil, dispõem de um arranjo institucional de caráter sistêmico e descentralizado, assentado em pressupostos legais democráticos e participativos, ainda assim, pude constatar um viés evidentemente elitista, utilitarista, tecnocrático e economicista que é culturalmente reproduzido no ambiente institucional, mesmo no contexto de governos progressistas¹⁴, e resvala, inclusive, para a dinâmica sócio-política dos colegiados participativos.

Contudo, mesmo com esses enviesamentos, praticamente inerentes à condição de estar no mundo, em especial nesta parte do mundo em que o viés colonial-capitalístico da modernidade ainda se apresenta em suas faces mais iníquas, foi também possível cartografar

¹² Em “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais” (LANDER, Edgardo, 2005), Carlos Walter Porto-Gonçalves conceitua o “sistema-mundo moderno-colonial” a partir de uma síntese entre as ideias de “sistema-mundo”, de Immanuel Wallerstein, e de “mundo moderno colonial”, de Aníbal Quijano. Conforme Porto-Gonçalves, o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade, havendo “um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias”.

¹³ Suely Rolnik (in: “Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada”, n-1 edições, 2ª ed., 2019) relaciona o regime colonial-capitalístico aos processos de históricos de captura da força vital e de dominação/patologização do inconsciente. Em sua versão contemporânea corresponde à produção de uma subjetividade submetida aos desígnios do capitalismo financeirizado, neoliberal e globalitário.

¹⁴ Atuei na agenda governamental federal, especialmente na estrutura do Ministério do Meio Ambiente responsável pela formulação da política de recursos hídricos, entre os anos de 2003 e 2014. Muito embora os vieses elitista, utilitarista, tecnocrático e economicista sejam culturalmente hegemônicos e reproduzidos no ambiente institucional, os governos de inspiração progressista e conectados com as lutas sociais, como o foram os governos petistas, mostraram-se capazes de, em certa medida, neutralizar, ainda que parcialmente, tais aspectos, além de, simultaneamente, também produzir inovações democráticas, participativas e emancipatórias inéditas (houve uma oxigenação histórica, por meio de diálogos sociais, conferências etc., sobretudo, em comparação com os governos antecessores).

potencialidades, construir aberturas e aproximações significativas com a sociedade civil noutras perspectivas (contra-hegemônicas), especialmente no contexto dos colegiados, conferências, encontros e fóruns de deliberação.

Dado que minha pesquisa vincula-se à linha de pesquisa do PPGDH/UnB correspondente à “Educação em Direitos Humanos e Cultura da Paz”, eu gostaria de pinçar e mencionar, do repertório de experiências participativas e formativas com as quais eu tive um envolvimento mais direto, duas delas (e descrevê-las resumidamente), que foram bastante inspiradoras para a escolha do meu tema de pesquisa: a) os Encontros Formativos Nacionais de Educação Ambiental e Gestão de Águas; e b) os processos formativos do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata.

Os Encontros Formativos Nacionais de EA e Gestão de Águas resultaram de reivindicações do processo participativo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos (que ocorreu no período de 2003 a 2006) e da criação da Câmara Técnica de Educação¹⁵ do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Esses encontros foram emblemáticos na utilização e desenvolvimento de metodologias de diálogo e participação, valorizando o protagonismo dos participantes (neste sentido, foram um exemplo de como a técnica deve servir e pode se adaptar e se aprimorar em virtude de valores e orientações filosófico-políticas). Eles reuniram educadores ambientais, gestores, pesquisadores e ativistas com atuação na ponta, nas bases do sistema de recursos hídricos, especialmente nos comitês de bacias hidrográficas e conselhos (nacional, distrital e estaduais) de recursos hídricos das várias regiões hidrográficas brasileiras. Desde o primeiro deles, ocorrido em Salvador-BA (2009), foi adotada uma sistemática de trabalhos em grupo (que se reproduziu nos encontros seguintes), que foram instigados por questões desafiadoras para a Educação Ambiental (EA) e para a gestão da água nos territórios, sendo que os grupos contavam com o acompanhamento de especialistas, que ali estavam, na maioria das vezes, não como palestrantes, mas como observadores, facilitadores/provocadores e sistematizadores das discussões.

Extrapolando o ambiente formal dos auditórios e salas de reuniões, os encontros sempre buscavam pôr os pés nas ruas por meio de visitas de campo, conectando-se com mais desprendimento com a realidade e imaginários dos locais em que aconteciam. No encontro de Salvador, por exemplo, os participantes visitaram o Dique do Tororó, que abriga em seu entorno as esculturas de Orixás, talhadas pelo artista plástico Tatti Moreno, e, em seguida, o Terreiro de Candomblé Casa Branca (Ilê Axé Iyá Nassô Oká), onde os participantes do encontro foram

¹⁵ A Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (CTEM) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos foi criada pela Resolução nº 39 de 26/03/2004.

recepcionados com uma explanação sobre a importância do cuidado com a água e a natureza na cosmovisão de matriz africana. Soube-se que várias nascentes e mananciais de abastecimento da Bahia se encontravam bem conservados justamente porque estão situados nos terreiros.

Figura 1: Visita ao Terreiro Casa Branca durante o Encontro de Salvador-BA - 2009



Foto: Lara Montenegro

De um total de seis encontros já realizados até então, mencionaria ainda o terceiro, ocorrido em Ouro Preto-MG (2013), município histórico de Minas Gerais que é divisor de águas que drenam para duas importantes bacias hidrográficas do país: a do rio Doce e a do rio São Francisco. Ele foi muito emblemático pela experimentação metodológica, pelas dinâmicas dialógicas, mas, principalmente, porque prezou pela participação protagônica de representantes de 4 etnias indígenas da bacia do rio Doce, os povos Krenak, Pataxó, Guarani e Tupinikim, que compartilharam as suas vivências de cuidado com a água e a natureza, bem como as dificuldades e opressões históricas sob as quais eles vêm resistindo ao longo de séculos de colonialidade. A fala de Josi Tupinikim ilustra o tom da participação indígena no encontro:

A gente viu nesse Encontro uma oportunidade muito grande da gente estar divulgando um pouco dos nossos desejos e das nossas angústias enquanto comunidade indígena, [...] quando nós pensamos em vir contar a nossa história, nós pensamos no intuito de estar contando pra poder formar parceiros, pra estar junto com a gente, que possa estar nos ajudando nesse embate na questão do meio ambiente, porque **o meio ambiente pra nós, como povos indígenas, é tudo, é tudo, a água, a terra e o rio é a nossa vida, né.** Hoje a gente vê dentro das comunidades indígenas várias nascentes que estão poluídas, vários rios que estão secos, se os rios estão secos, né, os peixes, conseqüentemente, vão embora, os peixes é a fonte de alimentação nossa. Uma vez que chega um empreendimento na nossa terra e corta a árvore, né, conseqüentemente

sai a caça, né, é nossa fonte de alimentação também, né, sem contar que **cortando aquela árvore, como o Urumã mesmo disse, né, é uma questão espiritual, tá matando parte espiritual nossa, e pra gente a mata tem um significado muito grande desde os nossos ancestrais, não é simplesmente cortar uma árvore, a pessoa tem que pensar que quando ela tá cortando uma árvore, tá cortando uma história**, tá matando uma história de um povo, seja ele se tá lá indígena, ribeirinho, quilombola, seja o povo que esteja ali, porque pra gente que tá ali na beira, né, tem um significado muito grande [...] nessa questão da água, várias comunidades indígenas nossas estão com falta de água, estão com água poluída, várias comunidades indígenas nossas tá bebendo água totalmente poluída e com isso traz graves consequências para saúde daquela pessoa, daquele indígena. **Quando a gente fala nessa questão do genocídio, hoje, pra gente, pra nossa comunidade, há 500 anos atrás, né, vários povos nossos foram dizimados, e foi na porrada, no tiro, mataram, né, de arma, hoje, o nosso povo está sendo matado por uma caneta, porque o que tem de PECs (propostas de emendas constitucionais), o que tem de decreto saindo aí contra nós comunidades indígenas**, que somos, eh, que defendemos a nossa terra, que somos detentores, que às vezes a gente tá ali lutando pelo direito da comunidade [fala emocionada], do nosso povo, pra que não se acabe [...] muitas pessoas que nem conhecem a nossa realidade, tá ali, ó, não quer nem saber, simplesmente assina uma coisa, né, é a falta de humanidade, nós temos que ter humanidade, nós como pessoas, como ser humano pra olhar pelo próximo, né, olhar pelo próximo, ver se realmente aquilo, né, será que o dinheiro ele é tão importante assim, será que o dinheiro vale mais do que vidas, né? **O nosso viver é pelo coletivo, é pelo bem estar**, né. Será que pra poder a pessoa ter dinheiro é necessário matar vidas, é necessário matar uma cultura, é necessário dizimar um povo, né, como é o que tá acontecendo hoje aqui no nosso país? (fala pública)¹⁶ (grifos meus).

¹⁶ Depoimento da representante indígena Josi Tupinikim durante o III Encontro Formativo Nacional de Águas e Educação Ambiental, ocorrido em Ouro Preto-MG, de 26 a 29/08/2013.

Figura 2: Participantes indígenas no Encontro de Ouro Preto-MG - 2013



Foto: Franklin Jr

Comprometida com a intencionalidade de promover a interação, estimular a criatividade e a capacidade de auto-organização dos participantes, a adaptação metodológica inspirada na “investigação apreciativa” gerou uma dinâmica de grupos que estimulou a narrativa de “causos” vivenciados pelas pessoas, relacionados com a atuação na educação ambiental e na gestão de águas. Convidada como especialista para acompanhar e interagir nos grupos, a Professora Vera Catalão (FE/UnB) relatou a sua impressão sobre a dinâmica:

[...] foi uma grata surpresa, no início imaginei, será que isso vai dar certo? E, de repente, eu percebi que as duplas se formavam [...] desapego das histórias individuais, aconteceu de forma tranquila, as pessoas escolhiam a partir de critérios, da relevância da história, da geração de benefícios para as águas. No grupão apareceu a questão da sustentabilidade da ação no tempo, a questão da abrangência, do tipo de envolvimento com a comunidade, foram surgindo critérios espontâneos elaborados por cada grupo, muita harmonia, muita animação e reflexividade, porque havia um senso crítico que permitiu a escolha da história que foi levada ao plenário. (informação verbal)¹⁷

¹⁷ Depoimento coletado com a Profa. Vera Margarida Lessa Catalão durante o III Encontro Formativo Nacional de Águas e Educação Ambiental, ocorrido em Ouro Preto-MG, de 26 a 29/08/2013.

De um Encontro a outro, no intervalo de dois anos, era notável a fecundidade desses encontros, seja na sistematização de informações que geraram publicações¹⁸ e resoluções/moções da CTEM/CNRH¹⁹, na articulação com outros processos de participação e formação (a exemplo das oficinas inéditas sobre água no VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (FBEA), dos diálogos no Pavilhão Azul da Cúpula dos Povos durante a Rio+20, das oficinas de revisão do PNRH, da Pré-Conferência Nacional de Águas, das formações do Centro de Saberes do Prata etc.), inclusive formações *on-line*²⁰, assim como a realização da 1ª Oficina “Gestão de Água em Terras Indígenas”²¹ da bacia do Rio Doce. Na sequência do Encontro de Ouro Preto, foi realizado o quarto Encontro, na cidade de São Pedro-SP (2015), no qual foi relevante a especial participação de coletivos jovens, que aproveitaram as oficinas e momentos de diálogo para elaborar propostas e contribuir com a elaboração do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente e com a 3ª Conferência Nacional de Juventude (ConfJuv). Nas publicações ora mencionadas é possível obter informações adicionais a respeito dos demais encontros.

¹⁸ Uma delas foi o livro “Política de Águas e Educação Ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos”, que organizei junto com Suraya Modaelli, então presidente da CTEM/CNRH, cuja versão digital encontra-se disponível neste link: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/agua/category/42-recursos-hidricos?download=991:politica-de-agua-e-educacao-ambiental-processos-dialogicos-e-formativos-em-planejamento-e-gestao-de-recursos-hidricos-3-edicao-atualizada-e-ampliada>. Outra publicação foi organizada em 2018 pela Agência Nacional de Águas e encontra-se disponível neste link: http://biblioteca.ana.gov.br/asp/download.asp?codigo=132372&tipo_midia=2&iIndexSrv=1&iUsuario=0&obra=73984&tipo=1&iBanner=0&iIdioma=0

¹⁹ Vale destacar as seguintes resoluções elaboradas pela CTEM e aprovadas pelo CNRH: a) a Resolução nº 98, de 26/03/2009, que “estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”; b) a Resolução nº 156, de 09/06/2014, que “estabelece diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social, a informação e comunicação para a percepção de riscos e vulnerabilidades, e a prevenção, mitigação e aumento da resiliência frente a desastres inerentes às questões hídricas”; e, ainda, a Moção CNRH nº 58, de 29/06/2011, que “recomenda a instituição da Conferência Nacional de Águas-CONÁGUAS”, estabelecendo princípios (participação igualitária de usuários, sociedade civil e poder público; respeito à diversidade social e pluralidade étnico-cultural, assim como valorização das múltiplas formas de relação com a água, diferenças e especificidades regionais); objetivos (ampliar o diálogo sobre a gestão das águas, integração de políticas etc), e diretrizes (valorização do caráter pedagógico dos seus espaços de construção, promoção do diálogo entre diferentes saberes, promover a Educação Ambiental etc).

²⁰ O MMA, por meio do então Departamento de Educação Ambiental, ofereceu cursos sobre “Água e Educação Ambiental” e “Juventudes, Participação e Cuidado com a Água” (para os quais, enquanto consultor técnico, eu tive a oportunidade de elaborar os respectivos conteúdos), disponibilizados no “Ambiente Virtual de Aprendizagem” (<http://ava.mma.gov.br/>), assim como cursos sobre mobilização social, gestão de conflitos, comitês de bacias hidrográficas e outros temas, disponibilizados pela ANA na plataforma de “Capacitação para a Gestão das Águas”, disponíveis em: <https://capacitacao.ead.unesp.br/>.

²¹ Organizada pelo CBH-Doce e FUNAI, com apoio do MMA, por meio da então SRHU e ANA, a oficina foi realizada no Instituto TERRA (do fotógrafo Sebastião e de sua esposa, Lélia Salgado), entre 27 e 30/11/2013, reunindo representantes dos povos Krenak (Watu, Atorân, Nakrehé e Naknenuk) e Tupiniquins. A partir desta oficina, os representantes indígenas modificaram a forma de escolha dos seus representantes no Comitê da Bacia do Rio Doce (CBH-Doce), que antes era feita de modo discricionário, passando a ser feita por meio de assembleia, realizada no Instituto TERRA, Aimorés-MG, de 27 a 30/11,

Quanto ao Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata, foi uma outra instigante experiência num contexto transfronteiriço, concebida no ano de 2005, durante a realização dos “Diálogos do Prata”, em Foz do Iguaçu. O Centro, que na prática atuou como uma rede de diálogos e formação, reuniu representantes de instituições governamentais (geralmente, dos respectivos ministérios da Educação e de Meio Ambiente) e não-governamentais (ambientalistas, povos originários, educadores ambientais, comunicadores, acadêmicos, pesquisadores) dos 5 países que integram a Bacia do Prata (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai), a segunda maior bacia hidrográfica da América do Sul.



A conjuntura regional favorável, de alinhamento geopolítico e efervescente atmosfera gerada pela presença de governos progressistas no continente, foi o pano de fundo que propiciou o surgimento dessa experiência. O Centro de Saberes adotou uma metodologia de circularidade, os CAPs (Círculos de Aprendizagem Permanente), e realizou um processo de formação²² em espiral e itinerância nos países da Bacia do Prata. Os encontros e processos de formação do Centro de Saberes tiveram a colaboração de expoentes do *Pensamento Ambiental Latinoamericano*²³, como Carlos Galano (Argentina), Moema Viezzer (Brasil), Leonardo Boff (Brasil), Fernando Huanacuni (Bolívia), Oscar Rivas (Paraguai), Marcos Sorrentino (Brasil), Hipólito Acevei (Paraguai), Ramón Vargas (Argentina), Rosalía Gutierrez (Argentina), Kaká Werá (Brasil), Carlos Walter Porto-Gonçalves (Brasil), Enrique Leff (México), Maria Paz Aedo (Chile), Rayen Queiroga (Chile), assim como do parceiro, sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos, dentre outros. Carlos Galano (docente da Universidad Nacional de Rosario, Argentina), por exemplo, em um dos diálogos iniciais do Centro de Saberes, demandava uma

²² Uma dessas formações itinerantes ocorreu na Unicamp, em set./out. 2009, para a qual tive a oportunidade de organizar uma publicação “Caderno do Encontro Formativo do Círculo de Aprendizagem Permanente III”, que serviu de apoio para o círculo de formação. A publicação encontra-se disponível neste link: <https://www.mma.gov.br/publicacoes/agua/category/111-geral.html?download=254:processo-formativo-brasil-2009>.

²³ De acordo com Enrique Leff (2009), “La construcción de una globalización contrahegemónica, fundada en las diferencias y especificidades de cada región y de cada pueblo no solo parte de un ánimo emancipatorio, sino de sus raíces ecológicas y culturales. Es desde allí donde el Pensamiento Ambiental Latinoamericano aporta una mirada original [...] se va configurando en un repensar el mundo desde las raíces ecológicas y culturales de nuestros territorios, nace de un debate en el campo del pensamiento mismo, de las maneras en que se expresa la crisis ambiental y en el terreno de las estrategias de poder y de poder en el saber en que se debaten los sentidos del ambientalismo y de la sustentabilidad. [...] la filosofía ambiental latinoamericana busca ser un pensamiento incluyente, integral y holístico que arraigue en los ecosistemas donde habitan las culturas con sus cosmovisiones y sus filosofías de vida; se abre al pensamiento desde el otro y lo otro; a una ética de la tierra, de la sustentabilidad y de la vida que permita religar la naturaleza y la espiritualidad de los pueblos; una filosofía que de los presocráticos a los filósofos modernos recupere “La Razón de la Vida”; que permita el reencantamiento del mundo”.

atenção crítica para o nosso vocabulário, herdado do colonizador europeu (em especial, o português e o castelhano), dizendo que “as palavras não são ingênuas”, elas carregam intencionalidades subjacentes, sendo necessário decifrá-las, a fim de descolonizar o pensamento, de desaprender para reaprender, de resignificar os sentidos visando reorientar a nossa relação com o outro e com o mundo. Uma de suas afiadas provocações eu anotei nos meus alfarrábios, e era sobre a nossa relação com a água e com os rios: “quando vê um rio, o que vê o engenheiro, o sociólogo, o advogado? Quando vemos um rio, se não vemos a matriz da vida, não vemos o rio e não podemos mudar”²⁴. O Centro também contou com importante apoio institucional dos ministérios e/ou secretarias nacionais de Meio Ambiente e de Educação dos cinco países platenses, assim como da Itaipu Binacional, tendo como referência o então Programa “Cultivando Água Boa-CAB”²⁵, que Leonardo Boff chamou de “miniatura da biocivilização”²⁶. A experiência do Centro, em si, arrefeceu proporcionalmente às mudanças no contexto geopolítico regional, embora a sua rede de relações e de saberes subsista, potencialmente, de alguma maneira, pelos contatos que foram estabelecidos.

A pesquisa como espaço-tempo de imersão, reflexão e maturação

*Por tanto amor, por tanta emoção
A vida me fez assim
Doce ou atroz, manso ou feroz
Eu, caçador de mim
Preso a canções
Entregue a paixões
Que nunca tiveram fim
Vou me encontrar longe do meu lugar
Eu, caçador de mim
(Milton Nascimento)*

Embora não seja, propriamente, o objeto da minha investigação, tais processos de formação se caracterizaram como embriões heterogêneos de possibilidades dialógicas cosmopolíticas que a sugestionaram. Essas duas iniciativas (Encontros Formativos e Centro de Saberes) suscitaram e/ou fortaleceram percepções que foram então inspiradoras para a minha pesquisa, alinhando-se com as perspectivas crítica, decolonial e emancipatória, também valorizadas no âmbito do próprio PPGGH/UnB. Tudo isso favoreceu, sobremaneira, o meu

²⁴ Anotação própria.

²⁵ Tendo a Educação Ambiental como eixo programático e o desenvolvimento metodológico das Oficinas de Futuro (muro das lamentações, árvore da esperança e caminho adiante) para a escolha de microbacias que seriam recuperadas por meio de um “pacto das águas”, o Programa Cultivando Água Boa, concorrendo com 40 iniciativas de todos os continentes, conquistou, em 2015, o 1º lugar do Prêmio *Water for Life* da ONU-Água, como melhor prática de participação social e comunitária do mundo em gestão de água.

²⁶ BOFF (2010).

itinerário prospectivo de aprendizagem. Tais vivências perfazem a minha sinuosa trajetória de entrelaçamentos não lineares (ou interdisciplinares), entre o meu campo matizado de atuação profissional, de militância e de desenvolvimento acadêmico. A consciência do atravessamento de colonialidades (assim como de ancestralidades²⁷ silenciadas, olvidadas) causou desconfortos, inquietações e instigou a busca pelo desprendimento e pela superação de condicionamentos limitadores e/ou aprisionadores. Foi um pouco dessa maneira, além de outras vivências mais singulares, que fui tocado por inquietações existenciais, políticas e sociais que emergiram das veredas percorridas, dos tropeços, sustos, traumas, medos, desejos, ilusões e outras perplexidades que me compeliram a cavar um novo espaço-tempo de imersão, reflexão e maturação.

Neste sentido, visitar e dialogar com saberes contra-hegemônicos, é como beber na fonte do mundo vivo e pulsante de quem está inserido na dimensão instituinte da luta por direitos e se torna uma estratégia fundamental para também analisar e tecer uma crítica mais lastreada e pertinente ao campo do instituído, majoritariamente movido pela racionalidade instrumental hegemônica que opera o debate público sobre a água no país, reduzindo-a, em geral, a mero objeto, coisa, recurso ou até mesmo mercadoria, ao passo que esvazia ou suprime outras perspectivas cosmológicas e ontológicas relacionadas a esse elemento cósmico vital. Esses sujeitos em luta, assim se encontram, exatamente, como decorrência da histórica expropriação de sentidos da água operados pela colonialidade (assim como pelos efeitos nocivos da usurpação material e simbólica dela derivados). Abrir esse diálogo pode ser um caminho de necessária recomposição dos sentidos da água que o regime colonial-capitalístico usurpou e impôs ao seu universo de regulação e controle.

Os vieses utilitarista, tecnocrático e economicista que permeiam o ambiente institucional da gestão hídrica, refletem essas condicionalidades históricas da modernidade/colonialidade e também contrasta, paradoxalmente, com os enunciados democrático-participativos e de sustentabilidade presentes nos próprios marcos legais contemporâneos (da Constituição Federal de 1988 às leis ambientais, no geral, e de recursos hídricos, em especial) que deveriam regê-la.

Contudo, ávida por hierarquizações (econômicas, políticas e sociais) e quantificações (objetificadoras e monetarizantes), essa racionalidade hegemônica (instrumental, eurocêntrica)

²⁷ Como a minha ancestralidade ameríndia, especialmente, por parte de meu avô materno, Nelson, um camponês que viveu até os 101 anos (e, que, mesmo depois que se mudou para a cidade, para que suas filhas continuassem os estudos, manteve o contato diário com a terra, cuidando do quintal aos fundos de sua casa e de uma horta enorme que lá ele cultivava até os seus últimos dias).

no mundo ocidental e ocidentalizado, que opera a separação entre homem e natureza, ela baliza o debate público sobre a água, reproduzindo-se, no caso brasileiro, até mesmo nas instâncias colegiadas (onde as vozes contra hegemônicas encontram-se sub-representadas ou então excluídas). Racionalidade que insere em planos subalternos não só a dimensão humana dos sujeitos vivos, como também dos demais viventes terranos²⁸ que, singularmente, compõem a diversa teia viva autorregulada do “povo de Gaia”.

Tudo isso considerado, busquei delinear o escopo da minha pesquisa com base nas seguintes problematizações e objetivos:

- ✓ Problematização: quais são os sentidos e significados atribuídos à água pelos atores institucionais e da sociedade civil e suas concepções sobre a política de águas no Brasil?
- ✓ Objetivo geral: compreender os sentidos e significados atribuídos à água pelos atores institucionais e da sociedade civil e suas concepções sobre a política de águas no Brasil.
- ✓ Objetivos específicos:
 - Mapear atores institucionais e da sociedade civil envolvidos no debate político e/ou cosmopolítico sobre a água no Brasil;
 - Conhecer as concepções dos atores institucionais e da sociedade civil sobre a água e como ela pode ser pensada desde outros lugares ou outras cosmologias;
 - Evidenciar as implicações dos atores institucionais e da sociedade civil no debate político e/ou cosmopolítico da água.

A par disso, que constitui a parte introdutória da dissertação, a mesma encontra-se urdida sob um prisma interdisciplinar (mas essencialmente do campo das ciências humanas e sociais) e intercultural, então, estruturada em outros 7 capítulos e considerações finais. Os procedimentos metodológicos que foram acionados para a geração dos dados e para a análise serão apresentados no primeiro capítulo. O capítulo dois traça um perfil das trajetórias

²⁸ Aqui recorro ao termo “terranos” num sentido cosmopolítico, latourniano, que transcende ao humano enquanto espécie, que compreende o humano agenciado pela teia planetária/cósmica de organismos vivos e inorgânicos (pelos seres e pelas coisas), que remete a uma outra perspectiva humana, trans-humana, a um humano constituído por agências não-humanas. Conforme Juliana Fausto (2013, p. 171), “a formulação ‘Terranos (a nova palavra para Humanos)’, a menção ao possível protagonismo das não-humanidades deixa pelo menos aberto o caminho, mesmo que bastardo, para pensar como compor, de modo realmente cosmopolítico, os dois lados dessa guerra” (uma guerra de mundos, moderno *versus* extramodernos).

biográficas e de militância dos participantes da pesquisa a partir de suas próprias narrativas, afloradas nos diálogos proporcionados pelas entrevistas. O terceiro capítulo traz à tona uma reflexão de contexto acerca da gênese e das linhas mestras que prefiguram o cenário histórico-social de expropriação dos sentidos da água. O capítulo quatro discorre sobre como a tentativa de *commoditização* da água se insere no processo de mercantilização dos bens ambientais e se alicerça na lógica hegemônica do regime colonial-capitalístico, configurando uma crise global que coloca o Brasil, enquanto potência hídrica e ambiental, no seu epicentro. O quinto capítulo trata dos sentidos e significados cosmológicos da água para os participantes da pesquisa, enquanto elemento essencial à vida e à sua reprodução material e simbólica, e desenvolve uma reflexão neste horizonte de múltiplos sentidos, dialogando com o perspectivismo multinaturalista e elaborando analogias hidro-provocativas. Partindo de referências teóricas contra-hegemônicas, o capítulo seis toca em aspectos críticos, assim como em desafios e perspectivas relacionados à política e gestão da água no Brasil. Considerando que a subjetividade que molda o modelo hegemônico de gestão de águas negligencia as cosmologias que apontam para uma perspectiva pluralista, autonômica e emancipadora de relação com a água, o sétimo capítulo então aborda possibilidades de confluências (ainda que reconhecendo e também valorizando as dissonâncias inexoráveis), de diálogos cosmopolíticos e de criação de outras subjetividades e maquinações capazes de engendrar outras modelagens para a relação com as águas. Revisita-se, nas considerações finais, o itinerário percorrido da pesquisa, as inquietudes e insaciedades inerentes ao processo de perscrutação, assim como os achados, potencialidades e possíveis novos caminhos para engendrar uma cosmopolítica de águas lastreada na(s) sua(s) brasilidade(s).

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

*Na paisagem do rio
difícil é saber
onde começa o rio;
onde a lama
começa do rio;
onde a terra
começa da lama;
onde o homem,
onde a pele
começa da lama;
onde começa o homem
naquele homem.*

João Cabral de Mello Neto (Paisagem do Capibaribe)

Neste capítulo encontra-se o desenho metodológico e os procedimentos que foram acionados tanto para gerar dados primários (entrevistas narrativas), como para sistematizá-los, assim como foi mobilizada a base teórica e desenvolvidas a reflexão, a análise e a escrita.

Como sinalizado na parte introdutória, em meu percurso investigativo, revisitei a memória das vivências profissionais, as quais me proporcionaram o acesso a uma base teórica e a uma experimentação metodológica e sócio-política convergentes com a textura epistêmica e com as metodologias agora acionadas para alicerçar o desenrolar da pesquisa. Além de caracterizar-se como um processo de investigação, reflexão e maturação, compreendo a realização de um projeto de pesquisa no universo das ciências humanas e sociais como um processo de aprendizado no qual o pesquisador, possivelmente, irá se deparar com novas formas de pensar, sentir e ser no mundo. Também irá relacionar-se com novos horizontes epistemológicos e ontológicos em relação aos quais se sentirá instigado a apreendê-los, assim como poderá aperceber-se, de algum modo, debilitado pela incapacidade de mergulhar e vivenciar esses novos horizontes com a intensidade desejada. Essas considerações traduzem, em certa medida, a minha sensação enquanto pesquisador. Diante delas, torna-se necessário, então, gerir as limitações (especialmente aquelas mais protocolares) e as aspirações mais caras, modulando-as, a fim de se estabelecer um compasso favorável ao desenvolvimento da pesquisa.

E por situar-se no campo das humanidades, envolvendo perspectivas relacionais variadas e intersubjetivas, este trabalho de investigação adotou a abordagem qualitativa de pesquisa, apostando na interlocução com atores de universos relacionais distintos e também se anteparando em referências teórico-conceituais oportunamente acionadas como chaves de leitura, a fim de auxiliar na interpretação de questões afloradas pelo diálogo ou pelo próprio processo de reflexão e análise.

Uwe Flick (2009, p.20) observa que, “A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida”. Procurei, então, desenvolver uma tessitura híbrida que conjugue elementos da perspectiva construtivista (valorizando a visão e a narrativa dos participantes, possibilitando constructos intersubjetivos), crítica (do contexto histórico, sócio-político e territorial) e participativa/reivindicatória (ancorada no processo de participação, comprometida com a transformação e a emancipação social), apontadas por John Creswell (2007, p.26-27), assim como elementos de outras perspectivas (decolonial, micropolítica etc) já sinalizadas anteriormente.

Denzin e Lincoln (2006, p. 16) advertem que a contemporaneidade requer das pesquisas em ciências sociais e humanidades que “tornem-se terrenos para conversas críticas em torno da democracia, da raça, do gênero, da classe, dos Estados-nações, da globalização, da liberdade e da comunidade”. Dessa maneira, procurei assegurar que o amálgama de tais questões se fizesse presente (direta e/ou colateralmente) nos processos reflexivos desta pesquisa, relacionando-as às esperanças, necessidades, promessas e desafios para a construção de uma sociedade mais justa, solidária, sustentável e democrática, o que se torna ainda mais clamoroso diante de uma conjuntura conturbadamente regressiva, insidiosa e distópica como a atual.

Segundo Gabriele Rosenthal (2014), a pesquisa qualitativa relacionada com as ciências sociais e as humanidades também é capaz de ensejar, dentre outras possibilidades, a apreensão do sentido subjetivamente visado, a reconstrução do sentido latente, a reconstrução da complexidade de estruturas de ação a partir do caso particular, o desenvolvimento de teorias e hipóteses empiricamente fundadas, a descrição do ambiente e a ação social, dentre outros. Isso torna interessante que no universo investigativo voltado para o campo dos direitos humanos, o pesquisador qualitativo exerce as suas habilidades para atuar como um *bricoleur*, um ensaísta ou um tecelão confeccionador de sentidos na intersecção entre texto e contexto, produzindo simultaneidades sobrepostas ou concorrentes e aproximações interpretativas da realidade objetiva por meio de suas representações (DENZIN e LINCOLN, 2006).

Compartilhando do entendimento de que “todo conhecimento é contextual” e que o conhecimento científico “é simultaneamente uma prática científica e uma prática social” (SANTOS, 1989, p.86), os recursos metodológicos e a base epistemológica deste projeto de pesquisa buscam uma aproximação com os pressupostos do “paradigma emergente” (em processo de gestação), que Boaventura sintetiza como sendo o de um “conhecimento prudente para uma vida decente” (SANTOS, 2008, p. 60-72), que tem como núcleo genuíno o comprometimento com o resgate das concepções humanísticas das ciências, por “terem resistido à separação sujeito/objeto” e terem “preferido a compreensão do mundo à manipulação

do mundo”, colocando-as a serviço de uma “reflexão global sobre o mundo”. Mas, além da compreensão e da reflexão, as ciências também podem servir a outras perspectivas relacionais (biofísica, cósmica, espiritual etc.) com o mundo, desde que sejam capazes de superar a própria *hybris*, colocando-se, complementarmente, ao lado (e não acima) de outros saberes e de outras perspectivas de apreensão e interação com a realidade. A referida concepção humanística insere o ser social (seus saberes e viveres), “enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento” (SANTOS, 2008, p. 71), mas também coloca “o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa” (idem, p. 72).

Edgar Morin (2000) orienta que “devemos reconhecer nosso duplo enraizamento no cosmos físico e na esfera viva e, ao mesmo tempo, nosso desenraizamento propriamente humano. Estamos simultaneamente dentro e fora da natureza”²⁹. Nesta perspectiva, a linguagem, enquanto aspecto indissociável da dimensão contextual do conhecimento, figura como instrumento de mediação que expressa os saberes dos sujeitos/comunidades do conhecimento. Entretanto, Morin alerta para as limitações e a falibilidade (ou susceptibilidade ao erro) do conhecimento: “O conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos”. Para Costa e Rocha (2017, p.97), “A linguagem não é o espelho da realidade, mas uma produção social, portanto, jamais neutra ou atemporal”. Também os versos atilados de Alberto Caeiro³⁰ acentuam a falibilidade e as limitações inerentes ao pensamento, à linguagem e, portanto, à interpretação do mundo:

O que existe transcende para baixo o que julgamos que existe.
A Realidade é apenas real e não pensada.
O Universo não é uma ideia minha.
A minha ideia do Universo é que é uma ideia minha.
A noite não anoitece pelos meus olhos.
A minha ideia da noite é que anoitece por meus olhos.
Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos
A noite anoitece concretamente
E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso.
Assim como falham as palavras quando queremos exprimir qualquer pensamento,
Assim falham os pensamentos quando queremos pensar qualquer realidade.
Mas, como a essência do pensamento não é ser dita, mas ser pensada,
Assim é a essência da realidade o existir, não o ser pensada.
Assim tudo o que existe, simplesmente existe.
O resto é uma espécie de sono que temos,
Uma velhice que nos acompanha desde a infância da doença.
O espelho reflecte certo; não erra porque não pensa.
Pensar é essencialmente errar.
Errar é essencialmente estar cego e surdo.

²⁹ MORIN, 2000, p. 48

³⁰ Alberto Caeiro/Fernando Pessoa in: Poemas Inconjuntos, 01/10/1917. Disponível em: <http://multipessoa.net/labirinto/alberto-caeiro/29>.

Estas verdades não são perfeitas porque são ditas,
E antes de ditas, pensadas...

Em virtude desse amálgama de racionalidades e sensibilidades que performam a complexa sensorialidade humana, Edgar Morin esclarece que “não há um estágio superior da razão dominante da emoção, mas um eixo intelecto↔afeto e, de certa maneira, a capacidade de emoções é indispensável ao estabelecimento de comportamentos racionais” (MORIN, 2000, p. 20, 21). Ele então advoga a necessidade de se “colocar em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humanas”, realçando que:

O desenvolvimento do conhecimento científico é poderoso meio de detecção dos erros e de luta contra as ilusões. Entretanto, os paradigmas que controlam a ciência podem desenvolver ilusões, e nenhuma teoria científica está imune para sempre contra o erro. Além disso, **o conhecimento científico não pode tratar sozinho dos problemas epistemológicos, filosóficos e éticos** (Ibdem). (grifo meu)

Considerando que a temática da minha pesquisa reporta à água e, portanto, à natureza e à sociedade, torna-se pertinente o alerta de Arturo Escobar (2014) acerca do anacronismo e do arcaísmo da racionalidade ocidental hegemônica (incluída a ciência positivista) para lidar com as questões socioambientais. Ele então propõe uma inversão da lógica estabelecida nas hierarquias do conhecimento, entendendo que os saberes originários, populares e tradicionais devem estar na vanguarda desta nova perspectiva. Assim, Escobar valoriza a concepção do *sentipensamiento*, utilizada pelas populações ribeirinhas da Costa Atlântica colombiana e que foi popularizada por Orlando Fals Borda. Conforme Escobar, o *sentipensar* corresponde a uma percepção vinculada ao território vivencial, “implica pensar desde el corazón y desde la mente, o co-razonar” (ESCOBAR, 2014, p. 16), a forma na qual “as comunidades territorializadas têm “aprendido el arte de vivir” (Ibdem). De tal maneira, o *sentipensar* condiz com o equilíbrio sensorial entre racionalidade e sensibilidade, reverberando em equilíbrio da vida, assim como em equilíbrio ambiental, implicando fazê-lo “com los territorios, culturas y conocimientos de sus pueblos – con sus ontologías –, más que com los conocimientos des-contextualizados que subyacen a las nociones de ‘desarrollo’, ‘crecimiento’ y, hasta, ‘economía’” (Ibdem).

Para a própria perspectiva da pesquisa, a dimensão do *sentipensar* também encoraja o movimento de aterrissagem e busca de interlocução com atores que vivenciam esse vínculo sensorial com o lugar e com as gentes do lugar.

1.1 Pesquisa de campo: produção de dados por meio de entrevistas narrativas

Tendo em vista essas alegações perceptivas, epistemológicas e ontológicas, que justificam a minha opção pela análise qualitativa, e compreendendo que a escuta ativa³¹ e o diálogo com distintos atores seriam os meios mais efetivos para levantar informações substantivas que pudessem subsidiar o meu processo de reflexão e análise, é que busquei estabelecer uma conversação com sujeitos representativos do pluralismo de saberes e viveres a respeito da relação com a água.

Desta maneira, optei pela utilização de entrevistas narrativas com a intencionalidade de valorizar a narração espontânea das pessoas entrevistadas (evitando, para este propósito, a injunção de estruturas fixas do tradicional esquema pergunta-resposta), a fim de proporcionar uma atmosfera descontraída e colaborativa, assim como um desprendimento mútuo para uma interação mais horizontal na relação entre entrevistador e entrevistado. Modo elementar de comunicação humana, presente nas suas mais distintas formas de expressão (mito, fábula, conto, novela, drama, tragédia, pintura etc.), a narrativa, conforme Bauer e Gaskell (2002, p.91) é uma capacidade universal que traduz perspectivas de mundo (cosmovisões, ontologias), e implica em “estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal [...] com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida”.

A combinação de histórias de vida e contextos sócio históricos é uma das características deste projeto de pesquisa que também se traduz como indicativo para a utilização de entrevista narrativa. Uma das principais tarefas postas pelo emprego da entrevista narrativa é a tradução de questões exmanentes (que refletem os interesses do pesquisador) em questões imanentes (temas, tópicos e relatos das pessoas entrevistadas), “ancorando questões exmanentes na narração” (idem, p. 97) e, a partir de então, as narrativas dos/as entrevistados/as servirão de fonte ou elemento empírico que subsidiará a reflexão e a teorização.

Ainda na fase preparatória, também elaborei os critérios elementares para chegar aos perfis das pessoas a serem entrevistadas, a partir dos quais providenciei os contatos iniciais e um pré-planejamento da ida a campo. Numa primeira perspectiva, entendi a necessidade de

³¹ Segundo Moura e Giannella (baseadas em SCLAVI, 2003), trata-se de “uma modalidade de observação atenta de cada elemento incluído na relação (si mesmo, o outro, o contexto, o particular e a forma), incluindo explicitamente a reflexividade como parte do processo”, e cujo propósito “não é apenas ouvir para registrar uma opinião, é compreender o que está por trás, para além da aparência, uma porta para o diálogo e revisão das próprias certezas, uma chance de enxergar outras possibilidades e modos de ser das coisas”. O artigo referido, de Moura e Giannella, “A arte de escutar: nuances de um campo de práticas de conhecimento”, foi publicado na Revista Terceiro Incluído – v.6 / 2016, e encontra-se disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/40739>.

entrevistar tanto representantes da sociedade civil, com especial atenção às representações de povos e comunidades tradicionais, como também especialistas vinculados ao universo da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

Com relação a esses últimos, baseei-me na concepção de Weller e Zardo (2013, p.135), entendidos como “as pessoas que atuam no campo delimitado da pesquisa”, sendo que “a atribuição ‘especialista’ é concedida, em primeira linha, de acordo com o interesse ou objetivo do estudo em questão e não necessariamente em função do cargo ocupado”, até porque o preparo e a implementação das decisões não se dá por atores situados em posições hierárquicas superiores, mas intermediárias, que têm acesso privilegiado a informações e que acompanham mais de perto o desenvolvimento de um programa (MEUSER e NAGEL, 1991, p. 443, 444).

Ao projetar incursões epistemológicas contra-hegemônicas e de reflexividade crítica, a pesquisa pressupõe, necessariamente, uma ancoragem no mundo da vida, numa concatenação estratégica com a trajetória de atores representativos desta perspectiva instituinte, da resistência e das lutas sociais no universo da relação com a água, e que assim se encontram, não por acaso, como decorrência da histórica expropriação dos sentidos da água operados pela colonialidade e de seus impactos no contexto sócio-político. Desta maneira, além de prospectar a abordagem complementar de especialistas, optei pela interlocução privilegiada com atores representativos da sociedade civil³², tal como de ONGs ambientalistas engajadas na luta pelo acesso à água como um direito fundamental (assim como pela sustentabilidade ambiental e pela democracia) e, muito especialmente, com representantes de povos e comunidades tradicionais³³, entendendo

³² Existe, no mundo contemporâneo globalizado, uma multiplicidade de expressões e formas de organização social que torna complexo o significado do termo sociedade civil. Grosso modo, podemos entendê-la como a esfera não-estatal caracterizada pela presença de uma diversidade de atores civis (indivíduos e coletividades, tais como associações, movimentos sociais e outras formas de organização e representação social), assim como de projetos políticos que conformam uma arena política ou espaços de interação social reivindicatórios, de luta política por direitos (específicos e/ou difusos) e por transformação social. Conforme Virgínia Fontes (2009), “A categoria de sociedade civil nasce com o mundo burguês, vinculado ao conceito de Estado. Antonio Gramsci, no século XX, critica e reformula o conceito. Na atualidade, tanto o conceito como as próprias entidades da sociedade civil são âmbito de intensas lutas sociais entre uma abordagem (e uma prática) de cunho liberal e uma abordagem (e uma prática) crítica. [...] a sociedade civil – assim como o Estado ao qual se vincula – permanecem espaço de acirrada luta social e, também, luta de classes” (texto disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/sociv.html>). No caso brasileiro, a sociedade civil adquiriu grande expressão, sobretudo, na oposição ao regime militar (1964-1985) e, conseqüentemente, na participação popular na Assembleia Constituinte de 1988, assim como no processo de redemocratização do país. É pertinente considerar que existem formas múltiplas de representação social, correspondentes a distintas formas de autorização e também a vínculos associativos, temas, interesses coletivos difusos e outras possibilidades, que Leonardo Avritzer (2007) entende como perspectivas relacionais de representação social e política (conforme artigo disponível neste link: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=en).

³³ Os povos e comunidades tradicionais podem ser entendidos como “grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos. [...] têm modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, o que faz com que esses grupos se autorreconheçam como portadores de identidades e direitos próprios”, incluindo,

ser este um caminho de abertura de diálogo e de reflexão com vistas à necessária recomposição dos sentidos da água que o regime colonial-capitalístico usurpou e impôs ao seu universo de regulação e controle. Com essa abordagem, pretendi combinar histórias de vida com contextos históricos e sócio-políticos relevantes para o universo da pesquisa. De acordo com Denzin e Lincoln (2006, p.33):

Os sujeitos, ou indivíduos, dificilmente conseguem fornecer explicações completas de suas ações ou intenções; tudo o que podem oferecer são relatos, ou histórias, sobre o que fizeram e por que fizeram. Nenhum método é capaz de compreender todas as variações sutis da experiência humana contínua. Consequentemente, os pesquisadores qualitativos empregam efetivamente uma ampla variedade de métodos interpretativos interligados, sempre em busca de melhores formas de tornar mais compreensíveis os mundos da experiência que estudam.

Ainda com relação aos critérios relacionados aos atores representativos da sociedade civil, levei em consideração os perfis de atores que vivem e/ou atuam nos territórios contíguos às duas bacias hidrográficas, do rio Doce e do rio São Francisco, onde ocorreram os dois maiores desastres socioambientais dos últimos anos (relacionados ao rompimento das barragens de Mariana e de Brumadinho, respectivamente), ambos no Estado de Minas Gerais, que é o estado brasileiro, ao lado da Bahia, com os maiores conflitos de água no campo, segundo Relatórios anuais³⁴ da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esses dois desastres, tragédias incomensuráveis, sobretudo do ponto de vista humanitário, social e ambiental, são ícones ostensivos e incontroversos do insucesso e da insustentabilidade flagrantes de um modelo hegemônico de “desenvolvimento”, ancorado na racionalidade instrumental, turbinado pela

nesta categoria, “os povos indígenas, as comunidades remanescentes de quilombos, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os povos ciganos, os povos de terreiro, os pantaneiros (do pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense), os faxinalenses do Paraná e região (que consorciam o plantio da erva-mate com a suinocultura e com o extrativismo do pião a partir do uso comum do território), as comunidades de fundos de pasto da Bahia (que praticam a caprinocultura em territórios de uso comum), os caiçaras (pescadores artesanais marítimos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que consorciam a pesca artesanal e extrativismo em áreas comuns com o cultivo), os geraizeiros (que exercem ocupação tradicional dos gerais ou cerrado), os apanhadores de flores sempre-vivas (que tradicionalmente exerciam o extrativismo em áreas de uso comum nas campinas, hoje cercadas em grande medida pela monocultura do eucalipto e pela criação de unidades de conservação de proteção integral), entre outros” (informações extraídas da publicação “*Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais*”, disponível neste link: <https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFAA4726B5F1014768BFB16E6016>). Em 2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que tem “como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições” (disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm).

³⁴ Segundo a CPT, no comparativo do ano de 2018 para 2019, o Estado de Minas Gerais teve um salto de 65 para 128 ocorrências de conflito pela água no campo, atingindo, respectivamente, 3.222 famílias em 2018, e 8.352 famílias em 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/74-espaco-para-imprensa-releases-analiticos/14192-conflitos-a-gua-2018-2019-cpt-assessoria-de-comunicacao>.

lógica voraz do capital.

1.2 Imersão nos contextos histórico-sociais e territoriais para o afloramento das narrativas

Desta maneira, entrecruzando os critérios de representação institucional (especialistas com vínculos profissionais em relação à PNRH) ou social (representantes da sociedade civil, tanto de ONGs ou movimento ambientalista como, especialmente, de povos e comunidades tradicionais, vinculados diretamente ou não à referida política pública), transversalizados com outros, territoriais (bacias hidrográficas), tornou-se possível delimitar o universo de atores. A partir de então, estando minimamente instrumentalizado, iniciei um processo de sondagens e tratativas com possíveis colaboradores previamente identificados e comecei a planejar a logística das idas a campo.

As disponibilidades recíprocas e o alinhamento de agendas é um desafio importante, pois são dinâmicas que requerem, de parte a parte, flexibilidade e adaptação para concretizarem-se. Embora eu não tenha conseguido compatibilizar todos esses tempos e movimentos para alcançar integralmente o planejado, pois havia outras pessoas no horizonte de eventuais colaboradores com as quais não foi possível efetivar a conversa, ainda assim, me foi possível realizar 6 entrevistas bastante representativas em relação ao universo almejado (ver logo abaixo o quadro de referência dos perfis de colaboradores da pesquisa). Apenas uma das entrevistas, com um dos especialistas do campo institucional, foi realizada em Brasília³⁵. As demais demandaram deslocamentos aéreos e terrestres, e foram realizadas em duas etapas, todas no Estado de Minas Gerais, uma na bacia do rio São Francisco e todas as demais na bacia do rio Doce.

No decurso dos preparativos, também esbocei um roteiro para a entrevista narrativa (cf. Shütze, 2010), em consonância com os objetivos traçados, que consistiu em três questões orientadoras: i) uma primeira “pergunta geradora” da narrativa em que solicitei que a pessoa entrevistada falasse de sua história de vida (trajetória, vivências, ativismo, atuação profissional etc); ii) uma segunda questão complementar pedindo que falasse da relação do/a entrevistado/a com a água e a natureza; e iii) por fim, uma pergunta sobre perspectivas em relação à política

³⁵ É interessante registrar que embora a cidade de Brasília esteja situada na área de influência da Região Hidrográfica do Paraná (contribuinte da bacia transfronteiriça do rio da Prata), o Distrito Federal tem porções do seu território em outras duas Regiões Hidrográficas brasileiras, a do Tocantins-Araguaia (por meio da sub-bacia do rio Maranhão) e a do São Francisco (por meio da sub-bacia do rio Preto). Portanto, o DF também pertence à bacia do rio São Francisco.

de águas no Brasil (avanços e desafios, perspectivas, a questão da participação social etc) (cf. Apêndice A). Foram basicamente essas questões que orientaram o diálogo e as narrativas, com adaptações tópicas para os respectivos perfis de colaboradores. No desenrolar das entrevistas, essas questões cumpriram a função de embriões que, de alguma maneira, germinaram nas narrações, não necessariamente na ordem roteirizada, até porque não são questões estanques, estão imbricadas entre si e no contexto perceptivo/vivencial dos colaboradores.

Gravadas em áudio (utilizei meu próprio aparelho de *smartphone* e, por precaução, também um *notebook*). As entrevistas foram posteriormente transcritas na íntegra, com edições tópicas de pontuação e leves modificações da expressão oral em algumas passagens para facilitar a leitura. Informações complementares e explicativas de determinados termos ou assuntos abordados foram registrados em um diário de campo. A utilização das gravações e das informações nelas contidas para os fins da pesquisa foi autorizada pelos respectivos entrevistados, tanto de forma oral (contidas nas gravações) como por escrito, por meio do preenchimento do Termo de Consentimento (cf. Apêndice B), assegurando a privacidade das respectivas identidades (nomes dos entrevistados). Foi considerado prudente assegurar essa privacidade, sobretudo, com relação aos atores institucionais, a fim de proporcionar maior desprendimento na narração e evitar eventuais constrangimentos em seus respectivos universos de atuação profissional. Por esta razão, procurando contornar essa limitação, serão utilizados nomes fictícios para os colaboradores que foram entrevistados, sendo que para a representação indígena e quilombola, pelo fato de representarem sujeitos coletivos (povos e comunidades, respectivamente), serão então referenciados com codinomes representativos de suas identidades coletivas, sendo o colaborador indígena mencionado como ‘Krenak’ e a colaboradora quilombola como ‘Ocaia³⁶ da Tabatinga’. Os demais, pelas razões expressas, serão então referenciados por nomes fictícios aleatórios que não condizem com suas identidades verdadeiras (ver quadro a seguir).

³⁶ A palavra ‘Ocaia’, de acordo com o livro da pesquisadora Sônia Queiroz (“Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga”, 2nd ed. Ver. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018), corresponde ao vocabulário da Língua do Negro da Costa, dialeto Bantu, que era tradicionalmente falado no Quilombo da Tabatinga e significa ‘mulher’ (consta às páginas 85, 87 e 129 da referida publicação).

Quadro 3 – Participantes da pesquisa e data/local de realização das entrevistas

Representação		Nome fictício	Território em que vive/atua	Data e local da entrevista
Sociedade civil	Povos e Comunidades Tradicionais	Krenak	Aldeia da Terra Indígena Krenak, município de Resplendor-MG, bacia hidrográfica do rio Doce (<i>o Uatu</i>).	Entrevista realizada em uma das aldeias da Terra Indígena Krenak, localizada no município de Resplendor-MG, no dia 08/01/2020. Duração da entrevista: 1:26:42.
		Ocaia da Tabatinga	Comunidade Quilombola Carrapatos da Tabatinga, município de Bom Despacho-MG, bacia hidrográfica do rio São Francisco.	Entrevista realizada na sede da Associação do Quilombo Carrapato da Tabatinga, município de Bom Despacho-MG, no dia 03/01/2020. Duração da entrevista: 36:40.
	ONGs	Altiva	Reside em Governador Valadares-MG e atua na bacia hidrográfica do rio Doce.	Entrevista realizada no município de Governador Valadares-MG, no dia 07/01/2020. Duração da entrevista: 59:58.
	ONGs	Rachid	Reside em São Domingos do Prata-MG e atua na bacia hidrográfica do rio Doce e de seus afluentes mineiros.	Entrevista realizada no município de São Domingos do Prata-MG, no dia 02/01/2020. Duração da entrevista: 1:31:00.
Atores institucionais	Especialista 1	Diana	Vive e trabalha na Capital Federal, situada na bacia do rio Paranaíba e, numa escala mais ampla, na bacia do Prata. Atua, especialmente, em território nacional, na escala das 12 Regiões Hidrográficas brasileiras.	Entrevista realizada nas dependências em Brasília-DF, no dia 09/12/2019. Duração da entrevista: 49:22.
	Especialista 2	Hudson	Reside em Belo Horizonte-MG, mas atua profissionalmente na bacia do rio Doce.	Entrevista realizada em Belo Horizonte-MG, no dia 04/01/2020. Duração da entrevista: 1:11:53.

Fonte: Dados da pesquisa (2019-2020).

Na perspectiva de análise e interpretação dos dados das entrevistas, orientei-me a partir de expedientes sugeridos por BAUER e GASKELL (2002, p. 106, 107), de modo que procedi à transcrição das gravações, assim como ao trabalho de sistematização e reagrupamento das informações com base nos três tópicos constantes no roteiro básico das entrevistas (trajetória de vida, relação com a água e implicações sócio-políticas com o processo de gestão), o que contribuiu para a estruturação dos capítulos da dissertação e, ainda, propiciou um aproveitamento mais efetivo dos dados das entrevistas.

As entrevistas narrativas me permitiram conhecer ainda mais sobre as trajetórias dos participantes da pesquisa, seus lugares de origem ou de atuação, suas (cosmo)visões sobre a água e as experiências que influenciaram suas atuações nos processos políticos relacionados ao universo da água ou da gestão hídrica. Além disso, a partir da sistematização dos dados das entrevistas foi possível traçar um breve panorama biográfico das pessoas entrevistadas, assim como, a partir dos eixos temáticos que orientaram o roteiro de entrevistas, estabelecer um conjunto de subcategorias e o agrupamento de assuntos, delineando uma estrutura a partir da qual foi possível conceber a análise teórica.

2. TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS E DE MILITÂNCIA DOS/AS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual a sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam.

Isso faz da compreensão sempre uma interpretação.

Leonardo Boff (in: A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997)

Em que pese o debate público sobre a água no país, assim como a dinâmica da gestão dos recursos hídricos, serem, ambos, operados pela racionalidade instrumental hegemônica e estarem majoritariamente acoplados ao paradigma dominante eurocêntrico, ainda assim, foi possível entrevistar especialistas que apresentam uma visão crítica desta condição, com sensibilidade e desprendimento para entender e dialogar com os saberes não hegemônicos. Já os representantes da sociedade civil, das ONGs e de povos e comunidades tradicionais, principalmente esses últimos, expressam saberes, cosmologias e modos de vida que guardam os códigos necessários à tarefa de recomposição dos sentidos da água que foram sequestrados ou expropriados pela colonialidade. Isso posto, apresento, neste capítulo, um breve panorama biográfico dos respectivos colaboradores/entrevistados da pesquisa.

2.1 Representantes de Povos e Comunidades Tradicionais e de ONGs e/ou movimento ambientalista

2.1.1 Representante do povo indígena Krenak

Sua conexão com a água remonta às memórias mais remotas da infância, vivida no Vale do Rio Doce, onde também nasceu, na década de 50 do século passado, remetendo-o a “um mundo de água”, de córregos, de rios, em especial o rio Doce, denominado de *Uatu* (o avô, como é, ancestralmente, reverenciado pelos Krenak). Em suas palavras, isso se deu

como um evento que determinou a minha conexão com a água, de uma maneira tão radical que, se eu fosse fazer uma retrospectiva para buscar onde foi que ele se constituiu, numa razão de luta, de engajamento meu no mundo sobre a apropriação aviltante que os humanos fazem da água, eu ia, talvez, retroceder quase à barriga da minha mãe. (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020).

Foi pelo fedor, que começou a decifrar os primeiros sinais da avassaladora engrenagem do “progresso”, logo expandido pela ostensiva presença de caminhões entrando nas matas, de máquinas cortando árvores (o fedor que sentia era do diesel, como descobrira posteriormente), assoreando rios, a serviço de madeireiras, da pecuária, da mineração e outras atividades que cada vez mais ameaçavam o bem viver dos seus parentes nas aldeias:

a minha consciência dessas relações socioambientais, ela vem a mim pelo cheiro das coisas, eu sentia mal quando os caminhões começaram a entrar na mata, na região que eu nasci, eu senti um fedor que eu não sabia o que era, mas era do diesel, eram máquinas fedendo, cortando as árvores, assoreando os córregos, os rios e, de alguma maneira, ameaçando um mundo que eu achava ideal pra mim, e esse mundo era um mundo de rios, de córregos, um mundo de chuvas, um mundo de serras escorrendo neblina. (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020).

Foi na transição da infância para a adolescência que eclodiu a sua consciência crítica do mundo, das relações socioambientais, das tensões, dos conflitos, das espoliações que demarcam uma longa história de guerra sem tréguas do empreendimento colonial e capitalista contra os povos originários e as comunidades tradicionais no Brasil. Sua adolescência foi a de “alguém que estava se sentindo roubado porque não podia saltar dos altos penhascos e cair numa água fresca e límpida” (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020).

Sentia-se profundamente “aviltado por esse tipo de invasão, um menino irado com essa coisa da técnica, de derrubar árvore, de abrir pasto, garimpo e mineração” (idem), e indignado pela expansão desmesurada do mundo do humano (sobretudo, desse humano dominante, que é frio, calculista, ganancioso, inescrupuloso, opressor, ou seja, o humano moderno-colonial, capitalista) para cima da natureza:

quando eu visito a geografia física do mundo, e vou às terras onde eu passei a minha infância, nessa região do Rio Doce, eu vejo uma certa relação entre o tempo da década de 50, né, eu nasci em 1953, até o final do século 20. A devastação dessa região pelas madeireiras, pela colonização com a pecuária, pela entrada dos pastos, [ocorreu] assim, de uma maneira avassaladora. Os pastos ocuparam tudo, os córregos, os ribeirões, todos viraram, assim, um flagelo. [...] Esse sentimento de estar sendo roubado, ele me provocou a olhar de onde é que estava vindo tanta agressão e eu, muito cedo, entendi que a ideia de progresso é exatamente isso, progresso é você devastar uma região abrindo ferrovia, devastar uma região abrindo pasto, devastar uma região enfiando gado, enfiando um tipo de animais que não é dali (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020).

O encargo colonial também em sua feição capitalística, voraz, teve a magnitude de um choque que produziu abalos percebidos desde a infância

[...] a minha ira infantil ela tinha sentido, a minha revolta com relação à geografia sendo aviltada, ela tinha sentido, então eu acho que não é muita fantasia a minha ideia de um menino ofendido com o fedor da graxa do petróleo, da gasolina, dos caminhão,

da motosserra, do garimpo, da madeireira, porque são essas atividades que vieram colonizar o meu mundo, que sempre ofenderam. Eu nunca tive paz com essas atividades e nunca almejei ser um dos caras que fazem essa marcha em cima da natureza. (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020).

Esse padrão de apropriação da natureza, da terra, da água, das florestas, submeteu os Krenak a deslocamentos forçados e a toda sorte de violências e expropriações. Padrão este que historicamente se reproduz também sobre outros territórios, ameaçando o modo de vida e a própria existência dos povos originários em geral.

Em sua juventude, tornou-se ainda mais aguçada a sua visão crítica e o seu sentimento de indignação com relação às imposições perpetradas por esse modelo hegemônico de “desenvolvimento”, que passa por cima de tudo e de todos, movido pela ânsia de consumir e mercantilizar a natureza e a vida. Lutou, primeiramente, em seu próprio território, inclusive contra o barramento e a exploração generalizada do rio Doce. Tornou-se um militante contra barragens. Seu engajamento no mundo se fez pela solidariedade com os parentes de outros lugares do território nacional e até de fora, numa perspectiva de sujeito coletivo, colocando-se inteiramente na defesa dos direitos povos originários. Essa sua postura se intensificou no período da abertura política e eferescente redemocratização do país, inclusive contribuindo para a conquista do “Capítulo dos Índios” na Constituição Federal de 1988.

Nos anos 90, depois de muitas andanças, retornou ao seu Estado de origem, Minas Gerais, dedicando-se à cultura indígena e às lutas socioambientais. Na maturidade, voltou a viver mais próximo dos seus parentes, na Terra Indígena Krenak, tendo denunciado o crime das mineradoras e a cumplicidade de poderes públicos na morte do rio Doce.

Eu andei um pouco pelo mundo e consegui, além da experiência intelectual, né, do mundo, eu consegui, eu tive a bênção de me encontrar com seres e com experiências de vida na Terra que abriram muitas outras perspectivas, muitos portais de existência pra mim, e são todos os portais de resistência coletiva, [...] implicam num sujeito coletivo, não tem jeito de eu me salvar sozinho, eu não vou pra lugar nenhum, e isso acabou se refletindo na minha própria realidade familiar, as pessoas importantes pra mim, ou estão enterradas aqui, ou estão vivas aqui, o rio importante pra mim está em coma, passando aqui, ó, na laje de pedra, se você quiser depois nós vamos visitar ele (o *Uatu*, o rio Doce), e ele tem sido o lugar mais frequente onde eu tenho me encontrado com pessoas pra conversar sobre floresta, água, a vida, educação, alguma coisa pode ter sentido, de saúde, como se isso não fosse a própria vida e, aquela ideia dissociada do saber que me deu curiosidade, dos 20 até 50, 60 anos, já deu, já passou, eu não tenho mais curiosidade sobre a vitrine do saber, e a gente passa. Se tiver a bênção de continuar vivo, eu vou passando pela experiência de estar vivo, e eu quero cada vez mais sentir a vida me atravessando, onde não existe a separação entre saúde, educação, cultura, arte, porque tudo é vida. (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020).

As andanças pelo mundo dilataram a sua perspectiva de entrelaçamento e de

cumplicidade com outros sujeitos também em luta contra a dimensão obscena e espoliadora do sistema-mundo.

2.1.2 Representante da comunidade quilombola de Tabatinga - Ocaia

Toda a sua história de vida e de militância encontra-se intimamente ligada à de sua mãe (Mãe Tiana de Oxóssi³⁷), que era uma matriarca e liderança expressiva da comunidade, precursora da luta pelos direitos dos quilombolas da Tabatinga, mas que faleceu recentemente, em julho de 2019. Ela assim narra: “a minha trajetória, a minha militância se iniciou com a luta da minha mãe, ela foi a matriarca, foi a iniciante da luta pelos direitos das comunidades quilombolas, principalmente aqui em Bom Despacho, onde a gente vive”.

Devido ao acúmulo de violações ao território e às comunidades (grandes empreendimentos, especulação imobiliária etc.) ao longo de décadas, o que degradou o ambiente e comprometeu a qualidade de vida das pessoas da comunidade, as quais passaram carências severas (inclusive escassez de água), viram-se compelidos à necessidade de se reorganizar, buscar ajuda fora e construir alianças com outras comunidades:

começou uma degradação muito grande nas margens do rio São Francisco, as pessoas construindo sítios, as pessoas usando muito as margens do rio, construindo piscinas, pegando água do rio para o bem pessoal sem cuidar, e fora a poluição que causou muita erosão em nossa nascente. [...] a gente conheceu que existiam outras comunidades em outras regiões, e também fazendo parte da bacia do rio SF, sofrendo essas violações e passando até por necessidades hídricas mesmo, não tendo nem água para a sua subsistência. [...] Passamos grande parte, muitos anos, com falta, com o rio com muito pouca água, aí nós pensamos, nos reunimos na comunidade e decidimos que nós tínhamos que buscar ajuda lá fora. (Entrevista narrativa com a quilombola Ocaia, 2020).

Em 2004, estiveram na organização do primeiro encontro de comunidades negras do Estado de MG. Em seguida, se conectaram e formaram rede de atuação com outras comunidades da bacia do rio São Francisco que também sofriam violações e passavam necessidades, inclusive de escassez de água. E avançaram nessa união para fortalecer a luta e as pautas reivindicatórias, criando, depois, uma Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais.

a gente se uniu e pensou, estamos cada um, em cada município, lutando só, seria então importante a gente criar uma organização que nos unisse e nos fortalecesse na luta. Foi a partir desse primeiro encontro que a gente criou, então, a Federação, uma

³⁷ Mãe Tiana de Oxóssi colaborou e foi biografada pelo Programa “Saberes Tradicionais” da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: <https://www.saberestradicionais.org/sebastiana-geralda-ribeiro-da-silva-sebastiana-de-oxossi/>.

coordenação, dentro de um ano a gente foi visitando as regiões, as comunidades, e criamos a Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N'Golo). [...] e Minas Gerais é o estado mais conservador, o estado com mais violações, um dos estados com o maior número de comunidades quilombolas onde não tem nenhuma titular, então o MG é um estado muito difícil, a luta nossa é muito grande, mas isso não nos impede de continuar a luta. [...] E aí, a gente tinha respaldo, com CNPJ jurídico, para estar ingressando dentro desses conselhos né, fazendo parte, para levar as nossas angústias, as nossas reivindicações para esses espaços. (Entrevista narrativa com a quilombola Ocaia, 2020).

Sendo uma instituição reconhecida, começaram a também participar de conselhos de políticas públicas como forma de compartilhamento de angústias, necessidades, reivindicações e estratégias de atuação. Com a participação nos conselhos, a exemplo dos comitês de bacias hidrográficas, conseguiram ser ouvidos, encaminhar denúncias e aumentar a fiscalização contra violações nos territórios. Com a experiência da Federação se filiaram, então, à CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas). Ocaia tem também concatenado a luta das comunidades quilombolas com a política institucional. Conselheira representante dos quilombolas no Comitê da Bacia do rio São Francisco (CBH-SF) e presidente da Associação do Quilombo da Tabatinga, Ocaia é, hoje, uma liderança estadual e nacional na consolidação das articulações em defesa dos direitos quilombolas, dando continuidade ao legado de sua mãe e de seus ancestrais.

2.1.3 Representante do movimento ambientalista – Altiva

Natural de Governador Valadares-MG (município sede do CBH-Doce), tem uma trajetória toda voltada para a área da Educação, principalmente na área pública, embora tenha atuado também no setor privado, além da atuação intensa na temática socioambiental, especialmente, na gestão de águas. Foi professora primária, secundária e universitária, orientadora educacional e, ainda, coordenadora da área de educação e cultura da Delegacia Regional de Ensino:

Na educação, eu fui professora primária, fui professora secundária, fui professora universitária e eu fui orientadora, trabalhei no órgão administrativo do sistema, na época, Delegacia Regional de Ensino, foi coordenadora da área de educação e cultura, e trabalhei pra me aposentar numa escola primária, trabalhei também alguns anos na rede privada, mas minha vocação sempre foi a escola pública, e eu me dediquei à escola pública, e por causa da escola pública, fui uma das fundadoras do Sindicato dos Professores, na época, UTE, hoje Sind-UTE e fui a primeira presidente do Sind-UTE. (Entrevista narrativa com a ambientalista Altiva, 2020).

A politização e o engajamento coincidiram com o processo de abertura democrática do

país, levando-a, então, a fundar e presidir o Sindicato dos Professores, atual Sind-UTE (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais), assim como a atuar ativamente no efervescente processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, encaminhando propostas, e também na elaboração da Constituição do Estado de Minas Gerais. No próprio município, com o propósito de defender as propostas da educação no processo de elaboração da Lei Orgânica Municipal, tornou-se candidata e foi eleita vereadora por um partido do campo de esquerda (o Partido dos Trabalhadores), escolhido, à época (transição dos anos 80 para os 90), por ser então o mais alinhado com as propostas dos profissionais da educação:

Tudo tem a ver com a educação [...] com a educação a gente compreende muito a questão sistêmica [...] a gente discutia as questões nacionais, foi pós Constituição de 1988, bastante efervescência nas discussões, né, de base, e aí a gente tinha uma proposta para a constituinte de 88 que já caminhávamos propostas e depois da Constituição de 88 promulgada, veio a Constituição do Estado, que nós participamos também com sugestões e propostas e acompanhando as discussões, e aí chegou a época da eleição Municipal do período de 1989-1992, a gente tinha, então, uma proposta para Lei Orgânica Municipal de Educação e foi pensado quem representaria professores, os educadores e meu nome saiu porque eu tinha trabalhado em órgãos do sistema, tinha sido coordenadora da área de educação e cultura, o nome era conhecido e eu fui para o sacrifício [risos] (Entrevista narrativa com a ambientalista Altiva, 2020).

No processo de elaboração da Lei Orgânica, interessou-se também pelo capítulo de Meio Ambiente e, desde então, envolveu-se fortemente com o movimento ambientalista e com o incipiente movimento pró-Rio Doce, que foi decisivo para a posterior instituição do Comitê da Bacia do Rio Doce (CBH-Doce), do qual participou como representante da sociedade civil organizada, inclusive ocupando diferentes cargos da diretoria do comitê ao longo das gestões:

durante o mandato [de vereadora], eu comecei a ver as questões de Meio Ambiente e aí me interessei na hora do capítulo de Meio Ambiente da Lei Orgânica Municipal e comecei a estudar desesperadamente, e comecei a participar de um movimento que tava incipiente, que era o movimento pró-Rio Doce, um movimento, principalmente, de pessoas ligadas à sociedade civil [...] e a coisa se ampliou, e eu, como Vereadora, eu comecei a participar então das discussões ambientais e na época dessa discussão nós começamos a ver a necessidade da instituição do comitê da Bacia do Rio Doce e foram organizados, então, inclusive com apoio logístico da ANA, 18 encontros [...] deu para ver a questão da dimensão da bacia da imensidão da bacia, da complexidade dos problemas da bacia, mas, naquela época, não chega nem perto dos problemas que são de hoje, né. [...] eu fui participar então da primeira diretoria, já tava terminando meu mandato de vereadora e, a partir daí, como representante da sociedade civil, eu comecei a participar do instituto, aliás, do Comitê da Bacia do Rio Doce (CBH-Doce), e porque os representantes da sociedade civil eram poucos, e eu estava muito bem articulada, na época por causa da questão do exercício da vereança, eu fui para a diretoria e permaneci, né, em diferentes cargos da diretoria do comitê ao longo das gestões, porque a sociedade tinha pouca representação, e foi a partir da discussão dos instrumentos de gestão que a sociedade civil foi aumentando a participação. [...] eu continuo, apesar de ter visto, assim, falhas no processo que eu participei, todo, falha em termos de resultado, você olhar assim, ah, não melhorou a qualidade da água, não

melhorou, a bacia continua perdendo, eh, eu ainda sou uma pessoa que eu tenho esperança, né. (Entrevista narrativa com a ambientalista Altiva, 2020).

Ao combinar a experiência educativa, pedagógica, com a militância ambientalista voltada para a gestão hídrica, Altiva é uma daquelas entusiastas que enxergam um papel estratégico da Educação Ambiental no campo das políticas de água: “eu sou a favor da Educação Ambiental por causa justamente desse caráter sistêmico, permanente, né, assim, de participação, a pessoa entender as consequências de quaisquer de suas ações, isso pra mim é a primeira coisa, [...] a Educação Ambiental, pra mim, ela permite isso, torna a pessoa uma pessoa de conexões”. Ela também atribui aos encontros e processos formativos de Educação Ambiental (EA) realizados na bacia um certo aumento do protagonismo da representação indígena em atividades do Comitê de bacia: “a Lei fala em participação dos indígenas [...] só que eles eram representados pela Funai [...] foi naquele encontro de EA lá em Ouro Preto que eles tiveram protagonismo, que eles participaram dos grupos de debate, foi a partir dali que eles também se empoderaram, eles sentiram necessidade e começaram a discutir”.

2.1.4 Representante do movimento ambientalista - Rachid

Pedagogo, pós-graduado em Psicopedagogia, também com formação em Eletrônica, Informática e Telecomunicações e especialização em Saneamento, é um educador popular e ambientalista, natural de São Domingos do Prata-MG. Com uma trajetória voltada para múltiplas frentes de atuação em diversas políticas públicas, tanto local como regionalmente, em especial nos territórios das bacias hidrográficas dos rios Doce e Piracicaba, constitui-se, na prática, como um ativista polivalente.

Reunindo larga experiência profissional, foi militar do Exército Brasileiro, pertenceu à Marinha de Guerra (sentiu na pele, em uma viagem transoceânica, dentro de um navio estadunidense, a discriminação, ao lado de outros latinos, tratados como ‘cucarachos’, espantando-se com o despreparo em termos culturais e de relações humanas dos gringos) e depois abandonou a carreira militar, indo trabalhar na área de telecomunicações do Estado de Minas Gerais, inclusive no gabinete de 4 ex-governadores:

eu formei no CEFET, na área de Eletrônica, depois eu fui servir o Exército, fiquei 8 anos como militar, fiz Telecomunicações, estive em Corumbá-MS, em São Miguel do Iguaçu-PR, depois fiz prova para a Marinha Mercante e fui pra Vitória-ES, mas ao invés de eu ficar na Marinha Mercante, pelo fato de eu ter alguns anos como militar do Exército, eu fui para a Marinha de Guerra porque teve uma oportunidade (e eu tinha um conhecimento na área eletrônica e digital) de embarcar num navio e eu doído pra embarcar, pra conhecer o mundo, essas ilusões, essas utopias que a gente tem, mas

foi legal, apesar de eu ter embarcado num navio americano (dos EUA) com texanos, tudo racista, autoritário e sem cultura, eu nunca vi um povo tão despreparado, se tiver uma guerra nós estamos fodidos porque eles são muito preparados em termos de equipamentos, mas intelectualmente, em termos de cultura, em termos de relações humanas não tem nenhuma, e a gente foi muito discriminado dentro do navio e isso pra mim foi até muito interessante, porque os excluídos do navio era a turma dos “cucarachos”, como eles nos chamavam, e isso também foi um aprendizado, eu aprendi muito eletrônica digital quando eu dei baixa, eu vim para o Palácio de Despacho, eu peguei o governador Francelino Pereira, o Tancredo Neves, o Hélio Garcia e quando entrou o Newton Cardoso (quatro ex-governadores do Estado de Minas Gerais) eu fui para a Telemig (antiga companhia estadual de telecomunicações), né. No Palácio eu mexia com a CPA, um equipamento de telecomunicações, porque não existia internet, era tudo Telex, onde interligava o governador e todas as secretarias, quartéis, delegacias regionais de ensino, também foi um grande aprendizado. (Entrevista narrativa com o ambientalista Rachid, 2020).

Em seguida, mudou novamente de campo e foi atuar como assessor parlamentar, tanto na Câmara Municipal de Belo Horizonte como na Assembleia Legislativa de MG, em ambas as experiências assessorando parlamentares do Partido dos Trabalhadores. Desenvolveu um potente trabalho de base, organizou associação de catadores e militou no desenvolvimento de rádios comunitárias, contribuindo para a criação de centenas delas, dentre as quais a famosa Rádio Favela e a Rádio Uai, de Belo Horizonte, dentre outras, no Estado do Paraná, onde também trabalhou. Do Paraná retornou a Minas, tendo assessorado algumas prefeituras municipais e indo trabalhar, no final dos anos 90, no Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM) como mobilizador social, especialmente, no processo de organização da primeira Conferência Estadual das Águas, que se constituiu num processo enraizado de educação e ampla mobilização com vistas à estruturação dos comitês de bacias hidrográficas mineiros.

da Telemig e fui assessorar a Câmara de Vereadores (de Belo Horizonte), a vereadora Caiaffa (do PT), né, onde a gente militou durante muitos anos com rádios comunitárias e catadores de papel. Nas rádios comunitárias foram, eu posso falar com propriedade, foram centenas de rádios que nós montamos dentro da lei, com conselho de programação, onde a comunidade de fato definia a grade de programação, foi também um exercício muito legal, gerou experiências como a Rádio Favela, a Rádio Uai. Lá no Paraná a rede de informação popular que nós criamos na fronteira, né, onde as rádios comunitárias tocavam em castelhano, em guarani como em português, eu achava isso fenomenal, resgatar os dialetos que tem na fronteira. [...] Depois, eu voltei para Belo Horizonte e fui assessorar algumas prefeituras na área de meio ambiente e entrei para o comitê de bacia, fui ser mobilizador do IGAM (Instituto Mineiro de Gestão de Águas), naquela época nossa, em 1997/98. (Entrevista narrativa com o ambientalista Rachid, 2020).

Depois disso, retornou a São Domingos do Prata e iniciou uma forte atuação regional na gestão hídrica, principalmente, na bacia do rio Piracicaba (que é uma sub-bacia do rio Doce), atuando no colegiado (comitê de bacia) como representante da sociedade civil.

[...] essa experiência de mobilização me deu uma certa visibilidade da bacia, inclusive porque você estava comigo lá, em várias cidades, lá em Teófilo Otoni, Nanuque, parece que você também estava lá, fizemos aquelas pré-conferências pra criar os comitês (de bacias hidrográficas), né, isso pra mim foi muito importante porque eu já tinha uma visão do que é que eram as bacias, mesmo que o Mucuri estava fora do Doce, mas foi um grande aprendizado que nós tivemos, né, e daí eu comecei a militar mais no rio Piracicaba, que era a minha bacia (afluente do rio Doce), né, e logo que eu comecei, a primeira grande conquista nossa foi a Cobrança. (Entrevista narrativa com o ambientalista Rachid, 2020).

Com o tempo, chegou a presidir o CBH-Piracicaba e, hoje, é conselheiro de outros 4 comitês de sub-bacias (Mucuri, Santo Antônio, Suaçuí e Piranga), além do próprio comitê interestadual do rio Doce (CBH-Doce), tendo uma atuação marcante em toda a territorialidade hídrica da bacia do rio Doce, especialmente na porção mineira da bacia. Além de referência na gestão de águas, atua fortemente em outras políticas públicas (assistência social, educação, saneamento, combate a incêndios etc). Rachid mantém o perfil de liderança combativa, tão requerida ao exercício do ambientalismo num contexto caracterizado pela aspereza e poderio das grandes empresas, mas também adquiriu o traquejo e a sapiência da diplomacia:

eu acho que eu tenho uma relação boa com as empresas porque, mesmo eu batendo de frente, mesmo eu sendo antipático, eu nunca fui antiético, eu nunca sabotei elas, entende, eu sempre fui rígido com elas, eu quero resultado, não me vem com conversinha de análise que trouxe lá do México, eu quero é o local, eu quero a comunidade consciente . (Entrevista narrativa com o ambientalista Rachid, 2020).

A batalha travada em relação ao mineroduto foi um exemplo de luta perdida devido ao *lobby* das mineradoras junto ao Estado,

o mineroduto, que conseguiu se safar com a ajuda do Estado porque não pagou um tostão e leva a nossa água e joga no mar, não retorna com ela, porque teria que retornar, já que eles não pagam, tem essa pressão, mas é só nós que fazemos a pressão, porque o Estado mesmo fica omissivo nessa coisa de pressionar o mineroduto de trazer de volta essa água ou então pagar por ela, né. Eu acho que não é nem que pagar por ela não, tem é que devolver ela e limpa, né, nós discutimos durante a atuação do mineroduto, que se eles tratassem o esgoto das cidades e jogassem essa água tratada no encanamento deles, no duto deles pra empurrar o minério, já seria uma grande vantagem, porque nós teríamos pelo menos o saneamento resolvido nos municípios, mas com jeitinho e também ajudados pelo Estado, deram uma banana pra todos os municípios, tratoraram as nossas APPs, as nossas áreas de proteção ambiental, porque onde o mineroduto passava eles arrancavam tudo e até a gente acionar a justiça. (Entrevista narrativa com o ambientalista Rachid, 2020).

A parceria com o Ministério Público também contribuiu para a luta em defesa dos interesses sociais e ambientais diante do poderio empresarial,

ah, já me falaram: “hei, cara, você está (entrosado com o MP)... é uma faca de dois legumes, como diz o outro, o Ministério Público tanto pode te ajudar como pode te ferrar”. Eu falei: “é só eu não fazer coisa errada, eu quero é fazer junto com ele pra ele ver, me orienta, então, uai, eu não acho que ele seja um problema pra mim não, problema é pra vocês (as empresas e outros atores) que têm aí déficit ambiental, a prefeitura fazendo coisa errada, Codema que não reúne”. Eu, com o promotor lá, eu

nem dou muita bola não porque senão eles acham que nós somos muito juntos, mas nós somos igual jogador de Truco, quando nós estávamos na SUPRAM, era um olhar meu pra ele que nós sabíamos o que é que nós íamos fazer, né. então você tem que treinar pra fazer isso, pra jogar truco você tem que treinar o seu parceiro. Lamentavelmente, nessas plenárias, nós temos que fazer um jogo porque chega lá os cara (principalmente empresas) é maioria, né, então, você tem que achar um jeito. eu, por exemplo, toda vez que o fulano (representante das empresas) ia ao banheiro [risos], eu punha, eu pedia votação, depois votava e quando ele chegava já tinham votado, eu sabia que era um voto a menos, eles ficavam putos comigo, eu falava, eu sei que você não vai votar em mim, então, aproveitei que você foi ao banheiro [mais risos], né, e aí o promotor olhando as mesas, né, sabia que era hora de votar. Muita coisa nós ganhamos assim. (Entrevista narrativa com o ambientalista Rachid, 2020).

A promoção da cultura de base popular, com destaque para a organização dos Congados da região do Piracicaba mineiro, é outra frente importantíssima que singulariza a atuação de Rachid na região. Ele conta um pouco dessa história:

Antes de eu mexer com a parte de recursos hídricos eu já militava na área cultural dos Congados. Desde 1980, eu monitoro 40 guardas (de Congo) na nossa bacia, a gente criou um subdiretório e isso a gente trabalha para não ter a descaracterização, pra resgatar os dialetos, a cantoria, a rezação, isso não é só religião, pra mim é cultura popular, pra mim é resgatar a técnica de trabalho dos escravos, que eram, as primeiras minerações. Quem é que trouxe isso pra cá? Foram os africanos e a Igreja é que investiu, a Igreja (católica) tinha mineração aí pra todo lado, sempre faturou, né, as confrarias se organizaram exatamente porque tinha muita viúva, muito órfão e elas é que abraçavam esses órfãos, eu falo que as congadeiras foram as primeiras assistentes sociais no país, foram primeiro que o Estado, porque nós temos documentos de 1750, né, muito antes de ter essa organização do Estado e tudo mais, as confrarias já estavam organizadas, confrarias de Congado, de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, São Sebastião, todas tinha uma organização e um trabalho social, né, num era só as festas de Congado, as festas eram uma das atividades, tinha atividades de calçamento, de prestação de serviço, nesse regimento que nós trouxemos da Torre do Tombo (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Portugal), o escravo na nossa região, na verdade, pagava o seu senhor uma quantia por mês pra ele ficar livre para trabalhar autônomo, aí ele tirava o dinheiro do seu senhor, da Igreja e pra ele, então, nossos escravos aqui na nossa região tinham terra, tinham escravos também, e tudo registrado em Portugal, porque eles não confiavam. Aqui mesmo no Prata nós tínhamos um cartório no Alfié (Santana do Alfié é um distrito de São Domingos do Prata) que tinha a história toda, foram lá e puseram fogo nele, a história dos índios que estavam presos no Alfié sob o Guido Marlière. (Entrevista narrativa com o ambientalista Rachid, 2020).

Rachid também narra a conflituosa relação da igreja e o preconceito social com os elementos de origem africana, a exemplo dos ritmos e toques do Candomblé e do Moçambique presentes no Congado,

[...] no Congado há um choque, por causa da Igreja, porque eu falo com eles sempre, ‘oh, cês não ficam muito aí não porque o Candomblé é muito próximo da gente aqui, ó, [...] tá presente’, você pega a batida do Moçambique, é uma batida de guerra, uma batida do Candomblé, né, o próprio Congo, isso é muito da rezação, da benzeção, e a Igreja reprimia esse povo [...] o padre não deixava a gente nem entrar na igreja, era coisa de macumbeiro, de Candomblé, e não é isso, eu consegui desmistificar muito

essa relação do Candomblé e do Congado [...] Nós tínhamos aqui uma congadeira antiga, aqui, em Nova Era, né, que ela contava a história de porque é que o Congado usava colorido, porque que usava o espelho, porque que usava o capacete, Dona Mariazinha, era sensacional, eu chamava ela pras festas, dava o microfone e ela contava a história do Congado, que a maioria dos congadeiros não sabia, hoje está muito consciente, hoje nós temos, por exemplo, guarda mirim, os meninos tinha vergonha do Congado, hoje acabou isso. (Entrevista narrativa com o ambientalista Rachid, 2020).

Além da importância histórico-cultural dessa tradição viva, há também uma dimensão cidadã de apoio comunitário, de prestação de serviços,

[...] então, isso, assim, é uma das coisas que pra mim não tem dinheiro que pague não, e o carinho que eles têm comigo porque a minha mãe é de Piracicaba, a guarda de Piracicaba é riquíssima, né, canta o dialeto até hoje, [...] o padre que morreu lá há muitos anos deixou a igreja, o território todo pra eles, então eles aproveitam isso muito bem, mas sempre foram maltratados [...] nós fizemos, em 2009, um ano de oficinas, oficina de coroa, oficina de capacetes, oficina de indumentárias, oficina de cantoria, oficina de culinária, [...] já melhorou demais porque tinha gente que passava mal, né, [...] em todos os estatutos que eu reformei, eu pus lá um núcleo de prestação de serviços, capina, pintura, coisas, terreado, coisas que é deles mesmo, pra gerar renda pras guardas, então, o Congado é uma coisa que eu sempre acompanhei, gosto e me ensinou muito também. (Entrevista narrativa com o ambientalista Rachid, 2020).

Atualmente, além de continuar atuante em todas as frentes mencionadas (do saneamento, da gestão dos recursos hídricos, da militância ambientalista, da cultura popular), Rachid tem também se dedicado aos estudos, concluindo sua pós-graduação em Saneamento, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, com uma pesquisa sobre os “Desafios da coleta seletiva e a organização dos catadores de materiais recicláveis em Caratinga, no contexto da PNRS”.

2.2 Atores institucionais: especialistas da política de águas

2.2.1 Trajetória da especialista Diana

Nasceu em Brasília, onde vive e trabalha como servidora pública. O interesse pelas questões socioambientais já a acompanhava desde o período em que estudava Engenharia Florestal na Universidade de Brasília (UnB), especialmente pela proximidade com os movimentos do Centro Acadêmico e os grupos que tinham uma atuação política mais crítica.

então, eu fiz Engenharia Florestal na Universidade de Brasília (UnB) e, na época, eu fazia dois estágios, né, um na área de, numa empresa de sensoriamento remoto, que fazia estudos de impactos ambientais (EIA) e também no GT de reforma agrária onde eu fazia algumas ações de extensão em assentamentos rurais, na produção de viveiros,

na recuperação de áreas degradadas, no fortalecimento também de associações, e durante toda a minha graduação eu sempre tive uma proximidade com a área de educação ambiental. (Informação verbal coletada na pesquisa de campo). (Entrevista narrativa com a especialista Diana, 2019).

Por meio das de atividades de extensão em assentamentos rurais, atuou na produção de viveiros, recuperação de áreas degradadas e fortalecimento do associativismo. Ainda como extensionista pela universidade, também trabalhou com quintais agroflorestais produtivos rurais na região da Chapada dos Veadeiros, envolvendo hortas, composteiras, espiral de ervas, mandalas e elementos da Permacultura, aproximando-se, também por esse itinerário, das perspectivas da educação ambiental.

Diana fez mestrado em Ciências Florestais na UnB e tornou-se servidora pública do Ministério do Meio Ambiente, onde atuou por mais de uma década, especialmente, na agenda da Educação Ambiental.

eu fui compreender realmente a perspectiva da Política Nacional de Educação Ambiental e aí aquilo começou a me fazer sentido, né, e aí eu me me apaixonei pela área de educação ambiental [...] meu objetivo sempre foi trabalhar com pessoas e sempre minimizar as assimetrias que existem né, no contexto nacional, seja no acesso à água, seja nas injustiças socioambientais como um todo, então aí eu comecei a ver que realmente a Política Nacional de Educação Ambiental, pelo menos conduzida ali por aquele departamento ela tinha esse foco e aí eu comecei a fazer mestrado também na área de Ciências Florestais [...] foi desafiador porque eu estava no departamento de Engenharia e eu acho que o meu foi o primeiro mestrado que não tinha nenhum número, que tinha a trajetória de vida que tava na primeira pessoa, [...] e foi uma oportunidade também de pegar a experiência da política pública né, junto com academia. (Entrevista narrativa com a especialista Diana, 2019).

Na agenda da Educação Ambiental, desenvolveu processos formativos estruturados com políticas públicas estruturantes, tratando a questão ambiental e as políticas públicas de uma maneira integrada, contribuindo, inclusive, com processos formativos e participativos da Política Nacional de Recursos Hídricos,

quando a gente fala em atuar com ações de educação ambiental, com processos formativos estruturados, com políticas públicas estruturantes, saindo das ações pontuais e trabalhando a questão ambiental, a relação sociedade-natureza de uma forma integrada, a gente sai das ações temáticas e atua numa perspectiva integrada né, então a água ela se faz como tema gerador que agrega todos os outros temas né, [...] em alguns momentos eu tive interfaces diretas aí com a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), com o SINGREH (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos) né, sobretudo quando tinha lá um coordenador na área de recursos hídricos [risos] que tinha essa percepção com a educação ambiental, que visualizava a educação ambiental como algo que pudesse potencializar a implementação de todos os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Então, a minha trajetória foi essa, então nesse momento eu pude me desenvolver em diversos aspectos né, tanto na minha timidez, quando eu cheguei no departamento de Educação Ambiental eu não conseguia nem falar, morria de vergonha, mas foi uma oportunidade de ter um diretor

que o objetivo dele era muito mais de desenvolver as potencialidades da sua equipe, que era o que ele tinha de mais precioso, porque sempre não tivemos muitos recursos, e fazer com que a gente desenvolvesse esse potencial de ação aí dos nossos diversos atores. (Entrevista narrativa com a especialista Diana, 2019).

Diana também chegou a atuar na formulação de ações formativas no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, especialmente por meio da CTEM/CNRH, abordando a relação com a água numa perspectiva socioambiental,

eu acho que a minha relação assim com a natureza e a água foi de perceber essa aproximação com o campo social, né, que culmina na perspectiva socioambiental, porque se a gente quer começar a questionar o sistema político vigente, todas as desigualdades, coisas que a gente começa considerar como natural e que não são, como a gente ter quase 1 milhão de pessoas que não tem acesso à água potável, quando a gente está falando de uma vida digna mínima pras pessoas não tem como não partir da questão socioambiental, né, que estão juntas, então é discutir o acesso a esses recursos naturais, como ele se dá, como são as assimetrias postas, né, que conflitos, que interesses estão por trás de tudo isso pra que as pessoas tenham esse acesso ao mínimo e ao mesmo tempo elas começam a perceber essas relações sociais, né, como elas podem de alguma forma desenvolver o seu potencial de ação pra construir pelo menos espaços, nem que seja no seu micro espaço, no seu micro local diferenciado, pensando a vida como o centro das decisões das políticas públicas, das relações do ser humano com o outro. Então, quando a gente entra nesse campo da natureza a gente percebe a vida em todas as suas formas né. [...] a gente vê que as políticas públicas podem mudar essa realidade, e quando a gente fala de natureza a gente vê que a água faz parte disso tudo né, ela entra como um tema que tem interface com todas as políticas, se você está falando de recuperação de áreas degradadas você está falando ali de produção de água, você tá falando de preservação de água, de recuperação de nascentes, se você vai olhar pra política urbana você tá interferindo totalmente na água. (Entrevista narrativa com a especialista Diana, 2019).

Ela também prestou concurso para o órgão público onde trabalha, atualmente, com ações de formação e desenvolvimento de capacidades.

a água, como tema específico, ela começa a fazer mais parte da minha vida quando eu faço um concurso pra [...], mas pra mim ela está intrínseca, eu não sei qual que foi o momento que as pessoas conseguiram separar a Política Nacional de Recursos Hídricos com a Política Nacional de Meio Ambiente e agora elas precisam quebrar a cabeça para articular duas políticas né. (Entrevista narrativa com a especialista Diana, 2019).

Com um acúmulo oriundo tanto da academia como da trajetória profissional, aliando a vivência dos desafios socioambientais nacionais com a perspectiva crítica da Educação Ambiental e o compromisso com a sustentabilidade e a democracia, Diana reúne uma visão estratégica muito significativa para o seu campo de atuação institucional.

2.2.2 Trajetória do especialista Hudson

Por influência do avô, que era engenheiro, e também da leitura de um livro na infância, que mostrava ‘o que havia por trás das coisas visíveis’, a partir da qual começou a observar que por trás de sua própria casa tinha canos, tijolos na estrutura, ferro, etc, foi instigado a estudar e formou-se em Engenharia Civil.

eu sou engenheiro Civil de formação e essa formação eh, ela me define em alguma coisa, né [...] acho que eu escolhi ser engenheiro civil quando eu li um livro e era um livro quase infantil, assim, eu acho que era para adolescentes, e eu já tava na época de escolher prestar vestibular, eu tive sempre dúvidas, em que mostrava o que havia por trás das coisas visíveis, né, e então eu olhei lá em casa construída e por trás da casa tinha os canos, por trás do tijolo tinha estrutura, tinha o ferro, então, assim eu tive uma sensação de que eu poderia aprender o que estava por trás das coisas, né, concretas né, e acho que isso foi o que primeiro me instigou, [...] junto com a questão de eu ter uma pessoa na família que era engenheiro, que era o meu avô, né, que sempre teve muita determinação, muito, uma relação muito forte, pela própria história de vida dele, então, acho que para mim esse foi um ponto de partida. (Entrevista narrativa com o especialista Hudson, 2020).

Já no exercício da profissão começou a se incomodar com a atmosfera laboral marcada pela falta de cuidados ambientais e com as relações sociais (trabalhistas e humanas), a qual contrastava com as suas referências familiares (judeus poloneses, sobreviventes do regime nazista, que se refugiaram no Brasil).

eu demorei a entender o quê que era trabalhar como Engenheiro nesse contexto de país, né, eu fiz alguns estágios e coisas que me impressionaram, me deixando bastante preocupado pela falta de cuidado ambiental, pelas relações sociais no campo do trabalho da engenharia, né, como que os mestres de obras se relacionavam com os pedreiros, com os líderes dos engenheiros, eu achava aquelas relações muito pouco cuidadosas e não era essa referência que eu tinha na minha família. (Entrevista narrativa com o especialista Hudson, 2020).

Unindo as inquietações com o trabalho de engenheiro, o gosto de viajar e a arte da fotografia, esboçou um novo e ousado projeto de vida. Atirou-se na estrada, percorrendo, como fotógrafo-viajante, o Brasil profundo, começando pela Amazônia, conhecendo e convivendo, então, com comunidades locais, tradicionais, indígenas e unidades de conservação, atitude esta que significou uma jornada humanizante e marcou um novo giro em sua trajetória profissional. A seguir, a narrativa de alguns momentos emblemáticos desse percurso...

quando eu decidi sair do trabalho, eu tinha guardado um dinheirinho, então eu decidi andar pelo Brasil, [...] iniciei pela Amazônia, eu fui viajando, eh, eu comecei a conviver com as comunidades dos lugares onde eu visitava e aquilo foi entrando dentro de mim, é como se a convivência com as comunidades me dissesse muito do

ambiente e ela fosse a prioridade da minha jornada, [...] Ouvir e ver a realidade, conviver, então, eu acabei fazendo uma viagem que eu chamo de hospitalidade das comunidades com o visitante, [...] e eu comecei a andar pelas comunidades e lugares que não eram muito turísticos, né, então, um lugar me levava a outro, que levava a outro, e tal [...] eram festas tradicionais que me indicavam, chegava de barco, e aí eu dependia da hospitalidade das pessoas, porque não tinha pousada, né, e eu não tinha barraca, eu tinha uma rede, né, tudo dependia das portas abertas das pessoas [...] Então, eu fiquei um ano desses 1 ano 8 meses, um pouco na Amazônia, um tanto de tempo no Nordeste, Piauí, um Nordeste bem, bem... não praieiro, né, embora sejam lindas as praias do Nordeste e as comunidades, mas mais interiorano, sertão, bem sertão, um tanto de Cerrado também, Centro-Oeste, né, até Mato Grosso, tem muitas e múltiplas experiências, múltiplos atores sociais [...] foi a experiência mais profunda, mais transformadora pra mim, pra minha vida pessoal e profissional [...] Até antes disso eu vivi o tempo todo em São Paulo, né, no contexto totalmente urbano de São Paulo, [...] a gente tem um olhar como se elas não tivessem nada a oferecer, como se fossem comunidades pobres, e eu tô dizendo nós, urbanos, nós acadêmicos, também, eu acho que eu vivi isso na academia, mesmo com o pensamento crítico, o pensamento, digamos assim, mais de esquerda, eh, uma leitura dessas comunidades como trabalhadores e trabalhadoras, né, e não como pessoas que têm um outro contexto de vida, um outro modo de vida que tem muito a ensinar e que tem direitos de viver dessa outra forma, [...] não só o direito de viver de outra forma, mas essas outras formas de viver são patrimônios, são formas de conhecer que é uma riqueza de Cultura, né. (Entrevista narrativa com o especialista Hudson, 2020).

De volta dessa imersão fez mestrado em Ciência Ambiental na USP, buscando entender a relação entre as políticas de conservação ambiental e as políticas indigenistas, de diversidade e de direitos à diversidade.

Quando eu voltei, eu fui para o mestrado em Ciência Ambiental, na USP, com a minha orientadora que era da Psicologia Social Socioambiental, a Eda Tassara, que também era da Teoria Crítica e usava muito, né, da Teoria Crítica, pra discutir diagnósticos e formas de buscar as sociedades sustentáveis, outros modelos de vida no planeta, mais democráticos, profundamente democráticos, e aí eu fui para o meu mestrado, que estudou um pouco de como os Ingarikó faziam, viviam num território que também era um Parque Nacional, o Parque Nacional do Monte Roraima, eu fui tentar entender essa relação entre as políticas de conservação e as políticas indigenista, de diversidade, e de direitos a uma diversidade, a um modo de vida diferenciado e tudo mais. (Entrevista narrativa com o especialista Hudson, 2020).

Posteriormente, foi trabalhar no Ministério do Meio Ambiente e, pelo ministério, colaborou pela causa da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Ainda no MMA, atuou no departamento de Educação Ambiental. Também trabalhou como indigenista e consultor técnico para organismos nacionais e internacionais. Na agenda de recursos hídricos, contribuiu com processos participativos (de atualização e revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos) e de educação ambiental para a gestão de águas (encontros formativos). Atualmente, atua na bacia do rio Doce, em processos de revitalização e qualidade de vida junto a povos indígenas e comunidades tradicionais.

Esse panorama biográfico permite situar, minimamente, as distintas perspectivas e

origens das contribuições representadas na pesquisa pelos respectivos colaboradores, cujas narrativas trouxeram à tona elementos importantíssimos (ideias, reflexões, concepções de mundo, filosofias, chaves de interpretação, ‘gatilhos’ epistemológicos, vestígios teóricos), não para que o pesquisador fale por eles, muito ao contrário, mas que dialogue com o que eles aportaram enquanto insumos para subsidiar a reflexão e análise do assunto (cosmologias da água e política de águas) objeto de investigação. Os dados da pesquisa de campo, neste sentido, se somam aos demais elementos teórico-conceituais e vivenciais (como a própria bagagem oriunda do itinerário vivencial do pesquisador neste campo de pesquisa) que inspiram, instigam e compõem o desafio da escrita, sabendo que escrever, conforme Deleuze (1993, p. 1) tem que ver com o inacabado, “é uma questão de devir, sempre inacabado, sempre a fazer-se, que extravasa toda a matéria vivível ou vivida. É um processo, quer dizer, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido”.

3 A GÊNESE DAS CISÕES ABISSAIS, DA EXPROPRIAÇÃO DOS SENTIDOS DA ÁGUA E DA FRATURA METABÓLICA DE GAIA

“A água serpeia entre musgos seculares. Leva um recado de existência a homens surdos, e vai passando, vai dizendo, que esta mata em redor é nossa companheira, é pedaço de nós florescendo no chão”
(Carlos Drummond de Andrade, in: *Mata Atlântica*).

“Os que não viram um olho d’água dos cem mil olhos que ela tem criam o rio in vitro”
(João Batista Santiago Sobrinho, em *“Dois Rios”*)

Identificar a gênese da ruptura dos ciclos da natureza e a racionalidade que opera essa drástica alteração do metabolismo ecossistêmico, é fundamental para também entender o cenário histórico-social de expropriação dos sentidos da água e os impasses de uma crise de dimensão planetária. Esse é o panorama traçado por este capítulo.

3.1. O regime moderno/colonial declara a natureza (e a água) como arqui-inimigos a serem dominados e expropriados pelo reino dos homens

Sentindo na pele as incongruências e os efeitos nocivos das cisões abissais operadas por

uma racionalidade logocêntrica³⁸ (também monocultural, disjuntiva e hierarquizante), reverberadas na relação dos modernos com a água, o representante do povo Krenak constata a enfermidade desse pensamento que molda o modo de vida dominante e infecciona, de forma ainda mais nociva, outros modos de vida por ele coagidos:

o divórcio do pensamento de alguém sobre a água, a separação da ideia de que nós podemos ser alguma coisa que não precisa da água, que não é água, já é uma doença. **Eu acho que só uma pessoa doente acha que pode desprezar a água e tratar a água como uma coisa [...] Lá na história do desenvolvimento, teve uma hora que os humanos se dissociaram da sua própria memória** e se renderam, foram capturados [...] Nós estamos vivendo uma espécie, assim, de distopia. É como se tivesse encerrado toda possibilidade de outros mundos, de utopias. (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020) (grifo meu).

Os sentidos originários da água refletidos no universo relacional ancestral dos povos originários e das comunidades tradicionais do Brasil têm sido, desde os primórdios da chegada do homem branco, confrontados e ameaçados pelo marco da modernidade ocidental e pela bifurcação homem/natureza operada por sua racionalidade subjacente. O curioso é que da própria história do Ocidente e da europeidade pré-moderna é possível extrair exemplos de cosmovisões mais relacionais e menos disruptivas do que a visão de mundo dos modernos. Achados arqueológicos de até 3.500 a.C., como os da arqueóloga Marija Gimbutas, dão conta da existência de “culturas que honravam o fluxo da vida, considerando-o feminino e conectando-se integralmente com ele” (STARHAWK, 2018, p. 55-56). Na Lituânia, último país da Europa a ser cristianizado, até os anos 20 do século passado, ainda se encontravam camponeses que beijavam o chão “ao acordar a cada manhã, reverenciando e lançando leite para as cobras, colocando cercas em torno de árvores sagradas e lhes oferecendo oferendas” (idem, p. 56). Contudo, até os dias atuais ainda é possível se deparar com curandeiros tradicionais e antigas tradições de cura na própria Europa, que sobreviveram à Inquisição e a todo o período cruento de caça às bruxas³⁹ e de coação do racionalismo. Como relata a escritora e ativista libertária Starhawk (op. Cit., p. 56), no verão de 2017, quando foi lecionar num lugar do País Basco que fica “ao pé de uma montanha considerada sagrada pela Deusa do povo local”,

³⁸ Carlos Ceia (2009), com base na formulação teórica de Jacques Derrida, explicita a crítica ao pensamento ocidental “por sempre ter privilegiado o logocentrismo”. A racionalidade logocêntrica se caracteriza pela “centralidade da palavra (“logos”), das ideias, dos sistemas de pensamento, de forma a serem entendidos como matéria inalterável, fixadas no tempo por uma qualquer autoridade exterior. As verdades que o logocentrismo ou “metafísica da presença” veiculam são sempre tomadas como definitivas e irrefutáveis”.

³⁹ Conforme Starhawk (2018, p. 57), “as perseguições às Bruxas surgiram como uma maneira de contestar e erradicar a antiga percepção de que o mundo está vivo e de que a vida é dotada de percepção e consciência – não necessariamente a mesma percepção ou consciência que a sua ou a minha, mas a vida tem uma presença e tem um ser. A vida está sempre falando conosco”.

encontrou “uma consciência bastante forte da antiga mitologia e do antigo panteão, centrados na Deusa e no seu consorte, no Sol e na Lua, nas polaridades da vida”. Na própria matriz cultural-religiosa judaico-cristã, que (pela bula papal *Inter Coetera*, de 4 de maio de 1493) então dispõe sobre a legitimidade do subjugo dos povos e da natureza do Novo Mundo pelos colonizadores – sujeitando, “por favor da Divina Clemência, as terras firmes e ilhas sobreditas, e os moradores e os habitantes delas, e reduzi-los à Fé Católica” (RIBEIRO, 1995, p. 40) –, é a mesma da qual também emerge, três séculos antes, o paradoxal e emblemático exemplo de São Francisco de Assis, que era “panteísta e animista, conhecido como patrono dos animais e do meio ambiente” e “estendia o mistério e a graça da criação à imanência de uma terra a um só tempo carnal e mística, e para muito além ou aquém da alma humana” (MARRAS, 2018, p. 256). Não é por acaso que o então cardeal sul-americano, o argentino Jorge Bergoglio, adotou o nome de “Francisco” a partir do conclave que o transformou no novo papa da Igreja Católica. O compromisso profundo e altivo de Bergoglio com o ideário de Francisco de Assis e com os desafios do mundo contemporâneo, estão indelevelmente refletidos na ecológica Encíclica *‘Laudato Si’* (‘Louvado Sejas’, em português), na qual reconhece que a nossa Casa Comum (Mãe Terra, Gaia, Pachamama e seus mil outros nomes) nunca foi tão maltratada como nos últimos séculos, coincidentemente, os séculos dominados por uma concepção de *homo economicus* e por um sistema baseado no princípio da “maximização do lucro”⁴⁰. A Encíclica de Francisco, é oportuno mencionar, entende que, pelo fato de a água vivificar-nos e restaurar-nos, o acesso à ela, na forma potável e segura, “é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício de outros direitos humanos” (FRANCISCO, 2015, p. 3-26).

Boaventura de Sousa Santos (2018, p. 27) também recapitula que

Todas as culturas com que a expansão colonial europeia se encontrou a partir do século XVI tinham da natureza uma concepção mais próxima da de Espinosa do que da de Descartes: a natureza como ser vivo (a *natura naturans*) a que pertencemos e cujo bem estar é condição do nosso próprio bem estar; a natureza não nos pertence, nós é que pertencemos à natureza.

⁴⁰ Como consta da Carta Encíclica *Laudato Si* Carta Encíclica *Laudato Si* sobre o Cuidado da Casa Comum (FRANCISCO, 2015, p. 149), “O princípio da maximização do lucro, que tende a isolar-se de todas as outras considerações, é uma distorção conceptual da economia: desde que aumente a produção, pouco interessa que isso se consiga à custa dos recursos

futuros ou da saúde do meio ambiente; se o derrube duma floresta aumenta a produção, ninguém insere no respectivo cálculo a perda que implica desertificar um território, destruir a biodiversidade ou aumentar a poluição. Por outras palavras, as empresas obtêm lucros calculando e pagando uma parte ínfima dos custos. Poder-se-ia considerar ético somente um comportamento em que « os custos económicos e sociais derivados do uso dos recursos ambientais comuns sejam reconhecidos de maneira transparente e plenamente suportados por quem deles usufrui e não por outras gerações nem pelas gerações futuras”.

Rememorando a primeira vez em que estive na terra dos “brancos atuais da Europa” e da interação com os espíritos ancestrais dos forasteiros, Davi Kopenawa narra suas impressões que corroboram com essas perspectivas antes mencionadas (e praticamente apagadas pela era moderna):

Os espíritos napënapëri querem também preservar a beleza de sua terra -espelho e protegê-la das fumaças de epidemia. Contudo, os brancos de hoje não sabem mais cuidar dela e ignoram essas imagens, que são as de seus antepassados. Isso também me preocupa. No tempo antigo, os brancos as conheciam e as faziam dançar como nós. Eles sabiam imitar-lhes os cantos e construir-lhes casas para os jovens poderem por sua vez se tornar xamãs. Mas os que nasceram depois deles acabaram criando as cidades. Aí, foram pouco a pouco deixando de ouvir as palavras desses espíritos antigos. (KOPENAWA e BRUCE, 2015, p. 401-402).

Edgar Morin e Anne-Brigitte Kern (2003, p. 21-23) recordam os episódios de efervescência dos Tempos Modernos ocidentais e assinalam a paradoxal e trágica ironia de que “da conquista das Américas à revolução copernicana, um planeta surgiu e um cosmos se desfez”, de tal maneira que “a era planetária se inaugura e se desenvolve na e através da violência, da destruição, da escravidão, da exploração feroz das Américas e da África”, constituindo “a idade de ferro planetária, na qual estamos ainda”. Outra dimensão dessa mesma ironia trágica é que o Ocidente tem como matriz fundadora o Oriente, do qual se constituiu em parte trânsfuga (SANTOS, 2002, p. 243) e totalizante, mas operando uma totalização reducionista, que não apenas produz um “humano apartado do mundo” (MARRAS, 2018, p. 255) como uma redução das multiplicidades dos mundos (apenas ao mundo terreno) e dos tempos (apenas ao tempo linear) (SANTOS, op. Cit.). Em que pese a totalização reducionista do mundo (do tempo e do humano) operada pelo Ocidente, a sua matriz fundadora oriental, ao contrário, conforme resgata Boaventura de Sousa Santos (2018, p. 243), “é verdadeiramente totalizante porque abrange uma multiplicidade de mundos (terrenos e extraterrenos) e uma multiplicidade de tempos (passados, presentes, futuros, cíclicos, lineares, simultâneos). Como tal, não tem de reivindicar a totalidade, nem de subordinar a si as partes que a constituem. É uma matriz anti-dicotômica porque não tem que controlar nem policiar limites”.

Além de atribuir ao dualismo cartesiano a divisão da realidade “em reinos separados – mente e matéria” e defender a tese do “universo autoconsciente”, o físico quântico Amit Goswami (1998) advoga que a consciência⁴¹ é que cria o mundo material, de modo que as

⁴¹ Goswami (1998, p. 224) diz ser necessário compreender que “o self de nossa auto-referência é consequência de uma hierarquia entrelaçada, embora nossa consciência seja a consciência do Ser que está além da divisão sujeito-

interações entre os mundos da mente e da matéria são sustentadas por fluxos de energia, constituindo-se em “partes integrais de uma mesma realidade, mas uma realidade que não se baseia na matéria” (GOSWAMI, 1998, p. 30) e sim na consciência, “que é em si o fundamento de todo ser – incluindo a matéria” (Ibdem).

Analisando o interregno entre a crise do atual paradigma científico e a possível configuração de um novo paradigma emergente, não-dualista e interdependente, Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 63) observa uma nova gnose em gestação e relata o reconhecimento de “uma dimensão psíquica da natureza, ‘a mente ampla’ de que fala Bateson, da qual a mente humana é apenas uma parte, uma mente imanente ao sistema social global e à ecologia planetária que alguns chamam Deus”. Santos (idem) ainda menciona Geoffrey Chew, que “postula a existência de consciência na natureza como um elemento necessário à autoconsistência desta última”, o que converge com a teoria de Amit Goswami. Ante os efeitos diversionistas e cruéis do dualismo cartesiano, Goswami lança uma variedade de provocações, dentre as quais, para esse contexto específico, destaco esta: “Como foi que adquiri uma visão do mundo (mais importante ainda, estou engasgado com ela?) que determina tanta separação entre mim e meus semelhantes, quando todos nós compartilhamos de dotes genéticos, mentais e espirituais semelhantes?” (GOSWAMI, 1998, p. 32).

Em sendo a realidade plasmada pela consciência e o pensamento um dos fenômenos perceptivos da experiência consciente que, inclusive, pode surgir “como reação à percepção inconsciente de estímulos” (Ibdem, p. 138), torna-se propícia a tentativa de desvendar que tipo de pensamento maquinou essa era planetária de violências, exploração e destruição que se arrasta até nossos dias e que coloca em xeque o nosso futuro em Gaia, um futuro que a maquinação do poder colonial e capitalístico da modernidade propaga como “comum”, mas é um comum adulterado, que, como esclarece Eduardo Viveiros de Castro (2017, p. 2), “se funda, em um paradoxo hipócrita, na enorme desigualdade de acesso a este *comum*, onde o ‘com-’ é inteiramente esmagado pelo ‘-um’: um mundo 100% comum, entenda-se, único, mas privatizado pelo 1%. O Um e o Único”. Para que o futuro possa tornar-se verdadeiramente comum, deverá tornar-se “precisamente o sem-Um”.

Mas, diante desse *comum* extorquido pelo ‘Um’ (o 1% que subalterniza e expropria os 99%), o inconformismo segue latente. Que dispositivos foram acionados para silenciar vozes, suprimir alteridades e perspectivas de mundo, assim como para expropriar os sentidos cosmológicos da água e da natureza, especialmente aqueles presentes nas tradições afro-

objeto. Não há no universo outra fonte de consciência. O self da auto-referência e a consciência da consciência original constituem, juntos, o que chamamos de autoconsciência”.

ameríndias? Eis que tanto Santiago Castro-Gómez (2005) como Pedro Arrojo (2009), identificam no espírito renascentista o âmago desta problemática, cuja gênese remonta à concepção de ruptura entre humanos e não-humanos, homem e natureza. Figura chave para compreender os descolamentos ocorridos na transição do Renascimento para a Modernidade, Francis Bacon (o pai do empirismo científico) considerava a natureza como a grande adversária do ser humano (para os povos originários ela é mais do que uma aliada, é parente, provedora, mãe), sendo precursor do pensamento que a considerava como “o inimigo que tem que ser vencido para domesticar as contingências da vida e estabelecer o *Regnum hominis*” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.80), o novo “reino dos homens” (contra o velho “reino da natureza”).

Para a tarefa de usurpar o domínio da natureza, considerou-se que “a melhor tática para ganhar esta guerra é a de conhecer o interior do inimigo, perscrutar seus segredos mais íntimos, para depois, com suas próprias armas, submetê-lo à vontade humana” (idem). De tal maneira, a racionalidade científica propugnada por Bacon deveria tratar a natureza como fazia o Santo Ofício da Inquisição com seus réus: torturá-la “hasta conseguir desvelar el último de sus secretos...” (ARROJO, 2009, p.35). Vale notar que até mesmo o atual pontífice reconhece a relação enferma que foi estabelecida pela modernidade/colonialidade com a Natureza, cujos sintomas dessa doença epistêmica “notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos”, visto que “crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la (a Mãe Terra)” (FRANCISCO, 2015, p. 3).

3.2. O pensamento abissal como impossibilidade de *copresença* e a indolência da razão como dispositivo produtor de não-existência

A concepção fragmentária, reducionista e excludente de mundo configurada pela modernidade ocidental derivou em demarcações e cisões coloniais implacáveis, a exemplo da demarcação cartográfica entre o Velho e o Novo Mundo, entre metrópole e colônia, entre o Norte e o Sul Global ou entre o centro e a periferia do capitalismo. Essas colonialidades segregadoras a que Boaventura de Sousa Santos (2010) designa como “pensamento abissal”, são próprias da modernidade ocidental e persistem até os dias atuais, de modo que “a humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna” (SANTOS, 2010, p. 39). Conforme Boaventura, o pensamento abissal consiste, então, num sistema de “linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos” (Ibidem, p. 32), um universo visível, ‘deste lado da linha’, e outro universo invisível, ‘do outro lado da linha’, designando uma perspectiva de inclusão para os ‘deste lado’ e de exclusão para os do ‘outro lado’, tendo

como característica fundamental “a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha” (Ibdem). Ainda que haja tensões no universo ‘deste lado’, elas são regidas por um contrato social e se dão numa dialética entre regulação e emancipação, ao passo que as tensões do ‘outro lado’ se dão entre apropriação (incorporação, cooptação, assimilação) e violência (que se materializa em discriminação e destruição física, material, cultural e humana).

Em termos epistêmicos, o conhecimento científico (ao qual o pensamento abissal concede o monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso), situa-se ‘deste lado’ e os saberes do Sul (assim como as cosmologias afro-ameríndias) são situadas ‘do outro lado’. Nas palavras de Boaventura, “a divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente” (Ibdem), sendo que “inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível”, e tudo aquilo que é produzido como inexistente (como os que são considerados viver em “estado de natureza”) “é excluído de forma radical”. A essa condição de invisíveis, subalternizados, inexistentes, Darcy Ribeiro (1995, p. 447) chamou de ‘ninguendade’ (“nós, brasileiros, nesse quadro, somos um povo em ser, impedido de sê-lo”).

Quanto à racionalidade subjacente ao pensamento abissal e ao conhecimento hegemônico produzido no Ocidente nos últimos séculos, Boaventura de Sousa Santos (2002) a caracteriza como sendo uma “razão indolente”, que “transforma interesses hegemônicos em conhecimentos verdadeiros” (SANTOS, 2002, p. 241), adaptando o mundo, desvairadamente, ao seu projeto de poder e dominação. Responsável, no contexto sócio-político, tanto pelas revoluções industriais, como pela consolidação do Estado liberal, pelo desenvolvimento capitalista, pelo colonialismo e pelo imperialismo, a indolência da razão, conforme elucida Boaventura, se manifesta, basicamente, em quatro formas distintas: *razão impotente* (diante dos determinismos, do mundo dado, instituído), *razão arrogante* (se acha livre da necessidade de se justificar ou de demonstrar a sua própria liberdade), *razão metonímica* (incapaz de aceitar que “a compreensão do mundo é muito mais do que a compreensão ocidental do mundo” (Ibdem, p. 242), toma a parte pelo todo produzindo generalizações totalizantes e dicotomias hierarquizantes, tais como: Norte/Sul; Ocidente/Oriente; branco/negro; civilizado/primitivo; homem/mulher; conhecimento científico/conhecimento tradicional; cultura/natureza etc.), e *razão proléptica* (cultiva a monocultura do tempo linear, como se a história tivesse sentido e direção únicos e concebe o futuro como uma superação linear, automática e infinita do presente, e, com base nas ideias de progresso, desenvolvimento e globalização, produz não-existência, “declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado”). A indolência da razão, que lastreia o pensamento abissal, se constituiu

no dispositivo de poder e de colonialidade da modernidade capitalista e eurocêntrica que continua arraigadamente hegemônica na porção ocidental e ocidentalizada do mundo.

3.3. A colonialidade do poder como dispositivo de guerra dos mundos (dos modernos do velho contra os extra-modernos do Novo Mundo)

“El hombre moderno tiene la pretensión de pensar despierto. Pero este despierto pensamiento nos ha llevado por los corredores de una sinuosa pesadilla, en donde los espejos de la razón multiplican las cámaras de tortura. Al salir, acaso, descubriremos que habíamos soñado con los ojos abiertos y que los sueños de la razón son atroces. Quizá, entonces, empezaremos a soñar otra vez con los ojos cerrados. (Octavio Paz, in: El laberinto de la Soledad)

A importação do antropocentrismo radical e da concepção de guerra dos homens contra a natureza para as Américas e o Caribe, com as “invasões europeias de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac” (MIGNOLO, 2017, p. 2), implicou, por exemplo, a imposição de uma ruptura com a cosmovisão ancestral da Mãe Natureza (Pachamama), assim como na tentativa de apagar a reverência à água como símbolo de fecundidade e como elemento essencial à vida. Para lograr êxito e se estabelecer no Novo Mundo, a modernidade valeu-se, compulsivamente, do dispositivo colonial para operar silenciamentos e apagamentos de subjetividades (epistemicídios) e também de corpos (etnocídios e genocídios) que representassem divergência ou obstáculo ao empreendimento modernizante de dominação e de usurpação da natureza (também acentuando, dessa forma, os seus predicados ecocidas).

Um dos principais elementos de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial e do padrão mundial do poder capitalista, a “colonialidade do poder”, segundo Luciana Ballestrin (2013, p. 100), “articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global”. Neste arranjo, a classificação racial/étnica da população, de acordo com Aníbal Quijano (2010, p. 84), representa um dispositivo estratégico, originado na América colonial (posteriormente mundializado), que constitui a “pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social”. Conforme Quijano (2010, p. 119, 120, 126), a “racialização” das relações de poder consistiu no sustento e “referência legitimadora fundamental do caráter eurocentrado” desse padrão, fazendo, então, da “corporalidade” o nível decisivo dessas relações, pois “o ‘corpo’ implica a ‘pessoa’”, de sorte que “a ‘cor’ da pele foi definida como a marca ‘racial’ diferencial mais significativa, por ser mais visível, entre os dominantes/superiores ou ‘europeus’, de um lado, e o conjunto dos dominados/inferiores ‘não europeus’ de outro” (Ibidem), concedendo a esses últimos o atributo de “raças de cor” e aos primeiros o atributo de “raça branca”.

A colonialidade, essa face perversa da modernidade, como assevera Walter Mignolo (2017, p. 3), “é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade”. Servindo-se de uma racionalidade expressa na ciência e na técnica que fosse capaz de dominar a natureza, o projeto da modernidade consistiu, segundo Santiago Castro-Gómez (2005, p. 80) numa “tentativa fáustica de submeter a vida inteira ao controle absoluto do homem sob a direção segura do conhecimento”. De tal maneira, vê-se que a colonialidade do poder não prescindiu da colonialidade do saber para a dominação. Como atesta Castro-Gómez, a ciência moderna e, em especial, as ciências sociais, estiveram a serviço desta legitimação, funcionando como um “aparelho ideológico” que,

das portas para dentro, legitimava a exclusão e o disciplinamento daquelas pessoas que não se ajustavam aos perfis de subjetividade de que necessitava o Estado para implementar suas políticas de modernização; das portas para fora, por outro lado, as ciências sociais legitimavam a divisão internacional do trabalho e a desigualdade dos termos de troca e de comércio entre o centro e a periferia, ou seja, os grandes benefícios sociais e econômicos que as potências européias obtinham do domínio sobre suas colônias. A produção da alteridade para dentro e a produção da alteridade para fora formavam parte de um mesmo dispositivo de poder. A colonialidade do poder e a colonialidade do saber se localizam numa mesma matriz genética (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 84).

O líder Krenak recorda que “faz muito tempo que a ciência e a pesquisa são instrumentos do poder”, sobretudo quando servem à lógica expropriadora do capital em detrimento à vida. Ele aponta as limitações e os riscos neste sentido...

O cientista, no sentido quase que mítico que nós aprendemos a reverenciar, ele está em extinção, porque hoje o que existe são pesquisadores que fazem ciência de encomenda, alguém encomenda uma ciência, alguém encomenda um produto dum antropólogo, dum sociólogo, dum bioquímico, dum químico, dum farmacêutico, dum engenheiro ambiental, alguém encomenda e aquele cara vai perseguir o objeto daquela encomenda até ele poder entregar aquele produto, daquela encomenda que vai ser a confirmação de uma hipótese que uma corporação, um governo ou uma empresa precisa justificar para poder meter a mão, e a vida não vale nada. Se um cientista decidir fazer um estudo, uma pesquisa, e não subordinar ela à lógica do mercado, de entregar um produto, chega uma hora em que acaba o financiamento dele, que a bolsa dele é retirada e que até o reconhecimento a ele como cientista fica em questão. Eles começam a dizer: mas isso que ele faz não é Ciência, vocês já devem ter escutado isso. [...] Existe uma metodologia e uma instrumentalização desse contexto (Krenak, aqui, refere-se às intervenções nos territórios e aos processos de licenciamento) pra transformar ele em objetos de sentido que vai subsidiar o projeto de destruir aquele lugar. Por isso que muitas comunidades pararam de aceitar a visita de antropólogos, sociólogos e pesquisadores nas suas comunidades, porque eles começaram a perceber esses sujeitos como sujeitos que vão lá se aproximar dos conceitos e das ideias que aquele povo tem, transformar aquilo em disciplina, levar aquilo pra dentro da academia e ampliar o aparato justificativo da engenharia, de intervenção na terra, na natureza, com argumentos nossos. Então eles vão ouvir as histórias dos ribeirinhos, as histórias dos seringueiros, as histórias dos índios, pra depois produzir um documento para acabar com o mundo de ribeirinhos, indígenas, quilombolas. Se você

disser isso para um antropólogo ou um sociólogo ele vai dizer: “não, querido amigo, eu só estou fazendo o meu trabalho como pesquisador, como cientista”. (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020).

Embora ressalve que o conhecimento científico seja dotado de potencial emancipatório⁴² e capaz de realizar grandes feitos (com suas propriedades metodológicas desconstrutivas, perscrutadoras, inconformistas, rebeldes, controversas e confrontadoras, sendo capaz de penetrar profundamente “nas estruturas dos fenômenos, em seu núcleo mais central” (Ibdem, p. 8), detectando o seu padrão recorrente), Pedro Demo (2018) reconhece que ele é também marcado por uma ambiguidade intrínseca e insondável (“conhecimento que contribui para emancipar também pode contribuir para coibir a emancipação!”), sendo também capaz de produzir iniquidades, destruição e desolação (sobretudo, quando atrelado ao paradigma da colonialidade e ao padrão de dominação capitalista). Contudo, para que seja capaz de superar a própria *hybris*, a ciência deve se colocar, complementarmente, ao lado e não acima de outros saberes (e outras formas de fazer ciência) e de outras perspectivas de apreensão e interação com a realidade, comprometendo-se, por exemplo, com o postulado do paradigma de “um conhecimento prudente para uma vida decente” (SANTOS, 2008, p. 60), entendendo que “todo conhecimento é contextual”, que o conhecimento científico “é simultaneamente uma prática científica e uma prática social” (SANTOS, 1989, p. 86) e que “a compreensão do mundo é muito mais do que a compreensão ocidental (científica e eurocêntrica) do mundo” (SANTOS, 2002, p. 242). Santiago Castro-Gómez, neste sentido, também critica a pretensa neutralidade do positivismo científico ocidental, que ele denomina como a “*hybris del punto cero*”, que corresponde ao imaginário segundo o qual “un observador del mundo social puede colocarse en una plataforma neutra de observación que, a su vez, no puede ser observada desde ningún punto” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 18), de modo que “nuestro hipotético observador estaría en la capacidad de adoptar una mirada soberana sobre el mundo, cuyo poder radicaría precisamente en que no puede ser observada ni representada”.

Neste (fraudulento) sentido, “los habitantes del punto cero (científicos y filósofos ilustrados) están convencidos de que pueden adquirir un punto de vista sobre el cual no es posible adoptar ningún punto de vista” (Ibdem). Ante a pretensão de universalidade e

⁴² Por emancipação, Pedro Demo (2018, p. 2), inspirado na linguagem de Paulo Freire, entende como “o fenômeno da conquista da autonomia conduzida pelo oprimido, que desconstrói a opressão, “lendo a realidade” (1989). Trata-se de uma passagem da opressão para a autonomia, que tem como protagonista imprescindível o oprimido, ainda que possa ser “auxiliado” nisso por outros (intelectuais orgânicos, por exemplo, Estado de Direito, associativismos etc.). A dimensão da “conquista” é crucial (Demo, 1987), porque não existe emancipação sem sujeito – precisamente é sair da condição de objeto (massa de manobra) e fazer-se sujeito capaz de história própria, individual e coletiva”.

neutralidade, José de Souza Silva (2013) ressalta que esta constitui, ao contrário, “a mais radical das posições políticas” (SILVA, 2013), pois “a aspiração de universalidade nega outras formas de conhecer e intervir e transforma o detentor da razão e da verdade no legítimo porta voz de todos” (Ibdem). Silva reitera, então, que “a *hybris* é a prepotência do ‘ponto zero’ (não-lugar), a arrogância de quem nega seus interesses humanos, posição política e subjetividade para falar em nome de todos” (Ibdem).

A modernização das subjetividades⁴³ se processou por meio da criação de imaginários e representações mentais ancoradas em “sistemas abstratos de caráter disciplinar como a escola, a lei, o Estado, as prisões, os hospitais e as ciências sociais”, de tal modo que o imaginário da “civilização” foi engendrado a partir da produção de sua contraparte: o imaginário da “barbárie”, num exercício permanente de subalternização do outro, o não-moderno, e de “violência epistêmica” que, como sabemos, resvala para a violência psíquica e corporal (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 82-83). Esta operação epistêmica ou cognitiva do projeto moderno/colonial se vale de uma variedade de dicotomias e hierarquizações, a exemplo da dicotomia natureza/sociedade, nos termos da qual, como aponta Boaventura de Sousa Santos (2018), “tudo o que é natural ou está mais próximo da natureza é considerado inferior, incluindo os seres humanos, sejam eles mulheres ou negras e negros”, assim como indígenas, ribeirinhos, comunidades tradicionais e também os seres não-humanos, como a água, as plantas, os outros animais, todos, por essa condição, passíveis, para o entendimento dominante, de desqualificação, subalternização e expropriação. Conforme Castro-Gómez (2005, p. 83):

O colonizado aparece assim como o “outro da razão”, o que justifica o exercício de um poder disciplinar por parte do colonizador. A maldade, a barbárie e a incontinência são marcas “identitárias” do colonizado, enquanto que a bondade, a civilização e a racionalidade são próprias do colonizador. Ambas as identidades se encontram em relação de exterioridade e se excluem mutuamente. A comunicação entre elas não pode dar-se no âmbito da cultura – pois seus códigos são impenetráveis– mas no âmbito da Realpolitik ditada pelo poder colonial. Uma política “justa” será aquela que, mediante a implementação de mecanismos jurídicos e disciplinares, tente civilizar o colonizado através de sua completa ocidentalização.

O controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais (colonialidade do poder), da subjetividade e do conhecimento (colonialidade do saber), assim como do gênero e da sexualidade (colonialidade do ser), constitui uma matriz complexa que alicerça o edifício colonial (BALLESTRIN, 2013, p. 100). Walter D. Mignolo (2017, p. 5) ilustra o “padrão colonial de poder” como se fosse um “monstro de quatro cabeças e duas pernas”,

⁴³ Submetido ao padrão de poder capitalista, o projeto moderno/colonial tem na ideia de *homo economicus* o perfil síntese de sua subjetividade.

sendo os fundamentos racial e patriarcal do conhecimento as duas “pernas” que sustentam as “cabeças”, ou os domínios matriciais inter-relacionados: o “controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade”. Mignolo (2017), numa releitura de Ramón Grosfoguel⁴⁴, estabelece uma espécie de cartografia⁴⁵ das intersecções de nós histórico-estruturais heterogêneos, “ligados pela “/” (barra) que divide e une a modernidade/colonialidade, as leis imperiais/ regras coloniais e o centro/as periferias”, e que são constitutivos da matriz colonial operada pela modernidade. O fardo colonial apresenta-se, assim, como uma espécie de hidra de várias cabeças e tentáculos. Também por isso, é hercúlea a tarefa de enfrentá-lo para reparar e superar a estrutura iníqua, assim como os dispositivos de violência da colonialidade.

3.4. Rastros de sofrimento e resistência histórica ao projeto moderno/colonial

O holocausto indígena e a diáspora africana⁴⁶, associados à escravidão, silenciamentos, espoliação e toda uma sorte de iniquidades, foram, certamente, as duas maiores barbaridades históricas perpetradas pelo projeto moderno/colonial/capitalista contra os extra-modernos do Sul Global. Sobre o holocausto indígena nas Américas, Grondin e Viezzer (2018, p. 175) estimam em mais de 70 milhões de mortos e explicam que

Todos os países que hoje compõem as Américas, de norte a sul e de leste a oeste, incluindo as ilhas do Mar do Caribe (onde o extermínio foi quase total), tornaram-se palco do genocídio que dizimou os povos originários que aqui habitavam numa organização territorial muito diferente da que hoje conhecemos, pois obedece a novas geopolíticas inauguradas e várias vezes reformatadas desde a chegada dos conquistadores. [...] As formas de exploração e de escravização durante o período colonial foram diversas. Entre elas é importante ressaltar: os aldeamentos ou aldeias de repartição; as guerras justas; a escravidão através das bandeiras; e as políticas anti-indigenistas. [...] significaram, para os indígenas, um genocídio sistemático, demográfico e cultural⁴⁷.

⁴⁴ O artigo “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”, de Ramón Grosfoguel, encontra-se disponível neste link: <https://www.eurozine.com/para-descolonizar-os-estudos-de-economia-politica-e-os-estudos-pos-coloniais/>

⁴⁵ Vale a pena consultar a cartografia (tópicos de 1 a 12, entre as páginas 10 e 12) realizada por Ramón Grosfoguel, no artigo (“*Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*”), disponível neste link: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>

⁴⁶ De acordo com Luiz Rufino (2015, p. 2), a diáspora africana (também chamada de afro-diáspora ou diáspora negra), refere-se “aos processos de travessia, dispersão e resignificação simbólica das populações negro-africanas e seus descendentes nas Américas. Esses acontecimentos estão enredados a trama colonial, alinhavando experiências mediadas pelas violências da escravidão moderna e pelas formas de resistência astuciosas em meio aos cotidianos coloniais faz como que a experiência diaspórica seja uma experiência de não retorno”.

⁴⁷ GRONDIN e VIEZZER, 2018, p. 175.

Figura 3 - Número de mortos pelos conquistadores

TERRITÓRIOS ESTUDADOS NESTA OBRA	NÚMERO DE HABITANTES NA CHEGADA DOS COLONIZADORES	NÚMERO DE VITIMAS DO GENOCÍDIO
1.Caribe	1492: 4 milhões	4 milhões
2.México	1500: 25 milhões	23 milhões
3.Andes	1532: 15 milhões	14 milhões
4.Brasil	1500: 5 milhões	4 milhões
5.Estados Unidos	1630: 18 milhões	16 milhões
Total	67 milhões	61 milhões

Fonte: GRONDIN e VIEZZER (2018, p.21)

Segundo Vicente Cretton Pereira (2020b), a guerra de extermínio e estratégia de limpeza étnica do “estado racial” levado a cabo, em especial na América do Norte (principalmente nos Estados Unidos), que causou a aniquilação quase total de suas populações indígenas originárias, configurou o *modus operandi* que inspirou os nazistas alemães na produção do holocausto judaico, levando o próprio Hitler a afirmar que os EUA eram um modelo racial a ser seguido. O modelo estadunidense, anteparado por um dos próceres do pensamento liberal⁴⁸, foi rigorosamente estudado pelos nazistas alemães, inspirando a criação das “chamadas leis de Nuremberg de 1935”. Como explica Cretton Pereira, “o que o nazismo e o fascismo levaram a cabo foi aplicar ao velho continente os procedimentos coloniais”, e o que aterrorizou tanto os europeus “foi exatamente porque suas ações estavam voltadas para pessoas brancas da Europa” (Ibidem), numa espécie de feitiço voltado contra os feiticeiros, ou de um colonialismo “trazido para casa” (Ibidem).

No Brasil, de acordo com Darcy Ribeiro (1995, p. 42,43):

Os índios perceberam a chegada do europeu como um acontecimento espantoso, só assimilável à sua visão mítica do mundo. [...] Provavelmente seriam pessoas generosas, achavam os índios. Mesmo porque, no seu mundo, mais belo era dar que receber. Ali, ninguém jamais espoliaria ninguém e a pessoa alguma se negava louvor por sua bravura e criatividade. [...] Pouco mais tarde, essa visão idílica se dissipa. Nos anos seguintes, se anula e reverte-se no seu contrário: os índios começam a ver a hecatombe que caíra sobre eles.

⁴⁸ Conforme Vicente Cretton Pereira (2020b), o pensador liberal “Thomas Jefferson em 1812 concluiu que os “brancos americanos” estavam obrigados a exterminar as populações indígenas ou guiá-las para fora do caminho do governo (ibidem, p.120). Se tal sentença tivesse sido proferida por um líder alemão contra judeus europeus no final da década de 1930 ela estaria gravada na historiografia moderna, mas como saiu da boca de um admirado proprietário de escravos do Sul e filósofo da “liberdade”, ficou esquecida em nome da grande sabedoria e humanidade de Jefferson (ibidem).

Para Achille Mbembe (2014, p. 11, 12 e 19), a catástrofe do tráfico atlântico e da escravização empreendidos pela modernidade/colonialidade ocidental foi uma espécie de “loucura codificada” que transformou homens e mulheres originários da África em “homens-objecto, homens-mercadoria e homens-moeda”, deixando de “ter nome ou língua própria”, transformados em “espectadores de qualquer coisa que era e não era a sua própria vida”, e “cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capital”.

Conforme descreveu Augusto Buonicore (2010, n.p.):

O tráfico representou uma fortíssima sangria na população africana. Entre 1510 e 1860 mais de dez milhões de seres humanos foram conduzidos na condição de escravos para as Américas, 40% deles se destinaram ao Brasil. Cerca de 2 milhões morreram a bordo dos navios negreiros, conhecidos como tumbeiros. Calcula-se ainda que mais de 8 milhões tenham morrido entre o local de aprisionamento, no interior do continente, e o mercado de escravos nas costas africanas. Ou seja, o tráfico negreiro vitimou mais de 20 milhões de seres humanos. [...] O tráfico desorganizou a vida social de várias comunidades africanas. [...] A expansão do capitalismo transformou-a num negócio altamente rentável. [...] Estabeleceu-se um estado de guerra permanente...

Cercados pela desumanização imposta pelo projeto colonial protagonizado pelo homem branco, Darcy Ribeiro (1995, p. 118) manifestou o seu espanto pela forma com que “os índios como os pretos” conseguiam “permanecer humanos” diante de uma brutalidade implacável, entendendo que só o conseguiam “mediante um esforço inaudito de auto-reconstrução no fluxo do seu processo de desfazimento”. A luta indígena, como reporta Eduardo Viveiros de Castro (2017, p. 8), é “exemplo de *re-existência* secular a uma guerra feroz contra eles para desexistí-los”. O mesmo se pode dizer das pretas e pretos quilombolas, dos que evocaram levantes e rebeliões e que resistiram de muitas outras maneiras, expressas ou tácitas. A guerra feroz (que transmutou, mas nunca terminou) prossegue Viveiros de Castro, é para “fazê-los desaparecer, seja matando-os pura e simplesmente, seja desindianizando-os e tornando-os ‘cidadãos civilizados’, isto é, brasileiros pobres, sem terra, sem meios de subsistência próprios, forçados a vender seus braços – seus corpos – para enriquecer os pretensos novos donos da terra” (Ibidem). Os indígenas não chegam nem a 0,5% do total da população brasileira atual⁴⁹, esse é mais um indicador real da magnitude monstruosa da colonialidade, de uma guerra que ainda não cessou. No entanto, são fios de memória, de ancestralidade, de oralidade, de mitopoética,

⁴⁹ De acordo com informações da Funai, “Hoje, segundo dados do censo do IBGE realizado em 2010, a população brasileira soma 190.755.799 milhões de pessoas. Ainda segundo o censo, 817.963 mil são indígenas, representando 305 diferentes etnias. Foram registradas no país 274 línguas indígenas”. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>. Acesso 15 nov. 2020.

de musicalidade, de corporeidade, de insubordinação, de sabedoria e inventividades forjadas nas encruzilhadas de mundos, assim como o que Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino (2020) chamam de “saberes de frestas”⁵⁰, que certamente explicam essas humanidades resilientes à desumanização, tal como a água faz diante dos obstáculos, e, como traduz Vera Catalão⁵¹, “ela os contorna e flui”, faz meandros, “preenche os espaços vazios de umidade, fecundidade e viço”, de modo que “onde se ergue um rochedo, ela o contorna” e “quando são colocados obstáculos, a água persevera e trabalha nas brechas”, até tornar-se “rio, lago, cachoeira, torrente”, seu fluxo é inexorável, “correr faz parte da sua natureza”, podendo reverberar o grito contido pelos silenciamentos seculares.

3.5. Impasse do Antropoceno/Capitaloceno diante da fratura metabólica de Gaia

Desde que a espada e a cruz desembarcaram em terras americanas, a conquista europeia castigou a adoração da natureza, que era pecado de idolatria, com penas de açoite, força ou fogo. A comunhão entre a natureza e o povo, costume pagão, foi abolida em nome de Deus e depois em nome da civilização. Em toda a América, e no mundo, continuamos pagando as consequências desse divórcio obrigatório. (Eduardo Galeano, in: A natureza não é muda⁵²)

Antropocêntricos e vangloriosos, ao se depararem com outros humanos que não se consideravam o centro do universo e que nem se colocavam como superiores aos não-humanos, os invasores/colonizadores europeus justificavam com certa facilidade (na visão deles, sob a arrogância do prisma eurocêntrico), conforme narra Stelio Marras (2018), “a conquista e a escravização de povos que para eles pareciam ser sub-humanos” (MARRAS, 2018, p. 27), assim como é “fácil perceber que a falha dos europeus em aprender com esses povos a tratar os não humanos como pessoas e efetivamente poderes soberanos, de fato, ajudou a nos conduzir ao impasse planetário atual”, diz Marras (Ibdem).

Como denuncia o líder Krenak,

a resistência a essa destruição planetária, ela é feita por pessoas em diferentes lugares, com recursos nas suas culturas, nas suas histórias, de uma maneira tão desigual com o poder global, que quase que já se instala como uma luta perdida. [...] Então, ou a gente tá lutando de maneira errada, nós estamos totalmente errados, ou os nossos inimigos que estão comendo o planeta estão tão certos, estão tão no caminho certo que a gente não tem que reclamar deles. Então, parece que não tem muita possibilidade. [...] eu estou pondo em questão exatamente esse lugar que a gente está agora, no século 21, nesse ano 2020, que, se nós estamos na eminência de fim de

⁵⁰ Saberes ou cultura de frestas, correspondem às “reconexões e sabedorias táticas operadas nas frestas onde o encantamento irriga o ser de possibilidades de liberdade” (SIMAS e RUFINO, 2020, p. 6).

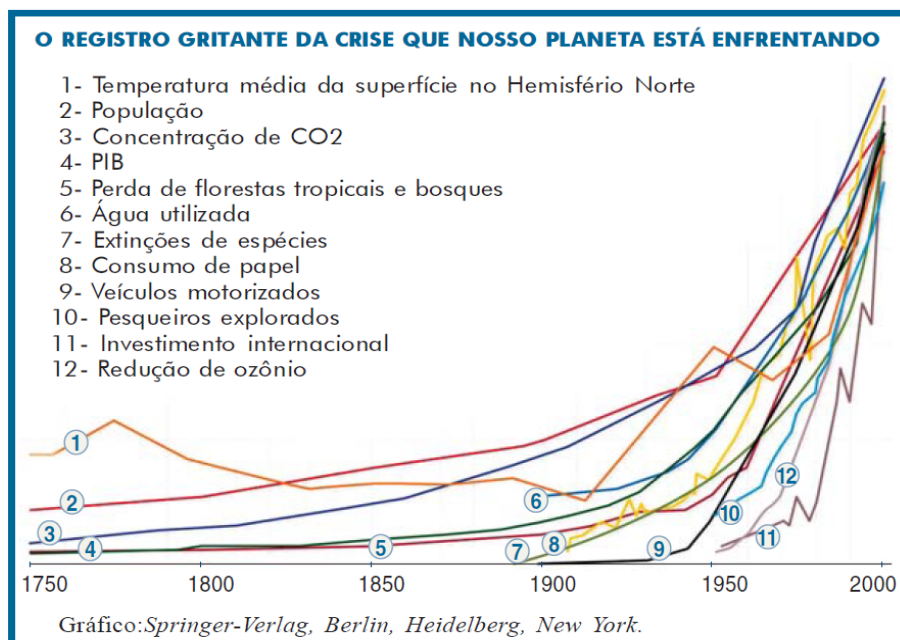
⁵¹ Fragmentos extraídos do texto “Água e Paz”, de Vera Catalão (2013).

⁵² Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Mae-Terra/A-natureza-nao-e-muda/3/14112>

mundo, o que nós podemos pensar para adiar esse fim de mundo, se ele ainda tem algum sentido? (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020).

Alcançamos, assim, um estágio de existência planetária no qual a interferência humana provocou uma ruptura com os ciclos originais da natureza, “ultrapassando a capacidade regenerativa dos sistemas naturais” (CZAPSKI, 2008, p.3), comprometendo a própria base de reprodução da vida. Como diz Bruno Latour, “somos forçados a trazer nosso olhar de volta à Gaia sublunar, tão ativamente modificada pela ação humana que ingressou em um novo período, que os geólogos-feitos-filósofos propõem chamar de Antropoceno” (LATOURE, 2014, p. 12). É bastante emblemático, o gráfico⁵³ abaixo, também reproduzido no livro em que Ladislau Dowbor (2017) analisa e denuncia os efeitos socioambientalmente nocivos de uma era dominada pela espoliação amplificada por um capitalismo radicalmente financeirizado e improdutivo.

Figura 4 - Macrotendências globais (1750 - 2000)



Fonte: https://ecodebate.com.br/RCMA_esp.pdf

Dowbor (2017, p.17) ilustra da seguinte forma a dinâmica ambiental no contexto desse ultracapitalismo financeirizado:

⁵³ Extraído de artigo da *The New Scientist*, “Como a economia está mudando o Planeta”, reproduzido na revista Cidadania & Meio Ambiente – Câmara de Cultura – Especial 2009. Disponível em: https://ecodebate.com.br/RCMA_esp.pdf

Nosso pequeno planeta está claramente sofrendo de um ataque viral chamado *homo sapiens*. Por vezes, da janela do avião, vendo do alto as manchas urbanas que se multiplicam na superfície da terra, cinza em cima do verde, me dá a impressão de uma doença que se espalha, como manchas que podem aparecer na nossa pele. A imensidão das áreas desmatadas, as numerosas colunas de fumaça que se erguem ao longe, fruto das queimadas, só reforçam esta impressão. Realmente, o mínimo que se pode dizer é que não estamos cuidando bem da nossa casa.

Não é bem o caso, neste estudo, de aprofundar em aspectos essencialmente econômicos da “era do capital improdutivo”, mas vale a pena – para efeito de elucidar, minimamente, a magnitude das assimetrias que demarcam a nossa contemporaneidade mundial e, especialmente, brasileira – elencar, ainda, algumas considerações adicionais de Dowbor:

Não há nenhuma razão objetiva para os dramas sociais que vive o mundo. Se arredondarmos o PIB mundial para 80 trilhões de dólares, chegamos a um produto per capita médio de 11 mil dólares. Isto representa 3.600 dólares por mês por família de quatro pessoas, cerca de 11 mil reais por mês. [...] Não há razão objetiva para a gigantesca miséria em que vivem bilhões de pessoas, (Ibdem, 2017, p. 22) [...] oito famílias detêm um patrimônio igual ao da metade mais pobre da população mundial, resultado direto dos mecanismos financeiros, e **o 1% mais rico controla mais da metade da riqueza mundial, ou seja, 1% tem mais patrimônio que os 99% de comuns mortais.** [...] **Um bilionário que aplica 1 bilhão de dólares com uma remuneração modesta de 5% ao ano está ganhando 137 mil dólares ao dia sem precisar produzir nada. O ganho reaplicado no dia seguinte leva a mais ganhos, gerando o que em finanças chamaram de snowball effect, efeito bola de neve.** [...] Entre o engenheiro da Samarco que sugere o reforço na barragem em Mariana (MG) e a exigência de rentabilidade da Billiton, da Vale, da Valepar e do Bradesco, a relação de forças é radicalmente desigual. O que o gestor da Billiton na Austrália, gigante que controla inúmeras mineradoras no mundo, sabe da Samarco e do Rio Doce, onde eu brincava quando criança catando cascudos nas pedras? (DOWBOR, 2017, p. 22, 56, 57, 71, 72) (grifos meus).

De forma inequívoca, Ladislau Dowbor explicita o poderio das mega corporações da economia global, especialmente do mercado financeiro, concentrado nas mãos de aproximadamente uma dezena de famílias ultra-ricas, em torno das quais gravitam redes de milhares de outras corporações por todo o mundo. Na “Era do Capital Improdutivo”, Dowbor desvela os mecanismos utilizados pelo poder econômico-financeiro das mega-corporações para capturar o sistema político (Ibdem) (por meio do financiamento de campanhas parlamentares e para os executivos, da dependência, do endividamento público⁵⁴ etc.), o sistema jurídico (Ibdem, p. 118), os meios de informação e comunicação (Ibdem, p. 120), a produção acadêmica

⁵⁴ Os percentuais de recursos do Orçamento Público Federal são um verdadeiro retrato do acinte que representa as assimetrias históricas do Brasil. Como apontam os estudos da Auditoria Cidadã da Dívida, de um montante de R\$ 2,7 trilhões (do ano de 2019), quase a metade, R\$ 1 trilhão (38,27%) destinou-se ao pagamento de juros e amortizações de uma dívida inclusive profundamente controversa (que nunca foi auditada), ao passo que para a Saúde foi destinado apenas 4,21%, para a Educação 3,48%, para a Assistência Social 3,42%, para o Trabalho 2,67% para o Meio Ambiente 0,12%, para o Saneamento 0,02, dentre outros. As informações estão disponíveis na íntegra em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grafico-do-orcamento-federal-2019-2/> Acesso 21 ago. 2020

(Ibdem, p. 122) e os cidadãos (Ibdem, p. 125) em geral (por meio de sistemas de vigilância e de erosão de privacidade etc.). A superação dessa captura dos poderes que serve à pilhagem dos recursos públicos, do patrimônio nacional dos países e também do meio ambiente, por parte do capital financeiro transnacional, requer alguma forma de ruptura⁵⁵ desse longo ciclo de espoliação. Também sobre a perversidade mundial que representa esse mega poder corporocrático, Jean Ziegler (vice-presidente do Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos da ONU) adverte que

As 500 empresas multinacionais privadas têm 52% do PIB do mundo (todos os setores reunidos, bancos, serviços e empresas). Elas monopolizam um poder econômico-financeiro, ideológico e político que jamais um imperador ou papa teve na história da humanidade. [...] sociedades multinacionais privadas são as verdadeiras donas do mundo.⁵⁶

A acentuação das formas exploratórias e dos respectivos efeitos deletérios do sistema-mundo capitalista tomou impulso com a queda do Muro de Berlim, a partir de 1989, e a desintegração do bloco comunista/socialista. Conforme adverte Bruno Latour, esse suposto triunfo do capitalismo, no entanto, só produziu mais desalento:

Ao tentar desviar a exploração do homem pelo homem para uma exploração da natureza pelo homem, o capitalismo multiplicou indefinidamente as duas. O recalcado retorna e retorna em dobro: as multidões que deveriam ser salvas da morte caem aos milhões na miséria; as naturezas que deveriam ser dominadas de forma absoluta nos dominam de forma igualmente global, ameaçando a todos. [...] inventamos os ecocídios e ao mesmo tempo as fomes em larga escala (LATOUR, 1994, p.14).

A magnitude dos impactos antrópicos sobre o ciclo biogeoquímico de Gaia evidencia o exaurimento das perspectivas de coexistência provocado pela ‘bifurcação entre homem e natureza’, então processada pela modernidade (LATOUR, 2014). Também Donna Haraway entende que “os processos antrópicos tiveram efeitos planetários” (HARAWAY, 2016) que marcam “descontinuidades graves” (Ibdem), fazendo com que “o que vem depois não será como o que veio antes” (Ibdem). Ela vê o Antropoceno mais como um “evento-limite do que uma época” (Ibdem), presumindo que talvez o termo “A Hesitação” (Ibdem) seja, por isso, “um nome mais apropriado do que Antropoceno ou Capitaloceno!” (Ibdem), ela diz.

⁵⁵ Se não por meio de processos revolucionários, ao menos por meio de reformas estruturais do sistema político, tributário, fiscal etc., que sejam capazes de reconfigurar o fluxo do dinheiro, combatendo as desigualdades e promovendo reparação e justiça redistributiva

⁵⁶ Entrevista de Jean Ziegler (2020) ao SwissInfo, disponível neste link: https://www.swissinfo.ch/por/jean-ziegler_a-democracia-representativa-est%C3%A1-esgotada--alerta-soci%C3%B3logo/44949334 Acesso 22 ago 2020.

Quanto às controvérsias dos termos, depreendo, particularmente, que desde o lugar subalternizado e periférico em que nos encontramos em relação ao sistema-mundo, talvez seja taticamente pertinente a opção pela denominação ‘Capitaloceno’, tendo em vista que a grande ameaça ao equilíbrio planetário e à nossa permanência em Gaia corresponde muito mais ao modo de vida hegemônico dos modernos, sobretudo, dos modernos capitalistas ocidentais, do que, propriamente, ao humano enquanto espécie (embora, reconhecendo que o termo Antropoceno⁵⁷, quando se opõe à normatividade antropocêntrica, este pode desempenhar um sentido estratégico na construção de saídas da crise). Ademais, as responsabilidades do centro do sistema-mundo são exponencialmente maiores em comparação com o Sul Global e as periferias do sistema, o que reforça a minha opção pelo termo ‘Capitaloceno’. Se há uma humanidade que representa esta ameaça, é exatamente a humanidade dos modernos, tornada ainda mais vampirizadora pela colonialidade alargada do poder capitalista globalizado. E é importante, aqui, demarcar de qual humanidade se fala, pois como disse o líder Krenak, “a gente sabe que cada vez mais a humanidade não é homogênea”⁵⁸, e esse conceito abstrato de humanidade induz a um falso humanismo, “um discurso para justificar a injustiça, a segregação, sob um manto de que nós somos uma humanidade” (Idem). Neste sentido, é pertinente reconhecer que as perspectivas de humanidades vinculadas aos modos de vida contra-hegemônicos, extra-modernos, dos povos originários das Américas e das comunidades tradicionais, não apenas não representam ameaça alguma, como, ao contrário, contribuem decisivamente para a reprodução da vida e da biodiversidade e têm importância fundamental na manutenção das florestas⁵⁹.

Um dos grandes empecilhos do modelo hegemônico é que ele não internaliza devidamente os custos sociais e ambientais dos processos de obtenção de insumos e geração de produtos e serviços, impactando, assim, a capacidade de resiliência dos bens ambientais (que são fontes de matérias-primas), produzindo passivos e degradação dos mesmos. Conforme

⁵⁷ Conforme Danowski e Viveiros de Castro (2014, p. 121), “O que o Antropoceno põe em cheque, justamente, é a própria noção de *anthropos*, de um sujeito universal (espécie, mas *também* classe ou multidão) capaz de agir como um só *povo*. A situação propriamente *etnopolítica* do “humano” como multiplicidade intensiva e extensiva de *povos* deve ser reconhecida como implicada diretamente na crise do Antropoceno”.

⁵⁸ Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2019.

⁵⁹ De acordo com Manuela Carneiro da Cunha (2021) “A governança que esses povos sabem exercer sobre seus territórios, quando não são impedidos por políticas públicas desastrosas, torna-os barreiras contra o desmatamento e a perda da biodiversidade. Seus serviços para o clima e a biodiversidade deveriam ter mais apoio político e reconhecimento: estimulá-los a se tornarem monocultores e parte do setor de produtores rurais é um total contrassenso”. Vale a pena ler na íntegra o texto do qual foi extraída esta citação, “Paz entre agronegócio e direitos indígenas? Acabar com as ilegalidades é necessário, mas não suficiente”, no qual a antropóloga delineia o cenário de tensão e os desafios para a proteção das TIs e valorização do modo de vida dos povos originários e comunidades tradicionais. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/paz-entre-agronegocio-e-direitos-indigenas/>.

salienta Leonardo Boff (2011, n.p.),

A lógica do capital é essa: produzir acumulação mediante a exploração. Primeiro, exploração da força de trabalho das pessoas, em seguida a dominação das classes, depois o submetimento dos povos e, por fim, a pilhagem da natureza. Funciona aqui uma única lógica linear e férrea que a tudo envolve e que hoje ganhou uma dimensão planetária. [...] Hoje, pela unificação do espaço econômico mundial nos moldes capitalistas, o saque sistemático do processo industrialista contra natureza e contra a humanidade torna o capitalismo claramente incompatível com a vida.[...] Coloca-se assim uma bifurcação: ou o capitalismo triunfa ao ocupar todos os espaços como pretende e então acaba com a ecologia e assim põe em risco o sistema-Terra ou triunfa a ecologia e destrói o capitalismo ou o submete a tais transformações e reconversões que não possa mais ser reconhecível como tal.

Numa crítica ao ambientalismo ingênuo, que condena abstratamente a humanidade (e não, especificamente, a humanidade hegemônica da modernidade capitalista), ao passo que isenta de responsabilidade o sistema-mundo moderno/colonial capitalista, John Bellamy Foster (2018, n.p.) elucida que

[...] no coração da fratura metabólica de hoje, como argumenta Marx, está a lógica do sistema alienado de acumulação capitalista, no qual **todas as fronteiras naturais são tratadas como meras barreiras a ser superadas, abrindo fissuras antropogênicas nos ciclos biogeoquímicos fundamentais que constituem todo o sistema terrestre total**. Crises ecológicas propriamente ditas não são, assim, crises de valor econômico, mas de ruptura e destruição das condições de reprodução ecológica e desenvolvimento humano às expensas das futuras gerações humanas e espécies vivas em geral. Percebida dessa maneira, **a principal contradição ecológica reside na expropriação da natureza como oferta grátis ao capital, levando à “dilapidação dos poderes da terra”**. [...] não é o mero fato da apropriação gratuita do trabalho/energia física pelos seres humanos (uma condição objetiva de existência) que é a fonte maior de nossas contradições ecológicas, mas sim a gananciosa expropriação da natureza pelo capital e a própria fissura metabólica – isto é, a ruptura historicamente específica do sistema de mercadoria das condições elementares e ciclos biogeoquímicos de reprodução natural das quais dependem, em última instância, a existência humana e a de inúmeras outras espécies. [...] Neste século, a batalha contra a expropriação da terra deve unir-se à luta contra a expropriação de seres humanos, desafiando em última análise a dialética da expropriação e exploração, e todo o “coração bárbaro” do capital. (grifos meus).

A par dessas alarmantes questões – que remetem às primeiras linhas abissais desenhadas pelo projeto moderno/colonial, que apartaram o homem da natureza –, gerou-se uma espiral de outras cisões complementares que fraturaram não apenas o tecido social (tanto ‘do lado de cá’, dos modernos, mas principalmente ‘do outro lado’, o dos extra-modernos), como também o próprio metabolismo dos ciclos biogeoquímicos de Gaia. Esse cenário de rupturas extrusivas, acentuadas com a expansão de um capitalismo cada vez mais predatório (suma expressão da colonialidade do poder que subsiste ao fim do colonialismo), sobretudo em sua face atual financeirizada, neoliberal e globalitária, conduz-nos a uma crise mundial que coloca em xeque

não apenas o projeto moderno como a própria existência humana no planeta. Ante o impasse e a necessária busca de uma solução para essa encalacrada em que nos metemos, é de se duvidar que a saída resida no mesmo paradigma epistemológico e ontológico que a criou. As evidências latejam mostrando o contrário. Se há saída, é preciso buscá-la no horizonte de caminhos e possibilidades que a colonialidade insiste em sonegar, a exemplo daquelas para as quais apontam os extra-modernos, como a sabedoria ancestral e o modo de vida dos povos originários e das comunidades tradicionais e periféricas do Brasil e do Sul Global.

4 ÁGUA-VIDA versus ÁGUA-MERCADORIA: CRISE GLOBAL E O BRASIL NO EPICENTRO DA HIDROPILHAGEM

A tensão entre os polos água-vida e água-mercadoria desenha um cenário de conflitos em várias escalas, desde os conflitos sociais no campo até às movimentações tectônicas dos blocos hegemônicos do centro do sistema-mundo. Este capítulo procura retratar o cenário de tais tensionamentos impostos pelo ordenamento moderno-colonial/capitalístico e os principais atores envolvidos, cenário este que, no contexto geopolítico, tem o Brasil (país detentor dos maiores volumes de água potável do planeta), em seu epicentro.

4.1. Tensão entre os polos: água para a vida e bem comum ou água para a expropriação colonial/capitalista?

Instado pela agressão progressiva contra os corpos d'água do Brasil, o líder Krenak também se tornou um ativista nacional, especialmente, contra o barramento do fluxo hídrico dos grandes rios do país: “eu já estava com mais de 20 anos de idade e já ativo no movimento indígena e brigando contra a construção de hidrelétricas, eu comecei a ser um militante contra barragens”⁶⁰. Krenak sentiu na pele e na alma a adulteração que a mecânica colonial e capitalista da modernidade operou no seu território hídrico de origem, a bacia do rio Doce:

Quando o *Uatu*, o rio Doce, começou a ser picotado pelas barragens, eles estavam fazendo a morte lenta de um rio, da bacia do rio Doce, quando as mineradoras começaram a saquear o rio de várias maneiras, inclusive, construindo barragens para

⁶⁰ Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020.

construir energia para elas, a Vale se associou com a Cemig e com o governo do Estado de MG para construir a hidrelétrica de Aimorés⁶¹, foi o último golpe que eles deram no fluxo hídrico, né, da bacia do rio Doce, e eles ainda tinham mais uma série de barramentos para fazer depois daquele que eles inauguraram em 2005, a barragem daqui, a hidrelétrica de Aimorés, eles iam fazer mais. [...] Quando eu comecei a entender que a produção de energia elétrica precisava barrar os rios, eu ficava perguntando, será que não tem outro jeito de produzir essa energia elétrica sem ter que fazer as barragens, fazer as represas? Eu nunca achei represa uma obra de engenharia inteligente, **eu sempre achei a represa um aparato invasor, um equipamento, uma instalação que interrompe o fluxo da vida**. Não é de hoje que eu acho que tudo isso é uma predação do planeta para além da minha região, para além do rio Doce, para além desse rio em coma que está aqui ao nosso lado. (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020) (grifo meu).

Narrando o histórico episódio da primeira tentativa de construção da usina hidrelétrica (UHE) de Belo Monte – que naquele período (final dos anos de 1980 e começo dos 90) correspondia a um complexo de duas grandes usinas, de Cararaô e Babaquara –, Krenak conta que “eles mudaram o desenho dela, mas a primeira planta de barrar o rio Xingu, ali naquela região, a gente conseguiu bloquear ela”, e recorda do estopim que alterou o curso dos acontecimentos:

a gente teve um confronto muito grande naquela época, que ela é marcada por aquela imagem da Tuíra⁶², uma mulher Kayapó, botando um facão no pescoço do presidente da Eletronorte. Aquela imagem, **ela é um emblema do extremo desentendimento que estava posto entre o que o branco pensa que é a água, e o que o índio pensa que é a água**. [...] aquilo era o paradigma, aquele homem representava o poder dos brancos e decidia matar o rio Xingu com uma justificativa idiota. (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2019) (grifo meu).

⁶¹ De acordo com informações do Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (gerido pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG), apesar de a área indígena dos Krenak integrar a zona de influência da usina, ela foi negligenciada no EIA/RIMA: “O estudo da área indígena contida no EIA/RIMA negou que a UHE iria atingir a comunidade, o que foi questionado pelo MPF. A antropóloga contratada para a realização de tal estudo afirma ter sofrido pressões para que seu trabalho concluísse que o empreendimento não causaria qualquer tipo de impacto ao território Krenak (MPF, 2007b). Após a construção da barragem é que a comunidade tomou consciência de todo processo. O MPF instaurou uma Ação Civil Pública para apurar os danos morais causados aos Krenak, determinando o pagamento de indenização aos indígenas” (ver mais em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=236> acesso em 19 ago. 2020). Também segundo informações de 2015 do MPF/MG, “o que eram suposições - ou previsão de danos” constantes da Ação Civil Pública contra a construção da hidrelétrica de Aimorés, acabou se confirmando mais de uma década depois: “a construção da hidrelétrica impactou gravemente tanto o ecossistema quanto o modo de vida das comunidades locais” (ver em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-mg-consorcio-da-usina-de-aimores-e-condenado-a-reparar-danos-ambientais> acesso em 19 ago. 2020). Matéria do jornal Eco Debate de 2015 também noticia que “As consequências foram imediatas, agravando-se com o passar dos anos, com a piora na qualidade da água, na vazão do rio e no volume de peixes. Esses danos, somados, impactaram fortemente na atividade pesqueira, com a perda da profissão de pescador para 123 trabalhadores que, antes da construção da usina, extraíam do rio o sustento de suas famílias” (disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2015/09/10/consorcio-da-usina-hidreletrica-de-aimores-e-processado-por-danos-aos-pescadores-que-dependiam-do-rio-doce/> acesso em 19 ago. 2020).

⁶² Matéria sobre a “Índia Tuíra, a heroína indígena que mudou a história”, disponível em: <https://www.museudeimagens.com.br/india-tuira/> Acesso em 19 ago. 2020

Figura 5 – Tuíra Kayapó ameaça com um facão o presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes – Foto: Protássio Nêne/Estadão-1989



Fonte: <https://amazoniareal.com.br/o-governo-nao-ira-nos-dividir-diz-lider-tuira-kayapo/>

A imagem de Tuíra Kayapó⁶³ é tão emblemática que ela explicita a recorrente tensão (guerra⁶⁴) imposta pelo mundo dos modernos (do sistema-mundo moderno/colonial capitalístico) contra outros mundos (dos extra-modernos, das ontologias afro-ameríndias), como é implacável a coação do paradigma da monocultura do tempo linear (dos mitos progresso e da globalização, como se a história tivesse sentido e direção únicos) e do conhecimento científico ocidental eurocêntrico e da colonialidade do poder contra os saberes e modos de vida dos povos originários do Sul Global.

Escancara, ainda, como a espiral de fragmentação provocada pelas linhas abissais do pensamento hegemônico adultera e confisca os [múltiplos] sentidos da água. Fica patente, desse modo, a maneira como o pensamento abissal (movido, especialmente, pela indolência colonizadora da razão metonímica) também reproduz, em relação à água, a espiral de dicotomias hierarquizantes. Toda a tensão se perfaz pela polaridade **água-mercadoria** (*commoditie*) versus **água-vida** (que expressa a unicidade indissociável entre água e vida em Gaia). Com uma concepção quase sempre exógena, invariavelmente ancorada num “plano

⁶³ Cujo gesto se repetiu em tempos recentes, desvelando a tensão permanente entre o mundo dos modernos e (a guerra deste contra) o mundo dos extra-modernos. Conferir reportagem do Viomundo, “Tuíra, a guerreira Kayapó que calou os poderosos em 1989 e, agora, de novo”, disponível em: <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/marcelo-nassif-tuira-a-guerreira-kayapo-que-calou-os-poderosos-em-1989-e-agora-de-novo-veja-video.html> Acesso em 20 ago. 2020

⁶⁴ De acordo com Leonardo Boff (2009, p. 79), “Hoje vivemos uma situação absolutamente inédita. É a guerra coletiva contra Gaia. Até a introdução da guerra total por Hitler (*totaler Krieg*), as guerras possuíam seu ritual: eram entre exércitos. Depois passaram a ser entre nações e entre povos: era a guerra de todos contra todos. Hoje ela se radicalizou: é a guerra de todos contra o mundo, contra o planeta Gaia (*bellum omnium contra Terram*)”.

prévio de atravessar e cortar aquele lugar” (NOVOA GARZON, 2019, p. 4), os grandes empreendimentos de infraestrutura hídrica, como elucidada Luiz Fernando Novoa Garzon (2019), “em geral ignoram como se distribuem as teias hídricas e as de vida em torno delas” (Ibdem), de maneira que eles funcionam como verdadeiro aparato de guerra:

O barramento e/ou o estancamento de um rio altera drasticamente a qualidade de todos os elementos físicos e bióticos, em especial as comunidades humanas, que se configuraram em consonância com o fluxo natural do rio. Ainda assim, **a indústria barrageira e seus operadores na máquina do Estado insistem em considerar os empreendimentos hidroelétricos equivalentes aos demais setores de infraestrutura, ou pior, a qualquer atividade econômica, como se não estivessem em questão complexos ciclos biológicos, econômicos e culturais singularmente vinculados.** Enquanto o planejamento da expansão da geração hidroelétrica no país não conceber a água como bem público integrado, como um esteio sociocultural, a barragem continuará sendo sinônimo de conflito permanente e em larga escala. [...] **O intento das empresas e transnacionais do hidronegócio de retirar a água das esferas não mercantis soerguidas pelas comunidades tradicionais e nos espaços dos movimentos sociais é um ato de guerra.** Guerra contra todas as formas de poder social e comunitário (Ibdem, p. 5) (grifos meus).

Ao se deparar com a paixão compulsiva do homem branco pela mercadoria, Davi Kopenawa (2015) observa que o pensamento desse homem branco “foi se perdendo cada vez mais numa trilha escura e emaranhada” (KOPENAWA e BRUCE, 2015, p. 407) de apropriação e [auto]encantamento pelo que se viu capaz de fabricar (de mercadorias) em grande quantidade, de tal forma que “seu pensamento cravou-se nelas e eles se apaixonaram por esses objetos” (Ibdem), fazendo-os querer “possuir todas as mercadorias, foram tomados de um desejo desmedido” (Ibdem). Assim, esse pensamento movido por uma pulsão coisificante, “se esfumou e foi invadido pela noite. Fechou-se para todas as outras coisas. Foi com essas palavras da mercadoria que os brancos puseram a cortar todas as árvores, a maltratar a terra e a sujar os rios. Começaram onde moravam seus antepassados. Hoje já não resta quase nada de floresta em sua terra doente e não podem mais beber a água de seus rios” (Ibdem, p. 407 - 408).

O choque motivado pela perspectiva utilitarista e mercantilista da água, demarcada por essa relação patológica do homem branco com a mercadoria, também despertou no líder Krenak um aprendizado muito aguçado sobre esse sistema-mundo dos ‘modernos’, visto que esse utilitarismo⁶⁵ contrasta abissalmente com a perspectiva da dádiva⁶⁶ dos povos originários.

⁶⁵ Marcel Mauss critica, conforme Marras (2018, p. 165), “o pensamento utilitarista econômico e a redução da noção de pessoa ao indivíduo racional calculista, que ele vê como redução do homem a uma espécie de máquina de calcular egoísta, exercendo uma função dentro de um conjunto de indivíduos desse mesmo tipo”.

⁶⁶ De acordo com Vicente Cretton Pereira (2020), nas chamadas ‘economias da dádiva’ o “que conta são as relações entre quem troca” com base “na generosidade e na recusa a calcular quem dá o quê a quem”, correspondendo, dessa maneira, a um “antiutilitarismo positivo no qual a obrigação de generosidade seria a base de toda moral humana”.

A minha formação sobre a água, aprender mais sobre a água, foi quando abri os meus olhos pra ver que essa apropriação social, socioeconômica, da entidade da água como mercadoria, ela já tinha conseguido conquistar corações e mentes no mundo inteiro, que não tinha mais ninguém que achava que tinha sentido você lutar para que um rio continuasse com a sua integridade, sem barragens, sem esgoto e sem uso industrial, **eu encontrava gente que falava isso, ‘se você não pode usar a natureza, pra quê que serve a natureza?’** **Aí você entra em contato com uma outra ideia abismal, que é aquela de que a vida só pode continuar se ela servir pra alguma coisa, a vida tem que servir pra alguma coisa, é a ideia da utilidade da vida.** [...] tem milhares de pessoas desapropriadas no mundo inteiro, pessoas que vivem na maior pobreza material, que já se converteram a essa ideia, **de que se a natureza não é uma coisa que tem valor, se ela não pode ser valorada pelo mundo da mercadoria, ela não tem sentido de continuar existindo. E isso é o maior escândalo porque isso é uma declaração de que a vida não vale nada.** Se a vida não vale nada, **então não tem importância a gente falar da água, e se nós achamos que nós somos água, isso também não eleva a gente a nenhuma condição cósmica, não transcende, isso só põe a gente no mesmo patamar de que o que não tem utilidade não precisa existir.** [...] Então, a gente podia imaginar duas esferas onde a vida persiste e uma esfera, uma espécie dum buraco negro, que é o necrocapitalismo, que suga essa outra biosfera que é a vida. E dentro dessa biosfera que é a vida, a água é tão essencial que quando a gente não tiver mais água nós vamos viver nesse buraco escuro que o necrocapitalismo quer produzir. E é isso mesmo, talvez a gente não vá ter uma destruição do planeta por um evento trágico, como uma bomba atômica ou um grande evento nuclear, nós vamos ter a destruição do planeta pelo avanço incontrolável do necrocapitalismo comendo o mundo. [...] **a gente não tem mais possibilidade de outros mundos? É esse mundo capturado pelo necro-capitalismo mesmo que a gente vai ter que disputar?** Não tem outros mundos? Essa perspectiva, ela tá sendo cada vez mais limitada a quase que uma única dimensão, que é a dimensão da mercadoria. [...] o que está sendo disputado é petróleo, e água, sendo que o petróleo ficou sendo chamado de ouro negro e a água de ouro azul e, significativamente, **a mente humana é tão atávica que ela decidiu chamar de ouro azul a água, ouro verde as florestas, ouro negro o petróleo, como se essa ideia de ouro fosse a maior expressão da nossa existência. Eu quero ver alguém comer ouro, beber ouro, e quando ele precisar de fazer uma transfusão, ao invés dele fazer uma transfusão do sangue do irmão dele, que vai ser solidário com ele, fazer uma transfusão com ouro líquido para ele enfiar o ouro líquido no rabo dele, porque é de uma de uma ignorância e de uma rendição tão miserável a ideia da matéria, a ideia materialista, mesmo, da existência, que tudo tem que ter preço, tudo tem tudo que ter mercadoria, tudo é uma mercadoria.** [...] **se você tem autocrítica, você olha e fala... como que eu posso coexistir com tudo isso sem ficar feito aquela água que diante de uma agressão tão grande ela se desestrutura, ela se fragmenta, não é isso? Como é que a gente não se fragmenta como identidade?** Como que um povo tradicional pode continuar tendo alguma centralidade, na sua tradição, na sua cosmovisão, quando o seu mundo material é totalmente implodido, diluído? (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2019) (grifos meus).

Acerca do aparato avassalador e dos subprodutos (a redução da natureza, dos humanos e da própria vida a uma dimensão coisificante e consumista) gerados por esse utilitarismo tosco, Krenak não apenas testemunhou como sentiu-se exilado e ameaçado por tudo isso ...

Com as observações do que vinha acontecendo de fato com os rios, com as águas no planeta, **eu fui me sentindo ameaçado por um mundo cada vez mais exilado, divorciado, desse sentido vivo da água. Aquela floresta que eu vi agonizando debaixo da motosserra, o garimpo, a mineração, aquilo tudo que agredia a natureza me ofendia.** Agora, a Ciência vem me mostrar como é que aquelas

atividades essenciais para o tal do progresso, do desenvolvimento desse tipo de civilização que o Ocidente produz, como é que ela era dependente dessa prática de consumir a natureza, de transformar tudo que é natural em mercadoria, **tudo o que podia ser uma extensão criativa da experiência de estar vivo, sendo capturado pela apropriação do mercado, transformar aquilo em alguma coisa que vira mercadoria, e a água aparecia como uma possível nova mercadoria.** Então, é uma mentalidade antropocêntrica, **um antropocentrismo radical, que acha que pode capturar todos os sentidos transcendentais da experiência da vida e transformar em objeto de mercadoria, em museu, em galeria, em base de dados.** (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2019) (grifos meus).

Os quilombolas da comunidade dos “Carrapatos da Tabatinga”, situada na porção mineira da bacia do rio São Francisco, também foram imolados pelo imoderado aparato utilitarista-economicista da modernidade, levando-os a se reorganizarem na resistência, o que culminou, inclusive, na participação em colegiados e outros espaços de políticas públicas (como estratégia de se fazerem ouvir e denunciar as violações), dentre eles, os comitês de bacias hidrográficas. Como relata Ocaia da Tabatinga,

vivíamos livremente no território, com a água em abundância, usando a água do rio São Francisco, usando a água em nossas plantações, em nossas culturas, e com o passar dos anos a gente vem sofrendo com a especulação imobiliária, os grandes empreendimentos, uma verdadeira invasão do nosso território, e que pra nós sempre foi e é um território sagrado, que a gente sempre conviveu bem com o meio ambiente, com o rio e com a nossa cultura, com a nossa existência dentro desse território. [...] **com essas violações, passamos a perceber que tínhamos que sair de nossa zona de conforto para lutar, pra buscar ajuda, para a nossa sobrevivência como das nossas matas e do rio.** [...] então, a gente achava que era só a gente aqui, na cabeceira do rio São Francisco, que passava por essas violações, por esses problemas. **Com isso, a gente se organizou...** [...] o que a gente estava sofrendo era muito grande e não tinha fiscalização nenhuma na nossa região [...] Então, como nós **começamos a ocupar esses espaços, nós passamos a levar as nossas questões pra dentro desses comitês.** (Entrevista narrativa com a quilombola Ocaia, 2019). (grifos meus).

Ocaia relata o peso da colonialidade expresso num processo histórico de invisibilização e marginalização

a gente era tratado como marginal, porque aqui tinha um dialeto, o dialeto é Banto, e aí eles falavam que era gíria e que todo aqui era marginal [...] a polícia só vinha aqui pra pegar e bater, era assim [...] os jovens perderam o interesse porque **quem falasse o dialeto, era perseguido pela polícia,** aonde a gente perdeu muito. (Entrevista narrativa com a quilombola Ocaia, 2019). (grifos meus)

Ela diz que se não fosse esse processo de marginalização⁶⁷ dos quilombolas, era para o

⁶⁷ Conforme Queiroz (2018, p. 60-61), “apesar do processo de urbanização, que substituiu as cafulas africanas por habitações de alvenaria idênticas às dos brancos, com os quais os negros convivem lado a lado, a Tabatinga continua se configurando como uma comunidade negra. A mistura que ali se verifica não reflete, de modo algum, um “embranquecimento” da população. Não houve ascensão social do negro, a quem a “casa-grande” permanece inacessível, no centro da cidade. A “senzala” é que se abriu aos brancos, promovendo, na Tabatinga como nos milhares de favelas dos grandes centros urbanos, a igualdade na pobreza. Conseqüentemente, passam a recair sobre

município de Bom Despacho, hoje, ser bilíngue, mas “eles não deixaram, então a gente perdeu muito [...] hoje eles reconhecem a língua, mas já não tem mais gente que fala, porque era proibido falar”⁶⁸. Contudo, há uma tentativa, atualmente, de resgate do dialeto, inclusive por meio de registros e publicações, “mas a conversação é que era bonita e eles tiraram isso das pessoas” (Idem). Ocaia também está escrevendo a biografia de sua mãe, Dona Tiana (Sebastiana Geralda Ribeiro)⁶⁹ e, com a ajuda da irmã, elaborando um livro, “antes que Deus me chamar eu tenho que terminar o livro da história da comunidade”⁷⁰. Em que pesem todas as adversidades, os quilombolas da Tabatinga sempre resistiram, especialmente, por meio da cultura, da ancestralidade e da espiritualidade. O dialeto da Tabatinga emerge em espaços da cidade, “hoje tem escola com o nome de *Ticura*, a clínica de cachorro *Cambuá*, a pousada do *Quêti*” (Idem), são palavras do dialeto, “então eles estão usando nossas palavras” (Idem), diz Ocaia. Ela ainda narra sobre a liderança e o legado da matriarca, Dona Tiana⁷¹, sua mãe, que foi fundamental para a resistência simbólica e material da comunidade quilombola dos Carrapatos⁷² da Tabatinga⁷³:

a luta nossa pra permanecer aqui através da cultura, do reinado que a minha mãe lutou muito aqui pra gente dançar o reinado, nós temos a nossa exposição, o padre não deixava a gente entrar na igreja, mas nós dançávamos na rua assim mesmo, até eles aceitarem foi uma luta muito grande que a minha mãe teve um embate com eles e conseguiu vencer. E hoje a cidade não faz festa sem o Moçambique, [...] **a mãe ensinou a gente que “vocês unidos, ninguém vence vocês”. Essa é a nossa força**, a força da união porque unidos a gente consegue romper [...] e a nossa luta é preservar, porque ela deixou um caminho muito bonito, muito pronto pra nós, ela nos ensinou tudo, nós temos que repassar para os nossos filhos, sobrinhos e netos pra que eles também não tenham vergonha e continuem, porque **a nossa luta é constante, infelizmente a gente acha que ela não vai acabar enquanto a gente não combater o racismo institucional**, a gente vai ter que continuar lutando, e a gente sabe que não é fácil e essa luta vai ser pra sempre **e então a gente vai passando de geração em geração e falando com eles: vocês acreditem em vocês, tenham orgulho da sua**

todo o grupo os preconceitos seculares que associam o preto à baixaza, à vadiagem e ao crime. Por isso, a ameaça constante da repressão policial”.

⁶⁸ Entrevista narrativa com a quilombola Ocaia da Tabatinga, 2020.

⁶⁹ Dona Tiana faleceu muito recentemente, em julho de 2019. Notícia do Cedefes: <https://www.cedefes.org.br/falecimento-de-vo-tiana-matriarca-da-comunidade-quilombola-de-carrapatos/>

⁷⁰ Entrevista narrativa com a quilombola Ocaia da Tabatinga, 2020.

⁷¹ Em março de 2018, o Projeto “Saberes Tradicionais” da UFMG, registrou os ensinamentos da liderança feminina da matriarca Dona Tiana (disponível neste link: <https://youtu.be/V28bWb1DpRM>). Também o documentário “DANDARAS: a força da mulher quilombola”, realizado em 2015, apresentou as trajetórias e o engajamento de mulheres quilombolas da Tabatinga e também de outros quilombos de Minas Gerais (Mato do Tição, Arturos e Chacrinha dos Pretos), disponível neste link: <https://youtu.be/RSW3uEfk4QU>.

⁷² A autodenominação de “Carrapatos”, é uma metáfora com os pequenos artrópodes ectoparasitas (talvez pelo fato de agirem em conjunto e grudarem na pele), uma interpretação num sentido de coletividade, como narra Ocaia: “então, é por isso que é Carrapatos, esse monte de gente junto, onde tá um montinho é nós, o povo chama, se tem alguma festa, eles vêm e trazem convite com um convitinho, aí vamos nós, porque nós não saímos sozinhos, é todo mundo ou não vai ninguém” (Entrevista narrativa com a quilombola Ocaia, 2019).

⁷³ O nome Tabatinga refere-se a um tipo de argila, conforme depoimento coletado por Queiroz (2018, p. 51), “servia no lugar de cal, pra cair a casa, né? Essas casas pobres. A gente buscava lá [...] daí o nome Tabatinga”.

cor, mesmo que você escute coisas diferentes. (Entrevista narrativa com a quilombola Ocaia, 2020). (grifos meus).

O dispositivo colonial se mostra cada vez mais ostensivo por parte das corporações do hidronegócio (que transacionam a água como mercadoria, que fazem dela um negócio, que subvertem a fonte de vida em fonte de lucro), engendrando disputas pela apropriação e controle da água no país, num processo de ameaças e violações constantes que tem se mostrado implacável com os territórios e com o modo de vida dos povos originários e das comunidades tradicionais no Brasil.

4.2. Uma crise global da água no meio do caminho

O drama da falta de acesso adequado à água em condições de potabilidade atinge milhões de pessoas, e de maneira mais acentuada, aquelas que vivem nas periferias do sistema-mundo. As condições de acesso à água espelham o cenário global existente de assimetrias abissais, injustiça e crueldade. Apesar de apresentar algum progresso em quase uma década, o Relatório da ONU, “*Progress on household drinking water, sanitation and hygiene I 2000-2017*”, revela que 1 em cada 3 pessoas no planeta não dispõem de acesso à água potável em condições mínimas de segurança, perfazendo um total de 2,2 bilhões de habitantes inseridos nesta aflitiva condição, além de outros 4,2 bilhões de indivíduos que não têm acesso ao saneamento básico⁷⁴. A falta de acesso à água em quantidade e qualidade adequadas e ao saneamento básico nem sempre decorre da ausência física-territorial (indisponibilidade) desse bem natural, mas da ausência de condições econômicas, sociais e tecnológicas de acesso (inacessibilidade)⁷⁵.

Descortinado esse cenário, Pedro Arrojo⁷⁶ refere-se à crise global da água como um

⁷⁴ Informações reveladas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 18/06/2019, veiculadas no site da própria ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-1-em-cada-3-pessoas-no-mundo-nao-tem-acesso-a-agua-potavel/>. Acesso em 23 ago. 2020

⁷⁵ O Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (ONU-Água, 2019, p. 2-3) revela que estudos mundiais de custo-benefício demonstraram que os investimentos em serviços de água, saneamento e higiene produzem altos benefícios sociais e econômicos, “com proporções médias mundiais de benefício–custo de 5,5 para serviços de saneamento melhorados e de 2,0 para água potável melhorada”, sendo provável que esses benefícios direcionados para grupos vulneráveis “alterariam o equilíbrio de qualquer análise de custo–benefício que considere mudanças na autopercepção do status social e da dignidade desses grupos”. O mesmo relatório também enfatiza que a pobreza é um fator de destaque nos processos proibitivos de discriminação com relação aos direitos de acesso à água potável e ao saneamento, somando-se a este, também fatores relacionados à natureza étnico-racial, de gênero, de origem, religiosa, linguística etc., sendo que certas pessoas, devido à confluência de fatores, podem sofrer múltiplas formas de discriminação (condição de “interseccionalidade”).

⁷⁶ Entrevista de Pedro Arrojo para o EcoPortal, em 02/11/2012. Disponível neste link: <https://www.ecoportal.net/temas->

trágico paradoxo de uma crise hídrica no “planeta azul”, no planeta água. Em realidade, trata-se dos reflexos na água e nas condições de acesso à ela, de uma crise civilizacional de múltiplas faces (ética, espiritual, ecológica, social, cultural, econômica, política). Conforme Arrojo (2009), a crise da água também decorre de falhas de institucionalidade democrática, da geração de pobreza e desigualdade, e de insustentabilidade do sistema-mundo. Ele adverte que:

El vigente modelo neoliberal de globalización, ajeno a los más elementales principios éticos, lejos de frenar la degradación ecológica, reducir los gradientes de riqueza y garantizar a los más pobres derechos fundamentales, como el acceso al agua potable, ha abierto al mercado la gestión de aguas como espacio de negocio, acelerando la depredación de los recursos hídricos y aumentando la vulnerabilidad de los más débiles (ARROJO, 2009 p. 34).

Arrojo (2009) alerta que a crise pode se agravar devido aos efeitos das mudanças climáticas em curso e diz que o problema não reside tanto na questão da escassez física, mas na “nossa insaciável e irresponsável ambição desenvolvimentista” (Ibidem, p. 35), que tem degradado aquíferos e ecossistemas aquáticos, produzindo gravíssimos efeitos. A Unesco estimou que nas duas últimas décadas (entre o ano 2000 e 2018), houve 357 conflitos⁷⁷ relacionados à água pelo mundo, destacando-se, conforme salienta Flávia Bittencourt Moré (2019)⁷⁸, os ocorridos nos rios Tigre e Eufrates (envolvendo Turquia, Síria e Iraque), no rio Jordão (envolvendo Israel e Cisjordânia), no rio Nilo (envolvendo Egito, Etiópia, Uganda, Sudão, Sudão do Sul, República do Congo, Tanzânia, Ruanda e Burundi). Pedro Arrojo dirigiu uma impactante exposição acerca dos conflitos globais relacionados com a água nos cinco continentes, reunindo um conjunto de fotografias, textos e publicações (material didático) que mostram “o perfil humano dos conflitos e das lutas de água”, por meio de imagens nas quais “testemunhas diretas, os afetados, deixam de ser uma fria estatística para comunicar-nos diretamente a suas angústias, razões e esperanças”.

A arqueologia dos desequilíbrios globais e da quebra dos ciclos metabólicos planetários que incide no ciclo da água, nos remete à visão fragmentária de mundo e às separações dicotômicas forjadas pela indolência da racionalidade instrumental (metonímica e proléptica) que subjaz ao sistema-mundo *moderno-colonial-capitalista-neoliberal-rentista-globalitário*. Racionalidade esta que é também geradora de mistificações suicidárias, baseadas nas crenças

[especiales/agua/entrevista_con_pedro_arrojo_la_crisis_global_del_agua_y_de_la_alimentacion/](#) Acesso 24 ago. 2020

⁷⁷ Mapa de conflitos de água no mundo: <http://www.worldwater.org/conflict/map/> Acesso 02 set. 2020

⁷⁸ Informações extraídas do artigo de Flávia Bittencourt Moré (2019), disponível neste link: <https://medium.com/@flviabittencourtmor/conflitos-mundiais-e-o-que-a-escassez-de-%C3%A1gua-tem-a-ver-com-isso-6f6df6f4b5f9>

da inesgotabilidade dos recursos da natureza e da possibilidade de dar vazão à compulsão exploratória e desmesurada dos mesmos.

4.3. A espiral de conflitos pela água no país

“O conflito está para a sociedade assim como a dor está para a cura de eventual doença do nosso corpo”
(Carlos Walter Porto-Gonçalves e Samuel Britto das Chagas⁷⁹)

O reconhecimento dos conflitos socioambientais e a identificação dos grupos sociais neles envolvidos (as vítimas e os protagonistas da expropriação territorial, da degradação ambiental e das violações dos direitos humanos/sociais) tornam-se fundamentais não apenas para compreendê-los, mas, sobretudo, para enfrentá-los, na tentativa de resolvê-los. Claudemir Martins Cosme (2020), com base em Fernandes (2013), aponta a importância do conceito de *conflitualidade*, que corresponde a “um processo constante, territorial e muito além de se reduzir apenas aos conflitos por terra, é gestada e alimentada pelas contradições e desigualdades do próprio capitalismo” (COSME, 2020, p. 136-137). Malagodi (2013, p. 54) esclarece que:

São muitos os grupos sociais que lutam pela legitimação de suas formas de uso e acesso aos bens ambientais, assim como pelo reconhecimento de seus saberes e identidades: agricultores familiares, povos indígenas, trabalhadores afetados por condições insalubres de trabalho, quilombolas, pescadores artesanais, seringueiros, moradores das “zonas de sacrifício”, ribeirinhos, catadoras de coco babaçu, associações de moradores em defesa de espaços verdes de lazer e convivência em seus bairros, catadores e recicladores, grupos de mulheres que trabalham com plantas medicinais, entre outros. Entre os agentes agressores que buscam deslegitimar os grupos acima é comum encontrarmos o próprio Estado, usinas hidrelétricas, indústrias petroquímicas, agronegócio para exportação, hotéis “ecológicos” de luxo ou aterros sanitários, empresas produtoras de camarão, eucalipto, mega-projetos imobiliários ou turísticos, empresas de agrotóxicos, entre outros.

Os conflitos pela água no campo, no Brasil, tiveram uma elevação exponencial nos últimos anos. No ano de 2018 eles atingiram um aumento recorde de 40% dos casos (saltando de 177 mil pessoas, em 2017, para 368 mil em 2018), conforme demonstra o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁸⁰, afetando, principalmente, os povos indígenas e as comunidades tradicionais (85% das vítimas), em sua maioria, localizadas no bioma Cerrado –

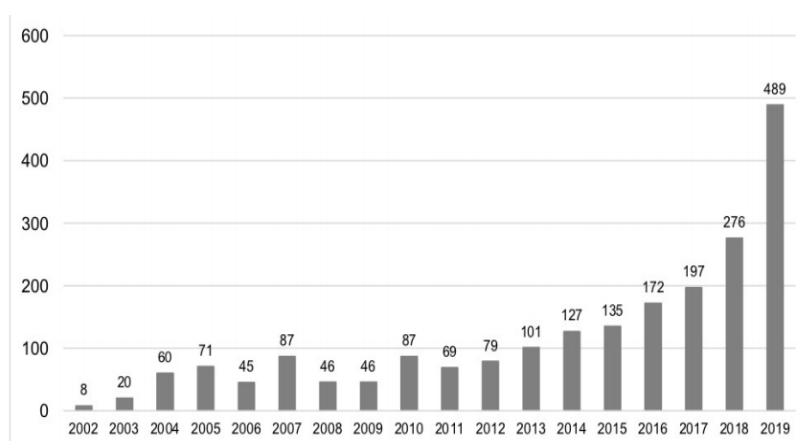
⁷⁹ PORTO-GONÇALVES e CHAGAS, 2018, p. 5

⁸⁰ As informações sobre o Relatório de Conflitos no Campo, da CPT, foram extraídas dos seguintes endereços: <https://redecerrado.org.br/expulsao-de-familias-do-campo-aumenta-14-350-no-cerrado/>; <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/conflitos-por-agua-batem-recorde-no-pais-e-chegam-a-276-casos-aumento-de-40-em-2018/>; e <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588426-comissao-pastoral-da-terra-lanca-relatorio-conflitos-no-campo-brasil-2018-na-sede-da-cnbb>.

berçário de águas onde nascem vários dos grandes rios brasileiros, como o rio São Francisco, o rio Doce, o rio Jequitinhonha, o rio Paraná, o Araguaia-Tocantins, dentre outros, que conformam gigantescas Regiões Hidrográficas⁸¹.

Marcado pela ocorrência de mais um rompimento de barragem, desta vez em Brumadinho-MG⁸² (barragem da mina do Córrego do Feijão, operada pela Vale S.A., rompida em 25/01/2019) – que, ao lado do rompimento da barragem da mina do Feijão, em Mariana-MG⁸³, quatro anos antes, perfaz as maiores tragédias socioambientais de nossa história –, seguido de outro desastre, o derramamento de óleo⁸⁴ que atingiu mais de 2 mil quilômetros do litoral brasileiro (principalmente do Nordeste e Sudeste do país), o ano de 2019 também figurou como o ano da explosão dos conflitos pela água no país, com um salto da ordem de 77% em relação ao ano anterior.

Quadro 2 – Mapa de sobreposição das Regiões Hidrográficas nacionais com a área de distribuição do bioma Cerrado



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino (2019)/ Elaboração: COSME, C. M.

Perfazendo um total de 489 conflitos, dos quais 189 foram provocados pela mineração

⁸¹ O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), por meio da [Resolução nº 32](#), de 15/10/2003, estabeleceu a Divisão Hidrográfica Nacional, constituída por 12 Regiões Hidrográficas, correspondentes ao “o espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares, com vistas a orientar o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos”. Conferir mapa interativo em: https://www.ana.gov.br/aguas-no-brasil/panorama-das-aguas/copy_of_divisoes-hidrograficas

⁸² A barragem de Brumadinho (mina do Córrego do Feijão, operada pela Vale S.A.), também situada em Minas Gerais, na sub-bacia do rio Paraopeba (que integra a bacia do rio São Francisco), rompeu-se no dia 25/01/2019. Mais informações em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rompimento_de_barragem_em_Brumadinho.

⁸³ O rompimento da barragem de Mariana (mina do Fundão, operada pela Samarco Mineração S.A., que é controlada pela brasileira Vale S.A. e pela anglo-australiana BHP Billiton), em Minas Gerais, ocorreu na tarde do dia 5/11/2015, no subdistrito de Bento Rodrigues, bacia do rio Doce. Mais informações em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rompimento_de_barragem_em_Mariana.

⁸⁴ Informações em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vazamento_de_%C3%B3leo_no_Brasil_em_2019

(39%); 177 por empresários (36%); 54 por hidrelétricas (11%); e 33 por governos (7%), os conflitos atingiram 69.793 famílias. Minas Gerais figura como o estado com maior número de conflitos (128 casos, dos quais 91,4% são causados por mineradoras nacionais e internacionais), seguido da Bahia (101 casos) e Sergipe (69 casos)⁸⁵. Tássio Barreto Cunha (2017) identifica nos processos simultâneos e complementares de “territorialização dos monopólios” e de “monopolização dos territórios”⁸⁶, uma estratégia de evidente de dominação, exploração e mercantilização que incide sobre territorialidades coletivas e sobre os bens ambientais, a exemplo da água.

Tragédias anunciadas, os rompimentos súbitos das barragens nas áreas de influência das bacias hidrográficas do rio São Francisco (Brumadinho, sub-bacia do rio Paraopeba) e do rio Doce (Mariana), compõem um cenário de catástrofes previstas e um processo histórico, gradativo e cumulativo, de devastação ambiental e de imolação social.

Figura 6 – Ictiofauna do rio Doce devastada pela lama da barragem – Foto: Elvira Nascimento



Fonte: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2015/11/fotografa-mostra-destruicao-causada-pela-lama-ao-longo-do-rio-doce-1013914111.html>

⁸⁵ Informações extraídas do relatório da CPT, já citado, bem como do release sobre referido relatório, disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/74-espaco-para-imprensa-releases-analiticos/14188-release-a-destruic-a-o-da-vida-revelada-nos-conflitos-pela-a-gua-em-2019-cpt-assessoria-de-comunicac-a-o?Itemid=0>

⁸⁶ Cunha (2017, p. 161) assim descreve este processo: “A monopolização do território é desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação camponeses e capitalistas produtores do campo. A territorialização dos monopólios atua simultaneamente no controle da propriedade privada da terra do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária”.

Herança da onda de privatizações ocorridas nos anos de 1990, “quando o papel da fiscalização passou a ser desempenhado pelas próprias empresas” (CERVINSKI, 2020, n.p.), a maior parte dos milhares de barragens (de armazenamento de rejeitos de minério, hidroeletricidade e abastecimento doméstico) existentes no país (catalogadas são 24 mil) não foi sequer vistoriada. Em Minas Gerais existem aproximadamente 50 barragens de rejeitos em alto risco que constituem uma verdadeira bomba-relógio⁸⁷ prestes a ser detonada a qualquer momento (tanto é assim que, nesta semana, em que escrevo este capítulo, mais uma barragem de rejeitos de mineração se rompeu⁸⁸, no distrito de Miguel Burnier, município de Ouro Preto-MG, atingindo dois cursos d’água, o córrego dos Alemães e o ribeirão Mango, sub-bacia do rio das Velhas/bacia do rio São Francisco).

Na conversa com o líder Krenak, ele mencionou esse estado permanente de vulnerabilidade e desolação provocado pela voragem insaciável do capital:

Quando a lama de Mariana devastou a bacia do rio Doce, ainda havia projetos para umas 15 barragens no corpo do rio. **Seria como você pegar alguém que já está na UTI e falar, vamos tirar um sangue dele, vamos ver se a gente consegue ir lá na medula dele e tirar algum líquido pra gente aplicar numa coisa que nós estamos querendo dar vida ali fora, essa coisa é o capitalismo, ele suga tudo, ele suga o seu sangue, ele suga as suas lágrimas.** (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020). (grifos meus).

O indigenista Thiago Fiorott⁸⁹ explica que os Krenak foram “um dos povos mais atingidos por esse desastre”, tendo “sua reprodução física e cultural, sua terra⁹⁰, suas vidas, seu futuro, sua sustentabilidade, seriamente ameaçados”. O impacto catastrófico sobre o rio Doce (*Uatu*), com o qual apresentam uma “profunda relação de ordem espiritual e cosmológica” e sobre a teia de vida a ele interligada, “desencadeou um profundo sentimento de luto e de revolta em toda a comunidade; sentimentos esses agravados pela inércia dos responsáveis pelo desastre em efetivar ações emergenciais que pudessem minimizar os danos” (FIOROTT, 2017, p. 18). Conforme Fiorott, a dor sentida pelos Krenak “era refletida em seus olhares, nos seus lamentos”

⁸⁷ Reportagem do jornal El País, de 23/01/2020, por Beatriz Jucá: “As 50 barragens em alto risco que mantêm a bomba-relógio da mineração em Minas”, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-23/as-50-barragens-em-alto-risco-que-mantem-a-bomba-relogio-da-mineracao-em-minas.html>

⁸⁸ Reportagem do jornal “O Tempo”, de 01/09/2020: “Vazamento de rejeito em barragem de Ouro Preto atinge cursos d’água”. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/vazamento-de-rejeito-em-barragem-de-ouro-preto-atinge-cursos-d-agua-1.2379642> Acesso 04 set. 2020

⁸⁹ Thiago Fiorott é servidor da FUNAI e atua nos territórios indígenas da bacia do rio Doce. As informações citadas referem-se à sua dissertação de mestrado pela UnB: “A morte do Uatu: impactos do desastre da Samarco/Vale/BHP sobre a sustentabilidade do Povo Krenak (2017).

⁹⁰ De acordo com Fiorott (2017, p. 29), “a Terra Indígena Krenak, localiza-se contiguamente à margem esquerda do rio Doce, entre as cidades mineiras de Resplendor e de Conselheiro Pena (a cerca de 20km de cada uma delas). A comunidade está organizada atualmente em sete aldeias correspondentes aos sete grupos existentes (Krenak, Atorã, Nakrerré, Nakenuk, Uatu, Takruk e Borun-Ererré),

(Ibdem, p. 24), e eles “só foram ouvidos (e tiveram suas demandas emergenciais atendidas) pelos empreendedores após paralisarem a Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM) – empreendimento da Vale que corta seu território tradicional” (Ibdem, p. 18).

Ao longo dos séculos, os Krenak resistiram a investidas violentas perpetradas pelo homem branco, tendo a declaração de “Guerra Justa” aos Botocudos⁹¹, por meio da Carta Régia de 14 de maio de 1808, se tornado um marco⁹² de uma sucessão de violações outras – expropriação, deslocamentos forçados, genocídio, exílio – que se estenderam por todo o século XX (também agredidos pela força repressiva da ditadura⁹³ empresarial-militar). Exilados em diferentes lugares, na virada para o século XXI, conforme Fiorott, “começaram a se juntar novamente às margens do Uatu” (FIOROTT, 2017, p. 70) e “reconquistaram parte de seu território (Ibdem)”. Contudo, o desastre agravou⁹⁴ profundamente as dificuldades que eles já enfrentavam no processo de reconquista (que ainda não se efetivou integralmente) e revitalização de seu território e de reparação pelas violências historicamente sofridas.

É oportuno registrar que, conforme Pereira (2020a), a catástrofe gerada pelo rompimento da barragem de Fundão/Mariana-MG não é fruto de “acidente”, mas de “desastre tecnológico” caracterizado como “crime socioambiental”. Ao optar pelo método de alteamento à montante, por ser o mais “econômico”, porém “o mais crítico em relação à segurança e o que mais apresenta falhas no mundo todo” (PEREIRA, 2020a, p. 10), a mineradora optou pelo risco de algo já previsto de acontecer, o que, somado a outras decisões, “compõe um contexto de crime” (Ibdem). A condição de crime socioambiental se configura pela magnitude dos danos causados não apenas ao ambiente natural, como às condições de vida das populações humanas afetadas, pois “destruiu comunidades, soterrou vidas, provocou o deslocamento de famílias, mudou o cotidiano das pessoas, causou prejuízos econômicos e ainda se desdobra em uma série

⁹¹ Conforme Soares (1992, p. 11,189), assim foi denominada a guerra aos indígenas da bacia do rio Doce por D. João VI, especialmente aos Botocudos, assim denominados pelos brancos, e que são os antepassados dos Krenak, também chamados de “Aimoré, Gren, Guerén, Kren”.

⁹² De acordo com Fiorott (2017, p. 38), “objetivo central da declaração da Guerra foi desocupar as margens do Rio Doce da presença indígena, para garantir a segurança da navegação e liberar as terras para as atividades econômicas mercantis”.

⁹³ Pesquisas da Comissão da Verdade revelam práticas de tortura, prisões e violência contra os Krenak e outros grupos indígenas de Minas Gerais durante a ditadura. Conferir reportagem do Jornal Brasil de Fato, de 16/01/2018, disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2018/01/16/ditadura-militar-a-terrivel-violencia-contra-os-indios-em-mg> Acesso 10 set. 2020

⁹⁴ Como relata Fiorott (op. Cit., p. 138): “O desastre da Samarco/Vale/BHP chegou para os Krenak, como uma avalanche de lama soterrando os seus sonhos, projetos de uma vida próspera e sustentada na relação com o seu território tradicional e com o Uatu. A tragédia trouxe para os Krenak impactos na saúde, nas relações sociais, na espiritualidade, na economia, no meio ambiente, enfim no bem viver do povo. Exilou os Borun em seu próprio território, subtraindo-lhes sua referência de identidade, subjetividade e sustentabilidade necessária à sua reprodução física e cultural. Se nos tempos passados foi imposta, como demonstrado, a morte física de diversos “botocudos”, o desastre atual parece ter buscado a morte ontológica da etnia pela supressão de elementos fundamentais para a constituição do ser Krenak, do ser Borun do Uatu”.

de violações de direitos no dia a dia dos(as) atingidos(as)” (Ibdem, p. 11).

Figura 7 – Imagens de satélite do povoado de Bento Rodrigues, antes (jun./2015) e após (nov./2015) a ruptura da barragem



Fonte: SPOT 6 e 7/HIPARC/AirBus - Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce – ANA, 2015

A definição de “**zonas de sacrifício**”⁹⁵ pelo conglomerado de mineradoras (Samarco/Vale/BHP Biliton), que, no caso da barragem de Fundão, compreendia o povoado de Bento Rodrigues (distrito de Mariana-MG), também caracteriza, como aponta Pereira (2020a, p. 17), uma evidente situação de “**racismo ambiental**”, tendo em vista que 84% da população de Bento Rodrigues é negra (a mais diretamente atingida pelo rompimento de Fundão), da mesma forma que também a comunidade de Gesteira, atingida pela inundação, tem “composição étnico-racial negra em 70,4% e 60,3%, respectivamente” (PEREIRA, 2020a, p. 17).

Inseridas na lógica dominante do capital improdutivo (DOWBOR, 2017), com dinâmicas produtivas atreladas às oscilações de cotação financeira das *commodities*⁹⁶ (neste caso específico, do preço dos minérios), as companhias transnacionais de mineração (com destaque para a agora privada Vale S.A., antiga estatal Companhia Vale do Rio Doce), sobretudo num ciclo de queda vertiginosa nos preços dos minérios (como ocorreu no período entre 2003 e 2013), tendem a negligenciar fatores de segurança com o intuito de elevar a

⁹⁵ Também chamados de “paraísos de poluição”, corresponde, de acordo com Henri Ascelrald (2004), aos “locais onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados “paraísos fiscais”. Nestas áreas, observa-se a conjunção das decisões de localização de instalações ambientalmente danosas com a presença de agentes políticos e econômicos empenhados em atrair para o local investimentos de todo tipo, qualquer que seja seu custo social e ambiental. Estes dois processos tendem a prevalecer em áreas de concentração de moradores de menor renda e menos capazes de se fazerem ouvir nos meios de comunicação e nas esferas de decisão”.

⁹⁶ Conforme Pereira (2020a, p. 16), refere-se “a um determinado bem ou produto de origem primária comercializado nas bolsas de mercadorias e valores de todo o mundo e que possui um grande valor comercial estratégico”.

produtividade, amplificar a lucratividade e reduzir custos, (PEREIRA, 2020a, p. 16).

A preponderância da lógica financeira e de lucratividade que move, sobretudo, as corporações privadas (e privatizadas), assim como o capital produtivo, que colocam o lucro acima da vida, é uma das causas estruturais da hecatombe socioambiental ocorrida na bacia do rio Doce em 2015 e repetida, quatro anos depois, em 2019, na sub-bacia do rio Paraopeba (bacia do rio São Francisco). Embora se configure como uma espécie de motor de uma engrenagem geradora de degradação ambiental e de iniquidades sociais em todo o mundo, o sistema financeiro, com destaque para os bancos transnacionais⁹⁷, saiu praticamente ileso perante a opinião pública em relação aos desastres de Mariana e Brumadinho.

4.4. O *modus operandi* que atualiza a colonialidade no dia a dia da modernidade

Agressão, deslocamentos⁹⁸ forçados ou compulsórios, ameaça de morte, intimidação, humilhação, assassinatos, contaminação por mercúrio, omissão/conivência, são algumas violências perpetradas pelo poder colonial-capitalista contra as populações originárias, tradicionais e periféricas do país por causa da água. A existência de “uma relação dialética entre espaço e lugar”, faz dos territórios⁹⁹ dos povos indígenas, dos camponeses e das comunidades tradicionais, uma espécie de fronteira de resistência contra a dinâmica expropriadora do capital. De acordo com Cosme (2020, p. 141):

⁹⁷ Segundo Lujan Miranda (2020), há uma engrenagem financeira transnacional, espécie de motor, que opera “o saque permanente das riquezas naturais, especialmente, através das grandes empresas de mineração”, nos países periféricos, em benefício das grandes potências capitalistas ocidentais. Em referência ao BIS (Bank for International Settlements ou Banco de Regulações Internacionais), peça-chave para entender a dinâmica exploratória e acumuladora/concentradora de riquezas, Miranda explica que: “um banco privado poderoso, que manda nos bancos centrais em quase todos os países do mundo, controla governos, dita os modelos econômicos, as medidas de ajuste fiscal, privatizações, reformas da previdência, afetando ainda direitos universais à educação, saúde, destruição de direitos trabalhistas e sociais. [...] É através do FMI, do Banco Mundial, do Comitê de Basileia, dos Bancos Centrais, dentre outros, que o BIS impõe suas políticas de destruição do planeta, dos sonhos, dos direitos e da vida. Na prática, o BIS é o grande operador do sistema capitalista.”. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/nucleo/o-banco-bis-e-o-sistema-da-divida-por-lujan-miranda/>

⁹⁸ De acordo com Pereira (2020a, p. 40), o deslocamento compulsório é “o processo de deslocamento territorial no qual o elemento central e dominante é o exercício do poder. As pessoas são obrigadas a deixar seus espaços de viver, geralmente sendo submetidas à urbanização”.

⁹⁹ Conforme Pereira (2020a, p. 38): “Território é uma construção histórica e social baseada nas relações de poder. Nesse sentido, as diferentes formas de compreensão e de apropriação dos recursos, especificamente daqueles naturais, acabam resultando em conflitos entre os distintos grupos. É uma questão de ecoidentidade. Uma comunidade indígena não compreende o rio da mesma forma que uma mineradora, por exemplo. Para a comunidade indígena, no seu conjunto de símbolos, o rio tem uma dimensão espiritual e mesmo sagrada. Sendo assim, a relação desses povos baseia-se no cuidado e na preservação. O mesmo significado de sagrado existe para as populações negras, seja em seus quintais ou roças. A conexão com o divino se faz pela natureza e seus elementos. É fonte de vida, entretanto, vínculo com o cosmo e a fertilidade, para os povos tradicionais e também, para os que exercitam sensibilidade na conexão com os processos da natureza. Para uma mineradora, entretanto, o rio é compreendido apenas como um suporte para a produção, o que se demonstra na forma pela qual se apropria do mesmo”.

Os conflitos pela água ocorrem no cotidiano das comunidades, em sua maioria passando de forma invisível pela grande mídia. Trata-se de conflitos que se inserem na longa e incansável luta da classe camponesa, dos indígenas e quilombolas no campo brasileiro pelo enraizamento no lugar, muitas das vezes um território – assentamento, reserva indígena, comunidade quilombola – conquistado a duras penas no enfrentamento ao latifúndio, à mineradora, à hidrelétrica ou ao próprio Estado. Uma resistência estrutural pela água, para garantir a própria existência social coletiva desses sujeitos.

Embora nenhum dos governos do período da redemocratização tivesse rompido com o ideário neoliberal (ainda que alguns tivessem mitigado essa influência nociva) e, menos ainda, segundo Cosme (2020), com o mito do progresso e da eficiência tecnológica alavancada pela modernização conservadora e os “princípios e pacotes técnico-químicos da revolução verde” (sem promover de maneira estrutural a democratização da terra ou a reforma agrária), foi a partir de 2015, das

primeiras movimentações que resultaram no golpe midiático-parlamentar-judicial contra a Presidente Dilma Rousseff, que há um crescimento lento dos conflitos pela água, que se acelera de 2017 para 2018, passando de 197 para 276, atingindo seu ápice no primeiro ano de Jair Bolsonaro à frente da República, um quadro previsível, diante da disseminação do ódio e do incentivo à violência, promovidos, durante a campanha presidencial de 2018, pelos integrantes do atual governo federal, notadamente pelo próprio presidente, contra os movimentos e organizações sociais do campo em luta pela reforma agrária. A subordinação absoluta do governo Bolsonaro e, majoritariamente, do Congresso Nacional e do Judiciário aos interesses do agronegócio e da mineração, em detrimento da reforma agrária, do campesinato, do trabalhador rural, dos povos indígenas e quilombolas, favorece a escalada da violência, portanto, do aumento da conflitualidade corroborada por esses números sobre as disputas territoriais e as relações sociais no tocante aos conflitos pela água (COSME, 2020, p. 137).

Diante desse quadro alarmante e desafiador, Claudemir Cosme elenca algumas questões provocativas de inegável pertinência:

Continuaremos aceitando que os bens comuns naturais – terra, água, flora, fauna, ar, entre outros – sejam tratados como mercadorias, privatizados em pouquíssimas mãos e vendidos como *commodities* à revelia dos interesses da sociedade em geral? Continuaremos apostando e crendo alienadamente nas soluções tecnológicas, sem levar em conta as realidades social e ambiental nas quais essas técnicas são inseridas, mesmo diante de tragédias criminosas como a de Brumadinho e do vazamento de óleo em nosso litoral? Continuaremos acreditando que o atual modelo de desenvolvimento para o campo, ancorado no agronegócio, na mineração e na exploração da natureza sem limites, propalado ideologicamente como progresso, mas que destrói a vida em todas as dimensões, é o único e inexorável caminho a se seguir? (COSME, 2020, p. 142).

Os conflitos no campo – que se estendem também para o urbano, onde vive, na

atualidade, a maior parcela da população brasileira¹⁰⁰ (que também enfrenta os efeitos sinérgicos deletérios da devastação ocorrida no campo¹⁰¹) – explicitam os antagonismos entre forças desproporcionais. De um lado, as corporações do hidronegócio (e, em certos casos, o próprio estado, que deveria servir, prioritariamente, ao interesse difuso e coletivo) e, de outro, a coletividade (a sociedade civil e, em especial, os povos e comunidades tradicionais). Tornou-se emblemática, por exemplo, a recente (final de 2017) revolta popular ocorrida no Oeste da Bahia, precisamente no município de Correntina, que teve como estopim um conflito gerado no campo, provocado pela superexploração do rio Arrojado pelo agronegócio¹⁰² e a consequente escassez de água, tanto para a reprodução material do modo de vida das comunidades tradicionais (de Fecho e Fundo de Pasto e ribeirinhos) como para o abastecimento da população do município. Conforme apontam Porto-Gonçalves e Chagas (2018), a área autorizada para irrigação no Oeste baiano equivale a 97% do total, sendo que “cada autorização permitiu um desmate de uma área média de 1.354 hectares, enquanto no restante do Estado essa média foi de apenas 30 hectares para cada autorização!” (PORTO-GONÇALVES e CHAGAS, 2018, p. 35).

A confluência do avanço do desmatamento com “a excessiva retirada de água seja superficial ou subterrânea, tanto dos aquíferos como dos cursos d’água” (Ibdem) superficiais, resulta na inexorável “redução dos cursos d’água por conta da redução dos níveis do Aquífero Urucuia” (Ibdem). Assolados pela falta de água, os populares iniciaram a revolta nos domínios das fazendas Rio Claro e Curitiba (da empresa Lavoura e Pecuária Igarashi Ltda.) com a interrupção dos equipamentos de captação e bombeamento de água (destruição dos maquinários e equipamentos para irrigação). O conflito transbordou para a cidade, em atos públicos (e, posteriormente, nas audiências públicas realizadas para a mediação do conflito) que reuniram

¹⁰⁰ Pelos dados do Censo de 2010, o Brasil tinha 84,4% da sua população vivendo em áreas urbanas e 15,6% em zonas rurais, mas as projeções para o próximo Censo, conforme novos critérios, estimam a população urbana em aproximadamente 76%. Informações extraídas de: <https://censos.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15007-nova-proposta-de-classificacao-territorial-mostra-um-brasil-menos-urbano> Acesso 02 set. 2020.

¹⁰¹ As crises hídricas nas grandes cidades, a exemplo das que acometeram regiões metropolitanas como as de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal nos últimos anos, embora tenham as alterações climáticas como uma variável relevante, esta, porém, amplifica e explicita outros déficits estruturais relacionados com um modelo de gestão que privilegia investimentos em infra-estruturas de engenharia (canais, transposições etc.) em detrimento às ações de recuperação e proteção de mananciais de abastecimento (recomposição florestal, revitalização e preservação de nascentes, criação de unidades de conservação etc.) e outras medidas alternativas (como sistemas de captação, armazenamento e distribuição de águas de chuvas).

¹⁰² De acordo com o Mapa de Conflitos da FIOCRUZ, a expansão da fronteira agrícola na região do Oeste da Bahia foi financiada tanto pelo Estado como “pelo capital internacional, como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) e o MATOPIBA”. Para saber mais: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ba-comunidades-tradicionais-de-correntina-lutam-por-direito-a-agua-e-sobrevivencia> Acesso em 04 set. 2020.

milhares de pessoas, também ocupando o noticiário nacional. A mídia corporativa hegemônica, por sinal, em uníssono com a narrativa reativa e diversionista dos representantes do agronegócio, numa “estratégia discursiva bem orquestrada entre entidades de classe e seus *think tanks*” (Ibdem), tratou os manifestantes (a população de Correntina) como “terroristas”, “vândalos”, “baderneiros” e os espoliadores como “vítimas”.

Mas como bem explana Altair Sales Barbosa (2017, n.p.), os “donos daquelas terras griladas” que “não têm compromisso, nem ambiental, nem social com o estado brasileiro” (Ibdem), assim como seus capatazes, que sabem “que todo maquinário danificado está muito protegido por uma seguradora” (Ibdem), eles “não são santos”, eles são “os exterminadores do futuro” (Ibdem). O caso de Correntina mostra “como a privatização de um rio levou um município riquíssimo em recursos hídricos, no Oeste baiano, a passar sede. De que forma as águas foram tomadas pelos ruralistas e vetadas às populações” (CRUZ, 2018), e desvela o modo de operação das corporações, de domínio e exploração territorial, social e ambiental, baseado no tripé da “invasão de terras públicas por meio da grilagem e pistolagem” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 10), do “uso do dinheiro público para implantação de megaestruturas e de monoculturas de grãos e pecuária” (Ibdem), e do “uso irresponsável dos bens naturais e bens comuns” (Ibdem). Longe de ser uma situação isolada, a tensão no Oeste baiano, latente por décadas, simboliza a crueza implacável das linhas abissais do projeto de modernização colonial/capitalista. Como se vê, há uma sorte de iniquidades que parecem inerentes ao modelo de modernização expansionista do mercado global (uma forma de reprodução da lógica colonial).

Figura 8 – Manifestação popular em defesa da água em Correntina, Oeste da Bahia (2017)
– Foto: Rosa Tunes



Fonte: https://www.instagram.com/p/BbZsjyUnYTN/?utm_source=ig_web_copy_link

Conforme aponta Andreici de Oliveira (2018), os processos de modernização implantados em territorialidades extramodernas, se dão ao custo da exclusão social, da concentração de renda e da degradação ambiental, fomentando um ciclo de pobreza, conflitos e violação de direitos, em frontal e avassaladora ameaça à etnoterritorialidade de povos originários, fazendo desabar os discursos do progresso e da modernização, então desmentidos pelas revelações insidiosas de indicadores sociais que “mostram as altas taxas de homicídios, de falta de saneamento básico, de baixa qualidade da educação, do percentual elevado de jovens sem perspectiva para o futuro” (OLIVEIRA, 2018, p. 364, 383).

De acordo com Leandro Gaspar Scalabrin (2019), membro da mesa diretora do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), o modelo de violação de direitos, decorrente de grandes obras de infraestrutura hídrica, foi criado pela ditadura, quando da reestruturação do Ministério de Minas e Energia (MME), em 1968 (época em que vigia o AI-5) e da criação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), período em que foram construídas mais de 30 grandes usinas hidrelétricas, “obras faraônicas, ufanistas e superfaturadas”. Segundo Leandro:

Estas obras foram financiadas por empréstimos internacionais que aumentaram a dívida externa brasileira e beneficiaram grandes empresas internacionais. [...] Os atingidos pelas obras e o povo brasileiro pagavam a conta social e ambiental enquanto grandes empresas multinacionais lucravam com a energia subsidiada instituída pelos militares. **A ditadura consolidou a visão tecnocrata do setor elétrico que persiste, em parte, até os dias de hoje.** Dentro desta visão, as barragens representam o progresso e o homem e a natureza são meros obstáculos, que não possuem direitos e devem ser removidos (SCALABRIN, 2019, n.p.). (grifo meu).

O modelo de intervenção territorial “modernizadora”, no entanto, não se restringe ao setor hidrelétrico, fazendo-se presente, também, em grandes empreendimentos de distintas naturezas. Embora vinculado à realidade dos povos e territórios andinos, o documento/Informe coordenado por Natalia Paredes (2019) sobre abusos de poder e violação de direitos, revela um *modus operandi* alicerçado no modelo de extrativismo corporativo que extrapola os Andes e que vale a pena transcrever porque ocorre em muitos outros contextos latino-americanos, inclusive na realidade brasileira. De maneira esquemática, o modelo de abusos de poder se estrutura em cinco componentes:

i) através de **normas legais** (manejos normativos, debilitação de zonas de proteção ambiental, declaração de estado de emergência); ii) através do **discurso** (negação dos impactos ou busca de outros responsáveis, não constatação da informação empresarial, estigmatização dos/as defensores/as de direitos humanos, territoriais e

ambientais); iii) através da **omissão institucional** (diluição da responsabilidade, atraso nas respostas ou veiculação de respostas inadequadas); iv) através da **força física** (uso das forças militares e policiais para a proteção das empresas extrativas, criminalização de defensores ambientais e territoriais, repressão, neutralização ou silenciamento da mobilização e do protesto social/comunitário); e v) através da **negação da participação** (audiências e consultas públicas) (PAREDES, 2019, p. 31).

Nos processos de implantação de grandes empreendimentos, a exemplo de usinas hidrelétricas e barramentos, também é comum o emprego de um encadeamento de táticas que, segundo Elielson Silva (2019)¹⁰³, vão da propagação de retóricas persuasivas (discurso do progresso e do desenvolvimento), passando pela vigilância, mapeamento das resistências esboçadas por opositores aos projetos, até a operação de faccionalismos na base local, a fim de estimular divisões internas, emprego do velho método “dividir para conquistar” (cooptação por meio de vantagens), objetivando o arrefecimento “de processos sociais contestatórios, silenciando-os e eclipsando sua existência política” (Ibdem), o que, no imaginário social, “produz instabilidade, medo e terror, agravado pelo colapso econômico” (Ibdem). Elielson denuncia a constante reedição de discursos e práticas etnocêntricos centrados na enunciação dos megaempreendimentos como se fossem a chave para o “progresso”, o “desenvolvimento” e a “modernização” regional, de modo que “os modos de vida e os processos étnicos e culturais que não se encaixam nesse estereótipo são classificados como obstáculos a serem removidos para que a prosperidade econômica assim prevaleça. Só mudam os tempos e lugares, mas a cartilha é a mesma” (Ibdem), ou seja, ainda que política e institucionalmente o colonialismo tenha sido derrotado, a lógica colonial (a colonialidade) segue ultrajando a contemporaneidade.

4.5. A subjetivação que naturaliza a hidroespoliação: de elemento vital e bem comum ao esgarçamento da ‘mercadorização’

A propagação de conflitos por água no país expõe apenas a ponta de um *iceberg*, em cuja parte submersa lateja a ambição desenfreada do esbulho capitalista-colonial. Esse esbulho, como esmiúça e evidencia Suely Rolnik¹⁰⁴ (2019), em sua “nova dobra – financeirizada e

¹⁰³ Entrevista com o pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Elielson Silva, realizada por João Vitor Santos, em 02/10/2019, para o Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/593064-belo-monte-e-belo-sun-o-desenvolvimentismo-triunfalista-e-violento-que-afunda-a-regiao-amazonica-em-degradacoes-entrevista-especial-com-elielson-silva>

¹⁰⁴ O pensamento e obra de Suely Rolnik foram aludidos pelo líder Krenak em sua entrevista narrativa (2020): “aquilo que a nossa amiga Suely Rolnik, que é muito crítica, e que no último estudo dela chamado ‘Esferas da Insurreição’, ela chama de necro-capitalismo, que quando a dinâmica dessas atividades de troca e produção do mundo, que durante os séculos passados era chamado de capitalismo industrial, o capitalismo financeiro, ele transcende e passa para o status de uma entidade quase que auto-referenciada que é o necro-capitalismo, ele existe pra ele mesmo, ele não existe pra ninguém, pra nada, ele existe para ele mesmo”.

neoliberal” (ROLNIK, 2019, p. 99), conduz “o projeto colonial às últimas consequências” (Ibdem), isto é, à sua “realização globalitária” (Ibdem), empurrando sobre o planeta “o impacto de forças vorazmente destrutivas” (Ibdem). A incidência desse sistema de expropriação sobre o território brasileiro tem sido cada vez mais ostensiva. Conforme elucida Rolnik, esse regime colonial-capitalístico, transnacional e financeirizado¹⁰⁵, faz uso da micropolítica “para obter poder macropolítico” (Ibdem, p. 87), ou seja, nutre o inconsciente colonial-capitalístico, “antropo-falo-ego-logocêntrico” (Ibdem, p. 92), e forja uma subjetivação que naturaliza e regulariza a espoliação (assim como naturaliza a competição, o individualismo, a meritocracia, a ganância, a expropriação, a exploração e outras características que performam o inconsciente do *homo neoliberalis*). O neoliberalismo se serve do conservadorismo (e vice-versa, numa aliança vil), preparando o terreno “para ampliar ao máximo o livre fluxo de capital transnacional” (Ibdem, p. 101), de maneira que o exercício patológico dessa tarefa proporciona aos seus operadores “um gozo narcísico perverso” (Ibdem). Rolnik denuncia que essa “cafetinagem” ou esse “**estupro profanador da vida é a medula do regime na esfera micropolítica**” (Ibdem, p. 104), numa dinâmica em que “são também cafetinados os outros três planos que formam o ecossistema planetário, dos quais depende a composição e manutenção da vida: a crosta terrestre, o ar, as águas” (Ibdem).

Portanto, em torno da **polaridade água-vida versus água-mercadoria**, gravitam derivações que modelam não apenas subjetividades, como o próprio cenário de tensão imposto pelo ordenamento da modernidade colonial/capitalística. Como sustenta Carlos Walter Porto-Gonçalves (2011), “A atual disputa pelo controle e gestão da água, parte da crise ambiental, revela, também, a crise da racionalidade instrumental hegemônica na ciência da sociedade moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 150). Na tabela a seguir, procurei sistematizar essas dimensões relacionais, a fim de facilitar a visualização das nuances entre os polos, entendendo, por óbvio, que se trata apenas de *uma* interpretação, dentre outras tantas possíveis, acerca de uma complexa gama de interações e percepções.

¹⁰⁵ Como também vimos em DOWBOR, 2017.

Quadro 3 – Água: gradações entre os polos

<i>água-vida</i>		←————→ <i>água-mercadoria</i>			
<i>água-vida</i>	<i>água-sujeito</i>	<i>água-cultura-espiritualidade</i>	<i>água-sociedade</i>	<i>água-objeto-recurso hídrico</i>	<i>água-objeto-mercadoria</i>
Expressa a unicidade indissociável entre água e vida em Gaia, indispensável à manutenção dos ecossistemas e à resiliência da teia da vida.	Reconhecimento da subjetividade extra-humana da água, como um agente e como portadora, <i>per si</i> , de direitos.	Elemento espiritual, sagrado, dimensão antropológico-cultural.	Bem comum e bem público, direito humano universal, condição de reprodução material e simbólica dos coletivos humanos.	Objeto, coisa, dotada de <i>valor de uso</i> , utilitário, bem econômico, insumo produtivo, matéria-prima, infraestrutura	Objeto, coisa, produto, dotado de <i>valor de troca</i> , dimensão mercantil, ativo e fonte de lucro, <i>commoditie</i> .

Fonte: Elaboração própria.

Embora reconheça uma dimensão econômica inegável, que, em determinadas situações, se apresenta como um bem não abundante, demandando, por isso, “uma complexa estrutura de captação, conservação, tratamento e distribuição” (BOFF, 2003, p. 3), Leonardo Boff alerta, contudo, que “reduzir a água a recurso hídrico é empobrecer a água. Ela é bem da natureza e recurso hídrico. Mas nessa ordem, primeiro como bem da natureza e só a partir daí recurso hídrico” (Ibdem, p. 4). Como aponta João Bosco Senra (2018, p. 9), devido a “uma leitura enviesada e interessada de alguns setores a respeito da “Declaração sobre a Água e o Desenvolvimento Sustentável”¹⁰⁶”, de que “A água tem valor econômico em todos os usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico¹⁰⁷”, houve um crescimento da participação privada na prestação dos serviços de água potável e saneamento que, de acordo com José Esteban Castro (2013, p. 2), foi impulsionado a partir dos anos 1980 com apoio das instituições financeiras internacionais, agências de ajuda e governos de países da OECD, Implicando em adoção de “políticas de desregulamentação e re-regulamentação, liberalização, comodificação e expansão do setor privado” (idem). Senra (2018) expõe, com base em informações do IBGE (2010), que

Infelizmente, esta valoração econômica da água inserida em uma lógica de acumulação de capitais tem levado a uma capitalização dos benefícios por poucos e uma socialização dos impactos pelos usos para a grande maioria, que fica com

¹⁰⁶ Conforme SENRA (Ibdem), a Declaração foi “adotada na Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente em Dublin/Irlanda, em 1992”.

¹⁰⁷ De acordo com SENRA (Ibdem), corresponde ao “princípio nº 4” da referida Declaração.

uma distribuição desigual e injusta da água, seja em quantidade e/ou qualidade no acesso a este bem vital para a saúde e sobrevivência. Os indicadores sociais e econômicos demonstram esta discrepância, apontando maiores índices de mortalidade e pobreza para as áreas mais carentes de abastecimento de água e disposição adequada de seus dejetos, como se vê na Síntese de Indicadores Sociais de 2010. (grifo meu).

Todavia, mesmo que a dimensão de “recurso hídrico”¹⁰⁸ não seja sinônimo de mercadoria, é um conceito que enfatiza as dimensões utilitarista e economicista da água, considerando-a insumo ou matéria-prima para os processos de produção e geração de serviços econômicos, o que, por conseguinte, favorece o horizonte corporativo (assim como o seu ímpeto mercantilizador), deixando em segundo plano, dentre outras, a dimensão do comum ou da água como *bem comum*. Vinícius Rauber Souza (2018, p. 41) identifica os *bens comuns* em três dimensões: os bens públicos (incluindo os direitos, as estruturas públicas e os sistemas de proteção social), a natureza e os espaços de democracia. O jurista Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua (2016, p. 669) adverte que a perspectiva econômica da água, embora relevante, “não pode ser concebida como prioritária, tampouco como princípio fundante” (PONZILACQUA, 2016, p. 669), e que, por esta razão, nas estratégias de cuidado com a natureza e, por extensão, de cuidado com água, “é hercúleo desvencilhar os interesses privados” (Ibidem, p. 671) das políticas e da gestão desses bens comuns. Para o pensador e ex-chanceler boliviano Fernando Huanacuni Mamani (2010, p. 86)

por ser el agua imprescindible para la vida, no sólo de unos cuantos sino de todos, no puede ser tratado como mercancía, ni ser reducido a un valor comercial y estar sometido a leyes del mercado y, mucho menos ser materia de tratados de libre comercio internacional como los de la OMC y el ALCA, o los tratados bilaterales.

Entretanto, à revelia de princípios e valores fundamentais, a realidade explicitada pelos conflitos decorrentes da engrenagem espoliadora, causados, conforme elucida Luiz Fernando Novoa Garzon (2019), pela apropriação particular ou corporativa, pelo mau uso e pelas intervenções, sobretudo de grandes obras de infraestrutura hídrica [como hidrelétricas, barragens etc.], revelam formas distintas e combinadas de privatização da água, que se consumam por meio de **processos de mercadorização diretos** (“privatização das empresas de saneamento e abastecimento”, expansão do agronegócio e da pecuária, com exportação de ‘água virtual’, homogeneização da paisagem com restrição de usos plurais etc) e **indiretos** (“contaminação, degradação e/ou criação de escassez da água como negócio à parte”) (NOVOA GARZON, 2029, p. 4).

¹⁰⁸ Técnica e institucionalmente falando, os recursos hídricos correspondem à água bruta, entendendo-se por “água” a água bruta tratada, potabilizada e servida, pelos serviços de saneamento e abastecimento.

Quanto ao consumo de água bruta no país (ANA, 2018, p. 28), em especial o uso consuntivo¹⁰⁹, o setor que mais demanda e consome é o agropecuário em mais de 70% do total (sendo 68,4% para irrigação e 10,8% para abastecimento animal); seguido da indústria em 8,8%; do abastecimento urbano em 8,6% (saneamento básico); do abastecimento rural em 2,4%; da mineração em 0,8% e das termelétricas em 0,2% (ANA, 2018). A título de ilustração, é oportuna a problematização delineada por Osvaldo Aly Júnior (2017, n.p.) acerca do consumo majoritário de água, da água embutida (‘água virtual’) na produção

empregando-se a metodologia da pegada hídrica¹¹⁰, para produzir 1 tonelada de legumes, trigo, soja e gado bovino, o consumo de água é, respectivamente, 1 milhão de litros, 1,45 milhão de litros, 1,8 milhão de litros e entre 15 milhões e 42,5 milhões de litros. Outra análise para avaliar a eficiência do consumo de água é a renda gerada em dólar por quilograma vendido – no caso dos legumes, a média é de US\$ 0,50; para o trigo, US\$ 0,08; e, para a carne bovina, US\$ 0,005. Quando se analisa o aumento no volume das exportações brasileiras de soja, carne e açúcar e, conseqüentemente, constata-se o aumento do volume de água embutido nessa produção, conclui-se que é necessário pensar sobre os possíveis impactos ambientais que a exportação de produtos primários e semimanufaturados pode estar tendo sobre nossos recursos hídricos. Entre 1997 e 2005, o volume de água empregado na produção e exportação apenas nesses três produtos saltou de 27,1 bilhões de litros para 460,1 bilhões de litros. O avanço do desmatamento da Amazônia, a pressão agroexportadora e as mudanças climáticas colocam em risco essas vantagens comparativas naturais, já que a previsão é o aumento de períodos maiores de seca e crise hídrica para nossa população. Esse quadro elevará a demanda das águas superficiais e subterrâneas e poderá afetar a vida dos rios perenes e dos ecossistemas, já que são as águas subterrâneas que perenizam o leito dos rios e são exploradas quase sem controle pelos órgãos estaduais.

A par disso, as ofensivas geopolíticas e geoconômicas expansionistas do centro do capitalismo transnacional, assim como do imperialismo (ainda mais no intento de recuperação pós-crise financeira de 2008), visam abrir novas fronteiras, apropriando e operando uma reprimarização das economias do Sul Global. Nesse xadrez globalitário, um país continental, abundante em recursos energéticos, minerários, hídricos e ecossistêmicos como o nosso, torna-se, inexoravelmente, alvo da cobiça.

¹⁰⁹ Conforme a Agência Nacional de Águas (ANA), “Os usos consuntivos são aqueles que retiram água do manancial para sua destinação, como a irrigação, a utilização na indústria e o abastecimento humano. Já os usos não consuntivos não envolvem o consumo direto da água - o lazer, a pesca e a navegação, são alguns exemplos, pois aproveitam o curso da água sem consumi-la”. Extraído de: <https://www.ana.gov.br/usuarios-da-agua/outros-usos>

¹¹⁰ Conforme Aly Júnior (2017), “Pegada hídrica é o volume total de água doce utilizado para produzir os bens e serviços consumidos pelo indivíduo, comunidade ou produzidos pelas empresas. Ele avalia seu uso de forma direta e indireta”.

4.6. Ligando os pontos: a água em meio às tensões dos blocos hegemônicos e seus efeitos cataclísmicos nas periferias do sistema-mundo

Analisar a conjuntura internacional e seus efeitos sinérgicos regionais e locais não é uma tarefa nada simples, para não dizer de uma complexidade desmesurada, ainda mais quando se trata de um mundo sob tensão constante. No entanto, buscar observar os deslocamentos das placas tectônicas da geopolítica (correspondentes aos blocos hegemônicos de poder global), torna-se condição nada desprezível para melhor compreender o próprio cenário nacional, ainda mais de um país emergente e de magnitude continental como o Brasil, também por isso indissociável do emaranhado de relações que compõem a dinâmica mundial. A esse respeito, José Luís Fiori e William Nozaki (2019, n.p.), advertem que

É comum falar de “teoria da conspiração”, toda vez que alguém revela ou denuncia práticas ou articulações políticas “irregulares”, ocultas do grande público e que só são conhecidas pelos *insiders*, ou pelas pessoas mais bem informadas. E quase sempre que se usa essa expressão é com o objetivo de desqualificar a denúncia que foi feita ou a própria pessoa que tornou público o que era para ficar escondido, na sombra ou no esquecimento da história. Mas de fato, em termos mais rigorosos, não existe nenhuma “teoria da conspiração”. **O que existem são “teorias do poder” e “conspiração” é apenas uma das práticas mais comuns e necessárias de quem participa da luta política diária pelo próprio poder.** Essa distinção conceitual é muito importante para quem se proponha analisar a conjuntura política nacional ou internacional, sem receio de ser acusado de “conspiracionista”. Esse é um ponto de partida fundamental para a pesquisa... (grifo meu).

Na condição de potência regional emergente, o Brasil entra no radar das grandes potências, ainda mais destacadamente, segundo Fiori e Nozaki (2019), na mira dos Estados Unidos, sobretudo, a partir de 2003, devido à implementação de uma então soberana política externa. A ousadia do Brasil em exercitar uma liderança autônoma no processo de integração sul-americana e, ademais, pela participação no bloco econômico dos emergentes, o BRICS¹¹¹, soou como provocação aos olhos do império, desencadeando um aprofundamento das tensões.

¹¹¹ Sobre a ameaça que representou para os EUA a associação do Brasil com as demais potências emergentes, Pepe Escobar (2016) esclarece que “Os países do BRICS (Brasil Rússia, Índia, China e África do Sul) – uma sigla/conceito amaldiçoada no eixo Casa Branca-Wall Street – só tinham de ser os primeiros alvos da Guerra Híbrida. Por uma miríade de razões, entre elas: o plano de realizar comércio e negócios em suas próprias moedas, evitando o dólar norte-americano; a criação do banco de desenvolvimento dos BRICS; a declarada intenção de aumentar a integração na Eurásia, simbolizada pela hoje convergente “Rota da Seda”, liderada pela China – Um Cinturão, Uma Estrada (OBOR, na sigla em inglês), na terminologia oficial – e pela União Econômica da Eurásia, liderada pela Rússia (EEU, na sigla em inglês). [...] Uma vez que os BRICS são a única e verdadeira força em contraposição ao Excepcionalistão, foi necessário desenvolver uma estratégia para cada um de seus principais personagens. O jogo foi pesado contra a Rússia – de sanções à completa demonização, passando por um ataque frontal a sua moeda, uma guerra de preços do petróleo e até mesmo uma (patética) tentativa de iniciar uma revolução colorida nas ruas de Moscou. Para um membro mais fraco dos BRICS foi preciso utilizar uma estratégia mais sutil, o que nos leva à complexidade da Guerra Híbrida aplicada à atual, maciça desestabilização política e econômica do Brasil.”

Como elucidada Gabriel Lecznieski Kanaan (2019), esse tensionamento dos EUA com relação ao Brasil “não foi resultado de políticas anti-imperialistas” (KANAAN, 2019, p. 8) ou de uma provocação deliberada do país tropical, “e sim consequência das rivalidades decorrentes da inserção do Brasil na dinâmica capital-imperialista” (Ibdem), o que levou império estadunidense “a mobilizar suas táticas de *regime change*” (Ibdem). Fiori e Nozaki enfatizam que “não há a menor dúvida de que a descoberta das reservas de petróleo do Pré-sal, em 2006, foi o momento decisivo em que o Brasil mudou de posição na agenda geopolítica dos Estados Unidos” (FIORI e NOZAKI, 2019), figurando entre 3 das 7 prioridades¹¹² estratégicas da política energética norte-americana¹¹³.

Fiori e Nozaki também fazem menção à nova Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, a qual contempla o empreendimento de “guerras não convencionais” e pressupõe o “uso de práticas econômicas predatórias, rebeliões sociais, *cyber*-ataques, *fake news*” (FIORI e NOZAKI, 2019) e métodos de “combate à corrupção” que “devem ter lugar central na desestabilização dos governos dos países que sejam ‘competidores’ ou ‘inimigos’ dos Estados Unidos” (Ibdem). O desenrolar dos acontecimentos revelou que esse último estratagema, do “combate à corrupção”¹¹⁴, figurou como uma espécie de ponta de lança de uma conspiração¹¹⁵ para a desestabilização e a mudança de regime no Brasil, a fim de facilitar o acesso e, quiçá, o domínio dos recursos estratégicos do país, além de estrangular o potencial de soberania do Brasil.

Na mesma linha, Pepe Escobar (2016) alertou que o Brasil tornou-se alvo de uma “guerra híbrida” (idem) acelerada por meio da “Primavera Brasileira” (Idem), ocorrida nos moldes das “primaveras coloridas” (KORYBKO, 2016)¹¹⁶, quando, “em junho de 2013,

¹¹² Fiori e Nozaki (2019) referem-se ao documento do governo dos EUA, “Blueprint for a Secure Energy Future”.

¹¹³ Fonte de experiência para biocombustíveis, parceiro fundamental para exploração e produção de petróleo em águas profundas, e território estratégico para a prospecção do Atlântico Sul (FIORI e NOZAKI, 2019).

¹¹⁴ Segundo o sociólogo e especialista em Relações Internacionais, Marcelo Zero (2019), “A operação Lava Jato, concebida pelo DOJ (Departamento de Justiça) dos EUA e conduzida pelo juiz Moro” teria passado longe “de um real combate à corrupção”. Zero afirma que “o intuito essencial dessa operação orientada desde o exterior não era o combate à corrupção, mas sim a derrubada de um regime que contrariava os interesses dos EUA na América do Sul, conforme reconheceu explicitamente o ex-embaixador Thomas Shannon”. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/marcelo-zero-a-lava-jato-promoveu-a-grande-corrupcao-no-brasil-e-hackeou-futuro-da-nacao.html> Acesso 08 set. 2020

¹¹⁵ O WikiLeaks revelou, em 2009, que os EUA treinaram agentes judiciais brasileiros, inclusive o então juiz Sérgio Moro, no “Projeto Pontes” [https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html]. O procurador geral adjunto do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ), Kenneth Blanco, durante um evento realizado em julho de 2017, admitiu parceria informal com a Lava Jato [conferir em: <https://jornalggn.com.br/justica/em-video-procurador-dos-eua-admite-parceria-secreta-com-lava-jato/amp/>]. Um outro procurador norte-americano, Daniel Kahn, também admitiu, numa entrevista, que “só conseguiu multar Petrobras graças à Lava Jato [conferir em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/procurador-dos-eua-revela-que-so-conseguiu-multar-petrobras-gracas-a-lava-jato/>]. Acessos 08 set. 2020

¹¹⁶ De acordo com Andrew Korybko (2016), a designação “colorida” se deve à utilização de métodos não-violentos, empregados para desestabilizar um governo ou minar sua autoridade. Neste sentido, as chamadas

Edward Snowden revelou as famosas práticas de espionagem da NSA” (ESCOBAR, 2016)¹¹⁷ operadas pelo império estadunidense contra a potência emergente sul-americana, com os desdobramentos dramáticos conhecidos. Pedro Marin (2016) cartografa uma faceta da orquestração pela desestabilização do país e suas conexões internacionais, envolvendo organizações de dentro (como o Instituto Millenium, que articula formadores de opinião da mídia corporativa, o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua, o Instituto Liberal, o Instituto Ludwig Von Mises e Estudantes Pela Liberdade (EPL), dentre outros, todos também articulados com a conspiração de setores da juristocracia vinculados à operação Lavajato) e de fora (tais como a Atlas Network, Fundação Koch, Students for Liberty etc.). Somente a Atlas, segundo Gabriel Kanaan (2019, p. 230), “apoiou – financeiramente e com treinamentos – cerca de 30 institutos ‘defensores do livre mercado’”, tais como o EPL e o MBL, os quais “atuaram na organização das manifestações verde-amarelas que exigiam o impeachment de Dilma, tendo o combate a corrupção como principal pauta” (Ibdem).

Os protestos contra o aumento das tarifas de transporte público, em São Paulo, realizados por movimentos progressistas, tornou-se o estopim de um movimento nacional de pautas difusas, capturado pela extrema-direita e que desembocou na famigerada “primavera brasileira”, destinada à mudança de regime no país. A “verdeamarelíce” reabilitada pelas telas da Globo, que inundou a Avenida Paulista e ruas do país afora (conferindo um caráter de massa ao movimento de extrema-direita), remete à velha concepção de “verdeamarelismo” (CHAUÍ, 2000, p. 31) criada pelas antigas oligarquias agrárias e incorporada pela classe dominante do país ao longo dos anos. Segundo Marilena Chauí (2000), essa ideologia teve a finalidade de “legitimar o que restara do sistema colonial” e da “hegemonia dos proprietários de terra durante o Império e o início da República” (Ibdem, p. 32, 33). As dissimulações ufanistas e pseudo-patrióticas que reabilitaram o “verdeamarelismo”, impregnando-o na “revolução colorida” brasileira, remete, portanto, à concepção de um país conformado com a condição de colônia de exploração (“dependência consentida”) a serviço da dinâmica capitalista das grandes potências, ou, ainda, de “signo da própria alienação social, produzida pela classe dominante do período

“revoluções coloridas” se inserem num novo nicho de estratégia de dominação de espectro total (“ser persuasivo na paz, decisivo na guerra e proeminente em quaisquer formas de conflito”) e consistem no uso de operações psicológicas viabilizadas por meio de campanhas de comunicação (manipulação para fabricação de consenso) dirigidas à população (incentivando-a a derrubar o governo de plantão), via o emprego intensivo de redes sociais como Facebook, Twitter e outras, utilizadas como dispositivo de produção do caos (“construtivo/criativo/administrado”) por meio de atores estratégicos (infiltrações) orientados externamente, sendo capaz de produzir fissuras ou fraturas no tecido social e desestabilização de países que resistem à imposição da agenda de mundo unipolar imperialista.

¹¹⁷ A respeito, ver o documentário “Snowden” de Laura Poltras sobre a mega ação de espionagem do governo dos EUA feita pela National Security Agency - NSA contra vários países, incluindo o Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kPCd0rMYxjg> Acesso 08 set. 2020

colonial e imperial e difundida por uma classe média parasitária, caudatário da imagem que os imperialistas ou as metrópoles inventaram e que os nacionais, alienados, imitaram e prosseguiram” (Ibdem, p. 40).

Essa investida culminou no golpe ocorrido em 2016 que, embora tenha sido centralmente motivado pelo petróleo – como contextualiza José Álvaro de Lima Cardoso (2019), porque “esta é uma obsessão e uma necessidade dos EUA (e o pré-sal contém recursos que podem alcançar R\$ 30 trilhões)” (CARDOSO, 2019, n.p.) –, **o Brasil também teria sido alvo da investida imperialista estadunidense devido à cobiça por “água, por estatais rentáveis e estratégicas, pela Amazônia”** (Ibdem, grifo meu), assim como devido à inserção geopolítica multilateral e soberana do país. Cardoso enfatiza o fato de os EUA saberem “que **não há nação que consiga manter-se dominante sem água potável em abundância**, por isso seu interesse em intensificar o domínio político e militar na região” (CARDOSO, 2019, n.p.), percepção reforçada pela previsão da ONU de que, “no ritmo atual, as reservas hídricas do globo reduzirão 40% até 2030, o que poderá provocar uma ‘guerra pela água’ no mundo” (Ibdem). De acordo com o embaixador e ex secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães (2019), embora a América Latina como um todo seja alvo dos [dez] objetivos estratégicos¹¹⁸ dos Estados Unidos – ao menos desde a Doutrina Monroe (1823), reforçada, em 1904, com o Corolário Roosevelt (de controle direto sobre o subcontinente) –, é sobre o Brasil, principalmente, que esses objetivos se aplicam, seja pelas dimensões do território, pela localização geográfica, pela enorme população (riscos de conflitos, potencial liderança regional) e, em especial, pela abundância de recursos naturais estratégicos. Em razão de lograrem atingir o objetivo estratégico de número 10 (eleger líderes políticos favoráveis aos objetivos americanos), Guimarães entende que os EUA estão gradativamente alcançando os demais objetivos antecedentes.

Ao analisar o processo de disputa global pelo acesso, controle e apropriação dos recursos hídricos, Monica Bruckmann (2016) identifica uma forte articulação em curso entre os interesses mercantilistas “de las empresas transnacionales, los intereses estratégicos de los países hegemónicos” (BRUCKMANN, 2016, p. 7). Bruckmann alerta que o acesso, a

¹¹⁸ Samuel Pinheiro Guimarães (2019) elenca os dez principais objetivos estratégicos dos EUA para a América Latina: 1. impedir que Estado ou aliança de Estados possa reduzir a influência americana na região; 2. ampliar sua influência cultural/ideológica sobre os sistemas de comunicação de cada Estado; 3. incorporar todas as economias da região à economia americana; 4. desarmar os Estados da região; 5. manter o sistema regional de coordenação e alinhamento político; 6. impedir a presença, em especial militar, de Potências Adversárias na região; 7. punir os Estados que contrariam os princípios da liderança hegemônica americana; 8. impedir o desenvolvimento de indústrias autônomas em áreas avançadas; 9. enfraquecer os Estados da região; 10. eleger líderes políticos favoráveis aos objetivos americanos. Disponível na íntegra em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/o-novo-plano-colonial-para-a-america-latina/> Acesso 08 set. 2020

apropriação e o domínio dos recursos hídricos e outros recursos naturais estratégicos na escala global (que se encontram fundamentalmente fora de seu próprio território), constitui um dos objetivos centrais da estratégia elaborada pelos EUA (Ibidem, p. 12) para esta última década¹¹⁹, uma estratégia de caráter científico, político, econômico e militar considerada condição de garantia da sua “segurança nacional”, a partir da qual lança mão de medidas “necessárias” (baseadas num ‘direito’ unilateral de, inclusive, empregar a força militar) para derrubar eventuais “ameaças” ao acesso e apropriação dos respectivos recursos naturais. A autora também entende, nesta perspectiva, que a crescente capacidade, verificada na última década, de os países da América Latina (sobretudo aqueles conduzidos por governos progressistas, nacionalistas ou de esquerda-centro), recuperarem a soberania sobre seus recursos naturais, minerais estratégicos, petróleo e gás, reservas de água doce, biodiversidade, ecossistemas e florestas, foi encarada como uma das principais ameaças à estratégia de dominação do imperialismo estadunidense (BRUCKMANN, 2016, p. 12), a qual se sustenta, ainda, numa política hegemônica que inclui “aliados” e “sócios” (a exemplo da OTAN e organismos ou corporações multilaterais) (Ibidem, p. 11). Bruckmann avalia que os protagonistas desta disputa já não são mais apenas políticos locais, mas, principalmente, atores globais como grandes corporações transnacionais, grandes organizações não-governamentais e gestores globais, e diz não se surpreender com o fato de que um dos seis eixos da estratégia dos Estados Unidos para a última década esteja orientado “a elaborar un inventario del agua para cuantificar, prever y asegurar agua Dulce para el futuro de América” (Ibidem, p. 14). Monica Bruckmann (Ibidem, p. 8, 17) ressalta que

este proceso no puede ser entendido, en su dinámica más compleja, fuera de las estructuras de poder económico y político a nivel mundial, regional y local. [...] estructuras de poder, que politizan la naturaleza en función de sus objetivos”. [...] gran parte de los países de esta región se encuentra bajo fuerte presión del sistema financiero internacional que busca implantar una gestión neoliberal de los recursos hídricos.

Os atores globais mencionados por Bruckmann perfazem um novo tipo de Império que, conforme elucidada Natacha Rena et al. (2018), engloba, mas transcende o Imperialismo¹²⁰, ou

¹¹⁹ Sintetizada, conforme Bruckmann (2016, p. 9-10), no informe *Facing Tomorrow's Challenges: U.S. Geological Survey Science in the decade 2007-2017*.

¹²⁰ A interpretação de Luís Eustáquio Soares (2020/2021) converge para esta dimensão por ele denominada de “ultraimperialismo” (especialmente, um ultraimperialismo estadunidense), como sendo um “metacolonialismo, porque retoma as formas coloniais de domínio dos povos”, assim como “um metacapitalismo porque produz um capitalismo à sua imagem e semelhança, monopolizando a cadeia de valor em escala planetária”, e, ainda, “um metaimperialismo porque submete as potências imperialistas precedentes”, atualizando “sem cessar as táticas e estratégias usadas pelos países imperialistas precedentes, monopolizando-as a seu favor”. Ver mais em:

seja, para além de visar o domínio sobre territórios, coincide com uma “nova ordem globalizada e universal e visa a produção e a reprodução da própria vida em si” (RENA et al., 2018, p. 223), de maneira que “se antes o poder soberano era mantido sobre uma sociedade disciplinar, o novo sistema exerce o biopoder sobre uma sociedade de controle” (Ibdem). Nesta perspectiva, Natacha et al. (op. Cit.) identifica três blocos geopolíticos hegemônicos, sendo dois no Ocidente, o Império Transnacional Progressista (que aposta na integração mundial em rede com o enfraquecimento do Estado-nação; globalização perversa; envolvendo famílias, como os Rockefellers, Soros, reinados, líderes republicanos e, principalmente, democratas estadunidenses, otocentristas e atlanticistas, petroleiras, bancos, universidades – Harvard¹²¹ e outras –, etc.), o Imperialismo Norte-Americano Neoconservador Nativista (sustenta um neoconservadorismo que se contrapõe ao globalismo transnacional; BIS; Rothschild; aposta no Estado-nação forte; rede ultradireitista coordenada por Steve Bannon/Robert Mercer que envolve líderes como Trump/EUA, Le Penn/França, Oban/Hungria, Salvini/Itália e Bolsonaro/Brasil – com a diferença desse último por ser um pseudo-nacionalista e submisso a Trump); e outro no Oriente, o bloco Eurasiano (adepto do capitalismo de Estado e liberal com foco no fortalecimento do Estado-nação; liderado por China e Rússia, integra a União Econômica Eurasiática, Irã e Turquia, BRICS e Cooperação Econômica Ásia-Pacífico). Mas, ao contrário do bloco Eurasiano – que se caracteriza mais por uma estratégia multilateral de ampliação das transações comerciais (especialmente por meio da “nova rota da seda”) e não coleciona histórico de violação de soberanias e golpes de estado (ao menos contra o Brasil e a América Latina) –, os dois blocos hegemônicos ocidentais, caracterizam-se pela desestabilização dos “poderes nacionais dos países periféricos” (Ibdem, p. 107), assim como desrespeitam sistematicamente soberanias “com a finalidade de acumulação de riquezas por elites globais dentro de uma lógica neoliberal” (Ibdem). Rena ainda sublinha que esses três blocos travam uma disputa de hegemonismo entre si.

Esse novo ciclo de expansão capitalista pressupõe um processo agressivo de financeirização da natureza e, portanto, também da água. Como sobreavisa Novoa Garzon (2019, p.7):

<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/o-ultraimperialismo-dos-eua-e-as-duas-guerras-frias/> e <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/por-que-estudar-o-imperialismo-hoje/> Acessos 20 e 23 jan. 2021

¹²¹ A famosa Universidade de Harvard está envolvida na aquisição suspeita de terras em regiões de conflitos no Brasil, contribuindo com a aceleração da devastação do Cerrado brasileiro, berçário de águas do país. Reportagem “Harvard investiu quase meio bilhão de dólares em terras do Cerrado marcadas por conflitos”, de 27/07/2020, pode ser consultada neste link: <https://brasil.mongabay.com/2020/07/harvard-investiu-quase-meio-bilhao-de-dolares-em-terras-do-cerrado-marcadas-por-conflitos/>

O que se convencionou chamar de “financeirização da natureza” corresponde à imediatez das apropriações em primeira e última instância, computadas, decididas e viabilizadas nas esferas mais centrais dos conglomerados. Assim como são capitalizados e securitizados os orçamentos públicos, bens naturais constituem estoques e atributos que definem a concorrência inter-imperialista e carregam valor ideológico agregado em nome de seu “uso racional” com base em pacíficas governanças ambientais e/ou climáticas. A verdade bem outra é que **a conversão dos bens naturais e setores de infraestrutura em mercados de curto prazo**, colocam biomas, comunidades, regiões sob enorme insegurança e risco de descarte, sempre à mercê de movimentos especulativos e de práticas combinadas de fusões e aquisições com antecipações financeiras que **se sobrepõem a direitos difusos e coletivos antes adquiridos** (grifos meus).

Neste contexto insidioso, o “conjunto das águas do país – que carregam múltiplas possibilidades de uso e compartilhamento” (Ibdem, p. 3), têm servido, no entanto, como denuncia Garzon, de “base exponenciadora para um modelo de fornecimento subordinado às cadeias transnacionais, que aprofunda a concentração de renda interna e que degrada e expropria preciosas territorialidades socioambientais de povos camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos” (Ibdem). Novoa Garzon constata que “evoluímos” de uma espécie de “colonialismo interno”, oriundo do período da ditadura empresarial-militar de 1964, para “a condição de franja auxiliar do processo expansivo das cadeias transnacionais de valorização do capital” (Ibdem, p. 10).

Mas, para além dos processos ordinários de colonização, tais como os de *endocolonização* (colonização de populações específicas dentro de seu próprio território e no contexto de uma guerra permanente) e de *exocolonização* (colonização de territórios externos), John Collins (2011) identifica um novo tipo em curso, a *dromocolonização* (colonização da humanidade por aceleração técnico-científica¹²²), que vem sendo experimentado pelos blocos hegemônicos nas periferias do sistema-mundo. Embora o estudo de caso de Collins tenha por base principal o conflito na Palestina, ele caracteriza a dromocolonização como um fenômeno global, em relação ao qual o Brasil apresenta indícios de que talvez figure como uma espécie de zona de testagem. A dromocolonização, segundo Collins (Ibdem, p. 147, 149-150), opera a lógica de aceleração aplicada na política, provocando sensação incômoda de mudança constante do ritmo da vida, deixando as populações-alvo sem fôlego e incapazes de foco. Num contexto global, “empurra a humanidade em direção ao eclipse da democracia por eliminação gradual do tempo para a reflexão e mobilização popular”, compelindo as pessoas a se afogarem “no mundo da comunicação instantânea, enquanto o mundo ao redor é golpeado por forças que parecem estar além de qualquer controle” (Ibdem, p. 147). Conectada aos vetores da *exo* e da

¹²² COLLINS, 2011, p. 147

endocolonização, agregando ao guarda-chuva dromocrático os atributos da tecno-ciência (que permite, por exemplo, uma eficiente vigilância das comunidades), os três modos são operados de maneira combinada para alimentar novos e exponenciais padrões de colonização (produzindo um deslocamento gradual da geo para a cronopolítica de uma humanidade hiperconectada).

Traçando uma analogia mais precisa com a realidade brasileira, a perspectiva ‘dromocolonial’, aventada por Collins, parece dialogar com a dimensão de “guerra híbrida”¹²³, ventilada por Piero Leirner (2020) e que corresponde a uma operação em curso de mudança de regime. Destarte, Piero Leirner detecta a produção de uma “operação psicológica de alto impacto”, abrindo caminho para a tomada de poder pela extrema-direita, visceralmente alinhada com um dos blocos geopolíticos hegemônicos, denominado por Natacha Rena et al (2018) de “Imperialismo Norte-Americano Neoconservador Nativista”. A matriz híbrida de operações da guerra híbrida (*blitzkrieg*, infiltração, emboscadas, bombas semióticas etc.) remonta a um “conjunto de ações que produzem um ambiente de dissimulação, confusão, contradição e ‘caos controlado’” (LEIRNER, 2020, p. 45), ou de “domínio total do espectro” (Ibdem) de informações dissonantes que se vinculam a uma “estratégia mais ampla de intervenções multiníveis, onde a fonte inicial do ataque ‘desaparece’ devido ao estabelecimento de uma série de operadores que agem ‘por procuração’, como *proxies* que subcontratam outros *proxies* e assim por diante” (Ibdem), de modo que as pessoas, em geral, “nem percebem que estão no meio de uma guerra”, evoluindo de uma “guerra psicológica” para uma “guerra neocortical: a infiltração do aparato cognitivo da população” (Ibdem, p. 46). Nesta perspectiva (e no contexto das tensões globais e dos seus efeitos desestabilizadores nas periferias do sistema), Leirner entende que “o Brasil parece ter se tornado um laboratório para uma nova modalidade” (Ibdem, p. 48) de intervenção alinhada com os objetivos estratégicos e geoeconômicos de, pelo menos, um dos blocos hegemônicos do poder global.

Acrescente-se aqui o já estrutural componente de expansão global da modernidade ocidental, expansão esta que, como descreve Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 44), se concretiza “na medida em que viole todos os princípios sobre os quais fez assentar a legitimidade histórica do paradigma da regulação/emancipação deste lado da linha”, e isso ganha força com a promulgação de uma legislação antiterrorista em muitos países (dentre os

¹²³ Conforme Leirner (2007, p. 29), “a guerra híbrida é semelhante à guerra “primitiva”, misturando as capacidades da “guerra convencional com formações e táticas irregulares” e até técnicas terroristas e criminais. Seu ponto central é o embaçamento das guerras estatais e não estatais, que “generalizam” o conflito: não há mais limite entre “guerra e paz”, “civis e militares” (2007, p. 27), e basicamente é possível estar em guerra sem perceber o fato”.

quais, o nosso¹²⁴), seguindo a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Resolução 1566, de 08/10/2004, aprovada na sequência da resolução 1373, em resposta aos ataques terroristas de 11 de Setembro nos EUA) e “sob forte pressão da diplomacia dos EUA” (SANTOS, 2010, p. 44), no sentido de esvaziar “o conteúdo civil e político dos direitos e garantias básicas das Constituições nacionais” (Ibdem), fazendo com que “direitos humanos são [sejam] desta forma violados para poderem ser defendidos, a democracia é destruída para garantir a sua salvaguarda, a vida é eliminada em nome da sua preservação” e “linhas abissais são traçadas tanto no sentido literal como metafórico” (ibdem), definindo as fronteiras entre zonas civilizadas e zonas selvagens (de prisão, destruição brutal, campos de morte).

Destarte, arma-se todo um cenário de operações psicológicas (guerra híbrida) e de recrudescimento do regime (leis antiterrorismo), além de leis específicas (relacionadas aos bens comuns de interesse da dinâmica primário-exportadora), no sentido de assegurar as condições políticas e institucionais para a drenagem de divisas oriundas da superexploração do patrimônio hídrico, ecossistêmico, mineral e energético nacional. A movimentação das placas tectônicas da geopolítica e da geoeconomia gera abalos no sistema-mundo com ressonâncias cataclísmicas, sobremaneira, nas periferias do sistema. As ocorrências dramáticas verificadas no Brasil, no contexto do golpe de 2016 (desestabilização econômica, fratura democrática, violação da soberania, regressão de direitos, obscurantismo, alienação do patrimônio nacional etc.), são um reflexo direto das tensões entre os blocos hegemônicos e, principalmente, de uma ofensiva ostensiva dos blocos ocidentais (em especial, do imperialismo estadunidense¹²⁵ e das finanças transnacionais). O ataque sobre os recursos naturais e o patrimônio nacional brasileiro (em que a água figura como um bem estratégico altamente cobiçado), força o país a um processo de desindustrialização, de dismantelamento institucional e de reprimarização radical da economia, provocando um rebaixamento perverso a uma ultrajante condição de protetorado ou de nova colônia de exploração.

¹²⁴ A jurista Beatriz Vargas (professora da Faculdade de Direito da UnB), alerta, em entrevista ao jornal Brasil de Fato, edição de 22/07/2016, que o texto da “Lei Antiterrorismo” (Lei 13.260/2016) “não tem nem clareza suficiente, então, acaba que, na prática, a legislação pode ser usada pra que se cometam arbitrariedades contra os movimentos”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/23/lei-antiterrorismo-foi-concebida-para-reprimir-os-movimentos-sociais-avalia-jurista/> Acesso 08 set. 2020

¹²⁵ São inusitados (e seriam inimagináveis em outros tempos) os fatos inéditos, ocorridos logo após o golpe de 2016: a) de militares do Exército dos Estados Unidos realizarem exercício militar na Amazônia brasileira [ver matéria do Ópera Mundi, de 08/11/2017, em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/48349/eua-participam-de-exercicio-militar-na-amazonia-e-criticos-apontam-risco-a-soberania-nacional>]; e b) de, pela primeira vez em sua história, um general do Exército brasileiro estar subordinado ao Exército dos EUA [ver matéria do jornal Brasil de Fato, de 21/02/2019, em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/21/general-brasileiro-sera-subordinado-ao-exercito-dos-estados-unidos>]. Acessos 10 set. 2020

4.7. O Brasil no epicentro geopolítico da hidropilhagem

Encontram-se no Brasil as maiores reservas de água doce superficial do planeta (cerca de 12% da disponibilidade mundial¹²⁶, ou seja, 179 mil m³ [ou 5.660 km³ /ano]¹²⁷), dois dos maiores sistemas aquíferos do mundo (o Alter do Chão e o Guarani¹²⁸, este último, compartilhado com porções dos territórios da Argentina, do Paraguai e do Uruguai), e mais de 80 rios de águas transfronteiriças, incluídas as duas maiores bacias hidrográficas da América do Sul (do Amazonas e do Prata), um continente entrelaçado de águas. Em que pese essa abundância na escala global, o Brasil também apresenta situações contrastantes na distribuição espacial de suas águas (a Região Amazônica concentra aproximadamente de 80% da disponibilidade, ao passo que “as regiões próximas ao Oceano Atlântico possuem mais de 45% da população, porém, menos de 3% dos recursos hídricos do país”¹²⁹, além do Semi-árido que, inclusive, enfrenta situações de maior severidade).

Com potencialidades incomensuráveis derivadas desse patrimônio hídrico nacional, não é por nenhuma bagatela que o país desperta a cobiça do núcleo de poder do sistema-mundo e, por essa razão, é deslocado para o epicentro das disputas corporativas e geopolíticas que já estavam à espreita há muito tempo, mas irrompem de maneira mais agressiva, notadamente, a partir do contexto do golpe de estado de 2016, quando começaram a pipocar as investidas de privatização dos recursos hídricos. Embora a água seja reconhecida pela Constituição Federal de 1988 como um bem público (elemento da natureza e, portanto, bem ambiental, de uso comum do povo), o cenário de progressiva debilidade institucional que se formou desde então, abriu fissuras e encorajou a ofensiva corporativa (*lobby*) do hidronegócio nas tentativas de apropriação privada da água.

¹²⁶ A disponibilidade mundial de recursos hídricos é da ordem 1,5 milhão de m³/s (44.000 km³/ano). Informação obtida à página 59 da Síntese Executiva do Plano Nacional de Recursos Hídricos, 2006.

¹²⁷ Ademais, considerando “as vazões oriundas do território estrangeiro que afluem ao país, provenientes das bacias Amazônica, do Uruguai e do Paraguai, essa disponibilidade hídrica total atinge valores da ordem de 267 mil m³/s (8.427 km³/ano), que corresponde a 18% da disponibilidade mundial”. Informações obtidas da Síntese Executiva do Plano Nacional de Recursos Hídricos (2006, p. 59).

¹²⁸ Informação extraída de: <https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/aquaferos-riqueza-ainda-muito-pouco-conhecida.2019-03-15.2554903931> Acesso 03 set. 2020

¹²⁹ Ver em: <https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/quantidade-da-agua> Acesso 03 set. 2020

Figura 9 – Países mais ricos em água



Fonte: <https://www.facebook.com/aguasualinda>

A ofensiva corporativa se dá, especialmente, por meio da elaboração e tramitação de projetos de lei e medidas legislativas, a exemplo do PL 495/2017¹³⁰ (*commoditização* da água e permissão para criação de um mercado de águas: por meio da compra e venda de outorgas, que, pela Lei Federal 9.433/97, Art. 18, é um instrumento autorizativo inalienável de uso da água); da Medida Provisória 868/2018 (no sentido da privatização dos serviços essenciais de água e saneamento), que foi transformada no Projeto de Lei 4.162/2019¹³¹, recentemente aprovada pelo parlamento nacional¹³² e sancionada pelo presidente da República; dentre outras

¹³⁰ De acordo com reportagem dos Diálogos do Sul, “EUA, Coca-cola e PSDB: os interesses por trás do novo marco legal que privatiza a água”, o senador Tasso Jereissati, relator do PL 495/2017, é acionista da Coca-Cola, empresa multinacional diretamente interessada na privatização da água. Diz a reportagem, de 18/12/2019, que Tasso é “um dos sócios do Grupo Jereissati, que comanda a Calila Participações, única acionista brasileira da Solar. Esta última empresa é uma das 20 maiores fabricantes de Coca-Cola do mundo e emprega 12 mil trabalhadores, em 13 fábricas e 36 centros de distribuição”. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/62246/eua-coca-cola-e-psdb-os-interesses-por-tras-do-novo-marco-legal-que-privatiza-a-agua>

¹³¹ Marcos Montenegro, coordenador geral do ONDAS, explica que “a lei introduz uma alteração dramática. Ela proíbe os municípios de renovar automaticamente a concessão dos serviços a empresas públicas próprias, ou às companhias estaduais. Torna-se obrigatório oferecer, a capitais privados, o direito de participar de licitações. É provável, nestas condições, que o número de cidades com serviços “conquistados” pelo capital privado cresça – seja graças a condições pró-mercado, estabelecidas pelas prefeituras; seja devido à promiscuidade corrupta entre a política e negócios, que marca as instituições brasileiras”. Advoga, ainda, que “O país precisa fazer, com atraso, o esforço político realizado na virada do século, na Bolívia, com a Guerra da Água contra o governo Hugo Banzer e as transnacionais norte-americanas Bechtel e Edison. Precisa conhecer a se inspirar nas lutas de Paris, Berlin e outras 263 cidades do mundo que republicizaram seus serviços de abastecimento hídrico e esgotos, após os desastres provocados pela privatização”. Conferir em: <https://outraspalavras.net/videos/a-luta-pelas-aguas-do-brasil-nao-terminou/> Acesso em 06 set. 2020

¹³² Apesar do alerta feito pelo Relator do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Direitos à Água e ao Esgotamento Sanitário, o brasileiro Léo Heller, de que o novo marco do

iniciativas e ameaças, como a de privatização do sistema Eletrobrás¹³³ (que pode acarretar no controle dos pulsos de inundação por parte de corporações privadas, inclusive estrangeiras¹³⁴, e na literal privatização dos rios brasileiros¹³⁵). É interessante notar, conforme aponta João Peres (2019)¹³⁶, que existe um pool de corporações, tais como Coca-Cola, Ambev, Nestlé, dentre outras, que articulam iniciativas, exercem pressões, tentativas de infiltração e de captura¹³⁷ do sistema político e da agenda pública (em instituições de estado e de governo), a fim de criar condições favoráveis à privatização e mercantilização tanto de água bruta (recursos hídricos) como de águas servidas (serviços de abastecimento e saneamento básico).

Em nível mundial, os interesses corporativos sobre as águas se organizam em torno do Conselho Mundial da Água e dos Fóruns Mundiais realizados a cada 3 anos. Segundo Rodrigo de Freitas Espinoza (2016), o Conselho Mundial da Água foi criado em 1996 “com o auxílio do Banco Mundial e de alguns governos nacionais, entre eles, França, Holanda e Canadá” (ESPINOZA, 2016, p. 96), no contexto da queda “da União Soviética e da consolidação dos debates orientados para o mercado como regulador das relações entre sociedade e natureza, instrumentalizando ainda mais a associação entre a questão ambiental e os discursos com verniz da despolitização” (Ibidem, p. 12). Com agenda própria [...], o Conselho tornou-se uma “das maiores instâncias de debate, com alcance global, dedicada à água”, reunindo, representantes de empresas privadas, instâncias de governo e da sociedade civil organizada. Rodrigo Espinoza aponta que os documentos do Conselho Mundial da Água e de seus fóruns mundiais, abordam a crise da água não como decorrência “da crise do paradigma do pensamento técnico-científico e dos limites da lógica de mercado como mediadores da relação com a natureza” (Ibidem, p. 153), mas, ao contrário, como decorrência da “falta de modernidade, ou seja, o problema reside

saneamento pode aprofundar desigualdade no Brasil. Ver em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/relator-da-onu-novo-marco-do-saneamento-pode-aprofundar-desigualdade/>

¹³³ Reportagem do Correio Braziliense, de 25/08/2020, confirma que “Governo quer incluir privatização da Eletrobrás no programa Pró-Brasil”. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/08/4871047-governo-quer-incluir-privatizacao-da-eletobras-no-programa-pro-brasil.html>

¹³⁴ A revelia da constatação de que “Um dos pré-requisitos do desenvolvimento econômico de qualquer país é a sua capacidade de suprir logística e energia para o desenvolvimento da produção, com segurança e regularidade. Sem fontes de energia, não existe nação”, como alerta José Álvaro de Lima Cardoso (2020). Disponível em: <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/eletrobras-privatizacao-humilhante/>

¹³⁵ Roberto Malvezzi (2017) denuncia que a eventual privatização da Eletrobrás, acarretará na “maior privatização de rios que já tivemos em nossa história. Os trabalhadores dessas empresas não terão mais garantia de seus empregos, o preço da energia vai subir e os cidadãos dependerão de licenças das empresas privadas até para beber água”. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/09/14/hidronegocio-privatizacao-da-eletobras-privatizacao-das-aguas-artigo-de-roberto-malvezzi-gogo/>

¹³⁶ Ver em: <https://ojoioeotriggo.com.br/2019/06/qual-o-interesse-de-coca-e-ambev-na-privatizacao-da-agua-da-torneira/>

¹³⁷ Conferir reportagem da revista Carta Capital a respeito: “Acredito, RenovaBR e Fundação Lemann: renovação ou infiltração?”, de 30/08/2019, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/acredito-renovabr-e-fundacao-lemann-renovacao-ou-infiltracao/> Acesso 07 set. 2020

fora do paradigma hegemônico” (Ibdem), operando, assim, uma inversão discursiva que atende exatamente aos interesses de preservação do *status quo* do paradigma hegemônico e à lógica subjacente de soluções para a gestão da água incorporadas à lógica de mercado, “a única esfera capaz de oferecer o capital e a tecnologia necessária para a solução da crise hídrica, logo, é a falta de mercado que leva à crise da água” (Ibdem) na concepção do Conselho Mundial da Água.

Quanto aos Fóruns Mundiais da Água, organizados pelo referido Conselho, Espinoza diz que embora a ampliação da visibilidade deles, ao longo de duas décadas, “demonstra a importância que a questão da água vem tomando no cenário mundial” (Ibdem, p. 152), eles reforçam o viés utilitarista e as perspectivas tecnicista e mercadológica em relação à água e, em que pese os espaços destinados à participação da sociedade civil, Espinoza adverte que eles se dão num universo de debate “já aprisionado em fronteiras firmes que determinam, a partir da prerrogativa prática, técnica e econômica, o que é ou não possível em relação ao tema” (Ibdem, p. 153).

Em 2018, o Brasil sediou a oitava edição do Fórum Mundial da Água (FMA)¹³⁸ e, dadas as limitações acima mencionadas e também os riscos inerentes a um processo capitaneado e regulado por forças corporativas, tem sido praxe, por parte dos movimentos sociais, a realização paralela e contestatória dos Fóruns Alternativos Mundiais da Água (FAMA)¹³⁹. Não é incomum que atores da sociedade civil e de movimentos sociais participem de ambos os fóruns, geralmente, entendendo a participação no fórum “oficial” (ou das corporações) como uma forma ocupar espaço e reverberar as narrativas contra-hegemônicas. Pedro Arrojo (2018, s/p)¹⁴⁰, que participou de ambos, assim resume sua visão sobre o fórum “oficial”:

Este é apenas um Fórum a mais, uma estrutura que está a nível global e que se organiza em torno do Conselho Mundial da Água. No fundo, estão organizando toda essa estratégia, que tem enorme visibilidade todos os anos e **quem está por trás são as principais transnacionais da água, que são europeias**. Há empresas de Barcelona, como a Suez, a Veolia, a Aqualia. Elas **estão completando o buraco que foi feito pelo fato de as Nações Unidas não terem ocupado o tema da água**. De maneira que este Fórum toma um formato que, aparentemente, é como se fosse um grande fórum das Nações Unidas, para onde vem mais de 100 ministros e ministras, onde se tem formatos como se fosse um grande evento da ONU. Mas, de fato, não é isso, é uma convocatória do lobby privado. É como se para discutir os problemas da saúde pública internacional, no lugar de ser um evento convocado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), fosse convocado pelo lobby das farmacêuticas, seria um escândalo. Mas isso não é um escândalo porque as Nações Unidas deixou esse buraco,

¹³⁸ Ver em: <http://www.worldwaterforum8.org/>

¹³⁹ Ver em: <http://fama2018.org/>

¹⁴⁰ Pedro Arrojo Agudo é professor emérito da Universidade de Zaragoza, Espanha, ex-deputado pelo Unidos Podemos, membro da Fundação por Uma Nova Cultura da Água e uma liderança mundial em defesa da água como bem comum e dos direitos humanos de acesso à água e ao saneamento.

essa ausência, deixou a sua responsabilidade nessa questão¹⁴¹. (grifos meus).

Sobre o Fórum paralelo (alternativo), dos movimentos sociais, Arrojo (idem) também disse ser um espaço que “revitaliza muito os movimentos sociais”, e viu no FAMA, realizado no Brasil,

um lugar onde se está fazendo uma coisa, que para mim é histórica no Brasil, e que é muito importante a nível global - na Espanha isso já está mais avançado - que é a **convergência das duas frentes de luta** que existem no mundo atualmente. A primeira é a frente de luta **contra os mega projetos, as mega represas, transposições, o fracking e a mineração a céu aberto**. Tudo isso está agrupado em uma frente de luta onde os ecologistas, os atingidos por esses projetos, indígenas, camponeses, entre eles o MAB e o MST, estão juntos. E na segunda frente estão os movimentos que se levantaram nos últimos anos **contra a privatização dos serviços de saneamento nas capitais, nas cidades**. Neste outro movimento estão os sindicatos mais tradicionais, as comunidades locais, usuários, outro componentes sociais, vinculados à esquerda tradicional, que olham aos outros movimentos com desconfiança, porque lhes parecem movimentos contra o progresso e o desenvolvimento. (grifos meus).

Os fóruns mundiais [corporativo e alternativo] da água foram realizados no Brasil já sob a vigência do golpe de estado, consumado em 2016, e sob uma atmosfera distópica, de obscurantismo institucional, de regressividade de direitos e de pilhagem do patrimônio nacional.

5. SENTIDOS E SIGNIFICADOS COSMOLÓGICOS-DA ÁGUA

*“Tudo que move é sagrado”
(Milton Nascimento em “Amor de Índio”)*

As perspectivas cosmológicas da água aportadas pelas narrativas, especialmente dos representantes de povos e comunidades tradicionais, trazem à tona possibilidades outras de significação e suscitam a reflexão sobre esses horizontes de múltiplos sentidos. Reflexão esta que permeia este capítulo.

Elemento cósmico primordial e indispensável à existência e manutenção da vida, tal

¹⁴¹ Entrevista de Pedro Arrojo para o jornal Brasil de Fato, edição de 21/03/2018, disponível neste link: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/21/corporacoes-ocupam-lugar-das-nacoes-unidas-no-tema-da-agua-diz-deputado-do-podemos/> Acesso 08 set. 2020

qual a consignamos, a água está presente nos confins do universo¹⁴². Encontrada em nuvens moleculares¹⁴³, estrelas, cometas, asteroides, meteoritos, planetas e exoplanetas, ela estabelece sutis e misteriosas conexões siderais entre mundos aparentemente alheios e uma infinidade de agenciamentos com os seres “aquanos”¹⁴⁴ como nós. Intertemporal e extramundana, alienígena, inclusive, a água da Terra é mais antiga do que o Sol. Sabe-se, hoje, que aproximadamente a metade da sua presença em nosso planeta encontra-se nessa imemorial condição, conforme demonstrado pelo estudo¹⁴⁵ publicado na revista *Science* (por uma equipe de astrônomos e astrofísicos), com a constatação de que uma quantidade de gelo interestelar sobreviveu à formação do sistema solar e foi incorporada em alguns planetas, a exemplo do nosso.

Passível de significações múltiplas, a água é considerada “símbolo de pureza e fertilidade, de purificação e regeneração” (CATALÃO e MORAES, 2011, p.39), assim como “matriz de todos os processos circulatorios, dotada de plasticidade, adaptabilidade a todos os espaços e relevos, elemento sensorial por excelência, meio *ótimal* de trocas, misturas e encontros” (CATALÃO, 2004). Para Leonardo da Vinci a água era “o veículo da natureza (*vetturale di natura*), o sangue do planeta, o nutriente de todos os seres vivos” (DUAILIBI, 2010, p. 7). No panorama da encruzilhada de mundos múltiplos dos grupos negros da Costa do Pacífico colombiano – mundos situados por entre as horizontalidades dentro-fora e verticalidades acima-abaxo –, as nascentes e as curvas dos rios (assim como o som dos tambores) são tidos como ícones de comunicação entre mundos, como janelas ou pontes de conexão que reverberam elementos de uma ética ecológica de reciprocidade e de conservação que consiste em advertir os humanos a não abusar do uso da natureza (ESCOBAR, 2010, p. 138 e 139).

Numa interpretação mais modesta, a água pode ser encarada apenas como um

¹⁴² Em 2011, por exemplo, astrônomos descobriram um quasar a 12 bilhões de anos-luz da Terra com quantidade de água equivale a 140 trilhões de vezes todo o volume de água nos oceanos de nosso planeta, conferir em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2011/07/cientistas-encontram-maior-quantidade-de-agua-do-universo.html>. Também a sonda Galileu (NASA) já detectou um jato d’água (gêiser) de 190 km de altura na Lua Europa, uma das 79 luas de Júpiter, onde provavelmente possa existir vida em formas similares às existentes em nosso planeta. Conferir em: <https://www.publico.pt/2018/05/15/ciencia/noticia/a-lua-europa-lanca-plumas-de-agua-no-espaco-1830173>.

¹⁴³ Ver “Água inunda sistema solar e além”, disponível em: http://www.ccvalg.pt/astrologia/noticias/2015/04/10_agua_sistema_solar_universo.htm.

¹⁴⁴ Fazendo uma analogia com os já mencionados “terranos”, trans-humanos, constituídos por agências não-humanas.

¹⁴⁵ CLEEVES, Ilesdore; BERGIN, Edwin A.; O’D. ALEXANDER, Conel; DU, Fujun; GRANINGER, Dawn; ÖBERG, Karin I.; e HARRIES, Tim J. The ancient heritage of water ice in the solar system. *Science*, Vol. 345, ISSUE 6204, pp. 1590-1593 – 26 September 2014. Disponível neste link: <https://science.sciencemag.org/content/345/6204/1590>.

pretexto¹⁴⁶ para refletirmos sobre a condição humana no mundo ou sobre a própria mundaneidade, já que ela a tudo conecta. Também pode ser aludida, por exemplo, como *argumento biofísico* (FERRARO JÚNIOR, 2007) gerador de outros argumentos (sócio-políticos, históricos, antropológicos, culturais, econômicos, espirituais, cosmológicos, ambientais, etc.), assim como mediadora das várias dimensões da existência (material/imaterial, céu/ terra, física/metafísica), por meio de interações moleculares, espirituais e informacionais, ou, ainda, como inspiração primordial para ressignificar sentidos de coexistência e de pertencimento à orbe em suas múltiplas escalas ou ordens de grandeza, como o “rio da minha aldeia”¹⁴⁷, a bacia hidrográfica¹⁴⁸ ou ao oceânico Planeta Azul¹⁴⁹, dentre outras possibilidades de significação e pertença.

¹⁴⁶ Como a água “se infiltra em tudo – no ar, na terra, na agricultura, na indústria, na nossa casa, em nosso corpo –, revela nossas contradições socioambientais talvez melhor que qualquer outro tema”. (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 161).

¹⁴⁷ Referência aos versos do poema de Alberto Caeiro (Fernando Pessoa): “*poucos sabem qual é o rio da minha aldeia / E para onde ele vai / E donde ele vem. / E por isso, porque pertence a menos gente, / É mais livre e maior o rio da minha aldeia.*” - disponível na íntegra em: <http://arquivopessoa.net/textos/3555>.

¹⁴⁸ Tomando como exemplo a própria Universidade de Brasília (UnB), ela se situa na sub-bacia do Lago Paranoá, cuja escala de pertencimento hídrico se estende, contiguamente, para as sub-bacias dos rios Paranoá, São Bartolomeu, Descoberto, Corumbá e São Marcos, contribuintes da bacia do rio Paranaíba (correspondendo a 63,2% da área do Distrito Federal – PNRH, 2005). Este, por sua vez, encontra-se com o rio Grande, na ponta do Triângulo Mineiro, formando o rio Paraná que, mais à jusante, se une aos rios Paraguai e Uruguai, conformando a bacia do rio da Prata. Podemos, pois considerar que a UnB é uma instituição pertencente à segunda maior bacia hidrográfica da América do Sul. Mas o DF também se conecta hidricamente com as Regiões Hidrográficas do Tocantins-Araguaia (entrelaçando o Cerrado com a Amazônia), por meio da sub-bacia do rio Maranhão (13% da área do DF) e do São Francisco (o “rio da integração nacional”), por meio da sub-bacia do rio Preto (23,5% da área do DF). A toponímia dos cursos d’água do DF (perfaz um conjunto de 677 cursos d’água, entre córregos, ribeirões, rios, grotas, lagoas, riachos, represas, lagos e lagoinhas, conforme apresentação de Irene Mesquita na 15ª Reunião Extraordinária do CRH-DF, de 15/04/2015) remonta uma historicidade socioambiental e territorial, fazendo referência à fauna (córrego das Antas, córrego Araras, córrego Capivara, córrego Gavião, ribeirão Jacaré, córrego Lobo, córrego da Onça, etc.), à flora (córrego Alméciga, córrego Arniqueira, córrego Aroeira, ribeirão Bananal, córrego Barbatimão, córrego Buriti, córrego Jatobá, córrego Fumal, córrego Lobeiral, córrego Pequizeiro, ribeirão Palmeiras, córrego Piteira, etc.), a aspectos geológicos e mineralógicos (córrego Areias, córrego Cristal, ribeirão Ouro, córrego Pedreira, córrego da Prata, etc.), a fatos ocorridos (córrego Acampamento, córrego Batalha, córrego Currais, córrego Não Dá Caminho, ribeirão Saia Velha, córrego Tapera do Anselmo, córrego da Viúva, etc.), à paisagem natural (Rio Alagado, córrego Brejinho, córrego Capão, córrego Capoeira, córrego Chapadinha, córrego Matão, córrego Vereda, etc.), a nomes de pessoas (córrego Abadia, córrego Almeida, córrego Antônio Rodrigues, córrego do Barbosa, córrego Cândido, córrego Estanislau, córrego Eugênio, etc.), e a nomes de santos (córrego Santa Bárbara, ribeirão Santa Maria, ribeirão Santa Rita, córrego Santo Antônio, etc.). O Catálogo de Toponímias dos cursos d’água do DF pode ser consultado neste link: <http://www.sema.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Catálogo-Hidrográfico-do-DF-2017.pdf>. O Mapa Hidrográfico do DF pode ser acessado neste link: <http://www.sema.df.gov.br/mapa-hidrografico-do-df/>.

¹⁴⁹ Perplexo, ao observar pela primeira vez o nosso planeta do espaço, num vôo orbital a bordo da nave Vostok 1, em 12 de abril de 1961, o cosmonauta russo, Yuri Gagarin, teria dito: “A Terra é azul, como é maravilhosa, é incrível”. O azul observado por Gagarin, que virou notícia em todo o mundo, deve-se, principalmente, à interação da luz solar com a atmosfera terrestre, cujo espectro de cor azulada é captado e refletido pelas extensas águas dos oceanos que envolvem a superfície de nossa esfera planetária (cerca de 97%). Visto do espaço, fica mais fácil de entender o quão aquático é o nosso planeta. Se fôssemos renomeá-lo após a imagem vista por Gagarin, talvez pudéssemos chamá-lo de Planeta Água. (Informações extraídas do Produto N. 02 de relatório técnico de consultoria que elaborei para o IICA/MMA, em 2016, e que serviu de conteúdo para os cursos de formação *on line* do MMA sobre Água e Educação Ambiental).

No espectro de sua multifuncionalidade, ela também cumpre o papel crucial de guia nos processos de ocupação territorial em todos os cantos do globo e se torna sustentáculo praticamente onipresente do qual dependem todas as atividades humanas e extra-humanas, desde as de subsistência até às de maior escala. É em torno dos mananciais que tradicionalmente se estabelecem desde pequenas comunidades camponesas até os mega aglomerados urbanos. Existem registros de canais de água na Mesopotâmia e no Egito desde o ano 5.000 a.C., assim como em Roma do século IV a.C. (DUALIBI, 2010, p. 8). Também os povos pré-colombianos da América do Sul, tal como os Tiwanaku, utilizavam, entre 1.000 e 300 a.C., aquedutos que ainda hoje são encontrados no sítio arqueológico¹⁵⁰ das ruínas de sua antiga cidade-Estado, localizada próxima ao Lago Titicaca, na Bolívia.

A par desse contorno ilustrativo de significações possíveis para a água e para o horizonte relacional dos humanos com ela, é possível perceber, neste sentido, tanto distinções e nuances interpretativas, assim como confluências afloradas nas narrativas dos colaboradores da pesquisa. Trata-se de clivagens num espectro de cosmovisões, as quais nutrem subjetividades e modos de vida em torno da polaridade água-vida (elemento vital primordial) *versus* água-mercadoria (coisificada, objetificada, mercantilizada, financeirizada). Tais polaridades são acionadas na pesquisa como chaves de leitura a fim de proporcionar uma interpretação crítica do universo relacional com a água.

Desse modo, as narrativas dos/as entrevistados/as sublinham trajetórias distintas, engendradas por visões de mundo e valores que orientam a vida, vivências que influenciam a formação e a atuação política (o engajamento, a militância). Embora seja necessário reconhecer a incomensurabilidade de tais cosmovisões – impossível de serem reduzidas a uma mera tentativa (sempre parcial e precária, senão arbitrária) de ‘taxionomizar’ concepções que são, *per si*, irreduzíveis, que são dotadas de complexidades insondáveis –, ainda assim, fazendo essa imperiosa ressalva, é possível sustentar que nenhum dos/as entrevistados/as comungam da perspectiva espelhada no polo água-mercadoria, muito ao contrário.

Pelas trajetórias retratadas nos perfis biográficos, intercalados com trechos originais das narrativas dos biografados, assim como pelos demais excertos das respectivas narrativas

¹⁵⁰ Ao Visitar as ruínas de Tiwanaku, em abril de 2012, pude constatar *in loco* a existência dos canais de água construídos em blocos de pedra. De acordo com informações da Wikipedia (disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tiuanaco>, acesso em 03/08/20), “A localização de Tiwanaku entre o lago e o planalto seco fornecia recursos fundamentais como peixes, pássaros selvagens, plantas e pastagens para camelídeos, em especial lhamas. A alta altitude da bacia do Titicaca exigiu o desenvolvimento de uma técnica própria de cultivo conhecida como "monte de cultivo" (suka kollu), composta por plataformas elevadas de cultivo intercaladas por canais, que previne problemas de falta de drenagem, inundações e geadas. Essa técnica era aplicada em uma percentagem significativa da agricultura na região, juntamente com as técnicas de campo irrigado, pastos, terraço e agricultura de qocha (lagos artificiais).”

também entremeadas, alternadamente, na sequência de capítulos deste trabalho (algumas mais sedimentadas em uns e menos em outros, embora norteando, no geral, o conjunto da reflexão e da elaboração teórica da pesquisa), fica então notório que suas perspectivas, dos/as seis entrevistados/as, confluem para o polo água-vida e da água como bem comum, ou seja, que se situam num mesmo campo relacional e político (progressista ou contra-hegemônico, ainda que com reflexos das contradições que permeiam as nossas realidades) de relação com a água.

Embora com uma visão expressa de justiça social e uma perspectiva ambientalista também presentes na atuação política e institucional dos atores institucionais e de parte da sociedade civil (os ambientalistas representantes das ONGs), a dimensão antropocêntrica também permeia seus olhares e discursos, ao passo que as perspectivas antropomórfica, biocósmica e multinaturalista encontram-se mais presentes nos mundos dos povos originários e dos quilombolas.

A despeito de os representantes de povos originários e de comunidades tradicionais (o indígena Krenak e a quilombola Ocaia), por exemplo, expressarem uma cosmovisão ancestral e uma vivência mais integrada e holística (em que cultura e natureza são indissociáveis) de relação com a água, os demais (ambientalistas representantes da sociedade civil, das ONGs, e especialistas) demonstram também capacidade de compreensão a respeito desta cosmovisão, embora vivenciem uma relação com a água na qual os sentidos impressos pela modernidade ocidental também se fazem mais presentes (situação que abarca todo o espectro, ainda que em intensidades diferenciadas, pois estamos todos transpassados pela ocidentalização dos mundos, decorrência de um processo histórico e em curso).

Numa perspectiva de sujeitos coletivos, como se vêem, integrados à comunidade de vida (numa interdependência humana e extra-humana), tanto para os Krenak a água “é o milagre da vida”, e é um ente, a exemplo do *Uatu* (o rio Doce como o avô), como também para os quilombolas da Tabatinga, conforme narra Ocaia, a água, “o rio, é minha filha, é meu filho, é minha mãe, é meu pai”. A relação com a água na perspectiva ancestral, nas palavras do Krenak, é “uma negociação em outros termos, outros afetos”. Esses dois atores também reúnem em suas respectivas trajetórias de vida, o engajamento e o exercício de liderança nos movimentos sociais indígena (Krenak) e quilombola (Ocaia).

A experiência de atuação dos ambientalistas Altiva e Rachid (representantes da sociedade civil) no Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Doce e de seus afluentes, é pautada pela defesa dos interesses sociais difusos e da água como bem público, que constitui um fundamento da Lei de Águas (9.433/97) e uma determinação da Constituição Federal de 1988. Também valorizam a bacia hidrográfica como a territorialidade para a implementação da

Política de águas, e lidam com o paradigma da gestão de recursos hídricos, mas sem deixar de considerar a visão sistêmica e os efeitos sinérgicos provocados pelas intervenções nas territorialidades hídricas. Altiva, por exemplo, valoriza “a ideia de bacia, o conceito de bacia, a concepção de bacia como uma unidade de planejamento”. Muito críticos ao descaso de governos e ao poder corporativo das grandes empresas, principalmente as mineradoras, ambos valorizam muito as ações preventivas, por meio de processos educativos, de educação ambiental, e também corretivas, de recuperação ambiental ou revitalização das bacias, com o emprego de tecnologias sociais para recuperar nascentes, proteger os mananciais, cuidar do saneamento, aumentar a disponibilidade hídrica etc. Tanto a Altiva como o Rachid tiveram (ele ainda tem) também experiência de militância partidária, pois Altiva foi vereadora por um partido do campo de esquerda e Rachid assessorou parlamentares desse mesmo partido. Altiva se afastou da política partidária, Rachid não, no entanto, ele consegue operar um distanciamento tático das especificidades a fim de não permitir que a militância partidária atrapalhe o ativismo ambientalista (especialmente no contexto dos colegiados da gestão hídrica) e vice-versa.

Os especialistas, Diana e Hudson, embora atuem em ambientes institucionalmente mais rígidos, uniformes e protocolares, em que pesem as limitações inerentes às burocracias estatais ou paraestatais, colocam-se como potenciais aliados dos atores e das demandas sociais e com capacidade de crítica acerca de tais limitações. Eles têm em comum uma vivência anterior com experiências não-convencionais (e contra-hegemônicas) em agrofloresta, educação ambiental, assentamentos rurais, e convívio com povos e comunidades tradicionais, que lastreiam suas respectivas formas de atuação.

Portanto, o polo de referência água-vida, que catalisa as perspectivas contra-hegemônicas de relação com a água (como elemento vital, espiritual, sujeito de direito, direito humano, bem comum etc.), e a identificação dos respectivos perfis dos seis colaboradores com esta esfera interpretativa, suscita possibilidades de confluências e aproximações, potenciais de intercâmbio e até mesmo de articulação de alianças (pontuais, episódicas e/ou duradouras e estruturais), capazes de sedimentar territórios (de trocas afetivas, culturais e políticas) que representem algum tipo de oposição às dinâmicas operadas pelo polo hegemônico (água-mercadoria).

5.1 “A água é o milagre da vida”: perspectivas cosmológicas dos representantes dos povos e comunidades tradicionais

No diálogo com o representante do povo Krenak – que na infância conheceu a sua aldeia como sendo um “mundo de água” (banhada pelo rio Doce, o *Uatu*, o avô), “um mundo que eu achava ideal pra mim”, salientou ele, um mundo de rios, “de córregos, de chuvas, de serras escorrendo neblina”, em que “tudo é a vida em constante mudança” –, falou de suas andanças pelo mundo, de aspectos marcantes e perspectivas comuns entre os povos originários, assim como da nossa condição comum de seres hídricos, “somos todos água” (como já mencionado), e da relação íntima com ela:

Eu nunca fiquei em paz com a ideia, por exemplo, científica, de que a água é um elemento composto de H₂O. Você pode até representar a água na estrutura química dela e tal, mas **a água é o milagre da vida**. Em muitas narrativas de vários povos do mundo inteiro a origem da vida é na água. Essa referência à origem da vida, à água-vida, em muitas tradições de diferentes culturas do planeta, ela me deu também uma alegria, iluminou o meu coração com a observação de que eu não estava sozinho no mundo. E quando eu vi que em muitos povos, em muitas culturas, a vida se originou na água também, e que nas nossas narrativas, dos povos nativos daqui da América, isso é uma gênese comum, eu pensava, nossa, que maravilha, então a gente tem uma força na nossa herança cultural para a gente ser um aliado da água. A gente tem que descobrir como que nós podemos falar a linguagem dela, ouvir, viver a experiência da água, sentir o que ela sente. (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020). (grifo meu).

A concepção de que “a água é o milagre da vida” suscita um sentido de reverência que permeia uma relação de intimidade e afeição com a água. Desse modo, a interação dos Krenak com a água, seja com o *Uatu* (o avô, o ser ancestral do ente rio Doce) ou com a dinâmica do ciclo hidrológico quando evocam a chuva, por exemplo, ilustra essa comunhão com o Cosmos. O canto é uma das chaves de acesso para conversar com a água e para evocar a chuva. Como explicou o Krenak, existem cantos que falam “da água parada, das águas correntes e da água que desce do céu [...] a água que cai, a água que vem das nuvens e cai aqui na terra, aí ela cai aqui na terra, aí ela corre, aí ela fica... aí ela sobe de novo pras nuvens, aí ela cai, ela viaja, ela faz a dança dela”¹⁵¹, tem o canto de fazer chover. Ao acessar memórias da sua infância, conta que “vovó Laurita, ela que me ensinou a cantar, a mãe da vovó Laurita, quando vinha chuva pra cima da aldeia e pegava ela de surpresa, ela saía no terreiro e falava com a chuva, vai pra

¹⁵¹ Entrevista narrativa com Krenak, 2020.

lá, sai pra lá, as nuvens viravam e a chuva saía”¹⁵², rememorou e cantou¹⁵³ vários cantos e narrou da seguinte maneira o processo de conexão e evocação

vai cantando, as nuvens vão formando, se tiver um coletivo que se preparou e se concentrou, vai juntando as nuvens, vai juntando as nuvens, aí vai juntando e vai falando com elas e começa a comandar elas, dizendo pra elas, agora, venha relâmpago, aí chama o relâmpago, aí vem o trovão, aí chama o trovão, chama o relâmpago, aí junta eles, vai e chama as nuvens, junta relâmpago, junta trovão, aí junta relâmpago, chama as nuvens, junta relâmpago, junta trovão, o relâmpago e o trovão vêm, eles partem as nuvens e *pchiuuuu* (som de estrondo de água caindo), aí joga água pra todo lado (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020).

Também contou sobre um episódio específico no qual ocorreu o fenômeno que ele próprio vivenciou:

Uma vez, pegou fogo no lugar em que eu estava morando, daí eu estava despreparado e tinha criança pequena, aí eu invoquei, assim, a força do... pedi a força dos espíritos, e eu falei, não tem muita gente junto comigo, pra me ajudar a fazer chover, eu vou ter que fazer chover sozinho, aí eu cheguei, tinha uma encosta assim, eu peguei meu maracá e fui chamando, fui chamando, fui chamando, o céu azul, cara, cantando, cantando e cantando, chamando, e aquele calor e o povo queimando em volta, aquilo subindo já a encosta, o fogo lavrando pra todo lado, bom, eu já estava tão agoniado que eu comecei a tocar o maracá, assim, sem olhar, eu já estava de olho fechado... a hora em que eu abri o olho, assim, já tinha levado o primeiro pingão na minha testa, assim, aí eu olhei, assim, e a chuva já estava (som, desabando)... aí, quando chegou os caminhão do Corpo de Bombeiros e tudo, a chuva já tinha caído, aí os caras pararam os caminhão de bombeiro lá em cima e ficaram olhando... formou rápido essa chuva em cima do fogo, pela fumaça, né, onde tem fumaça, tem fogo [risos] (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020).

Para o Krenak, essas vivências, de “ter aprendido com pessoas que conversa com a nuvem, que fala com o trovão e o relâmpago pra eles virem abençoar a casa da gente, abençoar o lugar em que a gente vive, trazer a água”, constituem

uma experiência de contato com outro mundo, com esses possíveis outros mundos, não é só uma fantasia, porque se você pode pedir para a chuva vir, é porque você pode falar com alguma outra coisa além da ideia consumista do planeta, de consumir o mundo, é uma negociação, em outros termos, outros afetos, você está negociando outros afetos, não tem nada a ver com o material, com nada, é outra possibilidade de existência, que é maravilhoso (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020). (grifos meus).

Na conversa com a Ocaia, do Quilombo da Tabatinga, área de influência do rio São Francisco, ela explicou que para os quilombolas a água tem um sentido muito diferente do que tem para as outras pessoas, principalmente para os fazendeiros, para as hidrelétricas e para os

¹⁵² Idem.

¹⁵³ O Krenak cantou várias canções que foi lembrando, tive a honra de poder ouvi-las ali ao vivo, *tête-à-tête*, e a oportunidade de registrá-las no áudio da entrevista.

grandes empreendimentos, pois a água é vista como elemento indispensável à reprodução material e simbólica de suas vidas, pois é ela

que nos garante a vida, que nos garante continuar a nossa trajetória. [...] A água pra nós é vida, nós cuidamos do rio como se cuidássemos de nossa vida... então, a nossa relação com o rio é de respeito, é sagrado, é uma relação mesmo assim de que, as pessoas não entendem quando a gente fala assim, que **o rio pra nós, o rio é minha filha, é meu filho, é minha mãe e é meu pai**. Eles não entendem isso porque nós, comunidades quilombolas, a gente tem aquela relação de respeito, de tradição, nós somos criados com essa tradição de respeitar a água, a terra, a mata e o ar, tudo tem um significado, então nós temos respeito por cada um desses elementos, e nós temos a nossa cultura, os nossos atos de festejar, de conclamar esses elementos. Nós temos né, o dia das águas, [...] a gente vai pra beirada do rio pra cuidar, não vamos lá só pra nos lavar não, nós vamos pra cuidar, nós fazemos a limpeza da nossa margem, do nosso rio, não só a limpeza estrutural de lixo, de tirar a sujeira, não, é a limpeza espiritual, a limpeza dos ancestrais, que nós levamos as nossas ervas, os nossos cantos, que nós levamos para abençoar a água que nos dá a vida. Isso acontece com a terra, com o território, que também tem o seu ritual. Isso acontece com as matas, que nos dão as nossas plantas medicinais, nos dão a cura, então cada elemento desse a gente tem um dia de ritual para conclamar esses elementos, e cada entidade que representa esses elementos né, que pra nós, a água, é Iemanjá e Iansã, a mata são os caboclos, o ar, Santa Clara, e terra, Xangô. [...] então **a gente segue essa tradição de geração em geração, a gente repassa para as crianças hoje, que vão nascendo, que cuide dos nossos rios, das nossas matas, do nosso território, do nosso ar como se fosse o seu filho porque é ele que vai te dar vida** (Entrevista narrativa com a quilombola Ocaia, 2020) (grifos meus).

Para os Puris – povos originários da Zona da Mata mineira¹⁵⁴, especialmente dos arredores da Serra da Mantiqueira, por eles remotamente denominada *Amantikir*, a serra que chora, “não por estar triste, mas por estar repleta de vida” (LEMES DE SOUZA, 2018, p.26) – não haveria a divisão original entre natureza e cultura,

pois sua espiritualidade se relaciona à totalidade, horizontalidade e unitariedade das coisas: não se divide o humano do seu meio, dos animais, das pedras, das árvores ou das águas. Todas essas coisas são unas, portanto, **na cosmologia do Puri, podemos dizer que os povos são as águas e as águas são os povos** (grifo meu).

O documentarista chileno Patricio Guzmán, em seu filme “El Boton de Nacar”¹⁵⁵, expressa a história do Chile a partir de uma belíssima relação da ancestralidade com a água, em especial dos povos austrais¹⁵⁶, como os Kawéskar, numa narrativa poética, trágica e existencialmente sublime

¹⁵⁴ Essa é a minha região de origem e os Puris, junto com os Coroados, os Coropós e os Bocayus, também remetem, por parte materna, à minha ancestralidade ameríndia.

¹⁵⁵ O filme-documentário pode ser visto em: https://www.documaniatv.com/social/el-boton-de-nacar-video_4f2cb6f2b.html.

¹⁵⁶ Sobre os povos austrais do Chile: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3412.html#presentacion>.

O deserto chileno é o lugar mais seco da Terra, daqui os astrônomos tem descoberto água em quase todo o cosmos, há água nos planetas, há vapor de água em certas nebulosas, há gelo em outros corpos celestes, na Terra e fora dela a água é básica para que exista a vida, cada noite se descobre um novo planeta que talvez contenha água. [...] Olhando as estrelas, me dou conta da importância da água, parece que a água veio do espaço exterior e que a vida nos chegou dos cometas, que formaram os mares. A água é a fronteira mais extensa do Chile forma um estuário que se chama Patagônia ocidental, aqui a Cordilheira dos Andes some e reaparece em centenas de milhas, é um lugar sem tempo, um arquipélago de chuva. [...] Uma parte muito distante de minha família vivia aqui, tínhamos um teto de zinco, e as gotas produziam um ruído que me tranquilizava e protegia, esse ruído me tem perseguido toda a vida¹⁵⁷. [...] Quando a água se move o cosmo intervém (se manifesta), a água recebe a força dos planetas, a transmite ao solo e a todas as criaturas. **A água é um órgão mediador entre as estrelas e nós.** [...] A água é inseparável da vida. Quanto tempo haverá viajado o cometa que nos trouxe as primeiras gotas de água? Cada gota é um mundo aparte, cada gota é uma respiração. [...] **Um oceanógrafo me ensinou que a atividade de pensar se parece com o oceano, as leis do pensamento são as mesmas da água, que sempre está disposta a amoldar-se a tudo.** (grifos meus).

Outra passagem marcante do referido documentário foi a ‘tradução’ de uma percepção que o antropólogo, Cláudio Mercado apreendeu com os indígenas e o idioma de água,

“[...] a água tem seu espírito, então a água é fonte de música [...] universo em movimento [...] o que chamamos terra na verdade é água, o que somos, dentro de nossos corpos, somos água, as plantas são água, o que respiramos também é água, tudo é água [...] eu comecei a escutar os sons do rio e de repente começava a escutar música do rio, porque um rio soa como milhares de sons juntos ao mesmo tempo”.

O antropólogo então estabelece uma analogia desse aprendizado ancestral que ele adquiriu junto aos povos originários do Chile (de identificar os diferentes sons das águas correntes de um rio e os seus efeitos sincrônicos) com o som de uma orquestra, som este que era também reproduzido pelos mesmos na forma de canto.

¹⁵⁷ Essa narrativa do Patricio Guzmán me instigou a registrar aqui, de passagem, a memória afetiva, autobiográfica, de uma vivência singela que remete à minha mocidade, eu longe de casa (saído do interior e vivendo na capital do Estado de Minas, nos anos 90), num momento de nostalgia, em que a água foi também o elo, ainda que tênue, de reconforto, para acessar e traduzir imaginários do meu lugar, na forma de “goteiras”, dos versos que seguem: *Veja as gotas / e se você cheira / funga o cheiro / do telhado de barro / da cozinha / do casarão velho lá de casa / o cheiro de fungos / da chuva molhada / bem mineira da Mata, / que lustra a telha fresca / e respinga no chão frio. / Pingos na brasa / efervescência que solta fumaça / e o som tênue que se esparsa / seduzindo lá dentro os cômodos / e outros ‘cômodos’ / alguns atônitos / Antônio que ascendem o fogo / dos lampiões nas prateleiras, / na cômoda e na despensa, / esparecendo a ânsia, / a fobia de trovoadas. / No clímax sonoro das ressonâncias / paira um timbre refrescante / aos ouvidos furtados / de quem na santa paciência / calcula o arejar / e os vaga-lumes lá de fora / na boca do fogão de lenha.*

Figura 10 – Fotopoema de TT Catalão



As referências narrativas ao ser da água, à água-vida, às águas-povos e povos-água, assim como à água como parente (avô, mãe, pai, filha), remetem às cosmologias ancestrais, em especial afro-ameríndias, para as quais são impertinentes ou inócuos os dualismos dicotômicos e as separações operadas pela Modernidade ocidental (entre homem e ambiente ou entre cultura e natureza etc.). Irredutíveis à separação dicotômica entre natureza e cultura, as conexões sensíveis com o mundo, vivenciadas pelos povos originários a partir dos saberes ancestrais, são, geralmente, insondáveis para as limitações da racionalidade estritamente objetiva, instrumental e mecanicista que perfazem a monocultura do saber (ainda hegemônica e homogeneizadora) do mundo moderno ocidentalizado. Andréa Zhouri (2019) assinala que “muitos povos, em outras culturas e outras sociedades, nem têm o conceito de natureza como o ‘outro’ da sociedade. Muitos grupos indígenas, por exemplo, não conhecem esse conceito de ‘natureza’ como uma externalidade, uma esfera que existe apartada da sociedade” (ZHOURI, 2019).

No *perspectivismo ameríndio*, como desvenda Eduardo Viveiros de Castro (2004), os não-humanos são vistos também como sujeitos irmanados com os humanos num mesmo espírito (o que muda é a forma, a roupagem, os corpos, os pontos de vista), numa mesma ‘essência’ humano-espiritual, de modo que “a condição original comum aos humanos e animais não é a animalidade, mas a humanidade”. Ele também descreve que ao conceberem a natureza e a cultura como partes de um mesmo campo sociocósmico, os ameríndios “não somente passariam ao largo do Grande Divisor cartesiano que separou a humanidade da animalidade, como sua concepção social do cosmos (e cósmica da sociedade) anteciparia as lições

fundamentais da ecologia”.

Para Edgar Morin e Anne Brigitte Kern (2003), a consciência cósmica, de que “somos filhos desse cosmos, que carrega em si nosso nascimento, nosso devir” (MORIN e KERN, 2003, p. 46), é chave para desvendar outros patamares mais sadios de coexistência e de bem viver. Assim, a consciência cósmica e mundana, tão sofisticadamente aguçada nos saberes ancestrais e modos de vida dos povos originários, sinaliza uma perspectiva expandida do humano, de uma humanidade relacional, presente também nos outros seres físicos e imaginários que coabitam a biosfera, o(s) mundo(s). É uma concepção mitocsmológica que remete a uma “humanidade primordial” (pré-cosmológica), substância proto-humana originária (“humanidade-ainda-sem-mundo”, também Cultura – espírito, consciência – que antecede e perfaz à natureza) ou “princípio ativo na origem da proliferação de formas vivas em um mundo rico e plural”, que se expressa, incessantemente, em um “multiverso antropomórfico” (“multiplicidade de multiplicidades intrincadamente conectadas”), dotado de um persistente “potencial de transformabilidade infinita contido na humanidade como substância”, de tal modo que, por exemplo, “o alimento dos humanos consiste em humanos que foram transformados em animais e plantas” (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 86-93). Conforme elucidada Ailton Krenak (2019) sobre a origem ancestral do nome *Krenak*, sendo *kre* (cabeça) e *nak* (terra), portanto, “cabeça na terra”, pois trata-se de “uma humanidade que não consegue se conceber sem essa conexão, sem essa profunda comunhão com a terra” (KRENAK, 2019, p. 48).

Essa negociação de afetos (presente na perspectiva tanto dos Krenak como dos quilombolas da Tabatinga) com os mundos de água (e com o mundo em geral) engendra uma perspectiva relacional de respeito, reverência e reciprocidade na qual a água é tida como uma aliada no agenciamento da conexão com a extensão da comunidade de seres vivos e não-vivos e com o próprio cosmos. A partir do diálogo com as cosmologias afro-ameríndias é possível construir aproximações com a perspectiva da água como ‘agente’ (ou interagente na teia da vida) e como sujeito (inclusive como sujeito de direitos) e não meramente como objeto. Aliam-se a essas perspectivas, por exemplo, as ideias de ‘pluriverso’¹⁵⁸ aventada por Arturo Escobar (2014) e inspirada no chamado zapatista¹⁵⁹ por “un mundo donde quepan muchos mundos” (dada a pluralidade de relações possíveis e existentes *no* e *com* o mundo), assim com a interpretação veiculada pelo próprio Escobar (2016, p. 144), de “agência distribuída”, que

¹⁵⁸ O pluriverso é entendido como “conformado por uma multiplicidade de mundos mutuamente entrelaçados e co-constituídos mas diferentes”, muito além do conhecimento canônico hegemônico, sendo que “não existe uma só noção do mundo, do humano, nem do natural” (ESCOBAR, 2014, p. 21, 22 e 145) (tradução minha).

¹⁵⁹ O Manifesto Zapatista “Por un mundo donde quepan muchos mundos” encontra-se disponível neste link: http://enlacezapatista.ezln.org.mx/wp-content/uploads/2018/08/Manifiesto_Borrador-Final.pdf.

sugere que “a **agência** não é o resultado das ações separadas dos sujeitos intencionais individuais, mas, em grande medida, o **efeito de redes heterogêneas complexas de humanos e não-humanos**”¹⁶⁰ (grifo meu).

No diálogo com o Krenak, que se vê como um ‘*sujeito coletivo*’¹⁶¹, ele suscita uma percepção e, sobretudo, uma vivência relacional de indissociabilidade face à sua família, ao seu povo, ao rio Doce, às montanhas e à cadeia de existentes (de sujeitos, de agentes) que habitam o mundo, pois para ele

tudo é vida, por isso que eu falo, **a água é vida, nós somos água**, então **a gente tem que fazer experiências verdadeiras de estar dentro dela, de experimentar o humor da água e rir com ela, brincar com ela, conversar com ela, chorar também com ela, quando você ver ela chorando, chora com ela**. (Entrevista narrativa com Krenak, 2020). (grifos meus).

A perspectiva do Krenak aponta para uma interação sensorial, de abertura dos sentidos, que transcende o racional, que permite uma troca sensível, simbiótica e uma conexão também espiritual, de reverência, com esse elemento biocósmico primordial que é a água. Conectam-se, venturosamente, as águas que plasmam o corpo com as águas externas, dos parentes (humanos e extra-humanos, como o próprio *Uatu*), por meio do brincar, do chorar, do meditar, do sorrir, do dançar, e, também por isso (para além da dimensão biofísica), a água é “o milagre da vida”. Respondendo “à primeira pergunta que me fizeram pra eu fazer uma redação, né... escreva o que é a água pra você”, é que surgiu a ideia, ainda na infância do Krenak, de que “nós somos água”, o que reflete a concepção ancestral dos parentes sobre esse ente vital. Quando diz que, “é uma negociação em outros termos, outros afetos”, a fala do Krenak traduz ou sintetiza muito substancialmente a perspectiva relacional das cosmologias ameríndias com a água.

5.2 Entremundos: agenciamentos macro e microcósmicos

*“Em qualquer entre, a água corre e se parece com a vida”
(João Batista Santiago Sobrinho em “Dois Rios”)*

Evidencia-se, a partir das narrativas dos povos e comunidades tradicionais (mais especificamente, das falas do Krenak e da Ocaia) uma cosmologia em que a água flui, produz efeitos, transforma, ‘agencia’ (tem humor, ri, brinca, chora, move o seu ciclo brotando no chão, saltando corredeiras, submergindo em remoinhos, evaporando, precipitando, infiltrando o solo,

¹⁶⁰ Tradução própria.

¹⁶¹ Entrevista narrativa com Krenak, 2019.

retroalimentando os mananciais e entrelaçando toda a comunidade de viventes), esparrama, inunda, reflete, envolve, circula nos organismos vivos, sulca os ‘não-vivos’ (como a pedra), sacia a sede, vitaliza, engendra bem-estar¹⁶², enreda a vida.

A intensidade do ciclo hidrológico na zona equatorial e a interação sofisticadíssima com a floresta amazônica exemplificam, em alguma medida, o ‘agenciamento distribuído’ da água. As cerca de 600 bilhões de árvores da Amazônia funcionam, segundo Antônio Donato Nobre (2012), como uma verdadeira bomba de vapor d’água que forma os rios voadores, responsáveis, por exemplo, dentre inúmeros outros benefícios ambientais e sociais, pela regulação do regime de chuvas em todo o Centro-Sul do Brasil e parcela importante da América do Sul (interseccionando as águas das duas maiores bacias hidrográficas da América do Sul: a Amazônica e a do Prata). O fenômeno é ainda mais detalhadamente explicado por Nobre da seguinte forma:

As árvores são vaporizadores otimizados de água e painéis solares químicos. As folhas são estruturas de tecnologia absolutamente sofisticada e avançada, e delas não sai só água, saem também outros compostos orgânicos que chamamos de compostos voláteis – os cheiros da floresta [...] A descoberta foi que esses perfumes oxidam no ar e produzem microscópicas e higroscópicas sementes de condensação de nuvens que, em determinada quantidade e com muito vapor de água disponível, formam gotas grandes e pesadas e nuvens de baixa altitude, portanto sem gelo em seu interior. São gotas volumosas que precipitam como chuvas não destrutivas, aquelas das quatro horas da tarde. É quase um dilúvio, mas é extremamente benéfico para as plantas. Esse mecanismo chamamos de “o regador do Jardim do Éden”. Foi uma surpresa extraordinária perceber que a floresta condiciona a chuva e a chuva condiciona a floresta em um ciclo virtuoso. Quando se quebra esse sistema e se retira a floresta, desaparecem aqueles compostos favorecedores da chuva, e uma quantidade absurda de poeira e fuligem é gerada pelo solo exposto e por queimadas. [...] Em um típico dia amazônico pode ocorrer que cada árvore grande chegue a bombear 1.000 litros de água do solo para a atmosfera. Se calcularmos essa transferência vertical de água para a extensão que ainda existe de mata fechada na Amazônia, chega-se a aproximadamente 20 bilhões de toneladas evaporadas em um dia. Para comparação, o rio Amazonas, o maior da terra -que coloca 20% de toda a água doce que chega aos oceanos-, despeja 17 bilhões de toneladas em um dia. Ou seja, a quantidade de água que jorra para a atmosfera transpirada pelas árvores é maior do que aquela transportada pelo portentoso rio Amazonas. Imagine se colocássemos essa água, 20 bilhões de toneladas, em uma chaleira elétrica gigante, quanta energia seria necessária para evaporá-la? Nada menos do que toda a energia gerada por 50 mil Itaipus! Isso quer dizer que, para gerar a energia necessária à evaporação de água de um único dia na Amazônia, a nossa enorme Itaipu sozinha teria que funcionar ininterruptamente por 145 anos! Essa a magnitude dessa bomba! Que indústria ou tecnologia poderia substituir uma bomba desse tamanho? Nenhuma, nem mesmo daqui a dois milhões de anos (NOBRE, 2012, p. 187 e 188).

O prisma atilado do Stelio Marras (2018), e suas referências a um “lugar de entremeio”,

¹⁶² Como escreveu João Guimarães Rosa: “O corpo não traslada, mas muito sabe, adivinha se não entende. **Perto de muita água, tudo é feliz**” (grifo meu).

um “lugar de transe”, um “lugar de trânsitos não apenas de espíritos humanos, mas entre estes e o espírito do mundo distribuído entre plantas, bichos, atmosfera, terra, água, técnicas e toda sorte de não humanos que são trazidos em presença”, remete, por exemplo ao meandro dos *entreviveres* e *entrefalares* (e/ou *entrecantares*) dos Krenak com as águas. Stelio invoca, igualmente, a ideia de ‘estar-entre’, que contrasta, por exemplo, com a atomização¹⁶³ alienante do indivíduo produzida pela modernidade capitalista, pois, na verdade, conforme Marras, “só vivemos entre” e “nada nem ninguém jamais viveu por si só”, de tal maneira que “viver mostra-se urgentemente como *entreviver*. Existir como coexistir. Evoluir como coevoluir. Morrer como entremorrer. Reagir como entrerreagir” (MARRAS, 2018, p. 253-256). Ele deslinda, assim, a pertinência do reconhecimento das entreontologias (‘que se traduz na recusa de se tomar o ser como autorreferido, ao tempo que aderindo ao ser alter-referido, por assim dizer’), o que possibilita um “composicionismo” híbrido de humanos e não-humanos, de “diferenças diferenciantes”, de “agenciamentos heterogêneos entre si”, assim como atentando, estrategicamente, para o âmago das “continuidades entre organismo e ambiente, como entre humano e mundo”, mas sem “desconsiderar as discontinuidades que a cada vez emergem, a cada vez se situam, tomam figuração e agem”. (op. Cit., p. 257). Também nessa perspectiva do “entreviver”, Leonardo Boff, Davi Yanomami e Antonio Donato Nobre ilustram como o humano é agenciado por uma infindável confraria de organismos vivos que integram a teia planetária, sem falar da incomensurável dimensão sub-atômica¹⁶⁴ que nos perpassa e move. Boff lembra que a palavra “homem vem de húmus, que significa terra fecunda”¹⁶⁵ e que nós aparecemos no cenário da Terra “quando 96% dessa história já estavam concluídos” (BOFF, 2002), sendo essa a verdade que dói nos humanos abduzidos pela arrogância do antropocentrismo¹⁶⁶ radical, ou seja, de que o planeta e o cosmos se realizaram sem nós, pois “nós surgimos a partir dos elementos terrestres e cósmicos que nos antecederam”.

Numa inestimável descrição sobre a gênese da água, o xamã Yanomami, Davi

¹⁶³ A modernidade capitalista, conforme atesta Michel Aires de Souza Dias (2019, p. 171, 176 e 178), “opera a “transformação do indivíduo em uma mônada”, ou seja, “em um ser atomizado, fragmentado e alienado da totalidade social que o determina”, tornando-o a “imagem e semelhança do mercado, refletindo a lei social da exploração econômica”.

¹⁶⁴ Ainda menores do que os átomos existem as partículas subatômicas (os quarks, os elétrons, os glúons, os bósons, os fótons, os grávitons, o neutrino). Tudo o que existe no Universo resulta da combinação dessas partículas subatômicas já conhecidas (e das ainda desconhecidas) que são uma variação quântica de matéria e energia/radiação. Informações extraídas de: <https://super.abril.com.br/blog/superlistas/as-7-particulas-subatomicas-mais-importantes/>.

¹⁶⁵ Artigo de Leonardo Boff, “Identidade e Complexidade”, disponível em: <http://www.dhnet.org.br/desejos/textos/galaxy.html> Acesso em: 06 ago. 2020

¹⁶⁶ Sobre o antropocentrismo, diz Leonardo Boff (2002) que “na nossa ilusão, criamos um pedestal sobre o qual nos colocamos vaidosamente, pensando que a Criação só tem sentido se ordenada ao ser humano. Nós nos sentimos reis e rainhas do universo e da Terra”.

Kopenawa, também faz menção ao nosso aparecimento em meio à profusão da vida:

No início, também não existiam os rios; as águas corriam debaixo da terra, bem fundo. Só se ouvia seu ronco, ao longe, como o de fortes corredeiras. Formavam um enorme rio que os xamãs nomeiam *Motu uri u*. Certo dia, *Omama* trabalhava em sua roça com o filho, que começou a chorar de sede. Para matar-lhe a sede, ele perfurou o solo com uma barra de metal. Quando a tirou da terra, a água começou a jorrar violentamente em direção ao céu e jogou para longe o menino que se aproximara para bebê-la. Lançou também para o céu todos os peixes, raias e jacarés. Subiu tão alto que um outro rio se formou nas costas do céu, onde vivem os fantasmas de nossos mortos. Em seguida, a água foi se acumulando na terra e começou a correr em todas as direções, formando os rios, os igarapés e os lagos da floresta. [...] No início, nenhum ser humano vivia ali. [...] Nós saímos, mais tarde, da vagina da esposa de *Omama*, *Thuëyoma*, a mulher que ele tirou da água. Os xamãs fazem descer sua imagem desde sempre. Chamam-na também *Paonakare*. Era um ser peixe que se deixou capturar na forma de uma mulher. Assim é (KOPENAWA e BRUCE, 2015, p. 82).

Sobre a nossa interdependência com a comunidade de vida da teia planetária, Leonardo Boff (2002, p.12-13) ainda sublinha que

dependemos dos trilhões e quatrilhões de microorganismos, de vírus e bactérias que estão dentro de nós. A nossa sobrevivência e a garantia de nossa saúde dependem do equilíbrio dos organismos vivos que são invisíveis, representam 80% de toda a vida, e compõem a vitalidade da Terra e também a nossa. Dizem-nos os cientistas que, em uma colherzinha de solo comum, há 50 bilhões de microorganismos. Nós dependemos dessas realidades, mas nós esquecemos.

Ao comentar sobre a decodificação do código genético do ser humano, Leonardo narra que “da ameba mais originária, há 3,8 bilhões de anos, passamos pelos dinossauros que morreram há 67 bilhões de anos, chegamos aos colibris de hoje, aos cavalos e a nós” (Ibdem) e que temos “o mesmo código genético” (Ibdem), temos “o mesmo alfabeto mediante o qual a vida se constrói” (Ibdem) e “apenas as sílabas se combinam diferentemente e aí surge a diversidade dos seres vivos” (Ibdem).

Na mesma linha, Antonio Nobre diz que a magnitude do nosso microcosmo não tem o mesmo prestígio e o mesmo *glamour* do macrocosmo devido à “percepção dos vírus e das bactérias, o detestável local onde vivem as doenças” (NOBRE, 2012, p. 186), de forma que “nós convivemos inconscientemente com a complexidade interna do nosso próprio corpo” (Ibdem). Mas ele diz que “metaforicamente **cada ser humano é como uma espetacular galáxia-ambulante de sistemas celulares**, e como tal ainda nos ignoramos” (idem, grifo meu), sendo que das nossas cerca de “100 trilhões de células”, cada célula tem “100 trilhões de átomos” e “dentro de uma célula tem 3 mil genes” com “92 mil proteínas” codificadas. Observa que “é de uma magnitude tamanha, essa complexidade, que ela é parecida com as dimensões que os astrônomos lidam” (NOBRE, 2019).

Mas além das magnitudes multiescalares, há algo ainda mais sofisticado e que extrapola

a possibilidade de apreensão apenas pela ótica da objetividade. Sobre essa complexidade, Nobre argumenta que ela é subjacente, “suportando todo o ser, a existência, a consciência, o respirar”, ele diz, “eu não tenho que pensar o que minha língua faz dentro da boca quando eu ponho uma colher de alimentos, mas ela faz e é incrivelmente eficiente em fazer isso” (NOBRE, 2019), sugerindo agenciamentos autorregulatórios que dialogam com a Hipótese de Gaia¹⁶⁷, de Lynn Margulis e James Lovelock, ou com a tese do universo autoconsciente, do físico quântico Amit Goswami¹⁶⁸. Bruno Latour e Timothy Lenton (2018) consideram que a Hipótese Gaia, de Margulis e Lovelock, “ao enfatizar a agência das formas de vida e sua capacidade de estabelecer metas, uma perspectiva de Gaia 2.0 pode ser uma estrutura eficaz para promover a sustentabilidade global” (LATOURE e LENTON, 2018, p. 1066) (tradução livre). Seria possível elencar uma infinidade de outros exemplos desses complexos e enigmáticos fenômenos, mas, a título de ilustração, mencionarei apenas mais três (da borboleta *Morpho*, do processo evolucionário do cálcio e do Coronavírus). Ao analisar a borboleta *Morpho* (*Morpho sulkowskyi*) e seus cristais fotônicos como exemplo de invisível competência tecnológica, Antonio Nobre¹⁶⁹ diz que “a arquitetura do invisível (da natureza) humilha os melhores arquitetos do mundo”. Sobre o processo evolucionário do cálcio, Dorion Sagan (2020), assim descreve esse processo evolucionário:

há uma linda frase, não sei de onde vem, mas reforça este ponto: “a Terra é tanto uma pedra com alguma vida em si quanto você é um esqueleto infestado de células”. Ao longo do tempo, o lar torna-se o corpo porque seres vivos crescem com os seus arredores e os incorporam. Um exemplo espetacular disso é a criação dos esqueletos,

¹⁶⁷ O nome Gaia foi inspirado na divindade de mesmo nome da mitologia grega, que é a Mãe-Terra (correspondente à Pachamama para os povos andinos originários). A Hipótese de Gaia (ou hipótese biogeoquímica) diz que a Terra é um superorganismo vivo autorregulado, com propriedades simbióticas e homeostáticas (a comunidade de organismos vivos da Terra é capaz de modificar as condições do planeta para produzir o ambiente que melhor serve às suas necessidades). Informações extraídas de NOBRE (2019), Wikipedia/Hipótese de Gaia (disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hipotese_de_Gaia, acesso em 06 ago. 2020) e Wikipedia/Homeostase (disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Homeostase#Homeostase_ecologica, acesso em 06 ago. 2020). Para Dorion Sagan (2020, p. 2), que é filho de Lynn Margulis e Carl Sagan, “Gaia é mais que um organismo, [...] Gaia faz coisas como um ecossistema global que nenhum organismo pode fazer, [...] a matéria da qual a vida é feita deve se reciclar conforme usa energia do sol, e a energia do sol está sendo transduzida pelas plantas. Plantas, cianobactérias, que são bactérias verdes, e algas, que são organismos fotossintéticos no oceano, realmente elas são as donas dos meios de produção, são as únicas que fazem comida. O resto do mundo é parasita, [...] Nenhum organismo vivo pode comer, pode subsistir de sua matéria residual, mas Gaia, um superorganismo, pode e faz. É um ecossistema, recicla-se completamente”.

¹⁶⁸ Para Amit Goswami, segundo Leonardo Boff (2012), “No ser humano ele conhece uma emergência singular pela qual o próprio universo através de nós se vê a si mesmo, contempla sua majestática grandeza e chega a uma certa culminância”. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/172-noticias/noticias-2012/509912-o-espírito-no-cosmos-no-ser-humano-e-em-deus>. Acesso em 06 ago. 2020

¹⁶⁹ O cientista brasileiro Antonio Donato Nobre fez essa observação em uma palestra TEDx Talks, realizada em março de 2011, na qual ele também faz uma analogia da água da Terra com o sangue no corpo humano e narra, de maneira muito didática, as interações indissociáveis, sistêmicas e inteligentes entre o ciclo da água, as florestas, os ecossistemas e a atmosfera. A palestra pode ser assistida neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=01jYiXbpnoE>. Acesso em 06 ago. 2020

tanto os externos, como nas algas, quanto os internos. Nossos esqueletos são feitos de fosfato de cálcio, apatita. Outros esqueletos de criaturas do mar, de conchas do mar, são feitos de carbonato de cálcio. Isto é algo produzido pela vida, mas o que é muito interessante é que costumava ser um produto residual. Íons de cálcio nas células em oceanos primitivos tinham que ser exportados através das células para o meio, porque elas seriam envenenadas e morreriam se não se livrassem do seu cálcio. O que parece ter acontecido durante o tempo evolucionário é que o cálcio se construiu do lado de fora das células e veio a ser conchas. E, similarmente, o cálcio exportado veio a ser ossos em organismos ancestrais. O que costumava ser produto residual de nossos corpos, algo externo, agora é parte de nós. E isso é o que a vida criadora pode fazer durante o tempo evolucionário. Há uma escultura do surrealista espanhol Salvador Dalí que mostra o que parece ser um crânio, mas que, na verdade, é feito de nove mulheres nuas, e seus pés são os dentes e os espaços entre os corpos parecem com os buracos das cavidades oculares de um esqueleto. Isso é parecido com o que a vida faz. De uma coisa faz outra, porque é econômica, reusa seus materiais. Até o próprio Dalí, quando estava fazendo essa escultura, usou **seu cérebro, e os íons de cálcio em seu cérebro são parte da eletroquímica do pensamento** (SAGAN, 2020, p. 8) (grifo meu).

Por oportuno, face às emergências da dramática crise sanitária e humanitária mundial provocada pela pandemia do coronavírus, com impactos exponenciais no Brasil, em especial sobre as populações periféricas das grandes cidades e sobre os povos indígenas¹⁷⁰ e comunidades tradicionais, o terceiro exemplo (em que pese o desolador cenário) refere-se à dinâmica ecológica (e de ‘agenciamento’) do próprio vírus (o Covid-19), conforme descrevem Michèle Sato; Déborah Santos e Celso Sánchez (2020):

O vírus usa táticas de disfarces para se reproduzir e tem uma linha de montagem invejável a qualquer indústria automobilística. [...] Os vírus possuem excelente capacidade de fazer um tipo de “hibernação”, desligando suas funções por longo período. No rápido degelo que a humanidade provoca nos polos, por intermédio da queima global (emissão dos Gases de Efeito Estufa - GEE), encontraremos diversos agentes patogênicos que serão libertos pela própria ação humana num efeito bumerangue de vida e morte. Recentemente, 28 novas variedades foram identificadas nas geleiras do Tibete, que derreteram em função do colapso climático. Alguns vírus conseguiram ficar “inativos” por 15 mil anos nestas geleiras, apenas à espreita de uma oportunidade para saírem e novamente retomarem suas atividades. [...] Na ecologia, aprendemos que nenhum ser é independente do outro, nem das porções que não tem vida, como a água, a terra, o fogo, ou o ar. Os humanos são ecodependentes dos ecossistemas e o mal que acontece em um, recairá sobre os outros. Somos elos intrínsecos de uma Terra que carece de toda sua extensão para que continue existindo. [...] Será preciso aprender com o caos, na postulação de uma sociedade diferenciada, que consiga conjugar natureza e humanidade sob a égide do verbo amar. Não precisamos possuir tantas coisas, mas temos que aprender a vibrar com um céu estrelado dentro de nós (SATO, SANTOS e SÁNCHEZ, 2020, p. 5, 7, 9 e 15).

¹⁷⁰ Como denuncia Bruce Albert (2020, p. 3), “Ao destruir cegamente as florestas tropicais, sua biodiversidade e os povos indígenas que as habitam com sabedoria, o “Povo da Mercadoria” (como nos rotulou Davi Kopenawa), acaba virando contra si mesmo as consequências de sua predação desenfreada, tornando-se, assim, vítima final de sua própria hybris. Essa é a mensagem que os xamã Yanomami tentam nos transmitir há décadas. De fato, torna-se cada dia mais claro que o destino trágico que reservamos aos Yanomami - a todos os povos indígenas - terá sido apenas uma prefiguração do que estamos hoje nos infligindo a nós mesmos, desta vez, em escala planetária. Como Lévi-Strauss o anunciou profeticamente enquanto denunciava “o regime de envenenamento interno” no qual estamos nos afogando: “(...) doravante todos índios, estamos fazendo de nós mesmos o que fizemos deles”. Disponível em: <https://n-ledicoes.org/044>.

Os saberes ancestrais e as ontologias afro-ameríndias também concebem esse *ser-no-mundo-junto*, no plural, que é um “nós” de ‘*entrehumanos*’ (enraizados tanto na esfera viva, na teia biosférica, como no cosmos físico e espiritual) e de ‘*entremundos*’ (mundos plurais, plurivérsicos) reciprocamente inscritos em cada ente vivo e não-vivo. A essas urdiduras, o escritor boliviano, Raúl Prada Alcoreza¹⁷¹, chama de “simultaneidade dinâmica”, e o filósofo ugandense, Jean Bosco Kakozi¹⁷², as relaciona com as cosmovisões africanas como o *Ubuntu* (uma ontologia e uma epistemologia que expressam o conjunto da realidade, em acepções que envolvem “tudo o que existe e que pode ser conhecido” (KAKOZI, 2019) e “a noção de humanidade” (Idem), sendo que “os humanos vivem sempre relacionados com outras entidades cósmicas não humanas”) e o *Ukama* (expressa uma relação de irmandade entre todos os seres, uma relação afetiva forte). Kakozi explica que na cosmovisão africana “é o nós que prevalece” (o que não implica em excluir o ‘eu’, numa perspectiva de “eu sou porque somos”), pois “o ‘eu’ encontra seus interesses dentro do ‘nós’”, de modo que “o ‘nós’ significa vida em comunidade”. Tais perspectivas são fundamentais para contrastar e empreender uma espécie de calibragem, ajustes e correção de rumos nos reducionismos prepotentes legados por esse mundo hegemonicamente ocidentalizado.

5.3 Perspectivismo multinaturalista e analogias hidro-provocativas

Quando diz que quer cada vez mais sentir a vida lhe atravessando, “onde não existe a separação entre saúde, educação, cultura, arte, porque tudo é vida”, a narrativa do Krenak aponta para a diluição daquele binarismo que a modernidade ocidental separou e reificou (cultura/natureza, humanos/não-humanos). A indissociabilidade operada pelas cosmologias originárias, inclusive, começa a ser reconhecida tanto por cientistas sociais como por astrofísicos, biólogos e cosmólogos contemporâneos. Neste sentido, vale a pena revisitar algumas inspirações suscitadas pela perspectiva relacional com a água, pela possibilidade de

¹⁷¹ Ele diz que “Somos parte de la sincronía de la simultaneidad dinámica de la complejidad integrada, de los tejidos espacio-temporales del pluriverso, en sus distintas escalas. En nosotros, en nuestros cuerpos el pluriverso inscribe sincronías singulares, únicas, irrepetibles; nosotros, al participar de los ciclos existenciales, de la matéria viva, coagulación de energía, composición de cuerdas, que convierten al pluriverso em polifonia armónica, también incidimos en las recomposiciones de la sincronización magnífica del pluriverso”, em comentário (à página 11) do livro “Pluriverso – un diccionario del posdesarrollo. KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; e ACOSTA, Alberto (coords.) - Icaria editorial, S.A. – Barcelona, 2019.

¹⁷² Entrevista de Jean Bosco Kakozi para o jornal online “Sul 21”, em 27/05/2018, disponível neste link: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/05/filosofia-africana-a-luta-pela-razao-e-uma-cosmovisao-para-protger-todas-as-formas-de-vida/> Acesso em 07 ago. 2020

‘agenciamentos’ entre não-humanos e humanos. Para isso, recorro, novamente, ao *perspectivismo multinaturalista*¹⁷³ de Eduardo Viveiros de Castro (2004, p. 232, 233, 236 e 237):

se no mundo naturalista da modernidade um sujeito é um objeto insuficientemente analisado, a convenção interpretativa ameríndia segue o princípio inverso: **um objeto é um sujeito incompletamente interpretado. [...] a idéia de que os agentes não-humanos percebem-se a si mesmos e a seu comportamento sob a forma da cultura humana desempenha um papel crucial. A tradução da ‘cultura’ para os mundos das subjetividades extra-humanas tem como corolário a redefinição de vários eventos e objetos ‘naturais’ como sendo índices a partir dos quais a agência social pode ser abduzida. [...] o que chamamos ‘sangue’ é a ‘cerveja’ do jaguar, o que temos por um barreiro lamacento antas têm por uma grande casa cerimonial, e assim por diante.** Os artefatos possuem esta ontologia interessantemente ambígua: são objetos, mas apontam necessariamente para um sujeito, pois são como ações congeladas, encarnações materiais de uma intencionalidade não-material. [...] **é atribuir aos não-humanos as capacidades de intencionalidade consciente e de ‘agência’ que facultam a ocupação da posição enunciativa de sujeito. Tais capacidades são reificadas na ‘alma’ ou ‘espírito’ de que esses não-humanos são dotados. É sujeito quem tem alma, e tem alma quem é capaz de um ponto de vista.** (grifos meus).

A partir da capacidade de ‘agência’ dos entes ou das ‘subjetividades’ não-humanas apontadas por Viveiros de Castro, podemos estabelecer analogias com a água, abduzindo, por exemplo, que talvez estejamos para ela como estão para nós os elementos celulares que compõem o nosso sangue, ao passo que ela para nós, talvez possa estar, num sentido primordial (de cuidado, proteção e vitalidade), representada pelo líquido protetor que envolve a bolsa amniótica das mães (humanas e não-humanas) do mundo.

Sem embargo, há inúmeras outras analogias e significações possíveis. Por exemplo, numa perspectiva analógica apreciativa, o que entendemos por uma refeição, que pode corresponder à infiltração da água da chuva na área de recarga de um aquífero; o que temos por interação entre vasos sanguíneos (veias, artérias e capilares), é o fluxo da malha hídrica de uma bacia hidrográfica (como o das águas que os afluentes depositam no leito do rio principal); o que temos por acasalamento pode ser uma pororoca (o paradoxal conflito de corpos, águas doces e salgadas, mas também ardoroso encontro das águas pluviais com as águas oceânicas); o que entendemos por descer as ladeiras de Olinda ao ritmo do frevo e do maracatu pode ser a profusão de águas saltitantes das corredeiras; o que temos por ventoinha, por ciranda, ou por

¹⁷³ “O perspectivismo não é um relativismo, mas um multinaturalismo. O relativismo cultural, um ‘multiculturalismo’, supõe uma diversidade de representações subjetivas e parciais, incidentes sobre uma natureza externa, una e total, indiferente à representação; os ameríndios propõem o oposto: uma unidade representativa ou fenomenológica puramente pronominal, aplicada indiferentemente sobre uma diversidade real. Uma só ‘cultura’, múltiplas ‘naturezas’; epistemologia constante, ontologia variável — o perspectivismo é um multinaturalismo, pois uma perspectiva não é uma representação” (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 239 e 240).

uma reflexiva roda de prosa, é o redemoinho das águas.

Contudo, numa outra perspectiva analógica, depreciativa e aviltante, o que chamamos de ‘cárcere’ pode ser o ‘barramento’ de um rio; o que chamamos de ‘envenenamento’ pode ser a ‘poluição’ de um manancial; o que temos por metástase, é a degradação cumulativa e avassaladora da sociobiodiversidade de uma bacia hidrográfica; o que temos por desidratação é a desertificação do vale de um grande rio; o que temos por baixa imunidade pode ser o assoreamento de um curso d’água etc.

São evidentemente antagônicas essas últimas analogias de caráter depreciativo (entrópico, degradante, patológico, distópico) com relação às perspectivas anteriores, providas de atributos apreciativos (edificantes, resilientes, vivificantes), o que reflete, de algum modo, por um lado, os antagonismos latentes entre a visão de mundo mono-naturalista e mono-cultural que subjaz ao pensamento ocidental hegemônico e, por outro lado, as cosmovisões e ontologias afro-ameríndias contra-hegemônicas, assim como as demais perspectivas de mundos múltiplos, complexos, *multinaturalista*, pluriversal, de subjetividades extra-humanas.

Como disse o Ailton Krenak (2019), “devíamos admitir a natureza como uma imensa multidão de formas, incluindo cada pedaço de nós, que somos parte de tudo: 70% de água e um monte de outros materiais que nos compõem. E nós criamos essa abstração de unidade, o homem como medida das coisas, e saímos por aí atropelando tudo” (KRENAK, 2019, p. 69). A essa “abstração de unidade” antropocêntrica, de um antropocentrismo sectário, vale dizer, se somam outras camadas (eurocêntrica, patriarcal etc.) que a tornam ainda mais cristalizada e excludente.

Em realidade, vivemos num mundo de cisões abissais impostas por uma visão supremacista ocidental que considera haver “apenas um cosmos, sempre unificado, uma natureza que serve de referência para todos os litígios” (LATOURE, 2018, p. 433). Vivemos verdadeiramente numa guerra¹⁷⁴ de mundos na qual “os ocidentais não se apercebem como estando em um campo de batalha contra um inimigo e à espera de uma vitória incerta, mas simplesmente contra pessoas irracionais que deveriam ser corrigidas” (idem). A despeito de que, conforme Santos (2002), “qualquer totalidade é feita de heterogeneidade e que as partes que a compõem têm uma vida própria fora dela” (SANTOS, 2002, p. 246), aquilo que o positivismo científico (que subjaz e nutre a modernidade ocidental) entende que não cabe na sua totalidade opaca, tem sido historicamente considerado como “inadequado, indesejável ou

¹⁷⁴ “Por guerra quero dizer um conflito em que não se pode ter uma arbitragem reconhecida, um conflito no qual o que está em jogo é precisamente constituído pelo comum de um mundo comum a ser construído”. (LATOURE, 2018, p. 432)

não-existente” (Ibdem). O que há de estorvo na nossa relação com a água, a natureza e o cosmos, deriva, evidentemente, em grande medida, do embotamento prepotente dessa monocultura do saber hegemônico. Nesse sentido, resgatar do cativo as cosmologias afro-ameríndias e outras perspectivas de mundo plurivérsicas e contra-hegemônicas de relação com a água, com o ambiente (de humanos e não-humanos) e com o cosmos, sequestrados pela modernidade/colonialidade e pela voracidade capitalista, emerge como uma grande e irrenunciável tarefa.

6 – BREVES APONTAMENTOS SOBRE A POLÍTICA DE ÁGUAS DO BRASIL

[...] ¿Dónde iremos a buscar modelos? La América Española es original. Original han de ser sus Instituciones y su Gobierno. Y originales los medios de fundar unas y otro. O inventamos o erramos.
Simón Rodríguez,
in: Sociedades Americanas (1842)

As reflexões aventadas nos capítulos anteriores tornaram-se indispensáveis para imergir criticamente em aspectos que remontam à concepção e implementação da política de águas do Brasil. Desta maneira, desde uma perspectiva crítica e autocrítica (decolonial e contra-hegemônica), este capítulo fornece breves apontamentos analíticos acerca desta política pública.

6.1. Fundamentos da modelagem institucional

O *status* de país abundante em águas no contexto global, associado aos contrastes regionais, às históricas e estruturais assimetrias econômicas e sociais, dentre outros fatores que influenciam não apenas as condições de acesso, mas a própria relação (que transcende à perspectiva da gestão) com esse elemento cósmico vital e multidimensional que é a água, são condições inerentes que se traduzem em grandes desafios para o Brasil e a sociedade brasileira.

Na afluência da redemocratização, que foi também um movimento de luta por liberdade, emancipação e afirmação da soberania, com forte participação popular, e que culminou na promulgação da Carta Magna de 1988¹⁷⁵, a sociedade brasileira conquistou a positivação de

¹⁷⁵ Também por essa razão, a Constituição Federal de 1988 foi popularmente batizada de “Constituição Cidadã”, assim como por ter acolhido e valorizado pautas sociais historicamente represadas.

algumas aspirações reivindicatórias vinculadas à água, tal como o seu reconhecimento constitucional de “bem público”¹⁷⁶ (suplantando a definição de águas particulares que figurava no Art. 8º do antigo Código de Águas de 1934¹⁷⁷), assim como o direito “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida”¹⁷⁸, entendendo a água como um bem [recurso] ambiental fundamental¹⁷⁹. Outro êxito estabelecido pela Carta de 1988 foi quanto às competências da União, cabendo à mesma a instituição de um “sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos” e a definição dos “critérios de outorga de direitos de seu uso” (Art. 21, Inciso XIX).

Quase uma década após, foi aprovada e promulgada a Lei Federal Nº 9.433/1997, apelidada “Lei de Águas”, que então institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), previsto na Constituição de 1988.

Além de reafirmar o preceito constitucional da água como “bem de domínio público”, a Lei Nº 9.433/97 também contempla outras inovações oriundas das fortes aspirações democráticas da sociedade brasileira naquele período, definindo, em seus fundamentos, que “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades” (Art. 1º, Inciso VI); assim como que os usos dos recursos hídricos para o consumo humano e a dessedentação de animais são prioritários (porém, em situação de escassez); que a gestão deve proporcionar o uso múltiplo das águas (e não mais privilegiar a agricultura irrigada e a produção de hidreletricidade em detrimento a outros usos, como era de costume até então) e que a unidade territorial para a implementação da Política e atuação do SINGREH passa a ser a bacia hidrográfica, o que pressupõe uma perspectiva

¹⁷⁶ Bem público pertencente à União, de acordo com o Artigo 20, Inciso III: “os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;”. Mas no caso dos rios (águas superficiais) que nascem e deságuam no território de um mesmo estado, assim como as águas subterrâneas, serão estas de domínio estadual, sendo que os rios que atravessam mais de um estado são rios de domínio da União. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>

¹⁷⁷ Decreto Nº 24.643, de 10 de julho de 1934, Decreta o Código de Águas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁷⁸ A Constituição Federal de 1988 assegurou um capítulo inteiro (Capítulo VI) e o Artigo 225 ao Meio Ambiente.

¹⁷⁹ As águas superficiais e subterrâneas são consideradas “recurso ambiental” pela Lei Nº 6.938/1981 (que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente), em seu Artigo 3º, Inciso V. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm

sistêmica¹⁸⁰, ecossistêmica¹⁸¹ e também de entrosamento federativo para a gestão de águas do país (pois, a partir deste marco, os Estados e o Distrito Federal, igualmente, instituíram ou readaptaram as suas leis e criaram os seus respectivos sistemas de gerenciamento de recursos hídricos em harmonia com a lei federal).

Outro fundamento, que compõe os cinco acima descritos, instaura a água como “recurso natural limitado, dotado de valor econômico”, enaltecendo, portanto, a perspectiva utilitarista e economicista (que a caracteriza, sobretudo, como “recurso hídrico”). O problema é que a mesma Lei não expressa o equivalente reconhecimento em relação aos demais valores atribuídos à água, a exemplo dos valores ecológico, social, cultural, espiritual etc., tendo em vista a sua multidimensionalidade.

Contudo, é preciso reconhecer que, ainda assim, há elementos da Lei Nº 9.433/97 que, evidentemente, refletem uma emblemática elevação de patamar e um amadurecimento político da sociedade brasileira, sobretudo, na perspectiva republicana, que define a água como um bem público, na perspectiva democrática, incorporando o legado da participação popular/cidadã (da constituinte) nos pressupostos da gestão descentralizada e participativa da água, e, ainda, na perspectiva da sustentabilidade, ao inserir nos seus objetivos o compromisso intergeracional com o “desenvolvimento sustentável” (“assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos”).

Nesta perspectiva, a autorização de uso da água [via outorga] mediada pelo poder público deveria ser encarada por todos os segmentos como um empréstimo concedido pela sociedade brasileira (e pelas gerações futuras) aos usuários (poder econômico). Isso deveria implicar em condições de devolução iguais ou até melhores da água que foi captada/utilizada. Entretanto, não é bem essa, na prática¹⁸².

Também em suas diretrizes gerais de ação, a Lei Nº 9.433/97 destaca as necessidades de “adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País”, de “integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental” e de articulação com a gestão do uso do solo, dos

¹⁸⁰ Importante considerar a dinâmica do ciclo hidrológico (águas atmosféricas, subterrâneas e superficiais) e, conforme Montenegro (2017, p. 2), “da malha hídrica, pois as intervenções, ainda que pontuais, podem produzir efeitos sinérgicos e cumulativos nas bacias”.

¹⁸¹ Que leve em conta e incorpore a dimensão das interações recíprocas entre ecossistemas aquáticos e terrestres, interligados pela movimentação contínua da água no planeta.

¹⁸² Os usuários movem-se, geralmente, pelos interesses corporativos inerentes e também pelo curtoprazismo. Outrossim, falta determinação do poder público, em especial dos órgãos outorgantes, na relação com os usuários e o poder econômico, para que se façam cumprir as condições correspondentes ao interesse público e aos direitos difusos da sociedade, pois caberia ao Estado a posição de árbitro, assegurando que outros campos de valor (que não apenas o da rentabilidade e do lucro) sejam também levados em conta (GUATTARI, 1990, p. 50).

sistemas estuarinos e zonas costeiras e diferentes níveis de planejamento. Neste sentido, é oportuno resgatar a intencionalidade expressa pelo constituinte na proteção dos mananciais, do ambiente, assim como na promoção do equilíbrio ecológico (compromisso com a perspectiva da sustentabilidade¹⁸³), que antecede à Lei Nº 9.433/97 (mas que constitui seu esteio) ao propor a instituição do SINGREH. Senão, vejamos a transcrição *Ipsis litteris* do Diário da Assembleia Nacional Constituinte:

O **SR. RELATOR (Virgílio Távora)**: - Sr. Presidente, os Srs. Constituintes aprovaram aqui o inciso XVIII do art. 20, que me permito ler: “Compete à União: XVIII – instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.” Nas outras Constituições não existia esse inciso. E mais, ainda: **qual é o objetivo? Evitar o avanço desordenado e danoso. Essa deliberação poderá ser tomada mediante ordenamento legal que respeite os mananciais d’água, o ambiente e o equilíbrio ecológico.** As Constituições referidas foram promulgadas em épocas em que **a defesa do meio ambiente, do equilíbrio ecológico**, praticamente inexistia¹⁸⁴. (grifos meus)

Todavia, a Política e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos foram concebidos com base não apenas no ideário que inspirou o seu anteparo constitucional, mas também em outras configurações – tais como a inspiração no modelo europeu de gerenciamento dos recursos hídricos, especialmente o modelo francês¹⁸⁵, nas definições da Declaração de Dublin (1992)¹⁸⁶, em especial do seu Princípio Nº 4 (“A água tem um valor econômico em todos os usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico”), assim como de outras conferências¹⁸⁷ (de Estocolmo/1972, de Mar del Plata/1977, etc.) –, de modo que a centralidade da dimensão ecológica/ambiental da água, expressa pelo constituinte¹⁸⁸, terminou sendo

¹⁸³ Interessante notar que é um texto que antecede à realização da Eco 92 (a Conferência Mundial do Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992) e, muito provavelmente, reflete as contribuições dos ecologistas ou do movimento ambientalista nos processos de participação popular na Assembleia Constituinte, que mobilizou todo o país.

¹⁸⁴ DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE - Suplemento "C", p. 158. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/sistema.pdf>

¹⁸⁵ Conforme Lanna, Pereira e Hubert (2002, p. 115), “O modelo francês, implantado a partir de 1964, serviu de inspiração para todo o arcabouço legal e institucional do sistema brasileiro de gestão de águas”.

¹⁸⁶ A justificativa para a valoração econômica presente na Declaração de Dublin se justifica pelo “erro” de no passado “não reconhecer o valor econômico da água”, o que “tem levado ao desperdício e usos nocivos deste recurso para o meio ambiente”, defendendo que “a gestão da água como bem econômico é uma forma importante para chegar a um uso eficaz e equitativo, e para incentivar a conservação e proteção dos recursos hídricos”. Disponível em:

http://www.abcmac.org.br/files/downloads/declaracao_de_dublin_sobre_agua_e_desenvolvimento_sustentavel.pdf

¹⁸⁷ Como as rememora René Capriles em “Meio século de lutas: uma visão histórica da água”, na revista Eco-21, edição 76 de março de 2003. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=457> Acesso 13 set. 2020

¹⁸⁸ O parlamentar Virgílio Távora, relator do então inciso XVIII do art. 20, que se transformou em inciso XIX do art. 21 do texto definitivo da CF-88. A dimensão ecológica-ambiental da água, no entanto, ficou em segundo plano na sua regulamentação pela Lei 9.433/97.

suplantada pela dimensão econômica da água. Dessa maneira, o modelo de gestão de águas do Brasil encontra-se alicerçado, essencialmente, num paradigma utilitário ocidental e eurocêntrico, susceptível, portanto, de reproduzir na sua estruturação e na sua dinâmica interna as vicissitudes coloniais da modernidade.

A partir de uma perspectiva sociológica crítica, Norma Felicidade Valencio (2009) identifica a existência de tensões significativas entre a racionalidade econômica e os direitos sociais, assim como limitações severas à cidadania, no que concerne à implementação da Lei Nº 9.433/97. Especificamente, a respeito da assimilação do modelo europeu para uma realidade diversa como a brasileira, ela observa que

A transplantação do desenho institucional francês para uma realidade sociopolítica diversa denota a preocupação supra. Donde deriva que o avanço institucional observado não possa ser tomado senão como **persistência da mentalidade colonial que se funda na lógica assimilacionista, ansiosa por conciliar o antagônico** e, tal como nos termos de Martins (2000), **torna-nos estrangeiros em face do que realmente somos e vivemos** (VALENCIO, 2009, p. 58). (grifos meus).

A priorização da água para o consumo humano e a dessedentação de animais (como definido pelo inciso III, Art. 1º, da Lei Nº 9.433), apresenta-se como uma inovação. Tal priorização, no entanto, encontra-se atrelada à situação de escassez e é sabido que tanto o discurso como as situações fáticas de escassez nutrem a ofensiva de mercadorização e financeirização da água e dos bens ambientais (quanto mais escasso o bem, maior será sua cotação mercadológica e financeira).

Ademais, é também notório que as situações de escassez são geralmente provocadas pelo impacto dos usos intensivos e de maior magnitude (a exemplo da indústria, da mineração ou, ainda mais, da agropecuária extensiva, que consome cerca de 70% do total de água, além de geralmente resultar em severos danos socioambientais). Até mesmo o uso da água para matar a sede, quando submetido à lógica mercantil, ou seja, quando a água é gerida por companhias privadas (ou públicas, mas de capital aberto) de abastecimento, a prioridade máxima é outra, ou seja, a lucratividade¹⁸⁹, assim como a distribuição de dividendos para os acionistas em detrimento ao abastecimento público e universalizante, condizente com o direito humano de acesso à água e ao saneamento.

Immanuel Wallerstein (2010) também alertou para a crescente mercantilização da água “à medida que a escassez de água se tornou mais evidente” (WALLERSTEIN, 2010, p. 6),

¹⁸⁹ Reportagem do G1, de 26/03/2016, mostra que “Sabesp tem lucro 40,6% menor em 2015 e corta investimento pela metade”. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/sabesp-tem-lucro-406-menor-em-2015-e-corta-investimento-pela-metade.html> Acesso 05 out. 2020

resultando em crescente desigualdade na distribuição, de tal maneira que **“os conflitos pela água tornaram-se assim o cerne da luta de classes a nível mundial”** (Ibdem) (grifo meu). O alto padrão de consumo de água das classes dominantes e dos países do centro do sistema-mundo [gerador de uma escassez que interessa à perspectiva mercadológica da água], é muito mais impactante do que o crescimento populacional em si, como ilustra o exemplo do Canadá, trazido à tona por Carlos Walter Porto-Gonçalves (2011), no qual, “entre 1972 e 1991, enquanto a população cresceu 3%, o consumo de água cresceu 80%, segundo a ONU (GEO 3, 2002: 153)” (PORTO-GONÇALVES, 2011, p.153). Vizinho ao Canadá, os Estados Unidos são o ícone global desse padrão de hiperconsumo. Como explicam Deborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2014),

se todos os sete bilhões de pessoas do mundo adotassem o *‘American way of life’* – a bizarra versão americana do *‘vivir bien’* – seriam necessárias cinco Terras. Isto significa que o país ao norte do México está devendo no mínimo quatro mundos ao resto do Mundo, [...] há, sobretudo, gente de menos com mundo demais e gente demais com mundos de menos – e é aqui que a coisa pega (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 129).

As perversidades (antes camufladas) de políticas públicas essenciais atreladas à lógica de mercado ficaram muito explícitas, por exemplo, durante a crise de abastecimento de água que eclodiu na região metropolitana de São Paulo, nos anos de 2014 e 2015. Reportagens revelaram que “a principal causa do racionamento é a falta de investimentos em novos mananciais porque o dinheiro foi repartido entre acionistas da empresa”¹⁹⁰, e que, segundo o especialista Júlio Cerqueira Cesar¹⁹¹, o governo estadual “não investiu na ampliação dos mananciais, são os mesmos de 30 anos atrás” (Idem) para uma população que dobrou de tamanho. Outro especialista, Ivanildo Hespanhol¹⁹² (2008, p. 133), também critica o modelo vigente e as propostas de reversão de bacias (importação de água, por meio de canais, de transposição, “de bacias cada vez mais distantes para satisfazer o crescimento da demanda”) como solução, alertando para a necessidade de se adotar um outro paradigma, pois a “transferência sistemática de grandes volumes de água de fontes distantes, gerando volumes adicionais de esgoto, não pode mais ser aceita, tanto do ponto de vista econômico como do ambiental” (Ibdem, p. 136). Esse novo paradigma, conforme elucida o professor Hespanhol

¹⁹⁰ No caso, a Sabesp, conforme reportagem do Viomundo, disponível neste link: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/as-aguas-e-os-tucanos-sabesp-segue-sanepar-e-privilegia-acionistas-em-detrimento-dos-consumidores.html> Acesso 05 out. 2020

¹⁹¹ Professor aposentado da Escola Politécnica da USP e engenheiro de hidráulica e saneamento.

¹⁹² Professor titular da Escola Politécnica da USP e diretor do Centro Internacional de Referência em Reúso da Água.

(Ibdem, p. 137), consiste na conservação e no reuso da água

A conservação deve ser promovida por meio de programas de gestão adequada da demanda e de educação ambiental, e o reuso direcionado à gestão da oferta, buscando fontes alternativas de suprimento, incluindo água recuperada, águas pluviais e água subterrânea, complementada mediante a recarga artificial de aquíferos.

Além de São Paulo, outras regiões metropolitanas também sofreram com a severidade da crise hídrica naquele período, especialmente na Região Sudeste (Rio de Janeiro e Belo Horizonte), assim como Brasília e a RIDE¹⁹³, no Centro-Oeste, por exemplo. Neste último caso, por referir-se também à região do Cerrado, considerado o berçário de águas¹⁹⁴ do Brasil, fica ainda mais patente a necessidade de um novo paradigma que valorize de maneira muito especial a recuperação e a proteção de mananciais, o que pressupõe o estabelecimento de zonas prioritárias de proteção (tais como as unidades de conservação), a salvaguarda e o fortalecimento dos territórios de povos e comunidades tradicionais (devido à reconhecida função protetiva que representam seus modos de vida originários na relação com o ambiente e as águas) e o estímulo à diversificação econômico-produtiva, democratização do uso da terra etc. Projetos participativos e comunitários que valorizam a permacultura¹⁹⁵, a captação e o armazenamento de água de chuva, e o emprego de tecnologias sociais, mostram-se também potentes como soluções alternativas para o problema do acesso à água. A crise hídrica ainda desvelou o fenômeno da “hidropocrisia”, ou seja, quando o poder público joga o peso do racionamento sobre a população, sobretudo a população periférica, com campanhas de incentivo à redução severa e uso restritivo individual de água (campanhas essas, geralmente, reforçadas pela mídia comercial), ao mesmo tempo em que pega leve (ou isenta de responsabilidade) com o uso perdulário dos grandes usuários de água¹⁹⁶. A respeito desse expediente capcioso, o líder Krenak relata que

Quando eu descobri que **isso era uma tremenda duma sacanagem, que uma entidade pública assediava pessoas comuns pra que elas não usem água, para que as empresas possam usar bilhões de litros d'água nos seus processos de apropriação dos recursos naturais**, eu fiquei com nojo dessas empresas [...] essa

¹⁹³ Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

¹⁹⁴ O bioma exerce um papel crucial, dentre outros fatores, devido ao sistema radicular de suas árvores, em geral, bem mais expressivo em tamanho do que as copas das mesmas, cuja profundidade de suas raízes contribui para a função de recomposição/recarga natural dos aquíferos que sustentam o volume de grandes rios brasileiros.

¹⁹⁵ O Programa “Águas do Cerrado”, do Instituto Ipoema, de Brasília, é um desses exemplos. Disponível em: <https://ipoema.org.br/#titprojetos>. Acesso 05 out. 2020

¹⁹⁶ Também na crise hídrica da região metropolitana de São Paulo, os grandes consumidores eram poupados com tarifas privilegiadas. Segundo reportagem do jornal El País, “Sabesp ainda esconde a identidade dos maiores consumidores de água”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/02/politica/1425335267_024664.html. Acesso 05 out. 2020

ideia conservacionista da água, que é uma sacanagem, porque os ricos eles podem jogar bilhões de água fora, inclusive, a melhor água do planeta eles podem transformar ela em descarga dos esgotos deles, em resfriamento das caldeiras das usinas, ou até para lavar as calçadas das grandes cidades deles, mas os pobres, esses precisam economizar água, aliás, os pobres não deveriam nem estar vivos por que assim eles iriam economizar também ar. Então, **é uma guerra entre os que têm tudo e os que não precisam ter nada** e a gente vai aprendendo isso na medida em que a gente vive a situação de flagelado ambiental. (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020) (grifos meus).

Referindo-se ao documentário “*Os Senhores da Água*”, Ladislau Dowbor (2020), enfatiza que

A escassez, em termos de mercado capitalista, é um achado: quanto mais escasso o bem, mais valor adquire. Isso levou a uma onda de privatizações e aos processos especulativos correspondentes... [...] **esperto o banco ou fundo financeiro que previu uma seca e comprou opções sobre um monte de megalitros, prevendo que a água se tornará mais cara.** [...] **para gigantes mundiais como Veolia ou Lyonnaise des Eaux a água se torna um produto de valor crescente. O objetivo não é necessariamente a facilidade de acesso dos usuários, e sim a maximização dos dividendos, e, portanto, da renda dos donos de ações**¹⁹⁷. (grifos meus).

A redução da água a apenas uma de suas múltiplas dimensões, a dimensão econômica/utilitária (de insumo ou matéria-prima), não a transforma, automática e diretamente, em mercadoria, de forma que a valoração econômica não implica, necessariamente, em valoração mercadológica. O perigo maior reside na eventual transformação do valor de uso em valor de troca, ou do direito de uso da água em direito de comercialização, como querem as corporações do hidronegócio no Brasil, por meio do já mencionado PL Nº 495/2017, ao permitir transações de compra e venda de outorga (que, hoje, pela lei vigente, é um instrumento autorizativo inalienável). Isso transformaria a água, direta e formalmente, em mercadoria. Mas a valoração econômica, propriamente, de acordo com a Nº Lei 9.433/97, objetiva realçar a responsabilidade dos usuários (quando devidamente autorizados pelos órgãos outorgantes¹⁹⁸ do poder público) com a garantia de água para as gerações atuais e futuras, por meio da internalização dos custos de preservação, recuperação e manutenção de mananciais, dentre outras possíveis medidas corretivas (de revitalização) e preventivas, ou, ainda, por meio da implementação da cobrança pelo uso da água.

Acontece que a cobrança, na prática, não é generalizável para toda a realidade do país¹⁹⁹,

¹⁹⁷ DOWBOR, 2020. Disponível em: <https://dowbor.org/2020/08/1-dowbor-financeirizacao-nova-ordem-economica-e-social-mostra-ecofalante-2020-5p.html/> Acesso 13 set. 2020

¹⁹⁸ A Agência Nacional de Águas (ANA) para os rios de domínio da União, a ADASA para os rios de domínio do Distrito Federal e autarquias ou mesmo a administração direta dos demais Estados para os respectivos rios de domínio estadual.

¹⁹⁹ No site da Agência Nacional de Águas, pode-se consultar o histórico e estado da arte da implementação da Cobrança pelo uso da água no país. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/gestao-da-agua/cobranca/historico-da-cobranca>

viabilizando-se, principalmente, em territorialidades hídras que contenham nichos de maior atividade econômica ou industrial. Um dos aspectos problemáticos da cobrança pelo uso da água, é o baixo preço público incidente, estipulado no âmbito dos comitês de bacias hidrográficas, o que reflete uma outra fragilidade do sistema, oriunda da correlação de forças quase sempre favorável aos grandes usuários, decorrente da própria composição estruturalmente assimétrica dos colegiados. Como disse Ocaia da Tabatinga (representante quilombola no Comitê da Bacia do rio São Francisco): “a política hídrica, ela beneficia mais os grandes do que os pequenos”²⁰⁰. Outra distorção, apontada por Valencio (2009), refere-se ao repasse dos custos da cobrança para o consumidor final:

Ao recorrer-se ao argumento da cobrança da água como instrumento eficaz para sanar problemas de desperdício, poluição e afins, deixa-se em segundo plano o fato de que, no processo histórico de formação de preços de bens e serviços, no Brasil, o empresário trata suas obrigações fiscais e afins como elemento de custo a ser repassado na expressão monetária final da mercadoria. O consumidor final arca com esse custo de forma que não incida sobre a acumulação tal ônus. (VALENCIO, 2009, p. 64).

Atuante no Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Doce (CBH-Doce) como representante da sociedade civil, e também em alguns dos comitês de afluentes estaduais mineiros, Rachid vê o dinheiro arrecadado pela cobrança como “extremamente necessário pra gente manter a quantidade e a qualidade da água”²⁰¹, mas vê dificuldades no repasse do Estado de Minas Gerais dos recursos arrecadados na sub-bacia do rio Piracicaba para o próprio comitê e também critica a retenção de recursos não repassados pelo Fhidro: “nós chegamos a ter 54 projetos aprovados no Fhidro e o dinheiro não veio, é desgastante”²⁰². Rachid diz que os recursos da cobrança do CBH-Doce foram importantes, por exemplo, para financiar a elaboração dos planos municipais de saneamento, requisito importante para alavancar outros investimentos. Ele entende ser de suma importância o pagamento em dia pelos usuários, principalmente as grandes mineradoras, a fim de investir na recuperação ambiental da bacia.

Eu falo para as empresas que elas têm um déficit ambiental impagável [...] eles adoram falar que têm minério para dois mil anos e eu falo com eles: vocês não têm água para dez anos, então, meu amigo, nós temos que investir no resgate das nascentes, dos nossos mananciais. (Entrevista narrativa com o ambientalista Rachid, 2020).

A ativista Altiva, que participou das atividades do CBH-Doce desde os seus primórdios

²⁰⁰ Entrevista narrativa com a quilombola Ocaia da Tabatinga, 2019.

²⁰¹ Entrevista narrativa com o ambientalista Rachid, 2019.

²⁰² Idem.

e, inclusive, integrou a direção do comitê (também representando a sociedade civil), reconhece que a cobrança disciplinou o uso (que era, antes, generalizadamente perdulário), recordando que no início “os usuários estavam tão interessados em participar naquela discussão porque eles começaram a não querer pagar, claro, queriam continuar usando como sempre usaram”²⁰³, e afirma que “o modelo vigente não diminuiu o poderio das empresas” e, ainda, que elas “não perderam em nada pagando, mas o pouquinho que pagaram não deu pra reverter nada” (Idem).

Possivelmente por enxergar uma baixa efetividade, que decorre do assimétrico jogo de forças presente nos comitês de bacias, também o Krenak encara com descrença o potencial transformador desses organismos colegiados: “outro dia eu encontrei uma pessoa que estava indo pra esses encontros de comitês de bacias e ele falou comigo, ‘ah, Krenak, você podia ir lá’, eu falei, ‘ah, eu não vou não, só se for pra me aborrecer”.

Altiva ainda entende que os efeitos da degradação são muito mais acelerados e de maior escala do que os efeitos das ações pontuais de recuperação da bacia.

O que se dizia é que com os instrumentos de gestão o rio seria revitalizado [...] depois de uma década o que se viu é que, mesmo com o comitê e os instrumentos de gestão implementados, isso não impactou positivamente as condições quantitativas e qualitativas da água, “o rio foi diminuindo de tamanho, a quantidade e a qualidade foi só piorando [...] eu já estava desiludida com a eficiência daqueles instrumentos, e já vi que o comitê tinha perdido o fogo, a garra, assim, a eficiência que tinha [...] os comitês se ajeitaram numa acomodação de que as coisas por si só aconteceriam. (Entrevista narrativa com a ambientalista Altiva, 2020).

Pré-requisito para a aplicação da cobrança, a outorga, propriamente, é um instrumento que também apresenta problemas quando confinada a critérios estritamente burocráticos, atrelada a lógicas personalistas e cartoriais²⁰⁴ e desvinculada, em certas situações, tanto de padrões tecnicamente mais criteriosos²⁰⁵, como de valores éticos²⁰⁶, assim como de análises ecossistêmicas da água e das territorialidades hídricas (bacias e sub-bacias), - que leve em conta a vazão ecológica/ambiental²⁰⁷, a dinâmica do ciclo hidrológico, os efeitos sinérgicos e

²⁰³ Entrevista narrativa com a ambientalista Altiva, 2019.

²⁰⁴ Em que é beneficiado quem chega primeiro, que é, no geral, quem dispõe de condições econômicas privilegiadas.

²⁰⁵ Tais como informações críveis sobre as variabilidades sazonais e os estoques de água, que deveriam ser subsidiadas não apenas pelos sistemas de informação e cálculos matemáticos, mas também pela percepção das comunidades que habitam os respectivos territórios hídricos.

²⁰⁶ Como os princípios de incerteza e de precaução, assim como análise da natureza e de potenciais impactos socioambientais dos respectivos projetos aos quais a outorga se vincula.

²⁰⁷ De acordo com Longhi e Formiga (2011, p. 33), “As vazões ecológicas têm o objetivo de garantir as condições mínimas de manutenção de ecossistemas aquáticos. Estas vazões têm sido chamadas de residuais, remanescentes, ecológicas e ambientais e estão sendo cada vez mais necessárias na gestão sustentável dos recursos hídricos.”

cumulativos do tipo de uso e do volume outorgável²⁰⁸ -, e, ainda, a integração com instrumentos e estratégias da gestão ambiental²⁰⁹.

Ao analisar processos de outorga envolvendo grandes empreendimentos hidrelétricos na região Amazônica, por exemplo, Luiz Fernando Novoa Garzon (2019) aponta que, da forma como são feitos, eles ameaçam a retroalimentação biótica e as dinâmicas ecossistêmicas das bacias. As análises e autorizações de instalação e funcionamento desses megaempreendimentos (geralmente atrelados a outras grandes plataformas corporativas de intervenção econômica) também costumam não levar devidamente em conta as mudanças climáticas²¹⁰ e os cenários de intensificação de eventos críticos e de redução de vazão de rios naquela região. Acerca das outorgas autorizadas para concessionárias privadas, Novoa Garzon adverte que tais outorgas

que operam hidrelétricas a fio d'água, por definição, não admite uso de regularização do rio através do reservatório. A alegação apriorística, sem estudos adicionais e específicos de cada caso, de que o dispositivo não altera a vazão dos rios (na fórmula pronta: “vazão afluente = vazão defluente”) se torna uma conveniente **escusa para não haver responsabilidade determinável por sobre-alagamentos** a montante e desbarrancamentos a jusante. **Abstração que se torna uma subtração de direitos e de reconhecimento de quem vive ao lado de um rio com variações de cota e de vazão condicionadas por dois reservatórios geridos como caixas-pretas programadas para maximizarem a geração de energia.** [...] por conta da retenção intensificada de sedimentos a montante e do efeito-remanso, **os reservatórios não cessam de se expandir lateralmente, engolfando tributários, igarapés, lagos e baixadas. Não é apenas a lâmina da água dos lagos que se eleva. Eleva-se também o lençol freático nos seus entornos, o que encharca e umidifica de tal modo o solo, que ele se torna inaproveitável para uso agrícola, urbano e de moradia.** [...] As “novas tecnologias” anunciadas para a exploração do potencial hidrelétrico residual da Amazônia são antes novas tecnologias de poder do capital e de silenciamento da crítica, que dependeram de uma aplicada engenharia reversa do processo de licenciamento ambiental e da sistemática de concessões e outorgas. [...] os porta-vozes dos investidores do setor elétrico **assumem que todos os danos valem a pena quando a rentabilidade não é pequena.** Trata-se de uma disputa intestina entre grandes grupos econômicos acerca do melhor formato para espoliações em larga escala na Amazônia (NOVOA GARZON, 2019). (grifos meus).

Também representa uma fragilidade para o funcionamento do Sistema nas bacias hidrográficas a ausência de regulamentação da personalidade jurídica do que a N° Lei 9.433/97 (Art. 41) define como Agência de Água (também chamada de agência de bacia), que

²⁰⁸ Corresponde, segundo o “Glossário de Termos: gestão de recursos hídricos e meio ambiente” (IGAM, 2008), ao “Máximo volume que pode ser outorgado em um corpo hídrico e cujo total é composto pela soma do volume já outorgado com o volume ainda disponível para outorga”.

²⁰⁹ A exemplo do licenciamento, avaliação ambiental integrada, zoneamento ecológico econômico etc.

²¹⁰ O pesquisador e professor do INPE, José Antônio Marengo (2008, p. 93), adverte que “As evidências científicas apontam para o fato de que as mudanças climáticas representam um sério risco para os recursos de água no Brasil. Não só as mudanças do clima futuras representam risco, mas a variabilidade climática também; é só lembrar as secas da Amazônia, do Nordeste, do Sul e do Sudeste do Brasil nos últimos dez anos, que têm afetado a economia regional e nacional. O impacto das variações e mudanças do clima pode ser acrescentado por outros fatores não-ambientais, como os aspectos políticos e sociais, e todos juntos podem gerar um custo elevado para a sociedade”.

desempenharia a função de secretaria executiva dos respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH). Esta indefinição normativa representa uma lacuna importante para a efetiva implementação da Política e estruturação do Sistema nas territorialidades hídricas. Para suplementá-la, de maneira provisória, permitiu-se que entidades delegatárias (de natureza privada, ainda que, em tese, voltadas pra fins públicos, como as organizações sociais) pudessem assumir, temporariamente, por meio de editais públicos e contratos de gestão²¹¹ estabelecidos com a administração pública, as funções de Agências de Água (a fim de municiar os colegiados, os comitês de bacias, com o devido suporte técnico, financeiro e administrativo na operacionalização e implementação de suas respectivas deliberações). Ocorre que algumas dessas entidades delegatárias são organizações controversamente vinculadas a setores usuários e, portanto, mais facilmente suscetíveis a influências difusas, indevidas.

Além disso, como aponta Altiva, “com o advento da cobrança, a agência [entidade delegatária] ficou maior do que o comitê, ela começou a pautar reuniões”, também fazendo atendimentos personalizados e de caráter fisiológico junto aos comitês de rios estaduais, de maneira que “a ideia de bacia, o conceito de bacia, a concepção de bacia como uma unidade de planejamento”, que extrapola mas integra as fronteiras de municípios e até de estados...

essa ideia se perdeu quando se fragmentou na questão de comitês estaduais e quando a gente começou a fazer visitas aos comitês, então, cada um começou a puxar só para o seu pedaço [...] tinha que pensar uma outra engenharia pra se resguardar a concepção de bacia, comunidade e planejamento, se tem um rio Estadual, ele pode ser uma unidade de planejamento para aquele Estado onde ele está inserido, com os recursos dali daonde ele está inserido, né, mas deixar, por exemplo, os recursos de uma bacia ampla, complexa, igual à do Doce, pra ações complexas também de âmbito da complexidade do Doce, né, grande, que teriam repercussão em toda a bacia. (Entrevista narrativa com a ambientalista Altiva, 2020).

Ainda sobre os instrumentos, além da outorga e da cobrança, também os planos de recursos hídricos (por bacia hidrográfica, por Estado e nacional), o enquadramento dos corpos de água em classes segundo os usos preponderantes (instrumento este que interdepende de outro da legislação ambiental, que corresponde ao estabelecimento das classes de corpos de água), e o sistema de informações sobre recursos hídricos, são instrumentos da PNRH.

Aliás, assim como o enquadramento interdepende da classificação dos corpos d'água, também a outorga e o licenciamento ambiental são instrumentos complementares das respectivas políticas de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente. Esta é, inclusive, uma das evidências adicionais, além da principal (de que a água é um bem ambiental), todas

²¹¹ Regidos pela Lei Nº 10.88/2004, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.881.htm

importantíssimas, que fizeram com que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), após a promulgação da Lei Nº 9.433/97, fosse definido como o *locus* ou a pasta responsável pela coordenação e implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) bem como pela estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

O mesmo ocorreu nos Estados e no Distrito Federal, em que as políticas estaduais e distrital de recursos hídricos foram incorporadas às respectivas secretarias (estaduais e distrital) de meio ambiente, não apenas por serem políticas complementares e interdependentes, mas também pela evidente missão precípua da pasta, guardiã, por excelência, dos bens ambientais (como a água) que caracteriza a pasta ambiental nas diferentes esferas, assim como por reunirem as melhores condições de isenção, requeridas na mediação e gestão dos conflitos de interesses entre os múltiplos usos²¹² da água.

Ademais, ainda que com as fragilidades que geralmente acometem as instituições do Estado brasileiro²¹³, o Ministério do Meio Ambiente e as respectivas secretarias estaduais e distritais de meio ambiente, reúnem prerrogativas que as qualificam na imprescindível abordagem ecossistêmica da água e das territorialidades hídricas, condição fundamental, até mesmo, de contrapeso, para compensar a tônica economicista que foi impressa na PNRH, contrabalaneando-a e qualificando-a, então, com a perspectiva da multidimensionalidade, em especial da dimensão ecológica-ambiental, que é condição fulcral para também assegurar as demais valorações atribuídas à água.

²¹² De acordo com José Antônio Marengo (2008, p. 83), “Existem múltiplos usos para a água, como para beber; abastecimento doméstico; abastecimento industrial; agricultura; recreação e lazer; geração de energia; navegação; diluição de despejos; harmonia paisagística; preservação da fauna; preservação da flora; irrigação, entre outros”.

²¹³ O Brasil é um dos países em desenvolvimento com a mais baixa presença o Estado na vida social, com uma média de apenas 1,6% de funcionários públicos em relação à população [ver em: <http://www.asfoc.fiocruz.br/portal/content/basta-contr-a-os-retrocessos-e-desmontes-em-defesa-dos-direitos-dos-trabalhadores-e-dos>], além de se configurar em paraíso tributário para os super-ricos (0,05% da população brasileira adulta), situando-se entre os únicos 4 países do mundo que não taxam lucros e dividendos (os outros 3 são a Estônia, a Eslováquia e o México) [saiba mais em: <https://nacoesunidas.org/brasil-e-paraiso-tributario-para-super-ricos-diz-estudo-de-centro-da-onu/>], sendo que apenas essa taxaço, de lucros e dividendos, poderia gerar quase R\$ 40 bilhões de arrecadação anual e contribuir efetivamente com a reduço da desigualdade social, uma chaga histórica do país [conferir em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/09/tributacao-lucros-dividendos-arrecadacao-estudo-ipea.htm>]. Ademais, a carga tributária do país encontra-se abaixo da média dos países da OCDE [ver em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/551026/RAF23_DEZ2018_TopicosEspecial_CargaTributaria_a.pdf]; ela é alta apenas em relação à tributação de Bens e Serviços [ver gráfico 07 no link adiante mencionado], é mediana na incidência sobre Folha de Salários [ver gráfico 05, idem] e é escandalosamente pífia na incidência sobre a Renda, Lucro e Ganho de Capital [ver gráfico 04, idem] e sobre a Propriedade [gráfico 06], conforme dados da OCDE compilados e sistematizados pela Receita Federal, de 2016 [acessar em: <http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-2016.pdf>]. Informações essas que desvelam o raquitismo estatal frente à realidade de um país rico, porém, violentamente desigual como o Brasil, também evidenciando o potencial transformador dessa dura realidade caso sejam efetivamente implementadas as reformas de base ou estruturais (tributária, fiscal, agrária etc.) voltadas para o combate às injustiças históricas, a superação das desigualdades e a promoção do bem estar social, da sustentabilidade, da soberania e da democracia.

6.2. O desmantelamento das políticas socioambientais e o despojo da agenda de águas (da institucionalidade da PNRH)

*"Se tempo é de descer,
reter o dom da força
sem deixar de seguir.
E até mesmo sumir
para, subterrâneo,
aprender a voltar
e cumprir, no seu curso,
o ofício de amar.*

(Thiago de Mello, in: Como um rio)

Não obstante, a onda regressiva impulsionada pelo golpe de 2016 (e os abalos que o antecederam) tem desenhado um cenário geral de desmonte do Estado brasileiro²¹⁴ (tornando-o, simultaneamente, um estado máximo para interesses privados, corporocráticos e antinacionais escusos, ao passo que mínimo para os mais nobres interesses públicos, sobretudo os interesses sociais e ambientais). É sob o signo do assédio generalizado ao princípio do não-retrocesso que se opera um desmantelamento profundo das políticas socioambientais nacionais²¹⁵, atingindo frontalmente o Ministério do Meio Ambiente e, por conseguinte, a agenda de águas (a institucionalidade correspondente à Política Nacional de Recursos Hídricos), que foi despojada deste ministério, juntamente com outras estruturas fundamentais que foram reduzidas, esvaziadas ou mesmo extintas. Tudo isso se soma a uma incitação²¹⁶ explícita à desregulação (e degradação ambiental), exatamente no país que é “o país da megabiodiversidade”²¹⁷ (SATO et al, 2018), com consequências já nitidamente percebidas como de dimensões catastróficas e ecocidas (queimadas generalizadas de proporções inéditas,

²¹⁴ Cenário acelerado a partir do golpe de 2016 e que ocorre, em especial, conforme detalha Olinto Silveira Alves Filho (2020), por meio de Propostas de Emendas Constitucionais e também “de decretos regulamentares, portarias, instruções normativas, dentre outras”. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/1972/reforma-administrativa-contribui-para-consolidacao-do-desmonte-do-estado-brasileiro> Acesso 14 out. 2020.

²¹⁵ O Instituto Socioambiental dissecou as principais medidas do desmonte das políticas socioambientais que subordinou direitos fundamentais a interesses econômicos, financeiros e corporativos. Disponível aqui: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/a-anatomia-do-desmonte-das-politicas-socioambientais> e aqui: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-muda-ou-resta-no-meio-ambiente-com-a-reforma-de-bolsonaro> Acesso 21 set. 2020

²¹⁶ Vídeo divulgado de reunião ministerial (22/04) flagra o ministro do Meio Ambiente usando o termo “passar a boiada”, ao vislumbrar o período de quarentena (em que as atenções da sociedade se concentram na questão da pandemia de coronavírus), como oportunidade ímpar para promover a desregulamentação das leis ambientais e promover reformas infralegais (em benefício de corporações e atividades que degradam o meio ambiente). Para saber mais, conferir matéria do Brasil de Fato (disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/o-que-passou-na-boiada-de-ricardo-salles-durante-a-pandemia>) e reportagem do jornal El País (disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html>). Acessos 14 out. 2020

²¹⁷ De acordo com Michèle Sato et al (2018, p. 68), “As áreas de maior biodiversidade estão nos trópicos. Em 1km de floresta tropical são encontradas até 415 espécies diferentes, enquanto que uma floresta temperada, como as da Europa, existem apenas 30 espécies diferentes. O Brasil é o país da megabiodiversidade”.

principalmente, nos biomas amazônico, cerrado e pantanal, mineração predatória, grilagem de terra, invasão de terras indígenas e territórios de comunidades tradicionais, expansão da fronteira do agronegócio, coquetel de agrotóxicos despejados nos corpos d'água, contaminando lençóis freáticos e mananciais de abastecimento, etc.), como denuncia o vídeo-documentário “Um país em agonia”²¹⁸.

O infortúnio formalizou-se em ato do poder executivo, por meio da edição da Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019²¹⁹, que reconfigurou a estrutura organizacional da Presidência da República e dos ministérios, com impactos traumáticos sobre a então estrutura do Ministério do Meio Ambiente, deliberadamente esvaziada. Na mesma tacada em que foram erodidas algumas das funções precípuas históricas do Ministério e deslocaram-se órgãos essenciais, também foi arbitrariamente extraída do MMA a estrutura completa da agenda hídrica, correspondente à coordenação, formulação e implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e à estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, incluindo o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), órgão máximo do Sistema, sua Secretaria-Executiva e, ainda, a Agência Nacional de Águas (ANA).

Toda a estrutura usurpada (com o quadro de servidores, dotação orçamentária, Plano Nacional de Recursos Hídricos, programas, projetos e ações) foi inteiramente transferida para um novo ministério, o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), resultado da fusão dos antigos ministérios da Integração Nacional e das Cidades, que passou a coordenar onze políticas nacionais distintas (desenvolvimento regional, desenvolvimento urbano, proteção e defesa civil, recursos hídricos, segurança hídrica, irrigação, habitação, saneamento, mobilidade urbana, habitação popular e ordenamento territorial).

Dessa penca de políticas sob a competência do MDR duas delas representam interesses setoriais (irrigação e saneamento) que são usuários de recursos hídricos e, portanto, competem, não apenas entre si pelo uso da água, como com os demais setores usuários. A este respeito, Daniela Maimoni de Figueiredo (2019, n.p.) adverte que “são dois setores usuários de água que precisam de outorga” e “no caso dos rios federais, essa outorga é expedida pela ANA, **ou seja, o setor controlador, fiscalizador e responsável técnico pela concessão da outorga de água para captação, diluição de esgoto ou irrigação fará parte do mesmo Ministério de dois**

²¹⁸ Produzido em 2019, parceria entre o PAD (Processo de Articulação Internacional) e a APDH (Articulação para o Monitoramento de Direitos Humanos no Brasil), o vídeo-documentário “*Um país em agonia*” [disponível em: <https://youtu.be/NjmKGH2wdr4>] retrata a fragilidade democrática e institucional em que se encontra o país e denuncia o desmonte, a violação de direitos e a degradação ambiental. Mais informações em: <https://medium.com/@padbrazil/um-pa%C3%ADs-em-agonia-d43e8dcca57>. Acesso 21 set. 2020

²¹⁹ Medida Provisória Nº 870/2019 (posteriormente transformada em Lei Ordinária Nº 13.844/2019), disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830 Acesso 21 set. 2020

importantes setores solicitantes de outorgas” (grifo meu), o que caracteriza flagrante conflito de interesses.

Além de o MDR não dispor da expertise acumulada ao longo de décadas²²⁰ e da condição inerente de guardião dos bens ambientais desfrutada pelo MMA, a requerida isenção na condução dos conflitos de interesses fica ainda mais comprometida, pois, além da irrigação e do saneamento (que estão sob a guarida privilegiada do MDR), ainda existem outros usos competitivos, tais como energia (hidreletricidade), navegação, turismo, indústria e mineração que são defendidos por outros ministérios concorrentes. Figueiredo (2019, n.p.) elencou um conjunto de questionamentos, do qual destaco três, que ilustram bem os riscos e complicadores decorrentes das deformidades institucionais inerentes ao novo arranjo:

- ✓ Em praticamente todos os Estados brasileiros, com algumas exceções, a Gestão dos Recursos Hídricos é efetuada dentro das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, que por sua vez coordenam os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, que fazem parte do SINGREH. Essas Secretarias Estaduais deverão trabalhar tanto com o Ministério de Meio Ambiente, no que concerne às atuais competências deste órgão (Decreto nº 9.672 de 02 de janeiro de 2019), quanto com o Ministério de Desenvolvimento Regional, no que se refere aos Recursos Hídricos? Vale lembrar que, mesmo com a estrutura antiga (válida até 31 de dezembro de 2018), já existiam obstáculos na integração entre o setor de recursos hídricos com as outras políticas ambientais.
- ✓ Considerando que a gestão dos rios federais (aqueles que banham mais de um Estado brasileiro), é de responsabilidade da ANA, e dos rios estaduais (aqueles que as nascentes e a foz dentro de um único Estado e são, geralmente, afluentes dos rios federais), é de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, como fica a integração dessa gestão entre dois Ministérios diferentes, especialmente no que se refere à outorga de uso da água e aos planos de bacias hidrográficas?
- ✓ Considerando que o licenciamento ambiental só pode ser aprovado após a outorga de uso da água (na maioria dos Estados) e que ambos são complementares e instrumentos de gestão, controle e planejamento ambiental, como serão efetuados esses procedimentos em dois ministérios diferentes, no caso de rios federais? No caso de rios estaduais, os empreendedores deverão continuar solicitando a licença e a outorga nas Secretarias Estaduais de Meio Ambiente?

Dadas essas problematizações, isso não quer dizer que a condução da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH pelo Ministério do Meio Ambiente tenha sido sempre um mar de rosas, muito pelo contrário, as tensões (políticas e da sustentabilidade) eram permanentes, intensas e muito desafiadoras. Ocorriam até mesmo questionamentos sobre se a água devesse ou não ter uma política própria ou ser contemplada por outro arranjo submetido à

²²⁰ Ainda que o MDR tenha absorvido parte da equipe de servidores e gestores do MMA, com respectivas trajetórias de compromisso com a perspectiva ecossistêmica da água, assim como com as perspectivas socioambiental e da sustentabilidade, o voluntarismo dos atores fica estruturalmente comprometido pelas limitações e anomalias institucionais geradas pela transferência das competências sobre a PNRH e o SINGREH do MMA para o MDR.

Política Nacional de Meio Ambiente. Embora faça sentido o mérito de tais indagações, essa é uma questão que atualmente não está posta no debate público. O fato de existirem os colegiados, principalmente aqueles que estão na base do SINGREH, os comitês de bacias hidrográficas, de composição tripartite e dotados de atribuições não somente consultivas, mas também deliberativas²²¹ (a maioria dos colegiados do SISNAMA, por exemplo, não possui atribuições deliberativas) e normativas, em que pese as dificuldades e problemas que os cercam, isso representa um inegável avanço ao menos no marco do paradigma hegemônico²²², sobretudo, se comparado ao cenário anterior, da inexistência desses organismos participativos de bacias hidrográficas.

Na opinião da especialista Diana, a existência de um arranjo legal e institucional próprio para os recursos hídricos se deve a uma extrapolação do sentido originário da água, “que passa a ser um recurso a ser estruturado com foco na infraestrutura de acesso à água”²²³, embora entenda que essas são questões indissociáveis:

pra mim ela está intrínseca, eu não sei qual que foi o momento que as pessoas conseguiram separar a Política Nacional de Recursos Hídricos com a Política Nacional de Meio Ambiente e agora elas precisam quebrar a cabeça para articular as duas políticas, né, que nunca nem deveriam ter sido separadas, porque pra mim elas são integradas e são uma coisa só, e isso não é claro, principalmente na Agência Nacional de Águas, as pessoas têm muita clareza da diferença da PNRH com a PNMA, mas pra mim não tem como a gente pensar só na infraestrutura se a gente não pensa em todos os elementos que asseguram essa estrutura. [...] por mais que tenha sido uma política com alguns elementos de participação, de democracia, de descentralização, porque isso foi muito interessante, foi um grande avanço, que acho que essa separação vai pra olhar a água como um recurso hídrico que precisa ter alguns órgãos que assegurem aí essa infraestrutura, para que a água chegue, né, tenha acesso a todos os usuários, mas não tem como você assegurar isso se você não tem uma política ambiental que assegure a água de qualidade, tanto que hoje um dos nossos maiores problemas é de quantidade e qualidade, a gente aumenta cada vez mais a demanda e diminui cada vez mais a oferta, né, está havendo um descompasso [...] é difícil você pensar numa articulação de duas coisas que já são juntas, né, e aí você separa e depois fica mais difícil de juntar, mas cada vez mais isso tá claro. (Entrevista narrativa com a especialista Diana, 2019).

Entretanto, Diana vê também vantagens no formato separado ou independente em que se encontram as duas políticas [porém, enfatizando a necessidade de articulação entre elas],

²²¹ Entendendo deliberação, aqui, não apenas como sinônimo de debate público (deliberação argumentativa), mas também de tomada de decisão (deliberação decisionística).

²²² Outra coisa fundamental de ser questionada e avaliada, face aos desafios históricos e estruturais da realidade brasileira, é a própria validade desse paradigma hegemônico e a efetividade de seus arranjos institucionais relacionados com a água, quais são suas lacunas, seus limites e suas potencialidades, de que maneira respondem aos desafios explicitados nos demais capítulos deste trabalho (a ofensiva privatizante e mercantilizadora e a explosão de conflitos de água; a lógica colonial e as injustiças estruturais; a devastação ambiental, a espoliação de territórios tradicionais e a violação de direitos; a expropriação dos sentidos da água pela modernidade e a negação/invisibilização das cosmologias afro-ameríndias; a luta de classes; a guerra de mundos; etc.).

²²³ Entrevista narrativa com a especialista Diana, 2019.

porque “o fato de ter separado também traz a vantagem da gente olhar especificamente para a questão da água”, sendo que “então, hoje, de alguma forma, a gente tem um Sistema que olha especificamente pra questão dos recursos hídricos, mas a gente pode olhar isso para uma perspectiva mais integrada da água”²²⁴. Ela reconhece que é um problema e uma contradição latente a ênfase utilitarista e economicista consubstanciada no conceito de “recursos hídricos” enfatizado pela Lei Nº 9.433/97, pois “quando você coloca a questão econômica no cerne, né, acima do social e do ambiental, aí você já acaba com vários princípios que a própria Política estabeleceu” (Idem). Ela acredita que o SINGREH está hoje mais estruturado do que o SISNAMA, e que “se estivessem juntos, talvez a agenda da água estivesse muito mais fragilizada, como está a política de meio ambiente como um todo” (Idem).

Uma outra questão bastante presente na dinâmica do SINGREH, principalmente depois que a ANA foi criada, é a tensão e os estranhamentos decorrentes de lacunas e sobreposição de atribuições institucionais relacionadas com a formulação, articulação (inter, intra-institucional, e social), coordenação e implementação da PNRH. O que Altiva relatou sobre a relação entre a Agência (entidade delegatária) e o CBH-Doce, não é incomum de ocorrer na relação assimétrica entre a ANA (municipada de maior capacidade institucional, operacional e financeira) e a Secretaria Executiva do CNRH. Neste sentido, Diana reconhece os descompassos existentes

eu acho que existem diversos grupos, diversas linhas e diferentes culturas organizacionais, o que dificulta ainda mais, né, quando você tem um Ministério do Meio Ambiente, agora um MDR, com uma cultura institucional responsável por elaborar a política pública, aí você chega com uma Agência com muito mais estrutura financeira e física pra executar uma Política numa cultura mais operacional, pragmática, por resultados, você já cria um descompasso, né, aí acaba que os dois passam a elaborar e implementar políticas públicas, que é o que acontece também com o ministério (o MMA), o (instituto) Chico Mendes e Ibama. E quando não tem alguém que faça um esforço pra dialogar, respeitar o ritmo do outro, até pra que a gente consiga alterar essas culturas institucionais, pra que a gente consiga elaborar e executar a política conjuntamente, quando isso não ocorre acaba que ficam dois órgãos elaborando e executando né. O Ministério do Meio Ambiente, na época (antes da PNRH e o SINGREH serem alocados no MDR), ele tem as suas fragilidades, ele não tem recursos, não consegue chegar em todos os territórios, tem as atribuições deles, e aí ele elabora a política pública que o próprio, né... e ao mesmo tempo você tem uma Agência que ela é reguladora, mas que ao mesmo tempo ela trabalha na gestão, então, é importante fazer uma discussão pra que esses órgãos estejam cada vez mais integrados, que as elaborações sejam conjuntas, e que a Agência perceba até onde ela pode ir na questão de gestão e de regulação, agora ela começa a incorporar a segurança de barragens, chega uma agenda de saneamento que pode alterar toda dinâmica até do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que é mais uma agenda robusta que se insere aqui e isso acaba minimizando até o esforço operacional e de recursos para a gestão de recursos hídricos, né. (Entrevista narrativa com a especialista Diana, 2019).

²²⁴ Idem.

É evidente que a expropriação das competências do MMA sobre a PNRH e o SINGREH (alocando-as no MDR) se caracteriza como uma anomalia estrutural que, sem dúvida, terá que ser revista e reparada num cenário futuro. Ainda assim, por mais paradoxal que possa parecer, é possível até admitir que essa transferência arbitrária de todo o arranjo institucional de recursos hídricos talvez tenha sido até menos danosa, conjunturalmente, do que se tivesse continuado diretamente sob a batuta de um ministro estrategicamente escalado (certamente, por reunir as prerrogativas²²⁵ requeridas) para promover um dos maiores desmontes²²⁶ institucionais da história republicana na área ambiental, de consequências incomensuráveis.

Agora, em setembro, quando redijo esse capítulo da dissertação, noticia-se que “Salles gastou apenas 0,4% do orçamento para políticas ambientais deste ano”²²⁷, enquanto as florestas do país ardem em chamas. Ademais, levantamento realizado pelo Observatório do Clima a partir de dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), revela²²⁸, assombrosamente, que em um ano nenhuma multa ambiental é cobrada no Brasil, travando a punição a crimes ambientais no país. Traçando um paralelo com a “Arquitetura da Destruição”²²⁹, numa versão tropical, Nurit Bensusan (2019) diz que “A novidade, nunca vista

²²⁵ Antes de ser escolhido para chefiar a pasta do Meio Ambiente do atual governo federal, o senhor Ricardo Salles, enquanto Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, “promoveu o desmonte da governança ambiental do Estado de São Paulo quando foi secretário de Meio Ambiente de Geraldo Alckmin”. como informa o Observatório do Clima [disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/ruralista-e-reu-por-improbabilidade-ricardo-salles-comandara-subpasta-meio-ambiente/>]. Naquele mesmo período, além de perseguir funcionários, ele também tornou-se réu na Justiça paulista por improbidade administrativa, por ter alterado ilegalmente os mapas de zoneamento e o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Várzea do Tietê, a fim de “beneficiar setores empresariais, em especial empresas de mineração filiadas à Fiesp”, noticia o jornal Brasil de Fato [disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/20/justica-condena-ricardo-salles-por-alterar-mapas-de-area-de-protecao-ambiental/>].

²²⁶ De acordo com o Dossiê “Cronologia de um desastre anunciado: Ações do Governo Bolsonaro para Desmontar as Políticas de Meio Ambiente no Brasil”, “O atual cenário político e socioambiental brasileiro demonstra o resultado do desmonte realizado pelo Governo Bolsonaro, os ataques constantes contra os órgãos e entidades socioambientais, além dos discursos contra a atuação dos servidores e as normas ambientais. Desde 2019, com o início do atual governo, tem havido um aumento em número e extensão dos incêndios florestais, expansão do desmatamento da Amazônia; vazamento de óleo atingiu diversos pontos da costa brasileira sem que o governo se mostrasse capaz de dar uma resposta rápida e competente que possibilitasse descobrir os responsáveis por sua origem; as tentativas de incriminar e intimidar indígenas, ambientalistas e organizações não-governamentais, além de intimidação e cerceamento da ação dos servidores da área ambiental, resultando em um real e deliberado desmonte das instituições públicas de meio ambiente”. A íntegra do documento encontra-se disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/09/Dossie_Meio-Ambiente_Governo-Bolsonaro_revisado_02-set-2020-1.pdf Acesso 23 set. 2020

²²⁷ Conferir na Rede Brasil Atual, disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2020/09/ricardo-salles-orcamento-politicas-ambientais/> Acesso 23 set. 2020

²²⁸ É o que demonstra reportagem do Estadão reproduzida no Uol em 23/10/2020, disponível neste link: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/ag-estado/2020/10/23/ninguma-nova-multa-ambiental-e-cobrada-no-ano.htm>. Acesso 14 nov. 2020.

²²⁹ Documentário sobre o nazismo, produzido em 1989 e dirigido pelo cineasta sueco Peter Cohen. Considerado “um dos melhores estudos já feitos sobre o nazismo no cinema”, o filme pode ser visto em: <https://youtu.be/IBqGThx2Mas> Acesso 23 set. 2020

antes, é um governo cuja agenda do MMA é destruir o meio ambiente” (BENSUSAN, 2019), p. 4).

À vista da mixórdia operada pela MP Nº 870/2019, também causou perplexidade o silêncio dos colegiados do Sistema, do CNRH (que sequer foi consultado, sinais dos novos tempos, do novo regime em gestação) aos comitês de bacias hidrográficas, assim como dos fóruns nacional e estaduais de comitês. À primeira vista pode parecer rescaldo do excesso de burocratização da gestão colegiada, descolamento da realidade, despolitização, fragilização da cultura democrática e participativa, acentuação das assimetrias estruturais que performam o desenho e a composição das instituições participativas do SINGREH, dentre outros fatores. Todavia, essa inépcia aparente constitui um indicador intrigante de uma realidade ou de um fenômeno que requer maior investigação para ser melhor compreendido.

6.3. O SINGREH se “esqueceu” das comunidades?

Ocaia, da comunidade quilombola de Carrapatos da Tabatinga, enxerga a conquista de espaço nas instituições participativas como uma possibilidade de ecoar não apenas a visão de mundo, mas, principalmente, a denúncia de pressões opressivas e violação de direitos a que muitas vezes são submetidos e que caracterizam a dura realidade ainda vivida no país pelos povos e comunidades tradicionais. Com participação ativa no Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CBH-SF)²³⁰, um dos raros no país que destina vagas específicas para a representação das comunidades tradicionais quilombolas²³¹, além de povos indígenas²³²

²³⁰ O CBH-SF é uma verdadeira confederação hidrográfica, um arranjo complexo que envolve representações setoriais e territoriais (alto, médio e baixo São Francisco) de 6 estados (MG, GO, BA, PE, AL e SE), além do Distrito Federal. O rio São Francisco, conhecido como o “rio da integração nacional”, percorre 2.863 km. Abrangendo porções dos estados mencionados e do DF, a bacia hidrográfica do rio São Francisco também engloba 505 municípios (população de aproximadamente 16 milhões de habitantes). Saiba mais em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/> e <https://virecarranca.com.br/>.

²³¹ De acordo com o Manual de Educação Ambiental do CBH-SF (p. 66): “Na região do Médio São Francisco, especialmente na Bahia e em Minas Gerais, ainda é forte a presença de comunidades quilombolas. Lá estão concentradas 23 comunidades. Em Juazeiro, se destaca o maior número de comunidades Quilombolas, totalizando 14 delas. As comunidades quilombolas que vivem ao longo da Bacia do São Francisco mantêm uma forte relação com o rio. Esses povos têm como um dos seus princípios a ligação intrínseca com o território”. Disponível em: https://virecarranca.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Manual_Educacao-Ambiental_VIVA-O-VELHO-CHICO-VIVO_VireCarranca2020_CBHSF.pdf

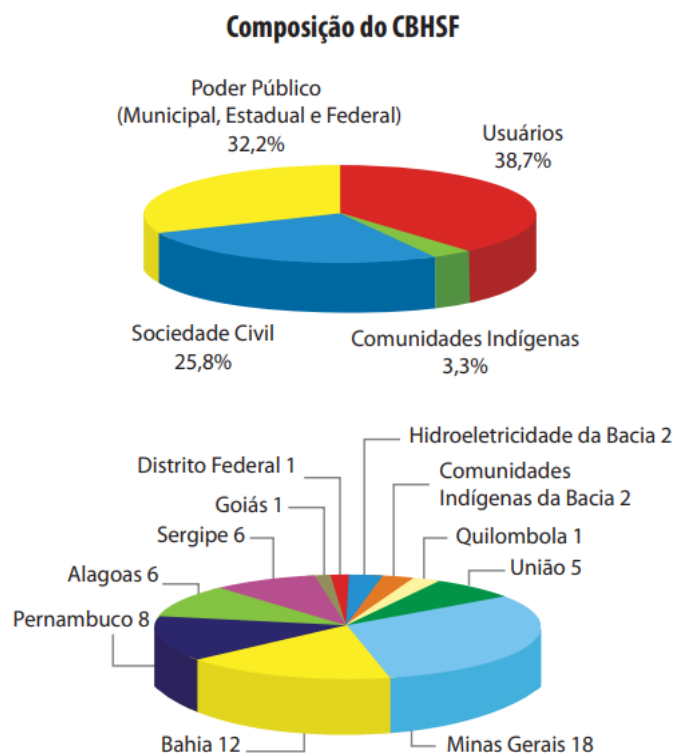
²³² Também conforme o Manual de Educação Ambiental do CBH-SF (p. 64), “70 mil índios habitam a Bacia do Rio São Francisco. São 32 povos indígenas vivendo e sobrevivendo desse rio que, apesar de estar pedindo socorro, sustenta muitas e muitas famílias, inclusive as dos próprios índios. Apesar de sofrerem com a degradação do Rio São Francisco, que está sendo prejudicado com a gana do crescimento econômico e com problemas ambientais, o Velho Chico é para os índios fonte de subsistência e referência de vida e cultura”. Disponível em: https://virecarranca.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Manual_Educacao-Ambiental_VIVA-O-VELHO-CHICO-VIVO_VireCarranca2020_CBHSF.pdf

(assegurada pela própria Lei N° 9.433/97²³³) e que possui uma Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais (CTCT), Ocaia relata que a partir da representação assegurada no CBH-SF e em alguns comitês de afluentes estaduais, “passamos a reivindicar dentro desses comitês os nossos direitos e que também eles pudessem fazer a recuperação dos rios, né, do rio São Francisco, nessa região onde a gente está”. Devido à participação no CBH-SF, Ocaia diz que algumas ações do comitê já beneficiaram o seu território de atuação

nós estamos em 6 comitês estaduais dos estados que compõem a bacia do SF e nesses 6 estados existem as comunidades quilombolas, então, em cada região nós temos uma representação e passamos a reivindicar dentro desses comitês os nossos direitos e que também eles fizessem a recuperação dos rios, né, do rio São Francisco nessa região onde a gente está, [...] o rio pra nós era pesca, era pra alimentar, era pra usar a água pra beber, usar a água pra plantação, e o rio não estava mais tendo vazão pra gente conseguir fazer isso. Então a gente passou a reivindicar a recuperação das áreas degradadas, tivemos vários projetos dentro da bacia que beneficiaram as comunidades quilombolas, foi feito muita coisa, mas falta muito ainda. [...] nós temos direito, e nós somos os guardiães das águas, do ar, da terra e da floresta, porque se não fosse nós eles não estariam brigando, não existia nem mais a água [...] a gente estando dentro do comitê a gente vê que a coisa é feia lá, eles brigando entre eles, e eu falei, nós não vamos entrar nessa briga, nós temos direitos diferenciados e nós queremos ter tratamento diferenciado, foi aonde **a gente reuniu indígenas, quilombolas, os pescadores e sentamos com o presidente, né, do comitê, e pautamos essa questão. Nós queremos tratamento diferenciado porque nós não temos grandes fazendas, nós não temos grandes projetos de irrigação, nós somos um povo que utiliza o rio com amor, com carinho e com responsabilidade porque a gente precisa dele,** então a gente quer um tratamento diferenciado dentro do comitê e, por incrível que pareça, foi acatado pelo presidente. Então a gente ficou feliz porque valeu a pena a gente estar ali dentro e lutar, porque tem hora que muitos ali não ouvem as nossas vozes, cada um tem o seu próprio interesse e não quer saber do outro. Mas a gente conseguiu fazer isso, né, nós temos uma câmara técnica específica dos povos e tradicionais que foi criada porque nós pedimos, porque nenhuma das outras câmaras nos atendia, nem voz a gente teria ali dentro, então criou uma câmara específica para os povos tradicionais. (Entrevista narrativa com a quilombola Ocaia, 2020) (grifos meus).

²³³ A Lei Federal 9.433/97, em seu Art. 39, Inciso V, § 3º, assegura uma representação mínima de comunidades indígenas “nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias cujos territórios abranjam terras indígenas”, devendo “ser incluídos representantes: I - da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, como parte da representação da União; e II - das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia”.

Figura 11 – Composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco



Fonte: http://www.saofrancisco.cbh.gov.br/ProcessoEleitoral/Folder_com_informacoes_sobre_a_bacia.pdf

Embora encare os comitês de bacias hidrográficas como uma das instâncias estratégicas para inserir a pauta reivindicatória das comunidades quilombolas, Ocaia se depara, no entanto, com a disparidade e uma correlação de forças bastante desfavorável às comunidades, refletidas na composição, no jogo político e na atmosfera machista, segundo Ocaia, e elitista desses colegiados de recursos hídricos,

o comitê da bacia é muito importante, mas **a política hídrica, ela beneficia mais os grandes do que os pequenos. [...] a nossa representação é pequena demais dentro do comitê.** Se tivéssemos mais pessoas eu acho que conseguiríamos avançar mais, ter mais equilíbrio, porque a diferença é muito grande. [...] então, a gente se desdobra pra dar conta da demanda ali dentro, é muito difícil. [...] **a plenária tem uma resistência em aceitar as nossas reivindicações,** eles acham que a gente vai ficar muito forte, sei lá, é o medo que eles têm, mas a gente continua insistindo. [...] E outra coisa, **é muito machista o comitê, é homem demais,** nossa! E a gente chegando a gente exige respeito, muito pouca mulher e os homens querem ter a palavra final, mas nisso há um embate muito grande e eu não deixo, e aí a gente vai pro pau, pra briga mesmo, e eu não deixo, mas é muito machista, é difícil pra gente estar ali, mas a gente tem que estar porque se a gente não estiver aí estaria pior. (Entrevista narrativa com a quilombola Ocaia, 2020) (grifos meus).

De um total de 52 vagas, apenas uma é destinada à representação das comunidades quilombolas e outras duas à representação indígena, que, somadas, equivalem a míseros 3,3% dos assentos. São muito poucos, raríssimos, os comitês de bacia hidrográfica que asseguram vagas para a participação de povos e comunidades tradicionais, o CBH-SF é uma exceção à regra. Mesmo assim, a disparidade em relação às demais representações é gritante.

Esse problema remonta às lacunas e contradições da própria Lei de Águas (Lei Nº 9.433/97) que, embora tenha estabelecido a participação de “comunidades” (Art.1º, Inciso VI) como um dos fundamentos da gestão dos recursos hídricos, ela não define o que entende por comunidades. Somando-se a esta indefinição, traz no mesmo texto um outro conceito, quando determina a composição dos colegiados, gerando uma contradição conceitual que tem efeitos práticos. Para a composição dos comitês de bacia hidrográfica refere-se a “entidades civis” (Art. 39, Inciso V), assim como menciona “organizações civis” (Art. 34, Inciso IV) para a composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, subdividindo-as em outros três segmentos ou sub-representações (Art. 2º, Inciso VI, § 4º): I - comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; II - por organizações técnicas de ensino e pesquisa com interesse e atuação comprovada na área de recursos hídricos, com mais de cinco anos de existência legal; e III - por organizações não-governamentais com objetivos, interesses e atuação comprovada na área de recursos hídricos, com mais de cinco anos de existência legal. Os indígenas tiveram representação mínima assegurada pela Nº Lei 9.433 (Art. 39, Inciso V, § 3º) ao menos nos comitês de bacias cujos territórios abranjam terras indígenas, mas foram excluídos dos conselhos (do CNRH, dos estaduais e do distrital). As comunidades, porém, em especial as comunidades tradicionais, na prática, ficaram de fora²³⁴.

Como também recorda Lara Montenegro (2017), “o Decreto Presidencial Nº. 2.612/1998, que regulamenta o CNRH, e suas atualizações subsequentes reduzem o entendimento de comunidades a ‘*organizações civis de recursos hídricos*’” (MONTENEGRO, 2017, p. 545), advertindo, assim, que a não incorporação, em nenhum momento, da “representação de comunidades tradicionais (ribeirinhas, caiçaras, quilombolas, entre outras) e povos indígenas” (Ibidem, 545, 546), coloca o CNRH “na contramão dos marcos normativos vigentes no País relativos aos direitos de povos e comunidades tradicionais, tais como o Decreto Nº. 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e

²³⁴ Uma iniciativa parlamentar, que tomou corpo no Projeto de Lei Nº 6.763-C de 2002 (ver em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIDADES/464556-CCJ-INCLUI-QUILOMBOLAS-E-REPRESENTANTES-DA-FUNDACAO-PALMARES-EM-COMITES-DE-BACIAS.html>), tentou regulamentar a inclusão de representantes quilombolas e da Fundação Palmares nos colegiados de recursos hídricos do SINGREH, mas a tentativa até hoje não logrou êxito.

Comunidades Tradicionais” (Ibdem, p. 546).

Reproduz-se, desse modo, salvo exceções raríssimas²³⁵, um silenciamento histórico de vozes, um apagamento de cosmologias e uma exclusão de atores que compromete não só a multidimensionalidade da água (reduzindo-a à perspectiva utilitarista, tecnocrática e elitista, a serviço de uma perspectiva moderna-colonial de poder político e econômico), como também a propalada gestão democrática dos recursos hídricos. Sousa Júnior e Fidelman (2009) entendem que os desafios da legitimação das representações da sociedade civil nas instâncias colegiadas do SINGREH se dão “num contexto de prevalência tipicamente tecnocrática” (SOUSA JÚNIOR e FIDELMAN, 2009, p. 209). Norma Felicidade Valencio (2009) adverte que a gestão hídrica no Brasil se estruturou à custa

da representação utilitária da natureza e da fragmentação da mesma em recursos a serem manejados de formas distintas e por expertises diversas... [...] O controle técnico do espaço decisório em recursos hídricos passou, assim, por um tipo de dominação simbólica que não permitiu fluir a contestação dos diferentes sujeitos com quem se obrigou a interagir e menos ainda tem sido admitidas incertezas sobre o futuro que denotem insuficiências do conhecimento perito para deslindá-lo. [...] Ao classificar como ignorância tudo o que não está no seu escopo interpretativo da realidade, a participação do diferente nas arenas ditas participativas é anulada e, assim, conclui-se que resta-lhe apenas confiar o poder aos peritos, em nome do “bom senso”. [...] o recurso mais recorrente do perito para se autoconsagrar como intérprete necessário é impor seu próprio ‘dialeto’ como o único capaz de traduzir o problema, descrever a solução e encaminhá-la (VALENCIO, 2009, p. 68, 69, 70).

Nesse sentido, Valencio advoga, então, uma revisão crítica deste modelo, de modo a favorecer “a constituição de um ambiente político genuinamente polifônico, consagrando direito a voz não apenas às minorias que se encontram organizadas, mas àquelas ainda desarticuladas” (Ibdem). Ainda assim, a questão é deveras complexa, pois não bastaria simplesmente incluir quantitativamente mais representantes de povos e comunidades tradicionais para resolver um problema que remonta a racionalidades subjacentes (o pensamento abissal e a razão indolente) ao paradigma hegemônico e às engrenagens nas quais se inserem as instâncias colegiadas do SINGREH. Seria necessária uma sedimentação do terreno socioestatal, por meio de dinâmicas dialógicas e formativas, tanto com os atores já inseridos como com os eventuais novos atores a serem incluídos, dentre outras ações (preparatórias e de suporte/acompanhamento) direcionadas para viabilizar uma participação realmente polifônica.

O especialista Hudson, desde quando percorreu o interior do Brasil na condição de

²³⁵ Como ocorre, por exemplo, no CBH-SF, ou seja, um reconhecimento e uma inclusão, porém, flagrantemente desigual em contraste com as demais representações

fotógrafo-viajante, numa imersão e convívio com povos e comunidades tradicionais lhe proporcionaram outras referências culturais e outros olhares sobre elas e o mundo, que também se refletiram na sua experiência sobre a política de águas:

[...] eu tive experiências com comunidades indígenas, comunidades ribeirinhas, de um silêncio nessa relação com esses ambientes, com essa natureza, com o rio, com a floresta, de andar descalço na floresta, de ver eles andando e ter vontade de aprender a fazer aquilo, que é incrível, né, um lugar inóspito, cheio de espinhos, de desconhecidos, e uma confiança das pessoas andarem, então eu comecei a querer, enfim, a viver outros sentimentos e, de alguma forma, a interagir com esses outros sentimentos, a viver um pouco e querer aprender também, né. [...] experiência que foi muito forte pra mim que quando eu voltei, meu último lugar de visita foi para um grupo indígena, né, os Ingarikó, eu fiquei, eu aprendi muito, lá, no sentido de representação da natureza, né, assim, porque eu fiquei quase duas semanas numa comunidade que não falava português e a pessoa que falava português tinha ido embora, então fiquei em silêncio, vendo e vivenciando aquela realidade, comendo, aprendendo um pouco as formas de troca e tal, então, essa foi a experiência. (Entrevista narrativa com o especialista Hudson, 2020).

Também experiente em mobilização, formação e participação social em gestão de águas, e, ainda, na relação com povos indígenas e comunidades tradicionais, o especialista Hudson, destacou, na entrevista concedida para esta pesquisa, que os atores já inseridos e atuantes no SINGREH, eles partem de um modelo, de uma “estrutura formada”²³⁶, de um “pensamento formado” (Idem), de “linguagens que vêm muito da engenharia também” (Idem), de maneira que

eles incorporam uma linguagem da gestão, eles incorporam os padrões, os modelos da gestão que dificulta muito pra que esses atores questionem o próprio modelo. [...] é um modelo que objetiva a natureza mesmo, né, coloca a natureza como objeto, a água vira objeto de uso, de múltiplos usos [...] eu acho que as instituições públicas elas têm uma estrutura que é bem fixa, né, e que dificulta um processo participativo mais profundo em que outras formas de ver, de simbolizar os elementos ... [...] esse processo demora muito em função dessas estruturas, então, eu acho que **o primeiro bloqueio é esse, né, e é um bloqueio pra que essas comunidades possam participar de fato, porque elas não vão ter a linguagem, a experiência, o linguajar pra poder participar e contribuir com um outro constructo. A gente deveria ter atores pontes, seja da universidade, seja das instituições, que fossem pontes dos mundos, né, pra conseguir conectar esses mundos.** [...] cada povo indígena tem uma forma de enxergar a vida, cada povo tradicional tem uma riqueza, uma diversidade de forma de enxergar a vida e de viver a vida no Brasil, é uma coisa impressionante. Se a gente soubesse olhar pra isso e valorizar isso a gente teria uma potência de desenvolvimento, de outros desenvolvimentos e de outras formas de pensar o futuro que seria incrível, maravilhosa, [...] dar oportunidade para essas pessoas expressarem a sua forma de conhecer, de viver, e de pensar o futuro, é dar oportunidade para pensar e repensar a política, para repensar a gestão de águas, para repensar outros modelos de desenvolvimento em que a água muda de um lugar de objeto para um lugar de múltiplas faces, que deve ser cuidada, reconhecida e gerida com a responsabilidade que essas múltiplas faces de cada território pode dizer dela. [...] eu tô me dando conta

²³⁶ Entrevista narrativa com o especialista Hudson, 2020.

do absurdo que a gente vive, é uma anestesia, porque eu acho que as instituições se distanciam tanto da vida no território, das comunidades [...] **os comitês tinham que discutir comunidade por comunidade...** tinham que conhecer a micro escala, tinham que dar um jeito de chegar lá, a gente estava discutindo isso, a Política (PNRH) tem que dar um jeito de chegar lá, senão não faz sentido a gestão participativa das águas, uma governança participativa, é uma mentira. (Entrevista narrativa com o especialista Hudson, 2020) (grifos meus).

Essa ideia de os colegiados se aproximarem das comunidades nos territórios converge com o que abordou, neste mesmo sentido, o ativista Rachid, ao defender um desdobramento do arranjo existente (ele chegou a propor isso no CBH-Piracicaba) com a criação de subcomitês ou instâncias colegiadas de sub-bacias:

nós temos 70 microbacias, aí eles diziam, ‘mas 70 comitês?’, eu falei, e daí?.. tem problema lá, ó, vai lá na microbacia, no mapa, aí... nós levamos dois anos pra fazer o mapa para gente visualizar as microbacias, uma microbacia tem 5 municípios, então, é a hora de você fazer, os 5 municípios ali, um subcomitê, que vai pegar ali a sub-bacia do Alvinópolis, Dom Silvério, entende, todos têm que resolver, nós temos o saneamento pra fazer, nós temos nascentes pra resgatar... (Entrevista narrativa com o ambientalista Rachid, 2020).

Hudson adverte, no entanto, que sem os devidos cuidados, a participação dos povos e comunidades tradicionais em espaços que não estão preparados para dialogar com outras cosmologias e modos de vida, pode se tornar uma armadilha:

levar os indígenas para participar de um colegiado com carta marcada, um colegiado que não abre espaço para outras linguagens, que não tá aberto pra ouvir e que esse ator também não sabe como ele pode trazer a sua perspectiva, que não tem dinâmica, não tem espaço para esse ator participar, é uma armadilha. [...] é um desgaste, com pouca efetividade ou quase nada, e a consequência disso é, não vale a pena participar. [...] então a gente mata a potência da participação que a gente acredita, né. [...] **os colegiados não conseguiram montar uma estrutura para dialogar com as bases,** [...] **Se os caras descerem pelo menos no território indígena como um espaço pra que analise o espaço com as suas fragilidades, forças e contextos, aí você obriga o comitê a discutir aquela realidade, aí eu acho que tem como, e aí vai ter que abrir espaço para aquele olhar cultural, mas ele vai precisar pensar toda uma estratégia** [...] criar espaço não é só espaço político, de uma fala política num sentido esvaziado do político, no sentido de que quem participa é quem sabe falar na nossa linguagem, quem participa é quem sabe fazer uma leitura crítica do mundo, e aí tem condições de trazer uma visão crítica, mas quem participa tem que ser alguém que pode não ter que ter um outro viés cultural, não ter muitas leituras, mas pode trazer a sua visão sobre a água e isso pode influenciar na decisão do comitê de bacias sobre determinado assunto sobre a água, [...] Então, se a gente não criar um espaço em que a representação política não seja a única a falar nesses espaços, que o comitê acolha outras vozes, hospede outras vozes, na lógica da hospitalidade, a gente não vai estar cumprindo com a potência de uma governança participativa, de um outro mundo possível, e a gente mata, porque esse ator político, ele vai se sentir metade, porque ele não vai estar trazendo a cultura dele mais profunda, [...] aquele colegiado tem que mostrar hospitalidade, tem que criar uma relação de confiança e outros vieses culturais podem ocupar esse espaço. Então, para mim, assim, tem que criar todo um entendimento, todo um arcabouço legal, procedimental e tal para que a participação ocorra e aí você traz os povos, porque eles

vão ser recebidos com dignidade e aí eles vão se sentir à vontade pra falar, [...] a gente tá acostumado a participar, parece que a gente tem que participar no grito, a gente abre, rasga o espaço pra gente poder participar, e para que a gente possa trazer uma perspectiva de interculturalidade a gente não pode querer que esses caras venham rasgar o espaço, eles não estão preparados pra isso, eles não acreditam nisso, eles não acreditam que esse seja o caminho para a construção dum mundo melhor. [...] a gente tem um ideal, né, que é a integração, eu nem sei se é possível a integração, pois tem cosmologias que não batem, inclusive, né... [...] eu acho que é isso, todas as instâncias deveriam descer para o território, visitar contextos pra discutir no âmbito dessas instâncias com mais experiência de vida, a gente não discute sem ter experiência, né, concreta. (Entrevista narrativa com o especialista Hudson, 2020) (grifos meus).

As considerações acima, que Hudson aporta, são contrastantes com o desenho e o conteúdo dos colegiados hoje existentes, mas bastante significativas e pertinentes, pois sinalizam possibilidades de reinvenção dos arranjos participativos e de suas dinâmicas. Ainda assim, em alguma medida, contrastam com a experiência de Ocaia, que, mesmo numa atmosfera adversa, demonstra a possibilidade de cavar espaço (a exemplo, inclusive, da criação da Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais na estrutura do CBH-SF), de reverberar demandas e conquistar melhorias, mas isso sem prescindir de muita luta.

Sobre a concepção de comunidades, Alan Mocellim (2011) diz que é uma ideia central na teoria sociológica desde o século XIX que remete ao compartilhamento de vínculos de proximidade espacial [territorial], de valores e de visões de mundo de grupos sociais, e que a sua redescoberta ou reabilitação na contemporaneidade surge como “uma crítica ao modelo de sociedade utilitarista, cuja centralidade era colocada no indivíduo e em sua racionalidade” (MOCELLIM, 2011, p. 107). Mocellim também atribui essa reapropriação do conceito como um contraponto crítico à “radicalização do modo de vida moderno e a seus processos de urbanização e individualização” (Ibdem).

Marcelo Macedo e Livia Gonçalves (2013), entendem que embora o conceito de sociedade seja mais amplo do que o de comunidade, incluindo-o, “comunidade e sociedade não podem ser vistas como diferenças absolutas, mas, sim, como modos de relacionamento humano complementares” (MACEDO e GONÇALVES, 2013, p. 40). Com base na obra de Florestan Fernandes, Macedo e Gonçalves também entendem que os principais atributos da ideia de comunidade correspondem à “base territorial comum, fortes laços afetivos, reciprocidade, autonomia política e econômica e subordinação do individual ao social” (Ibdem, p. 40). Embora os atributos da concepção de comunidade sejam encontrados tradicionalmente no campo ou no meio rural, “o conceito vem sendo largamente aplicado como uma forma politicamente correta de designar os grupos que vivem nas favelas dos grandes centros urbanos”, até porque, esses grupos periféricos das grandes cidades têm

origem nos meios rurais, conhece seus modos de vida e podemos dizer que, mesmo passado o tempo e alterado drasticamente o contexto, carrega ainda alguns atributos e alguma coisa do *ethos* característico dos meios rurais. Assim, sem querer, sem saber, **o senso comum acaba acertando em parte quando chama uma favela de comunidade.** [...] Nossas favelas foram formadas principalmente a partir do êxodo rural que inverteu a situação habitacional no Brasil ao longo do último século. Se, em 1920, tínhamos 80% da população morando no campo e apenas 2% nas cidades, em 1980 as porcentagens estavam invertidas. Nosso processo de industrialização, alavancado a partir de 1930, é resultado do processo de expropriação dos meios de produção sofrido por grandes contingentes de trabalhadores rurais que se instalaram em favelas dos grandes centros e que passaram a constituir os “exércitos de reserva” para a indústria e o comércio. [...] (assim,) **o conceito de comunidade é central para a compreensão das dinâmicas sociais tanto nos meios rurais como nos urbanos** (Ibdem, p. 44). (grifos meus).

Desta maneira, é notório o déficit, não só de interpretação, mas, principalmente, de estruturação²³⁷ do SINGREH, quando encontramos uma subalternização ou mesmo exclusão das comunidades (em especial da representação de comunidades tradicionais e povos originários) nos colegiados, a começar pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

6.4. CNRH: mudanças tópicas e manutenção do *status quo* assimétrico ao longo do tempo

A experiência de luta das representações indígenas e quilombolas narrada por Ocaia, deixa evidente que **os colegiados também se constituem como arenas em que se disputam visões, interesses e projetos políticos distintos, muitas vezes antagônicos, ainda que sejam arenas previamente desenhadas para favorecer uns e desfavorecer outros.** Esse é, a meu ver, um dos principais obstáculos à plena realização da promessa da democracia participativa na gestão de águas, pois a correlação de forças, até aqui, tem sido pré-estabelecida por um desenho assimétrico, radicalmente desfavorável à sociedade civil (quanto mais às comunidades tradicionais e classes sociais subalternizadas), de modo que a forma (a composição) praticamente induz, quando não determina, o conteúdo (ou a correlação de forças e a dinâmica do jogo político). Explicitam-se as discrepâncias entre a intencionalidade vinculada ao espírito participativo (da democracia participativa enquanto princípio ou valor democrático essencial) e os arranjos modelados pela tecnoburocracia.

O desenho da composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), desse modo, exemplifica a incidência da forma sobre o conteúdo, ou seja, do desenho de um jogo político que favorece interesses corporativos em detrimento de interesses sociais ou interesses difusos (que não estão devidamente representados no ambiente institucional do conselho,

²³⁷ Que, neste caso, implica na arquitetura dos colegiados e nas condições de representação e participação/deliberação.

torando-o, nesse sentido, um reproduzidor das assimetrias estruturais da sociedade, refletidas, por exemplo, nos conflitos fundiários e socioambientais, em especial, nos conflitos por água que se alastram pelo país).

Considerado o “órgão máximo do Sistema” (e, por esta razão, espelho para os demais colegiados), formulador das normativas infralegais (deliberações) e das diretrizes estratégicas que orientam a implementação da Política, o CNRH, ao invés de representar um filtro, um mecanismo de dissuasão, ou um espaço socioestatal contra majoritário, de mitigação das injustiças e assimetrias que caracterizam o tecido social brasileiro (com implicações desfavoráveis à sociedade no acesso à água em quantidade e qualidade adequadas), ele as reproduz, de alguma maneira, na sua composição.

No período de governos progressistas²³⁸ foram envidados esforços de estímulo à participação social nas políticas hídricas, a exemplo da participação social na elaboração e na primeira revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos²³⁹; do custeio da participação da sociedade civil nas reuniões do CNRH e suas câmaras técnicas²⁴⁰; da tentativa de aumento de vagas para a sociedade civil no CNRH²⁴¹; da realização da I Pré-Conferência Nacional de Águas²⁴²; dentre outras tentativas diluídas nos espaços e atividades dialógicas, porém

²³⁸ Especialmente nos governos do Partido dos Trabalhadores.

²³⁹ A participação social nos ciclos de elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas foi uma diretriz de governo que também balizou fortemente o processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, processo este que (conforme SENRA et al, 2015, p. 68, 69) envolveu diretamente cerca de 7 mil atores que participaram de mais de 70 atividades (ocorridas, sobretudo, em 2004 e 2005), tais como seminários, reuniões ordinárias e extraordinárias do CNRH e suas câmaras técnicas, encontros públicos em todos os estados e no DF, oficinas regionais das Comissões Executivas Regionais (estabelecidas em cada uma das 12 Regiões Hidrográficas brasileiras), oficinas setoriais (usuários e sociedade civil), oficinas temáticas e, inclusive, uma oficina nacional sobre “Aspectos Socioculturais e a Água” (que contou com a participação protagônica de representantes indígenas e de comunidades tradicionais de diversas regiões do país).

²⁴⁰ Considerada de relevante interesse público, a participação dos representantes da sociedade civil nas reuniões plenárias do Conselho Nacional de Recursos Hídricos teve o custeio de passagens e diárias assegurados no orçamento do MMA, por meio do Decreto Presidencial Nº 4.613, de 11/03/2003 (Art. 5º, § 6º e 7º). Em consonância com o referido Decreto, o benefício de deslocamento e estadia foi estendido à participação dos representantes das organizações civis também nas reuniões das Câmaras Técnicas do CNRH, por meio da Portaria Ministerial Nº 377, de 19/09/2003 (Art. 21, §1º e 2).

²⁴¹ Por meio da Moção CNRH nº 36, de 03/03/2006, disponível em: <https://cnrh.mdr.gov.br/inserir-documentos-nos-artigos/mocoes/91-mocao-n-36-de-03-de-marco-de-2006/file>

²⁴² A primeira Pré-Conferência Nacional de Águas (Pré-CONÁGUAS) reuniu em Brasília (de 23 a 25/03/2010) cerca de 300 atores representantes das diversas regiões hidrográficas brasileiras atuantes no SINGREH, criando as bases para a institucionalização da Conferência Nacional de Águas (CONÁGUAS), com o objetivo de tornar-se instância consultiva e canal de ampliação do debate público sobre a água no país. A Pré-CONÁGUAS também serviu como espaço para o processo participativo da I Revisão/atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos. No ano seguinte, o plenário do CNRH aprovou a Moção nº 58, de 29/06/2011 [disponível em: <https://cnrh.mdr.gov.br/inserir-documentos-nos-artigos/mocoes/1446-mocao-cnrh-no-58-de-29-de-junho-de-2011/file>], reconhecendo a importância de instituir a CONÁGUAS e solicitando providências ao MMA e ao Governo Federal neste sentido. A Moção do CNRH apontava os princípios: I - participação igualitária de usuários de recursos hídricos, entidades da sociedade civil e poder público; II - respeito à diversidade social e pluralidade étnico-cultural da sociedade brasileira; III - respeito e valorização das múltiplas formas de relação da sociedade com a água; e IV - respeito às diferenças e especificidades das Regiões Hidrográficas.

insuficientes para alterar significativamente a correlação de forças e o *status quo* (elitista, tecnocrático, economicista) favorável aos grandes usuários e ao poder público (sendo que o Estado brasileiro também possui características elitistas).

Com base em estudos empíricos, Rebecca Abers e Margaret Keck (2008, p. 103), afirmam que “os indivíduos que compõem os conselhos não são representativos das classes populares”, e concluem que existe um certo elitismo nos conselhos de recursos hídricos e nos comitês de bacias hidrográficas, pois são poucas as evidências de que estes colegiados “contribuem, de fato, para que as vozes dos excluídos sociais e políticos sejam ouvidas pelo Estado” (Ibdem).

Anteparadas inclusive em estudos de outros pesquisadores, Abers e Keck ainda identificam demais evidências que dificultam a expressão das vozes dos excluídos sociais e políticos nos colegiados. Além do acima mencionado (que os indivíduos que os compõem não são representativos das classes populares), destacam-se evidências de que: i) “os representantes da sociedade civil têm ligações muito frágeis com os grupos populares que deveriam representar” (Ibdem, p. 103, 104); e que ii) “os órgãos governamentais controlam as agendas dos conselhos, reduzindo, portanto, a chance de que membros da sociedade civil possam mudar o rumo das políticas” (Ibdem, p. 104). Sobre condições justas e equânimes de participação, Pierre Calame (2003) defende a promoção da equidade como condição essencial para que os mais frágeis²⁴³ (ou fragilizados por esse regime) possam “fazer ouvir sua voz e fazer prevalecer seu ponto de vista diante dos mais poderosos” (CALAME, 2003, p. 44). Ele recorda que somos herdeiros de “estruturas de poder hierárquicas, verticais, centralistas e autoritárias, feitas para afastar o cidadão da Polis”. Na mesma linha, visando o fortalecimento da cultura democrática, Marilena Chauí (2008) ressalta a importância dos princípios “da *isonomia* (igualdade dos cidadãos perante a lei) e da *isegoria* (direito de todos para expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas em público), tendo como base a afirmação de que todos são iguais porque livres” (CHAUÍ, 2008, p. 67).

Vejamos, então, por alto, e de maneira demonstrativa, a situação da composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), ressaltando que a intenção, aqui, é de apenas evidenciar uma condição que também afeta vários outros colegiados do SINGREH e, ainda, reconhecendo que novas pesquisas, mais específicas e aprofundadas, sobre a relação entre forma (composição) e conteúdo, jogo político, correlação de forças, paridades/assimetrias,

²⁴³ A exemplo dos subalternizados pela racionalidade indolente, que subjaz ao paradigma moderno/colonial/capitalista, assim como por uma sociedade como a brasileira, como destaca Marilena Chauí (2008, p. 70), marcadamente “oligárquica, hierárquica, violenta e autoritária”.

assim como representação e representatividade nos colegiados da Política de Recursos Hídricos, parecem muito pertinentes de serem realizadas.

Ao longo de suas duas décadas de existência (22 anos), a correlação de forças na composição do CNRH nunca foi substantivamente alterada, sendo mantida, por todo esse período, a maioria das vagas para o poder público (especialmente para a representação do governo federal), uma proporcionalidade vantajosa para os usuários (considerando o seu poder econômico inerente, assim como de acesso ao conhecimento e de influência política), principalmente, em relação à sociedade civil, sendo esta depreciativamente minoritária, sem falar do apagamento da representação das comunidades.

No ano de 2019 o Conselho Nacional sofreu um enxugamento, voltando à composição inicial, do ano de 1998, porém com uma assimetria ainda maior (que corresponde à sobre representação do governo federal, sendo que das 15 vagas deste segmento, três ministérios possuem duas vagas, são eles o próprio MDR, o MMA e o MME²⁴⁴, e os demais ministérios possuem uma vaga cada). Além disso, nesse contexto de desmonte²⁴⁵ e/ou enfraquecimento das Instituições Participativas (IPs), em especial dos conselhos²⁴⁶ de políticas públicas pelo atual governo federal, o CNRH ainda teve uma redução de 4 das suas 10 câmaras técnicas anteriormente existentes.

Vale observar que no ano de 2006, culminância do intenso processo de envolvimento e participação dos atores do Sistema na elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, o plenário do CNRH aprovou, por ampla maioria, a Moção nº 36, de 03/03/2006, que previa aumento do número de representantes para todos os segmentos na sua composição, à exceção do governo federal. A tentativa de alteração, à época, foi promovida e apoiada pela então direção da Secretaria de Recursos Hídricos e do próprio Ministério do Meio Ambiente, e seria anunciada no dia 22 de março daquele ano (Dia Mundial da Água), junto com o lançamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos, pelo Presidente da República. A tentativa de alteração,

²⁴⁴ O Ministério de Minas e Energia (MME), também nas composições anteriores, sempre foi um dos privilegiados com vagas a mais [sobre representação], refletindo a influência histórica do setor hidrelétrico na dinâmica decisória e de poder sobre a gestão dos recursos hídricos.

²⁴⁵ Ao completar 100 dias de governo, o governo atual lançou uma ofensiva contra os conselhos de políticas públicas, visando a extinção de grande parte deles, por meio do Decreto 9.759/2019, como reporta matéria da Rede Brasil Atual (neste link: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/04/decreto-de-bolsonaro-extingue-orgaos-de-participacao-popular/>). A ofensiva do governo, no entanto, foi limitada por decisão do STF, que não permitiu a extinção de conselhos criados por lei (ver em: <https://www.dw.com/pt-br/stf-limita-extin%C3%A7%C3%A3o-de-conselhos-federais/a-49188650>).

²⁴⁶ O próprio CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) também passou por um processo de enfraquecimento, tendo reduzido o número de cadeiras “de 96 para 23 e praticamente anulou a participação da sociedade civil”. Conferir em reportagem do jornal Deutsche Welle (DW), de 28/09/2020, disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/em-reuni%C3%A3o-salles-tenta-passar-a-boiada/a-55075582> Acesso 14/10/2020.

no entanto, fracassou, sendo então obstruída²⁴⁷, mesmo após sinalização positiva, de que seria acatada.

Aquela foi a tentativa mais ousada de alteração na composição de forças do CNRH. Fato é, que, na arquitetura tripartite e não-paritária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o setor correspondente às organizações civis (sociedade civil organizada) sempre sofreu com a sub-representação por todo o período de existência do mesmo, com o agravante de que as comunidades, propriamente, e, sobretudo, as comunidades tradicionais e os povos originários, que inclusive têm sido historicamente impactados por grandes intervenções territoriais²⁴⁸, jamais tiveram assento assegurado na composição do CNRH, da mesma forma que os movimentos sociais diretamente envolvidos com a questão da água, a exemplo do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), da Federação Nacional de Urbanitários (FNU), das federações de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, de sindicatos, dentre outros.

Considerando que setores empresariais e patronais dos segmentos de agricultura, indústria e energia, por exemplo, estão incluídos e bem representados no CNRH, não existe simetria em relação às correspondentes representações de trabalhadores (excluídos do desenho institucional), o que também se traduz como certa negligência em relação ao outro lado (silenciado), de um jogo político que se desenha, previamente, de maneira quase unilateral.

Fatores importantes, tais como a clivagem de classe e aspectos socioeconômicos, culturais, fundiários, ambientais e territoriais, fortemente imbricados com a problemática da água no país, não são devidamente reconhecidos, valorizados e internalizados. Uma pesquisa realizada pelo IPEA (2012), no âmbito do Projeto “Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros”, que resultou em um relatório sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, traçou o perfil dos conselheiros (IPEA, 2012, p. 26-30) deste conselho, revelando aspectos significativos sobre gênero/sexo (72% masculino e 28% feminino), cor/raça (83% branca, 9% parda, 2% indígena e 6% não declarou), escolaridade (37% mestrado completo, 33% especialização, 11% doutorado completo, 11% superior completo, 4% doutorado incompleto e 4% mestrado incompleto), atuação profissional (59% ciências exatas, 24% ciências sociais, 9% ciências agrárias, 6% ciências biológicas e 2% não declarou), religião (57% católico, 17% não declarou, 7% agnóstico, 7% espírita, 2% ateu, 2% judeu, 2% adventista, 2% cristão, 2% batista e 2% greco-ortodoxa), faixa etária (61% de 41 a 60 anos, 22% de 31 a 40 anos, 13% mais de

²⁴⁷ A obstrução se deu no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Segundo informações levantadas em *off*, o veto à Moção nº 36 do CNRH foi efetuado em decorrência de fortíssima pressão contrária, poucos dias antes do esperado anúncio (em 22/03), exercida por parte de alto representante do setor elétrico.

²⁴⁸ A exemplo da expansão da fronteira do agronegócio, de empreendimentos minerários, de grandes obras de infraestrutura hídrica etc.

60 anos e 4% de 21 a 30 anos) e renda familiar (55% acima de R\$ 12 mil, 26% de R\$ 8 a 12 mil, 15% de R\$ 4 a 8 mil, e 4% de R\$ 2,5 a 4 mil). Esses dados corroboram com a constatação de Abers e Keck (2008) acerca do elitismo (econômico-social e classista) presente nos conselhos de recursos hídricos, assim como acerca do viés tecnocrático (74% são oriundos das ciências exatas, agrárias e biológicas). Não só por isso, a racionalidade instrumental e a tecnicidade são características muito presentes no ambiente institucional do SINGREH, o que pode induzir ao ensimesmamento e ao desvirtuamento dos princípios, valores e cosmovisões que devem orientar a técnica. O problema, nesse sentido, como alertou Theodor Adorno (1995), é que

Os homens inclinam-se a considerar a técnica como sendo algo em si mesma, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão do braço dos homens. **Os meios – e a técnica é um conceito de meios dirigidos à autoconservação da espécie humana – são fetichizados, porque os fins – uma vida humana digna – encontram-se encobertos e desconectados da consciência das pessoas** (ADORNO, 1995, p. 132). (grifos meus).

Assim como o elitismo e o tecnicismo (ou a tecnoburocracia) se interpõem em certos colegiados, outras vicissitudes estruturalmente corporificadas na sociedade brasileira podem ser neles também reproduzidas, tais como a cultura clientelista, a fragilidade da cultura cívica ou o “pouco interesse por questões coletivas e a forte influência dos interesses privados sobre as ações do Estado” (BISPO JÚNIOR e GERSCHMAN, 2013, p. 13), detectadas nas análises realizadas por Bispo Júnior e Gerschman (2013) sobre instituições participativas. A par disso, pode-se inferir que assim como a problemática da água no Brasil não se encontra apartada dos problemas do mundo, até porque a água é elemento onipresente, que a tudo entrelaça, inclusive refletindo as questões mundanas, também os colegiados do SINGREH não se encontram, nenhum deles, imunes às mazelas históricas e estruturais que o país carrega. Pela mesma razão, não deveriam ser concebidos e operados como se fossem fins em si mesmos, isentos de responsabilidade perante os mais exigentes desafios da realidade nacional, sobretudo, das dimensões históricas, sociais e ambientais desta realidade.

6.5. Cenário turbulento e desafios da gestão participativa da água

O arranjo socioestatal poroso e híbrido que caracteriza os colegiados do SINGREH se insere, de alguma maneira, no esforço de superação do histórico divórcio²⁴⁹ entre o Estado e a sociedade. Nos últimos anos, porém, o esforço da redemocratização – compreendida numa perspectiva integral, de complementaridade entre as formas representativa, participativa e direta, consistida num “*continuum* de formas intermediárias” (BOBBIO, 2000, p. 52) – vem sofrendo um ataque mordaz e sistemático por parte de forças econômicas e políticas conservadoras, que flertam com o autoritarismo e toleram, quando muito, uma democracia meramente formal, de baixíssima intensidade ou simulacro de democracia, de modo a não ameaçar o *status quo* que mantém o Brasil como o país de maior concentração de renda²⁵⁰ e dos mais desiguais²⁵¹ do mundo.

Observando a linha do tempo dessa onda antidemocrática, a fúria expressa por editoriais de grandes jornais brasileiros, em maio de 2014²⁵², como reação à Política Nacional de Participação Social (PNPS)²⁵³ e ao fortalecimento das Instituições Participativas (IP) – tais como os conselhos, comitês de bacias, comissões, conferências, ouvidorias, mesas de diálogo, etc. –, escancara a velha tradição antidemocrática também desses meios de comunicação que, logo em seguida, inclusive, encamparam a pauta fraudulenta do impeachment²⁵⁴. Em editorial

²⁴⁹ Legado não só pelos 21 anos de regime de exceção como de uma longa tradição autoritária brasileira.

²⁵⁰ “Quase 30% da renda do Brasil está nas mãos de apenas 1% dos habitantes do país, a maior concentração do tipo no mundo. É o que indica a Pesquisa Desigualdade Mundial 2018, coordenada, entre outros, pelo economista francês Thomas Piketty”. Conferir em: <https://www.ufjf.br/ladem/2019/05/30/brasil-tem-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-entre-o-1-mais-rico/>. Além disso, durante a pandemia, os “42 bilionários brasileiros tiveram sua riqueza aumentada em US\$ 34 bilhões (mais de R\$ 180 bilhões)”, ao mesmo tempo em que “mais de 600 mil micros, pequenas e médias empresas já fecharam as portas” e que “a maioria da população perdeu emprego e renda (país tem hoje cerca de 13 milhões de desempregados e 40 milhões de trabalhadores informais)”. Conferir em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/os-lucros-obscenos-dos-super-ricos-com-a-pandemia/>. Acessos em 18 out. 2020.

²⁵¹ Embora figure entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil é, absurdamente, o sétimo país mais desigual do planeta, conforme mostra a Rede Brasil Atual, com base no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Conferir em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/12/brasil-7-pais-desigualdade/>. Acesso 18 out. 2020.

²⁵² Na sequência do junho de 2013, em que as forças reacionárias capturaram e hegemonizaram o debate nacional.

²⁵³ Juntamente com o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), a Política Nacional de Participação Social (PNPS) foi instituída pelo Decreto nº 8.243, de 23/05/2014, com o objetivo principal de “fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil”. A PNPS e o SNPS resultam de uma concertação, a Arena da Participação Social, que envolveu cerca de 2.500 pessoas, representantes da sociedade civil, da iniciativa privada, gestores públicos, convidados e autoridades internacionais e nacionais.

²⁵⁴ A ideia do impeachment foi aventada pela mídia conservadora, pioneiramente, pela TV Veja, desde o dia da apuração dos votos que confirmou a reeleição de Dilma Rousseff, como se pode averiguar em matéria de Fernando Brito, do blog Tijolaço [reproduzida pelo jornal do Nassif, neste link: <https://www.jornaldonassif.com.br/page/noticia/tijolaco-o-impeachment-nasceu-na-veja-engravidado-pelo-psdb>], ou no vídeo: <https://youtu.be/Pxoq7c4gsJE?t=135>. Acessos 10 out. 2020

de 29/05/2014, o jornal “O Estado de São Paulo”²⁵⁵, refratariamente, argumenta: “Ora, a participação social numa democracia representativa se dá através de seus representantes no Congresso, legitimamente eleitos”. Na mesma linha, o editorial do “O Globo”²⁵⁶, de 31/04/2014, encara a PNPS e as instâncias de democracia participativa como “um golpe” que visa à “desmontagem do regime representativo”. A histeria reacionária da mídia conservadora, de tradição golpista, reverberou no parlamento nacional (com tentativas de sustar os efeitos do Decreto que instituiu a PNPS) e também na sociedade (incitando discursos antidemocráticos e nutrindo a cultura de ódio e intolerância típica das elites brasileiras). Diante dos ataques à participação social, Leonardo Avritzer lembrou que o modelo (ou subsistema) de democracia participativa não constitui uma peculiaridade e, menos ainda, uma invenção brasileira (e seria de orgulhar se o fosse), fazendo parte das democracias de diversos países do mundo:

Os Estados Unidos tem o modelo de participação da sociedade civil no meio ambiente por meio dos chamados “*Habitat Conservation Plannings*”. A França tem o modelo de participação da sociedade civil nas políticas urbanas através de contratos de gestão nos chamados “*Quartier Difficile*”. A Espanha tem a participação da sociedade civil no meio ambiente através de “juris cidadãos”. A Inglaterra instituiu mini-públicos com participação da sociedade civil para determinar prioridades políticas na área de saúde. Todas as principais democracias do mundo procuram soluções para o problema da baixa capacidade do parlamento de aprovar políticas demandadas pela cidadania. A solução principal é o envolvimento da sociedade civil na determinação de políticas públicas. A justificativa é simples. Ninguém quer acabar com a representação, apenas corrigir as suas distorções temporais (AVRITZER, 2014).

Este não foi um episódio isolado, pois contribuiu para atizar o clima e desencadear um conjunto de outras ofensivas, até mais ousadas, que se sucederam na tentativa de sequestrar a soberania popular e frear o processo de redemocratização do Brasil, tais como o próprio golpe de 2016, a eleição majoritária de 2018, eivada de vícios²⁵⁷, até à recente investida do atual

²⁵⁵ Disponível em: <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral/mudanca-de-regime-por-decreto-imp-1173217>. Acesso 09 out. 2020

²⁵⁶ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opinio/decreto-agride-democracia-representativa-12667958>. Acesso 09 out. 2020

²⁵⁷ A este respeito, o cientista político e professor da Universidade de Harvard, Steven Levitsky (autor do livro “Como as democracias morrem”, Daniel Ziblatt) assim se manifestou: “Quando vemos que um dos grandes concorrentes nas últimas eleições talvez tenha sido excluído de forma ilegítima da corrida presidencial, chego à conclusão de que as eleições de 2018 no Brasil não foram completamente democráticas. E é uma triste conclusão a se chegar. [...] Ainda que o Brasil tenha uma das democracias mais fortes da América Latina, e eu acho que há uma boa chance de que ela sobreviva, por outro lado tudo pode acabar” [entrevista a Fabio Manzano, do jornal Estado de São Paulo, disponível em: <https://brasil.estado.com.br/blogs/inconsciente-coletivo/para-professor-de-harvard-eleicoes-de-2018-nao-foram-completamente-democraticas/>]. O mesmo entendimento é compartilhado por outros dois importantes intelectuais brasileiros, o cientista político Luís Felipe Miguel: “Há elementos mais do que suficientes para defender a anulação das eleições de 2018 - cuja legitimidade foi ferida de morte não só pelo golpe de 2016, mas também pela conspiração levada a cabo por Sérgio Moro e por integrantes do MPF para impedir que a vontade popular se manifestasse nas urnas” [disponível em: <https://www.fenasepe.org.br/destaque/luis-miguel-esquerda-deve-defender-anulacao-das-eleicoes-de-2018-nao-impeachment/>], e o filósofo Vladimir Safatle: “O que vimos no ano passado foi uma eleição fraudada, viciada, montada em todas as peças para ter o resultado que

governo no esforço de extinguir ou esvaziar os conselhos e outras instituições da democracia participativa. É importante recapitular essas passagens para entender o quão adverso se tornou o atual cenário em relação às aspirações democráticas mais genuínas, que resultaram no pacto sócio-político materializado na Carta Magna de 1988, assim como na reestruturação e aprimoramento gradativo do sistema democrático²⁵⁸, agora imerso num ciclo de regressividade.

Contraditoriamente, embora fosse crescente a corrosão do sistema político (democracia representativa) – devido, por exemplo: à influência indevida (e ao poder de captura) do poder econômico-financeiro (exercido, principalmente, por meio do financiamento privado-empresarial de campanhas eleitorais²⁵⁹); ao esgotamento dos limites do ‘presidencialismo de coalizão’²⁶⁰; ao “aumento de prerrogativas do Poder Judiciário, em especial do STF, em detrimento das instituições constituídas pela soberania popular” (AVRITZER, 2016, p. 111); dentre outros fatores, como os apontados por Silvio Caccia Bava (2014) e Leonardo Avritzer (2016) –, ainda assim, as instituições da democracia participativa, de certa maneira, representavam, inclusive neste aspecto, um contraponto importante pelo potencial de inibir eventuais desvirtuamentos do interesse público²⁶¹.

Ademais, é notório o fluxo informacional existente entre o parlamento e as Instituições Participativas (IPs), especialmente os colegiados (conselhos, comissões, comitês), os quais,

teve. Não há razão alguma para respeitá-la. Uma eleição real pede partidos livres, possibilidade de todos se candidatarem e não interferência de poderes extra-eleitorais nos processos em curso. Não há eleição real quando se escolhe quem pode e quem não pode concorrer” [disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/30/opinion/1564520568_228934.html]. Os três pensadores referem-se ao veto à candidatura franco favorita do ex-presidente Lula que, segundo pesquisas de opinião, venceria as eleições no primeiro turno [conferir em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/07/26/lula-seria-eleito-no-1o-turno-se-eleicoes-fossem-hoje-aponta-vox-populi>].

²⁵⁸ Inclusive do subsistema de democracia participativa, revigorado a partir de 2003 com a efervescente criação de novos conselhos, fortalecimento dos existentes e realização de inúmeras conferências de políticas públicas. Neste contexto, vale mencionar a experiência do Fórum Interconselhos (mecanismo criado para assegurar a participação da sociedade na elaboração dos Planos Plurianuais - PPA do governo federal), experiência esta que recebeu a premiação mais relevante do mundo em Gestão Pública, o *United Nations Public Service Awards* (UNPSA), concorrendo com outras 704 iniciativas de 80 países.

²⁵⁹ Conforme Silvio Caccia Bava (2014), “o financiamento empresarial de campanhas eleitorais fere a democracia” e gera uma distorção numa relação que deveria ser entre cidadãos, “submetendo a democracia aos interesses do poder econômico”. Ele recorda que “Foi no governo Fernando Henrique Cardoso que o Congresso Nacional aprovou as Leis n. 9.096/1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos) e n. 9.504/1997 (Lei das Eleições), que permitem doações financeiras por pessoas jurídicas a campanhas eleitorais e a partidos políticos. Tal modificação nas regras do financiamento eleitoral deu um enorme poder às grandes empresas”. Caccia Bava também demonstra o aumento gradativamente estratosférico do custo das eleições devido à influência crescente e à capacidade de captura do sistema político pelo poder econômico. A OAB, em conjunto com outras instituições, ajuizou junto ao STF uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4.650), cujo julgamento só foi concluído em setembro de 2015, confirmando o veto do financiamento para empresas, porém o permitindo para pessoas físicas. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/uma-disputa-e-tanto/>. Acesso em 16 out. 2020.

²⁶⁰ Tais limites correspondem, em suma, conforme Leonardo Avritzer (2016, p. 11), a três fatores: “os custos crescentes da fragmentação partidária; a desorganização administrativa gerada pela distribuição de cargos no governo; e a propensão à corrupção gerada pela distribuição desses cargos”.

²⁶¹ Por exemplo, por meio da prática de *accountability*, produzindo mecanismos de transparência, prestação de contas e controle social.

inclusive, contribuem para o aperfeiçoamento do processo legislativo no parlamento brasileiro. O próprio CNRH, neste quesito, era ilustrativo da possibilidade de cooperação entre as instâncias da democracia representativa e participativa, seja por meio da emissão de pareceres sobre projetos de lei ou emendas constitucionais (a pedido do próprio parlamento), ou mesmo do envio de moções²⁶² e propostas de aperfeiçoamento do marco legal, assim como da participação de membros do CNRH (ou de sua secretaria executiva) em audiências públicas realizadas por iniciativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, além da participação de parlamentares em reuniões ou atividades do CNRH, fenômeno esse também notado em outras esferas federativas e instâncias colegiadas do SINGREH (conselhos estaduais/distrital de recursos hídricos e comitês de bacias hidrográficas). Um outro exemplo, dentre inúmeros outros, da existência do fluxo informacional entre uma instituição participativa e o parlamento brasileiro, foi a Recomendação CNDH nº 13/2019, encaminhada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) à presidência do Senado Federal recomendando “a tramitação com urgência e a aprovação do Projeto de Lei 2788/19, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB)”²⁶³. Tais situações escancaram a falácia da narrativa midiática e a investida autoritária contra as instituições da democracia participativa.

Antes dos mencionados ataques à participação social e das ofensivas antidemocráticas, havia a sensação de que caminhávamos para um cenário de incremento (ampliação e aprimoramento) da democracia participativa, no particular, de conquista da estabilidade democrática e de evolução para uma democracia de alta intensidade²⁶⁴, no geral. No período subsequente, no entanto, de impasse e ruptura democrática, emergiu uma grande fratura e as ilusões se desfizeram, até regressarmos ao momento presente, de suspensão do horizonte evolutivo, compelindo as forças democráticas para a necessidade de lutar pela própria

²⁶²A exemplo da Moção Nº 47, de 25/05/2009, recomendando às presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a ampliação da discussão pública, sobretudo, junto às instituições de ensino e pesquisa, sobre os projetos de lei que tratavam de alterações no Código Florestal Brasileiro. Nesta Moção, o CNRH ressaltava a importância da integração das políticas públicas de recursos hídricos, com a gestão ambiental e a gestão do uso do solo, e alertava sobre os riscos de redução das áreas protegidas, tais como as Áreas de Preservação Permanente (APPs), tendo como consequências, a exemplo da alteração precedente efetuada no Código Florestal de Santa Catarina, a ocorrência de desastres recorrentes, “resultando em perdas de vidas humanas e em elevados custos econômicos e danos ambientais”. Disponível em: <https://cnrh.mdr.gov.br/insrer-documentos-nos-artigos/mocoos/1067-mocao-n-47-de-25-de-maio-de-2009/file>. Acesso 10 out. 2020.

²⁶³ A Recomendação CNDH nº 13/2019 foi “aprovada por maioria pelo Plenário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos em sua 50ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 14 e 15 de agosto de 2019”. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8003363&ts=1594034461683&disposition=inline> Acesso 18 out. 2020.

²⁶⁴ Corresponde a um campo democrático abrangente, caracterizado pela ênfase na participação social (diálogo público, deliberação) e no partilhamento do poder, por meio de canais de expressão política, assim como de incorporação do conflito (a fim de superá-lo), baseado na ideia de soberania popular ampliada, relacional e compartilhada, e se insere numa perspectiva plural, socialmente inclusiva, popular, contra-hegemônica e transformadora (AVRITZER e SANTOS, 2003).

existência e manutenção das Instituições Participativas que haviam sido conquistadas/estruturadas ao longo de décadas. São fatores estes que compõem um cenário erosivo, de baixíssima intensidade democrática. Leonardo Avritzer (2016)²⁶⁵ detectou os impasses que se desenhavam no horizonte, aos quais se somava um elemento de “ruptura do monopólio da esquerda em relação à participação” (AVRITZER, 2016, p. 16), sendo que

As primeiras fissuras no monopólio desse grupo sobre a participação social ocorreram durante o segundo mandato do presidente Lula, com protestos na área de meio ambiente, ligados à transposição das águas do rio São Francisco e à construção de usinas hidroelétricas na Baixa Amazônia. Essas fissuras se acentuaram no governo Dilma na área de meio ambiente e avançaram para outras, como política indígena e políticas urbanas (Ibdem).

Na entrevista de campo, o líder Krenak mencionou o atropelo de certas agendas, a exemplo da transposição de águas do rio São Francisco, pela forma como foi colocada e realizada, sobretudo, sem antes revitalizar o rio (o qual já se encontrava em processo de degradação):

you se lembra que quando o debate sobre a transposição do São Francisco se deu, quando o pau quebrou mesmo, o pessoal decidiu que não ia respeitar mais regulação nenhuma, que eles iam fazer a transposição a pau e a pedra, como fizeram mesmo, como estão fazendo, 70% das obras de engenharia da transposição já estão feitas e tem alguém que saía disso como uma grande façanha. **O que eles não vêm, é tudo o que não foi feito e que era condição para poder fazer transposição do São Francisco. Tudo o que podia ser feito para habilitar a gente a transpor o São Francisco foi ignorado, o rio foi sendo mutilado, foi sendo flagelado**, até ele ser totalmente submetido e virar um rio manipulável. (Entrevista narrativa com o indígena Krenak, 2020) (grifo meu).

Avritzer também identifica nessas contradições²⁶⁶ e suas conseqüentes disjunções alguns dos “antecedentes das manifestações de junho de 2013 (Ibdem, p. 62)”, capturadas por forças reacionárias, o que se somou a fatores como a “agenda moral regressiva” (Ibdem, p. 121), o forte impacto político do ressentimento de classe – sobretudo, da classe média, afligida pelo deslocamento de *status* [distanciamento dos padrões das classes ricas, “convívio em

²⁶⁵ Mesmo detectando impasses significativos, o próprio cientista político Leonardo Avritzer, quando lançou o livro “Impasses da democracia no Brasil”, logo no começo de 2016, ainda avaliava a democracia brasileira como “forte e pujante” (op. Cit., p. 131).

²⁶⁶ Embora reconheça o empenho pela demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol como uma pauta progressista que marca o início do governo Lula, Leonardo Avritzer (2016, p. 61, 62) faz menção a outros episódios, além da transposição do rio São Francisco, que representaram cisões na base social, amplificados no governo Dilma, a partir do qual “essa orientação genericamente a favor dos direitos indígenas começa a mudar quando um conjunto de grandes obras de infraestrutura, em especial para o setor de energia elétrica, é proposto para a Amazônia”. Avritzer ainda se refere à composição da base governo com setores agrários e, especialmente, ao processo de construção da usina de Belo ---Monte, assim como os problemas com o licenciamento e os conflitos relacionados às audiências e consultas públicas organizadas pela Eletronorte.

espaços sociais não partilhados anteriormente” (Ibdem, p. 104) com as classes pobres e média baixa emergentes, devido ao forte investimento nas políticas de inclusão social e combate à pobreza] –, dentre outras razões.

A concentração das instituições participativas nas políticas sociais e “a ausência quase integral da participação na área de infraestrutura” (Ibdem, p. 51) (que passa a ter “agendas paralelas aos processos participativos”²⁶⁷), é outro problema estrutural detectado por Leonardo Avritzer. Na mesma linha, Ana Cláudia Teixeira (2014, p.25) percebe “um déficit de formas e mecanismos de participação” nas áreas de infraestrutura que “são justamente estas áreas que mais se chocam com as agendas ambientais” (Ibdem), a exemplo das ações do Ministério de Minas e Energia (MMA), “que deveriam pensar o país no longo prazo” (Ibdem) e “discutir matrizes energéticas ao invés de se preocuparem apenas com a construção de grandes obras” (Ibdem). Neste caso, embora exista um Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)²⁶⁸, este é um conselho com baixíssima participação social e também vinculado a uma racionalidade hegemonicamente instrumental. Mas o problema transcende a um setor específico, pois várias outras políticas setoriais também possuem projetos diretamente intervenientes nos corpos hídricos.

A problemática então se estende aos dilemas que os acompanham e, geralmente, se relacionam a processos farsescos de consultas públicas, à falta de transparência em relação aos interesses subjacentes e a outras questões a eles inerentes: servem a quais interesses? Que atores beneficiam? Quais os impactos potenciais? Quem são os potencialmente prejudicados? Quais as condicionantes? Quais os efeitos sinérgicos nos territórios, no ambiente e nos corpos d’água? Quais os mecanismos de diálogo e concertação? Quais as medidas reparadoras e/ou compensatórias? Servem a algum projeto de país? Qual(quais)? Muitas vezes, o principal problema nem é o aproveitamento em si dos recursos hídricos, mas a forma (o processo) como é feito, se há ou não respeito aos modos de vida tradicionais, aos ecossistemas, à paisagem, à dinâmica do ciclo hidrológico, à perspectiva de emancipação e justiça social, de soberania do país etc. e tal.

Enfim, esses são alguns apontamentos gerais acerca da PNRH e do SINGREH, assim como dos seus respectivos contextos e do arcabouço – epistemológico, legal e institucional –

²⁶⁷ Ibdem.

²⁶⁸ O CNPE é composto por 11 membros efetivos (ministros de Estado e o presidente da Empresa de Pesquisa Energética-EPE) e outros 6 membros designados (dos quais 2 representam a sociedade civil, que, na realidade, costumam ser técnicos especialistas na área de energia ou mesmo executivos nomeados pelo Ministério de Minas e Energia-MME). Conferir em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/conselhos-e-comites/cnpe/relacao-de-integrantes-do-cnpe>. Acesso 18 out. 2020.

ao qual estão acoplados. O que embala esses arrazoados é, especialmente, a tentativa de contrastar o referido arcabouço de política pública [de recursos hídricos] com uma perspectiva reflexiva e crítica, a fim de identificar algumas lacunas, fragilidades e também potencialidades. A concatenação [ou o diálogo] com as cosmologias, os modos de vida originários e tradicionais, e com os horizontes relacionais contra-hegemônicos (humanos e extra-humanos, inclusive com a água) que foram sonogados, silenciados e/ou subalternizados pelo ordenamento moderno/colonial, torna-se condição para vislumbrar possibilidades outras de transformação e/ou de reinvenção, tal como expressam as instigantes ideias do educador popular Simón Rodríguez, em meados do Séc. XIX, epigrafadas na abertura deste capítulo.

Neste sentido, considerando que o arcabouço legal e institucional existente para os recursos hídricos não constitui um fim em si mesmo, e por isso não deve ser uma ilha desconectada dos mundos, é preciso descobrir/[re]inventar outras formas de responder aos desafios da complexa realidade histórico-social brasileira; da herança colonial [racista e patriarcal]; das tensões geopolíticas no centro do sistema-mundo, suas implicações no Sul Global [e no contexto nacional]; das ofensivas neoliberal e privatizante; do poder de captura das finanças transnacionais e nacionais; da cultura golpista e da tentação autoritária; das tentativas de reprimarização da economia e de recolonização do país; da explosão de conflitos por água no campo; da violação de direitos; da espoliação de territórios tradicionais; da devastação ambiental; das concepções de desenvolvimento (porque, como, onde, para quem); etc.

É preciso descobrir/[re]inventar outras maneiras de utilizar (e aprimorar/transformar) a estrutura e o instrumental existentes (das políticas hídricas e ambientais) para responder a esses desafios que, de alguma maneira, foram explicitados nos capítulos anteriores, assim como aos desafios da catástrofe anunciada (e que “já está entre nós”²⁶⁹) pelo Capitaloceno na guerra de Gaia. Mas, para que isso ocorra, para que a estrutura do SINGREH não seja mais do mesmo, ou apenas mais uma das várias estruturas existentes, meramente reprodutoras dos reducionismos característicos do padrão hegemônico, seja ele essencialmente burocrático, utilitarista, tecnicista, aceleracionista, elitista, antropocentrista etc., é também necessário que a Política e sua estrutura (seu conteúdo valorativo, normativo e seu arranjo institucional) sejam analisados, disputados e conquistados por forças contra-hegemônicas (os Terranos, o povo de Gaia).

²⁶⁹ DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 155

7. ‘REMATRIAR’ A BRASILIDADE DA ÁGUA E FORJAR OUTRAS SUBJETIVIDADES: CONFLUÊNCIAS MÍNIMAS, DISSONÂNCIAS INEXORÁVEIS E PERSPECTIVAS COSMOPOLÍTICAS

“Na sua versão noturna, a modernidade foi, do princípio ao fim, uma interminável guerra travada contra os vivos”. (Achille Mbembe)

“Já tínhamos o comunismo. Já tínhamos a língua surrealista. A idade de ouro. [...] Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade. [...] A alegria é a prova dos nove. No matriarcado de Pindorama. (Oswald de Andrade, in: Manifesto Antropófago, 1928)

*“Rios resistem em seu ofício: lembrar o prometido encontro com o mar e assim ser
UM vindo de tantos”
(TT Catalão)*

Face aos sentidos da água expropriados pela modernidade-colonialidade, este capítulo propõe a recomposição desses sentidos por meio de uma ‘rematiação’ das cosmologias originárias e extramodernas, pela valorização dos direitos humanos e extra-humanos de acesso à água, pela água como sujeito biocósmico de direitos, o que requer outras maquinações e outras modelagens, e pressupõe a valorização e o diálogo com as cosmologias originárias, afro-ameríndias e extramodernas, corporificadas, especialmente, no modo de vida dos povos indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais brasileiras, a fim de alargar o presente e fecundar um futuro de coexistência de mundos, em que a brasilidade da água seja uma das forças motrizes para sedimentar um outro projeto de país.

7.1 Guerra de mundos: conflagração entre humanos e terranos

As assimetrias verificadas na composição dos colegiados da Política de Águas do Brasil (Lei Federal Nº 9.433/97), em prejuízo, sobretudo, dos povos e comunidades tradicionais²⁷⁰, refletem, em larga proporção, a prevalente concepção unívoca de mundo que nega e tenta apagar outros mundos [outras cosmologias, assim como os saberes e ontologias que delas não apenas derivam, mas também retroalimentam], encurtando assim, demasiadamente, o potencial

²⁷⁰ E também dos movimentos sociais, em especial daqueles que defendem a água como bem comum e elemento essencial à vida, que lutam pelo direito humano universal de acesso à água e ao saneamento, que lutam contra a violação desse e de outros direitos elementares, que lutam contra a privatização e a mercantilização da água.

de politicidade²⁷¹ e também de fecundidade do complexo horizonte coexistencial de mundos múltiplos. A perspectiva tecnocrática (que costuma camuflar ideologias sob o manto de uma suposta, mas inalcançável, falsa, neutralidade técnica e científica) presente no universo imaginário (expresso em narrativas) e no *modus operandi* amalgamado à institucionalidade dos recursos hídricos, se insere, ainda que inconscientemente, na rota do “progressivismo tecnofílico”, da Natureza “reaxiomatizada” pela máquina do reencantamento capitalista (a exemplo do “capitalismo verde”, dos mercados carbono, da água *commoditizada* etc.), da “suprema artificialização emancipatória”, da “humanidade-sem-mundo”, e de outras acelerações escatológicas singulares “tecnicamente magnificadas” (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 64, 69, 79, 81, 116).

Alicerçada no pensamento abissal e na racionalidade indolente, negacionista e excludente de alteridades, de subjetividades outras, humanas e extra-humanas, a concepção de mundo mono-naturalista e mono-cultural, abordada anteriormente, é típica da modernidade-colonialidade ocidental eurocêntrica. A percepção reducionista da água como objeto, coisa, matéria-prima, insumo, recurso (ou mesmo mercadoria, acentuada pela lógica capitalista), resulta desse paradigma imperante, assim como, simultaneamente, é a mesma percepção que opera a expropriação de sentidos outros da água (bem comum, ecológico, cultural, fonte da vida, elemento sagrado, símbolo de fertilidade, purificação, regeneração etc.), sentidos esses a ela atribuídos, exatamente, por aqueles segmentos sociais, tal como os povos originários e as comunidades tradicionais, que foram reiteradamente silenciados e subalternizados pelo empreendimento moderno-colonial.

Também emanam desse paradigma hegemônico e homogeneizador os conflitos pela água no campo e nas cidades, as cisões abissais dos ciclos vitais ou as fraturas no metabolismo da Terra, além de outros acontecimentos que compõem um cenário distópico, de catástrofe planetária anunciada pelo já iminente colapso climático e ambiental. Acentuada pelo aceleracionismo tecno-capitalista²⁷², o Capitaloceno ou a crise civilizacional do mundo moderno, que adquire escala de crise ecológica planetária, é a expressão mais espessa de uma

²⁷¹ Entendida, conforme Pedro Demo (2016), como “atributo do ser vivo (em grau mais visível em humanos) que tem dentro de si impulsos para assumir, até certo ponto, seu destino”.

²⁷² Para Danowski e Viveiros de Castro (2014, p. 76, 77), “O substrato infra-econômico do capitalismo – as condições materiais das presentes “condições materiais” – está se modificando mais depressa que as superestruturas técnicas e políticas da civilização dominante. Não há dialética que dê jeito nessa enrascada. A aceleração “intencional” da máquina capitalista, posta como solução de nossa presente miséria antropológica, encontra-se em uma situação de contradição objetiva com uma outra aceleração nada intencional, o implacável processo de retroalimentação positiva das transformações ambientais deletérias para o Umwelt da espécie. Há fortes razões, em suma, para se temer que um pós-capitalismo mundializado não chegue suficientemente rápido para deter o “lento” colapso ecológico planetário”.

latente **Guerra de Mundos**, o mundo *Uno* e moribundo dos **Humanos** (“os Modernos que acreditam poder continuar vivendo na Natureza unificada e indiferente do Holoceno”²⁷³) *versus* o mundo plural (consistido de outros mundos) e pulsante, com potencial de transmutação, dos **Terranos** (o povo de Gaia no Capitaloceno). Guerra esta que agora se acirra nesta nova Era geológica, espalhando-se pelo globo, mas que, vale lembrar, incide com muito mais intensidade (pois amplifica os efeitos da guerra colonial) sobre os Trópicos desde a invasão dos alienígenas europeus.

7.2 A ancestralidade como futuro e o povo porvir

Ao suscitar a ideia de “um povo que falta”, Deleuze (1993, p. 5) refere-se “à função fabuladora” de “inventar um povo” que ainda não existe e que “não se escreve com as recordações, a menos que se faça delas a origem ou o destino coletivos de um povo a vir ainda emerso nas suas traições e abjurações” (Ibdem). Desse modo, tomo aqui emprestado o escrever “com as recordações” (fazendo delas origem e destino de um povo porvir) em analogia com o inscrever, o atuar, o [re]incidir numa temporalidade imaginária, utópica, de modo **que o recordar corresponda não a um saudosismo estéril, mas, ao contrário, a uma melancolia ativa, fecunda, ou uma incursão, como elucida Marc Berdet (2020)²⁷⁴, às “promessas emancipadoras não cumpridas” de um passado potente** (aquela porção do passado que foi deliberadamente enclausurada ou lançada no esquecimento pelos opressores e que remete à órbita intertemporal dos desejos e dos afetos, ou de “um passado cheio de desejos”²⁷⁵), um voltar atrás como aquele simbolizado pela *Sankofa*²⁷⁶, para recuperar e reavivar o que foi silenciado e esquecido, porém sem deixar de olhar e de seguir em frente, uma confabulação

²⁷³ DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 122.

²⁷⁴ Resenha elaborada por Marc Berdet sobre o livro do historiador italiano Enzo Traverso, “A melancolia de esquerda: marxismo, história e memória”, publicada na Folha de São Paulo, revista “Quatro cinco um: a revista dos livros”, em 09/01/2020. Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br/br/noticias/p/hino-a-melancolia>.

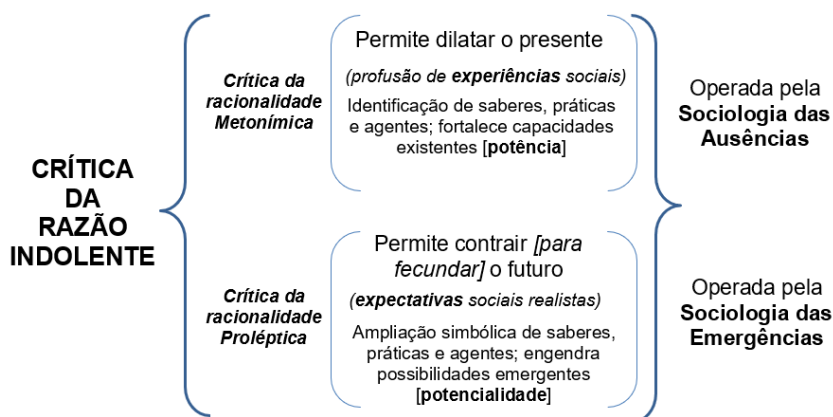
²⁷⁵ BERDET, 2020.

²⁷⁶ Geralmente representada pelo ideograma de um pássaro mítico “que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro” (pode ser também representada por um desenho similar a um coração estilizado), a *Sankofa* (*Sanko* = voltar; *fa* = buscar, trazer) tem origem num provérbio tradicional dos povos de língua Akan da África Ocidental “*se wo were fi na wosan kofa a yenki*” que pode ser traduzido por “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”, e expressa “a busca de sabedoria em aprender com o passado para entender o presente e moldar o futuro”, também representando “uma visão projetiva aos povos milenares e aqueles desterritorializados pela modernidade colonial do ‘Ocidente’”, a fim de “recuperar o que foi esquecido ou renegado”. Informações extraídas da Revista Sankofa – Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/about> Acesso 07.dez. 2020

numa perspectiva de mergulho na ancestralidade para **alargar o presente e empenhar o futuro**, tarefa esta que encontra ressonância e suporte teórico-metodológico para ser efetivada na *sociologia das ausências e das emergências* desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2002), numa perspectiva de crítica à razão indolente e de valorização dos saberes, experiências e modos de vida dos povos do Sul Global.

Se trata não só de promover o reconhecimento e, conseqüentemente, as indispensáveis políticas reparatórias das violências e perdas históricas provocadas pela colonialidade, mas de ir além, afim de não se prender/perder na fixação do passado, mas de sedimentar a necessária abertura do futuro, assim como de manter acesa a estratégica percepção sobre aqueles raros momentos nos quais “os lençóis profundos da memória coletiva poderiam [podem] emergir, indo ao encontro da tempestade eletrizante do evento histórico” (Ibdem).

Figura 12 – Mapa mental: Crítica da Razão Indolente



Fonte: elaboração própria, adaptada de SANTOS, 2002

Essa confabulação (do povo porvir), assim como do ‘evento histórico’, no entanto, já se fazem vívidas e potentes nos subterrâneos do Sul Global, talvez efervescentes como uma larva vulcânica (que irromperá em algum momento²⁷⁷, e subsistem na realidade brasileira, ainda que se encontre, o povo porvir, subalternizado, em transe, insurgindo-se²⁷⁸ nas periferias das cidades, nas aldeias, nos quilombos, nos terreiros, trazendo junto a sua terranidade e o entrelaçamento inextricável com os agenciamentos não-humanos ou extra-humanos da teia viva

²⁷⁷ Porém, mais importante do que ficar à espera de um momento redentor, do “evento histórico”, é valorizar os movimentos, as experiências (especialmente do Sul Global) e os processos de luta em curso capazes de dilatar o presente e de fecundar o futuro.

²⁷⁸ Na luta pela água, pelas ‘florestania’, pela demarcação de terras, pelas ciclovias e várias outras lutas, assim como nas celebrações da vida, nos batuques, nas quizombas, nos carnavais, e nas festas dos não-humanos, das águas que pululam felizes nas corredeiras, ou brincam de esconde-esconde nos redemoinhos, dos ventos enroscando as cabeleiras das árvores, do cão que corre atrás de um sabiá-laranjeira na calçada etc.

de Gaia. Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro referem-se aos **Terranos** como o **“povo porvir”, o povo “de pé, sublevado, o povo em pé de guerra, o povo com o pé no chão mas com a espinha ereta e a cabeça erguida”**(Ibdem, p. 73), os extra-modernos, tanto os humanos (como os indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais), **assim como, igualmente, os extra-humanos**²⁷⁹, no sentido antropomórfico (e também nas perspectivas animista e panpsiquista) das “sociedades não-humanas que constituem o planeta” (Ibdem, p. 151), povoadas de “bichos, plantas, máquinas, rios, geleiras, oceanos, elementos químicos, enfim, toda a gama de existentes que se acham envolvidos no advento do Antropoceno” (Ibdem, p. 133).

Na Guerra de Mundos, onde pode haver deserções e conversões, é preciso “fazer os Humanos reconhecerem que eles não são responsáveis pelos Terranos, mas responsáveis diante deles. Não há negociação possível sem essa admissão, [...] não há composição possível com a lógica absolutamente não civilizável do capitalismo” (Ibdem, p. 144).

A par disso, no mundo dos Terranos (multiverso consistido, irredutivelmente, de vários mundos) também cabe, em termos, inclusive elementos do mundo moderno dos Humanos, desde que ao lado (e não acima), ou seja, desde que destituídos da pretensão de suma universalidade, de exclusividade e de superioridade, assim como de outras veleidades mórbidas (de modo a neutralizar, por exemplo, o seu vício de se autoafirmar anulando o outro, a sua estupidez compulsiva, o seu potencial de letalidade, de apagamento do diferente, de degradação do mundo etc.).

A tentativa de conversão dos modernos (ou de parte deles, de humanos em terranos), os “povos do Centro” (Ibdem, p. 127), que vivemos “amontoados nas ‘gigantescas metrópoles técnicas’” (Ibdem) e que por isso precisamos “baixar a bola, reduzindo a escala” (Ibdem) [sobretudo de consumo e de trabalho exaustivo] de nossos “modos de vida”, é uma tarefa que se torna inescusável na tentativa de se evitar “a queda do céu”²⁸⁰ (ou, ao menos, de “adiar o fim do mundo”²⁸¹).

Para Marco Antonio Valentim (2018, n.p.)

os saberes ancestrais ameríndios, bem como de outros povos extramodernos, se demonstram bem mais capazes de fazer frente à catástrofe dos dias atuais e futuros [...] Nada mais contemporâneo, face ao Antropoceno, do que, por exemplo, a memória ancestral das idades da Terra que o xamanismo yanomami mantém e reelabora constantemente. Nada mais obsoleto, face ao mesmo acontecimento, do que a pós-

²⁷⁹ Danowski e Viveiros de Castro (2014, p. 158) salientam que, além dos indígenas e comunidades tradicionais, os Terranos “são somente uma pequena parte da Resistência Terrana contemporânea, esse amplo movimento clandestino que apenas começa a se tornar visível no planeta invadido pelos Modernos: na África, na Oceania, na Mongólia, nos becos, porões e terrenos baldios da Fortaleza Europa”.

²⁸⁰ Referida por Davi Kopenawa.

²⁸¹ Propugnada por Ailton Krenak.

história proclamada pelos avatares da filosofia aceleracionista. Num caso, trata-se do pensamento dos futuros vivos; no outro, do pensamento dos mortos-vivos.

Os Terranos ameríndios, conforme Danowski e Viveiros de Castro (2014, p. 159),

Cansados de uma longa história de pérfidas e sucessivas traições, talvez não se disponham a "negociar" nenhuma paz cosmopolítica, e nos mandem merecidamente ao diabo. De qualquer modo, além do fato de que eles permanecem sendo um componente crucial da megacultura demótica das três Américas, e como tal capazes de originarem poderosas e inesperadas linhas de fuga de impacto mundial, uma coisa é certa: **os coletivos ameríndios, com suas populações comparativamente modestas, suas tecnologias relativamente simples mas abertas a agenciamentos sincréticos de alta intensidade, são uma "figuração do futuro"** (Kroijs 2010), não uma sobrevivência do passado. Mestres da bricolagem tecnoprimitivista e da metamorfose político-metafísica, eles são uma das chances possíveis, em verdade, da subsistência do futuro (grifo meu).

O encontro com a ancestralidade e o acesso às cosmologias extramodernas – tais como as afro-ameríndias, assim como ao seu modo de se relacionar com a vida, com a natureza e com o cosmos –, torna-se, nesta perspectiva, um dínamo ou elemento catalisador, origem e destino coletivo de um povo porvir.

7.3 A água como metáfora da paz: cosmopercepções e proposição cosmopolítica

As tensões hidro[geo]políticas, assim como as investidas do hidronegócio contra os territórios, a natureza, os modos de vida e os corpos (humanos e extra-humanos, a começar pela própria água), fazem desse elemento vital também um indicador axiomático da conflagração dos Humanos contra os Terranos [ou, se quisermos, “Aquanos”] de Gaia. O colonizador (a modernidade colonial) estendeu à água e à natureza, sob “o prisma da utilidade econômica” (SOUZA, 2018, p. 18), “o mesmo sentido reservado ao domínio dos corpos” (Ibdem), tanto dos negros escravizados como “dos povos originários ameríndios” (Ibdem), observa Ana Paula Lemes de Souza (2018) ao recordar o processo histórico de exploração minerária e das águas minerais no Estado de Minas Gerais.

Numa perspectiva relacional com a água que transcende o reducionismo monocognitivo da racionalidade instrumental, Vera Margarida Lessa Catalão (2013) decifra que a água “é a metáfora mais fluida da paz” (CATALÃO, 2013) e “para que haja paz, seres diferentes estabelecem trocas, preservam suas naturezas” (Ibdem). Diante do exaurimento da capacidade diplomática, torna-se pertinente o desprendimento das dissimulações, assim como nomear os oponentes e reconhecer a conflagração. Neste sentido, faz-se também necessária a insurgência, a disposição [e a preparação] para o confronto, até mesmo para que necessárias conversações de paz sejam urdidas e se tornem factíveis (DANOWSKI e VIVEIROS DE

CASTRO, 2014, p. 116). Vera Catalão também decodifica que a paz, tal como a água, “não aceita a estagnação de energias” (Ibdem), pois “a circulação, a inclusão e a troca” (Ibdem) são qualidades de ambas, de sorte que “a paz não é o contrário da violência, pois estaria, se assim fosse, confinada em uma relação de opostos sem mediação” (Ibdem). Catalão afiança, assim, que “**a paz inclui a violência e seu contrário, a não-violência**” (Ibdem) e que “ao estabelecer uma relação criativa entre os contrários, torna-se o próprio fruto dessa relação” (Ibdem). Sob um prisma equivalente, Latour (2018, p. 434) assinala, baseado em Isabelle Stengers, que os fundamentos da paz “não devem ser procurados entre os homens de boa vontade, que se desfaçam dos seus deuses (suas inclinações secretas), mas do lado dos homens incuráveis tomados de intenções supra e sub-humanas”. Para não esterilizar esse campo de possibilidades, e para que a paz seja ativa, ela “necessita a garantia de uma relação que não nega, mas religa os seres para assegurar a permanência da vida. Mesmo na morte, a paz e a água são proativas, permitem que vermes e bactérias dissolvam e recriem a vida” (CATALÃO, 2013).

Essa compreensão também metafórica entre água e paz, descortina veredas e inspira movimentos para a travessia do Capitaloceno. Como não é nada simples a incumbência requerida para operar necessárias transmutações, torna-se pertinente um esforço de compreensão que extrapole o sentido convencional da política e da diplomacia²⁸². Na perspectiva extra-humana e ‘plurivérsica’ dos Terranos, Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2014, p. 126), também inspirados em Latour, afirmam que “a política é apenas um departamento da cosmopolítica, e que isto a iguala a todas as outras”. Bruno Latour (2018) conjectura que “se o cosmos designa tudo que é, ele deve então ser expandido, conforme seu sentido literal, ao conjunto das entidades não humanas que participam nas ações humanas” (LATOUR, 2018, p. 432). Achille Mbembe (2020) alerta que “é tempo de tomar consciência de que estamos cercados de anéis de fogo por todo o lado” (Ibdem), pois “a humanidade não conhecerá a liberdade fora da sociedade ou da dependência da biosfera” (Ibdem), e que se “for imperativo devolver a tudo o que é vivo (incluindo a biosfera) o espaço e a energia de que necessitam” (Ibdem), não deveremos hesitar em fazê-lo. Por efeito dessa advertência, Mbembe também questiona: “Seremos capazes de redescobrir a nossa pertença à mesma espécie e o

²⁸² Conforme Bruno Latour (2018, p. 435), “De um lado, estamos em uma situação em que **a paz não poderá ser implementada se os diplomatas se desfizerem de seus deuses, costumes e das contradições próprias de seus cosmos**. De outro lado, confrontar uma plêiade de deuses e tradições não facilita a implementação de um acordo¹⁶. Além disso, a copresença de todas essas identidades e culturas (com suas próprias contradições) não permite a integração de novos membros nesses processos diplomáticos. [...] É daí a necessidade, em um processo de paz, de não nos separar daquilo que nos fundamenta (por exemplo, nossas crenças). Essa dimensão requer um outro protocolo, outras investigações, para responder a uma outra questão: **quais elementos tornam possível a distinção entre os vínculos que emancipam e aqueles que sujeitam?**” (grifos meus).

nosso inquebrável vínculo à totalidade do vivo? Talvez esta seja a derradeira questão, antes que a porta se feche para sempre” (Ibdem). As possíveis respostas a essa indagação fundamental parecem exceder às capacidades convencionais do cânone moderno da política, limitada, por exemplo, por sua concepção antropocêntrica ocidentalizada.

Neste sentido, Pedro Demo (2018, p. 21) defende que necessitamos “de uma visão interdisciplinar, intercultural, interevolucionária e interespecies, para superar o princípio antrópico, que está no fundo do eurocentrismo”. A questão é que uma problemática de magnitude exponencial como a abordada, suscita formulações também exponenciais e inusitadas. A conjugação das perspectivas macropolítica, micropolítica, ecopolítica ou ecosófica (no sentido ético-político proposto por Félix Guattari, 1990), que articula as três ecologias: a do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade humana), figura como aporte significativo neste contexto (uma nova política de águas deveria se desafiar a conjugar essas dimensões). A proposição cosmopolítica formulada por Isabelle Stengers (2018), no entanto, insurge-se como de excepcional importância no panorama da Guerra dos Mundos. Para Stengers o termo cosmopolítico designa, propriamente,

O “cosmos”, no sentido que tentarei transmitir, pouco tem a ver com o mundo no qual o cidadão antigo, por toda parte, se afirmava em seu território, nem com uma terra por fim unificada, onde cada um seria cidadão. É exatamente o contrário. [...] trata-se justamente de desacelerar a construção desse mundo comum, de criar um espaço de hesitação a respeito daquilo que fazemos quando dizemos “bom”. [...] O cosmos, aqui, deve, portanto, ser distinguido de todo cosmos particular, ou de todo mundo particular, tal como pode pensar uma tradição particular. E ele não designa um projeto que visaria a englobá-los a todos, pois **é sempre uma má ideia designar um englobante para aqueles que se recusam a ser englobados por qualquer outra coisa**. O cosmos, tal qual ele figura nesse termo, cosmopolítico, designa **o desconhecido que constitui esses mundos múltiplos, divergentes, articulações das quais eles poderiam se tornar capazes, contra a tentação de uma paz que se pretenderia final, ecumênica**, no sentido de que uma transcendência teria o poder de requerer daquele que é divergente que se reconheça como uma expressão apenas particular do que constitui o ponto de convergência de todos. [...] Poderíamos dizer **que o cosmos é um operador de colocação em igualdade** [*mise à égalité*], sob a condição de dissociar radicalmente entre colocação em igualdade e colocação em equivalência [*mise en équivalence*], que implica uma medida comum, implicando a intercambialidade de posições. Pois dessa igualdade não se desdobra nenhum “e portanto...” mas, bem ao contrário, o põe em suspensão. [...] Operar, aqui, é **criar uma colocação em inquietude** [*mise en inquiétude*] **das vozes políticas, um sentimento de que elas não definem aquilo que discutem; que a arena política está povoada pelas sombras do que não tem, não pode ter ou não quer ter voz política**. A proposição cosmopolítica, portanto, nada tem a ver com um programa, mas, muito mais com a passagem de um pavor, que faz balbuciar as seguranças. É esse pavor que poderemos escutar no grito, dizem, um dia entoado por Cromwell: “*My Brethren, by the bowels of Chirst I beseech you, bethink that you may be mistaken!*” (STENGERS, 2018, p. 444, 446, 447). (grifos meus).

Na composição cosmopolítica, o termo *cosmo* remete à concepção de pluriverso ou multiverso (vários mundos humanos e extra-humanos) e o termo *política* refere-se à concepção multinaturalista da mesma (como descrita por Viveiros de Castro), em contraste com as convencionais e limitadas concepções de mononaturalismo [que nega a concepção de pluriverso] e multiculturalismo [baseada apenas no reconhecimento e tolerância do diferente, destituído das dimensões relacionais de ‘incompletude intrínseca’ e ‘alteridade complementar’ ou de ‘diálogo entre as culturas’, aventadas pelo conceito de interculturalidade] (LATOURE, 2018/ SANTOS, 2009/ WALSH, 2009).

Conforme Danowski e Viveiros de Castro (numa interpretação latourniana), Gaia, na perspectiva cosmopolítica, é compreendida como “um gigantesco acordo discordante, mutável e contingente (uma bagunça, “a mess”) das intencionalidades múltiplas e distribuídas por todos os agentes” (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 119), sendo que na relação entre ambiente (o ambiente enquanto sociedade de sociedades) e organismos, estes entendidos no sentido de que “todos os organismos são os demais organismos [...] suas intencionalidades entrelaçadas formando 'ondas de ação' que se superpõem em ciclos perpétuos de fluxo e refluxo, expansão e contração” (Ibidem, p. 120).

Da formulação erigida por Stengers, é possível, por conseguinte, detectar algumas premissas não-negacionistas de excepcional importância para os desafios de um cenário que demanda agenciamentos inusitados. Torna-se de bom alvitre, nesta sequência, aludir, por exemplo: o reconhecimento da magnitude da crise ecológica (ao lado da qual se pode incluir a encrenca do aceleracionismo tecno-capitalista e o seu potencial de letalidade, ao qual Stengers contrapõe a necessidade de desaceleração como pré-condição para haver criação); a perspectiva não particularizada e heterogênea do comum (Stengers se contrapõe à perspectiva kantiana de *um* cosmos, uma esfera comum não heterogênea ou “um bom mundo comum”); a cultura ativa da incerteza (que encontra similitude com a concepção de inacabamento²⁸³ aventada por Paulo Freire); a da multiplicidade de agências, de existentes enquanto “centros de perspectiva” (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 98) e do caráter híbrido dos seres e das coisas que interatuam no pluriverso; a dos sujeitos humanos (do plano material e espiritual,

²⁸³ Reconhecendo-se e experimentando-se também como um “ser cultural, histórico, inacabado e consciente do inacabamento”, Paulo Freire (1996, p. 55, 58, 59) enaltece o senso existencial do inacabamento: “Aqui chegamos ao ponto de que talvez devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. [...] Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade”.

vivos e encantados) e não-humanos (orgânicos e inorgânicos) como entidades políticas, dentre outras. Tais premissas, a proposição em si, assim como a metáfora da água com a paz, pode inspirar outras cosmopercepções, outras concertações, outras diplomacias e o agir cosmopolítico também no contexto da relação com a água.

7. 4 Direitos terranos da água achados nas cosmopercepções afro-ameríndias

Ao reconhecer e evocar entidades não-humanas (ou extra-humanas) da comunidade dos Terranos – a exemplo da própria água (em sua condição de entidade política e, portanto, de sujeito) –, a *proposição cosmopolítica* abre um horizonte fulcral que pode ajudar a abalar as estruturas ossificadas da modernidade, transformar fissuras em poros para oxigenar, flexibilizar e transmutar o corpo social (entendido como ‘sociedade de sociedades’ e como um *continuum* de organismos consistidos de outros organismos), então permitindo a circulação de cosmopercepções há séculos obliteradas, além da gestação de outras paisagens multiversas. À vista disso, o reconhecimento da água como entidade política, como agente e, por extensão, como sujeito, também a conforma como *sujeito de direitos*, amplificando a escala de direitos a ela relacionados. É possível, pois, a partir desta formulação, vislumbrar ao menos três dimensões fundamentais de **direitos relacionados à água enquanto elemento vital**:

- i) o direito humano universal de acesso à água;
- ii) o direito universal de todos os viventes de acesso à água; e
- iii) a água como sujeito “terrano” de direito ou o direito da água achado nas cosmopercepções afro-ameríndias.

Reiterando a premissa de que a água é essencial e indispensável à vida e que, nesta perspectiva, **o direito humano à vida pressupõe o direito humano de acesso à água** (assim como pressupõe o direito dos demais viventes e da própria água como ente e sujeito de direitos), é fundamental reafirmar a positivação conquistada há uma década²⁸⁴ (julho de 2010) no concerto das Nações Unidas acerca do reconhecimento dos direitos humanos de acesso à água e ao saneamento, anteparo indispensável para a luta social que lateja tanto aqui como noutros cantos do mundo.

Partindo desse patamar (que, é pertinente frisar, não é um patamar de etapa vencida, mas de luta instrumentalizada, fortalecida), é necessário, no entanto, expandir a compreensão e

²⁸⁴ Sobre os 10 anos dos direitos humanos à água e ao saneamento, ver: <https://www.unwater.org/10-years-of-the-human-rights-to-water-and-sanitation/> Acesso 22. nov. 2020

os efeitos da concepção dos direitos vinculados à vitalidade da água, abarcando não apenas os direitos humanos de acesso à ela como também dos demais organismos vivos que dela interdependem. Além disso, ainda cabe alçar à escala de reconhecimento (e de luta por positividade) os direitos da própria água (de suas condições de existência e de seus inter-agenciamentos), sem os quais, inclusive, os outros direitos dela dependentes (dos humanos e dos demais viventes) ficam fragilizados ou mesmo comprometidos.

7.4.1 O direito humano de acesso à água alinhavado a uma concepção crítica e intercultural dos direitos humanos

O reconhecimento e a instituição do direito de acesso equitativo à água potável e ao saneamento básico como um direito humano universal e “essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos”²⁸⁵, pela Assembleia Geral da ONU (Resolução 64/A/RES/64/292, de 28/07/2010²⁸⁶), constitui um marco protetivo, uma resposta ativa às reivindicações históricas dos povos, assim como um instrumento permanente de anteparo às lutas pelo acesso à água e ao saneamento. Na esteira da decisão da ONU (resultante de uma longa e gradativa concertação das nações²⁸⁷), esse direito foi também reiterado pela 42ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA)²⁸⁸. O entendimento presente no concerto das nações de que a melhoria nas condições de acesso à água e ao saneamento é fundamental para alcançar melhores patamares de desenvolvimento (especialmente humano, social e de sustentabilidade), permeou os então oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)²⁸⁹, que foram avaliados e aprimorados para compor a Agenda 2030 das Nações Unidas, agora expressa nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)²⁹⁰, sendo dois deles diretamente relacionados com a água (o Objetivo 6 – Água limpa e saneamento; e o Objetivo 14 – Vida na água) e cuja implementação pressupõe articulações e compromissos políticos multiescalares (entre nações,

²⁸⁵ Conferir informativo da ONU-Água sobre “O Direito Humano à Água e ao Saneamento”, disponível neste link: https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf. Acesso 20 nov. 2020

²⁸⁶ Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292 Acesso 20 nov. 2020.

²⁸⁷ Desde o Plano de Ação da Conferência das Nações Unidas sobre Água, em Mar Del Plata, Argentina, 1977.

²⁸⁸ Emblematicamente, a 42ª Assembleia Geral da OEA que aprovou o projeto de resolução (apresentado pela Delegação da Bolívia e co-patrocinado pela Delegação do Equador) sobre o direito à água e ao saneamento, foi realizada em Cochabamba, Bolívia, de 3 a 5 de junho de 2012. Informações disponíveis em: <http://www.oas.org/consejo/pr/AG/AG42ordinario.asp> e <http://www.oas.org/doc/ag/doc/5308/12> Acesso 20 nov. 2020.

²⁸⁹ Conferir em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Objetivos_de_Developolvimento_do_Milênio#Desafios_pós-2015. Acesso 21 nov. 2020

²⁹⁰ Conferir em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Objetivos_de_Developolvimento_Sustentável Acesso 21 nov. 2020.

governos nacionais e subnacionais, municípios, assim como envolvendo os vários segmentos sociais).

A par dessas conquistas, e até mesmo para que elas não virem letra morta, para que possam ser acionadas a fim de incidir efetivamente nos processos de luta por direitos, nos territórios e na vida das pessoas, torna-se também importante o exercício de releitura crítica e intercultural dos direitos humanos. Um dos grandes dilemas da concepção tradicional dos direitos humanos reside, por exemplo, nos hiatos existentes entre uma teoria que preconiza que todas as pessoas humanas possuem direito à igualdade, à diferença e à liberdade, mas a realidade prática, factual, porém, é que estamos inseridos numa ordem social profunda e estruturalmente desigual e injusta. A esse respeito, Sánchez Rubio (2018, p.30), aponta que “a realidade dos direitos humanos sempre excede à teoria”.

Dada a tendência da racionalidade ocidental em abstrair e idealizar a realidade, é preciso, sem embargo, buscar transcender à bipolaridade ocorrida entre a abstração dos enunciados teóricos, que promovem inclusões abstratas, e a prática social, que perfaz uma realidade de exclusões e opressões estruturais, ainda mais patente, sobretudo, no que concerne à realidade do Sul Global, em geral, e dos povos latino-americanos, em particular, uma vez que a colonialidade e toda a violência dela derivada constitui elemento fundante de nossas estruturas sociais. (RUBIO, 2018. SILVA FILHO, 2018).

À vista disso, os direitos humanos devem ser tomados de maneira imbricada com a ideia de dignidade humana e esta ser aferível em situações concretas, pois, como adverte Boaventura de Sousa Santos, a hegemonia global dos direitos humanos, hoje incontestável, convive, no entanto, com uma realidade perturbadora: “a grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos” (SANTOS, 2018, p. 211). Diante de um discurso hegemônico que, em muitas situações, serve, exatamente ao contrário, ou seja, para violar direitos, Boaventura, então, propõe uma apropriação contra-hegemônica da linguagem dos direitos humanos, além da valorização de outras linguagens de dignidade humana existentes no mundo (para além da concepção ocidental hegemônica e abstrata, pretensamente universal).

Deste modo, para Joaquim Herrera Flores (2009), a dignidade humana é realizável, sobretudo, por meio dos processos de luta pelos direitos humanos, o que pressupõe o **acesso (igualitário) aos bens exigíveis para se viver com dignidade**, sejam eles materiais e/ou imateriais, tais como: livre expressão, educação, moradia, trabalho, cidadania, alimentação sadia, tempo para o lazer, dentre outros (HERRERA FLORES, 2009, p. 28). Herrera Flores deixa então evidente que, “Os direitos virão depois das lutas pelo acesso aos bens. Algumas

vezes essas lutas poderão se apoiar em sistemas de garantias já formalizados (e aí a luta jurídica se une à luta social de um modo importante)” (HERRERA FLORES, 2009, p. 28-29).

Sob este prisma, o acesso à água e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (como inscrito na CF-88) também emergem como bens exigíveis fundamentais para assegurar a dignidade humana. Não se trata, portanto, de desprezar os princípios e fundamentos relativos aos direitos humanos, mas de conectá-los às condições materiais de sua realização, estabelecendo nexos substanciais e complementares entre o instituído e as práticas/movimentos instituintes, sobretudo da luta social e do poder popular, a fim de reduzir distanciamentos e promover aproximações edificantes (positivação e implementação dos direitos).

Nesta perspectiva, Sánchez Rubio enfatiza uma concepção de direitos humanos mais complexa, relacional, sócio-histórica e holística, que priorize tanto as práticas humanas (base sobre a qual se constroem ou destroem direitos) como “a dimensão criativa e instituinte dos seres humanos plurais e diferenciados, que são os verdadeiros sujeitos e atores protagonistas” (RUBIO, 2018, p.27). Além desta abordagem crítica, Catherine Walsh (2009, p.1) também valoriza a dimensão intercultural dos direitos humanos numa perspectiva relacional, “a que faz referência de forma mais básica e geral ao contato e intercâmbio entre culturas, ou seja, entre pessoas, práticas, saberes, valores e tradições culturais distintas” (idem. p. 2). Refere-se, ainda, ao projeto político que busque construir um outro ordenamento social, que se inscreve no compromisso com o combate à discriminação, ao racismo e à exclusão, e seja capaz de “formar cidadãos conscientes das diferenças e capazes de trabalhar conjuntamente no desenvolvimento do país e na construção de uma sociedade justa, equitativa, igualitária e plural” (ibidem. p. 2).

Não obstante, face aos desafios contemporâneos da “guerra de mundos” e do colapso ambiental planetário, e considerando que os preceitos dos direitos humanos se inscrevem no marco de um paradigma antropocêntrico, não se trata, no entanto, de negá-los, mas de incluí-los numa perspectiva não conformista, de inclusão não-reduativa, ou, melhor dizendo, de uma inclusão-expansiva, a fim de alcançar e se fundir com o horizonte expandido do pluriverso, em que são também reconhecidos os direitos dos não-humanos. Sob este ângulo, desde uma esfera circunscrita, os direitos humanos podem ser ainda interpretados como ponto de partida, ao passo que os direitos terranos (de humanos e não-humanos) perfilam como ponto de chegada para uma esfera expandida de um mundo consistido de vários mundos.

7.4.2 O direito de todos os viventes à água

Traçando uma analogia com o direito universal à respiração, não apenas humano, mas de todos os viventes, como reivindicado por Achille Mbembe neste dramático contexto da pandemia de coronavírus²⁹¹, o mesmo pode valer em relação ao direito à água. Mbembe endossa que “o direito universal à respiração não é quantificável”, e por isso “não é apropriável”, ou seja, não pode ser privatizado (e nem comercializado) e, assim, “deve ser compreendido como um direito fundamental à existência”, como um “direito originário de habitação da Terra, **um direito próprio da comunidade universal dos habitantes da Terra, humanos e não-humanos**”. Assim como o direito universal à respiração não é apropriável, também o direito à água não deveria ser privatizável. A este respeito, o relatório “Direitos Humanos e a privatização dos serviços de água e esgotamento sanitário”²⁹², elaborado pelo então Relator Especial sobre os direitos humanos à água potável e ao esgotamento sanitário, Léo Heller (2020), e transmitido pelo Secretário-Geral à 75ª sessão da Assembleia Geral da ONU, em 21/07/2020, alerta que a privatização da água e dos serviços de água e saneamento representam um sério risco à privatização dos próprios direitos humanos de acesso à água e ao saneamento. Engajado na luta contra a privatização, pela água como bem comum e pelo direito universal de acesso à água, Pedro Arrojo²⁹³ (2008, p. 68) propõe a adoção de uma escala de valores (e de prioridades) para orientar a conduta dos atores, das políticas públicas e das tomadas de decisão

²⁹¹ Já se contabilizam 1,3 milhão de mortes no mundo e 169 mil no Brasil, decorrentes das infecções causadas pela pandemia de coronavírus (COVID-19). Milhares de vidas foram perdidas por falta de respirador artificial e falta de leitos hospitalares suficientes para o atendimento das vítimas, devido às insuficiências dos sistemas públicos de saúde. No Brasil, o direito à respiração, sobretudo das populações periféricas e em condições econômicas precárias, é constantemente ameaçado. Em plena pandemia, o mesmo governo federal que drena trilhões de reais de dinheiro público (via Banco Central) para os bancos, rentistas e especuladores (seja por meio de transferências diretas ou pela autorização da compra de moedas podres pelo Banco Central), também se nega a suspender a vigência da austericida Emenda Constitucional-95 (que congela gastos com saúde e educação por 20 anos), tenta privatizar Unidades Básicas de Saúde, cria dificuldades para viabilizar a renda básica emergencial de 600 reais e se mostra negligente com a quarentena e com a adoção de medidas necessárias para baixar o nível de infecções e oferecer melhores condições de atendimento à população, sobretudo, à população pobre e periférica. É o mesmo governo que endossa a privatização da água.

²⁹² Este é o 11º relatório apresentado por Léo Heller na condição de Relator Especial da ONU, no qual alerta que a premissa da maximização de lucros, as assimetrias de poder e de informação, assim como o ‘poder de captura’ das corporações privadas são alguns dos elementos que externalizam os riscos da privatização. A versão em português do mencionado relatório foi publicada pelo “Ondas” (Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento), e pode ser lido na íntegra neste link: <https://ondasbrasil.org/wp-content/uploads/2020/10/DÉCIMO-PRIMEIRO-Relatório---Direitos-humanos-à-água-potável-e-ao-esgotamento-sanitário.pdf>.

Os outros dez relatórios anteriores estão disponíveis em: <https://ondasbrasil.org/relatorios-sobre-direito-humano-a-agua-potavel-e-ao-esgotamento-sanitario-autor-leo-heller/>.

Acesso 23 nov. 2020.

²⁹³ No mês de outubro de 2020, em substituição ao brasileiro Léo Heller, o espanhol Pedro Arrojo assumiu o cargo de Relator Especial da ONU para os Direitos Humanos à Água e ao Saneamento e divulgou Carta Aberta com seus compromissos frente aos novos desafios (disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1250168122014984&id=100010654239553).

em relação a esse elemento vital, quais sejam, resumidamente: *água-vida* (funções básicas de sobrevivência de humanos e não-humanos e sustentabilidade dos ecossistemas); *água-cidadania* (serviços de captação, tratamento e distribuição de água potável e saneamento); *água-economia* (funções econômicas de caráter produtivo visando melhoria das condições materiais de vida); e *água-delito* (deve ser enquadrada como atividade ilegal, relaciona-se a usos produtivos ilegítimos, tais como despejos de contaminantes, extrações abusivas etc.).

A condição inerente à água, de elemento insubstituível à manutenção da vida, de toda a comunidade constitutiva de organismos vivos da Terra, a coloca em situação análoga à do ar e, por conseguinte, à da respiração enquanto direito de todos os viventes. O direito de não-humanos tanto à respiração como à água para suprir as suas condições vitais elementares, também invoca a própria água em seu direito de auto existência.

7.4.3 A água como sujeito *terrano* de direitos ou os direitos *terrano*s da água achados nas cosmopercepções afro-ameríndias

Quando os Krenak reconhecem o rio como o avô (*Uatu*); os iorubás ou os povos de terreiro afro-brasileiros reconhecem nas *Iabás*, em Oxum e Iemanjá, também transformadas em rios²⁹⁴, as “senhoras do elemento água” (MANDARINO e GOMBERG, 2009, p. 157) e “Grandes Mães Ancestrais” (Ibidem, p. 147); os Aymara reconhecem na chuva o “Padre Lluvia” (*Jallu Tata*); os demais povos andinos reconhecem na entidade da água a “Madre Agua” (*Quta Mama*), que “es sagrada” e “permite la existência de toda forma de vida” (MAMANI, 2010, p. 85); reconhecem-na pois, via de regra, enquanto ente (biocósmico, sagrado, primordial) praticamente onipresente, como uma das múltiplas naturezas da humanidade (perspectivas *antropomórfica* e *multinaturalista*), um parente, que entrelaça o nosso *ser-no-mundo-junto*, amalgamando-nos aos demais seres, configurando uma rede conectiva (territórios de água) tecida de inúmeros centros de perspectiva inscritos uns nos outros, pois, como traduz e arremata Luiz Simas: “Tudo é um rio só: feito de carne, osso, folha, pedra, peixe, jitiрана e água”²⁹⁵.

²⁹⁴ Por tão grande poder acumulado, as *Grandes Mães Ancestrais* se desdobram em divindades femininas, e, segundo Ana Cristina Mandarino e Estélio Gomberg (2009, p. 147), são transformadas em rios: “seu poder imenso e, por vezes, até mesmo cruel, é transformado em poder benigno, gerador de vida e de abundância, fartura e prosperidade. Ao transformá-las em rios – Rio *Oxum*, Rio *Oiá*, Rio *Euá*, Rio *Oba* – de águas límpidas e transparentes, onde se colhe o alimento e se mata a sede, um poder que as tornam auto-suficientes, seres andróginas que carregam dentro de si o Bem e o Mal, e as livrariam de seus aspectos aterradores que as fizeram reconhecidas e temidas, pois “(...) dentro delas, elas tem a feitiçaria e a anti-feitiçaria, elas têm absolutamente tudo, são perfeitas.” (CARNEIRO DA CUNHA, 1984, p.8).

²⁹⁵ Postagem de Luiz Antonio Simas no Facebook, disponível em: <https://www.facebook.com/luizantonio.simas/posts/3571808876241921>. Acesso 24 nov. 2020.

Na expressão de uma subjetividade extra-humana, em seus agenciamentos múltiplos²⁹⁶ e mútuos (inter-relacionados²⁹⁷), explicita-se a dimensão de *sujeito* da água, ente político e, portanto (especialmente, nas perspectivas cosmopolítica e biocósmica), também *sujeito de direito*. A despersonalização, por outro lado, geralmente operada pela racionalidade moderna-colonial e capitalista, é utilizada com o intuito deliberado de acentuar o divórcio com o cosmos e a natureza, a fim de justificar a coisificação e a espoliação. Como adverte Ailton Krenak (2019, p.49), “Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista”.

Dos diálogos com os saberes dos colaboradores desta pesquisa, assim como com a proposição cosmopolítica (de Stengers), com a perspectiva dos Terranos e do povo porvir (de Danowski e Viveiros de Castro), imagino uma categoria embrionária que vem a calhar, neste horizonte de novos direitos emergentes, correspondente a um *Direito Terrano da Água Achado nas Cosmopercepções Afro-Ameríndias*, categoria essa também pensada em analogia com o tarimbado e fecundo projeto do *Direito Achado na Rua*.

O inovador paradigma praxiológico do “*Direito Achado na Rua*”²⁹⁸ possui o intento, segundo José Geraldo de Sousa Júnior (2008, p.14), de “atribuir propriamente Direito ao que emerge de sua fonte material – o povo – e de seu protagonismo a partir da rua – evidente metáfora da esfera pública”. A repentina ideia de um *Direito Terrano da Água Achado nas Cosmopercepções Afro-Ameríndias*, por sua vez, remete à possibilidade de uma esfera pública expandida, cosmopolítica e biocósmica (que pode ser também interpretada como uma derivação, nesses termos, do *Direito Achado na Rua*), na qual a concepção de povo abrange também os não-humanos. Destarte, um *Direito Terrano da Água* alude à interpretação da *terranidade* do povo porvir, assim como, analogamente à *rua* ou à *polis*, aos territórios de água,

²⁹⁶ A percepção da dinâmica do ciclo hidrológico e a sua complexa dimensão ecossistêmica pode ser um ponto de referência para que os modernos compreendam, preliminarmente, a sofisticação das cosmopercepções extramodernas, afro-ameríndias, acerca da água enquanto ente (sujeito) e seus múltiplos agenciamentos (macro e microcósmicos).

²⁹⁷ Ana Cristina Mandarino e Estélio Gomberg (2009, p. 155) referem-se, por exemplo às divindades associadas ao elemento água (tal como outros orixás estão associados com os outros três elementos tradicionais: terra, fogo e ar) e o poder de cura proveniente de suas interações com as folhas ou ervas (as “*ewé omin* – folhas de água”), que se pode também interpretar como agenciamentos múltiplos entre água, floresta e solo.

²⁹⁸ O paradigma do *Direito Achado na Rua* origina-se de uma escola de pensamento experiencial jurídico-humanista, alicerçada na prática social (nos movimentos e lutas por direitos), fundada por Roberto Lyra Filho a partir da Universidade de Brasília (UnB). Assim, de acordo com José Geraldo de Sousa Júnior (2008, p. 155), o *Direito Achado na Rua* contribui para a formulação de “horizontes muito mais amplos, que abram a possibilidade de releitura da questão do acesso à Justiça de modo a concluir, sobretudo com base em Boaventura de Sousa Santos, ‘que o Estado contemporâneo não tem o monopólio do direito’ e que, ‘apesar do direito estatal ser dominante, ele coexiste na sociedade com outros modos de resolução de litígios’”.

aos rios, nascentes, às bacias hidrográficas, aos ecossistemas aquáticos, mas, principalmente, versa sobre outros horizontes relacionais com a água. Manuela Carneiro da Cunha (2019), em referência à cosmopercepção do povo Wajãpi, do Amapá, relata que

primeiro, consideram que têm o território, mas tê-lo não significa ter todos os direitos sobre ele. Não é como um governo colonial que usa a sua colônia para extrair tudo que lhe interessa, pouco se tocando com quem mora lá. Ao contrário, **os Wajãpi entendem que todos os seres que vivem em seu território têm direitos – eles têm direitos, mas os bichos têm direitos, as plantas os têm, os rios, as pedras e os seres invisíveis também.** Isso muda completamente a forma de explorar. Não é uma exploração, é um convívio com outros habitantes do mesmo território. Isso é o que justifica que não tenha havido uma destruição aqui ao longo de tantos séculos. É isso que temos que aprender: a gente não é o rei da criação, contrariamente ao que nos ensina a Bíblia. A gente não pode simplesmente ignorar os direitos dos outros seres²⁹⁹ (grifo meu).

Figura 13 - Selva Mãe do Rio Menina - Arte de Daiara Figueroa no Edifício Levy em Belo Horizonte-MG – 2020



Fonte: Extraído de “Arte na espreita e na espera... poéticas na quarentena” – Bené Fonteles (Org.). Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Ce4kA8MbAWwnGK_-9eifNReEQA_IDkuo/view?fbclid=IwAR2Y3MnKbIR0f6qscQd_48kiNXWplpB8O5d_93XnEsQXDhtAJRxi8BhbaFY

²⁹⁹ Entrevista concedida pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha a Anna Beatriz Anjos, Agência Pública, reproduzida pela Carta Capital em 28/11/2019, disponível neste link: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/nem-na-ditadura-houve-um-discurso-como-o-atual-contra-os-indigenas/>. Acesso 25 nov. 2020.

A perspectiva de um *Direito Terrano da Água Achado nas Cosmopercepções Afro-Ameríndias*, insere-se, dessa forma, no rol do que Boaventura de Sousa Santos (2018) denomina “direitos humanos emergentes”³⁰⁰, assim como se inscreve enquanto *uma* possível categoria na tessitura dos Direitos da Natureza ou dos Direitos Biocósmicos, concepções essas inspiradas em cosmologias originárias afro-ameríndias. Por sua acepção mais inclusiva, de apreensão e interação com o mundo (natureza e cosmos), o termo “cosmopercepção” aqui aludido (e associado ao *Direito Terrano da Água*) é aventado e descrito por Oyèrónké Oyèwùmí (2002) para “descrever os povos iorubás ou outras culturas que podem privilegiar sentidos que não sejam o visual ou, até mesmo, uma combinação de sentidos” (OYÈWÙMÍ, 2002, p. 3).

É possível depreender, deste modo, que as cosmopercepções relacionadas à ancestralidade dos povos afro-ameríndios compreendem uma conexão não apenas mais inclusiva e sensorial (que transcende a apreensão meramente racional, mas abarca a sensibilidade dos múltiplos sentidos para interagir com o pluriverso) como também expandida, temporal (interconectando presente, passado e futuro), espacial (céu e terra, cosmos e natureza) e existencial (ciclo vida- morte-vida/ancestralidade - encantamento).

Neste sentido, as cosmopercepções ancestrais originárias dos povos andinos, por exemplo, baseadas na Pachamama (Mãe Terra) e no “Bem Viver”, concebem a Natureza como um ente também sujeito de direito. Principalmente a nova Constituição da República do Equador (2008, p. 15) estabelece, em seu Capítulo sétimo (Derechos de la naturaleza), artigo 71³⁰¹, a natureza com sujeito de direito. Fernando Huanacuni Mamani (2010) explica que o termo “Bem Viver” (*Buen Vivir*) é mais utilizado no Equador, sendo que na Bolívia se utiliza o “Viver Bem” (*Vivir Bien*) ou *suma qamaña* (em aymara) e *sumak kawsay* (em quéchua), correspondendo, em termos gerais, a uma convivialidade plena (estar-sendo e ser-estando em plenitude), a “viver em harmonia e equilíbrio; em harmonia com os ciclos da Mãe Terra, do cosmos, da vida e da história, e em equilíbrio com toda forma de existência” (MAMANI, 2010, p. 37). Conforme elucida Fernando Huanacuni Mamani, na concepção ancestral originária dos Andes, **existem duas forças convergentes e complementares no processo da vida, a força cósmica que vem do céu e a força telúrica da terra** (a Pachamama), de maneira que “**todas**

³⁰⁰ Explica Boaventura de Sousa Santos (2018, p. 27) que “uma nova geração de direitos humanos centrada na ideia de que seres não humanos, mas essenciais à vida dos humanos, têm direitos humanos em nome próprio, com uma lógica específica e uma abrangência mais ampla que a dos seres humanos, sejam eles indivíduos ou coletividades”. Disponível em:

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Da%20Ilha%20da%20Mar%C3%A9%20a%20outro%20mundo%20poss%C3%ADvel_JL_11Abril18.pdf

³⁰¹ Art. 71.- La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos.

las formas de existência, vienen a ser la síntesis de ambas energias, el puente, el centro de las fuerzas cósmicas y telúricas” (Ibdem, p. 99, grifo meu).

Os direitos da natureza nas cosmopercepções de origem africana podem ser traduzidos ou interpretados, conforme desvenda Bas ãlele Malomalo (2019), como Direitos Biocósmicos, baseando-se, muito especialmente, na Filosofia do Ntu, ou Ubu-Ntu (*Ser-Sendo*). Para Malomalo, a Filosofia do Ntu corresponde a “uma filosofia do real-total, processual, multiforme e global, aberta a crítica e a autocrítica” (MALOMALO, 2019, p. 82, com base em NTUMBA, 2014) e que tem por finalidade “a emancipação cósmica, isto é, de todos seres vivos visíveis e invisíveis”. Nesta filosofia africana, a realidade (“o Real-Total do qual Tudo o que existe veio a existir”³⁰²) é percebida como um “Biso-Cósmico” (um “Nós-Cósmico”), um Ser-Sendo (Vida-Força-em-Movimento) que se manifesta a partir de três comunidades de vida, com seus valores intrínsecos e complementares: “Comunidade-do-Sagrado-Ancestral, Comunidade-Natureza-Universo e Comunidade-de-Bantu ou Ser-Pessoas” (Ibdem, p. 85). O cuidado com as comunidades de vida pode assim ser traduzido, para os povos africanos (ou afro-originários), como o *bem viver* para os ameríndios. Ao reconhecer que “a vida-cósmica é feita de dois movimentos: harmonia e desarmonia; ordem e desordem” (Ibdem, p. 87) e que o conflito (“oportunidade para caminhar: permitir ao Ser-Sendo movimentar-se para a expansão plena da Vida”³⁰³) é também parte da vida-cósmica, a Filosofia Ntu, numa perspectiva holística, leva em conta “as relações de complementaridade”, valoriza a pluriversidade, a vida em movimento (“as coisas são mutáveis e em movimento na Terra, no céu, embaixo d’água, etc”³⁰⁴) e a força vital (que se traduz também como devir-cósmico, “Energia ou Vida-em-Plenitude” (Ibdem), ou mesmo o *axé*). Os Direitos Biocósmicos correspondem, assim, a “todos aqueles direitos que devem ser defendidos conjuntamente e levando-se em conta a particularidade de cada forma de comunidade-de-vida e as complementaridades entre diferentes formas-de-vida” (Ibdem, p. 88).

Alberto Acosta e Esperanza Matínez (2017) enxergam uma complementaridade estratégica na defesa do “direito da vida e à vida” (ACOSTA e MARTÍNEZ, 2017, p. 2944), advogando que “não se pode assegurar os direitos a um ambiente saudável se não se respeitam os Direitos da Natureza” (Ibdem, p. 2942). Com relação à água, a compreendem como “um componente fundamental da Natureza, a mesma que tem direitos próprios a existir e manter seus ciclos vitais” (Ibdem, p. 2937). Nesta perspectiva, a manutenção dos ciclos vitais da água é componente crucial da categoria dos *Direitos Terranos da Água* no marco dos *Direitos da*

³⁰² Ibdem, p. 88

³⁰³ Ibdem, p. 78

³⁰⁴ Ibdem, p. 79

Natureza, e a materialização de tais direitos “exige a existência de marcos jurídicos locais, nacionais e internacionais adequados, tendo em consideração que estes temas dizem respeito à Humanidade em seu conjunto” (Ibdem, p. 2957).

A materialização de tais direitos é, pois, um desafio gigantesco, mas também uma necessidade inexorável frente o colapso climático e ambiental e à consequente ameaça à própria existência humana/terrana em Gaia. Neste sentido, existem iniciativas em curso na defesa dos direitos da natureza e, por exemplo, dos rios. No diálogo de campo com o líder Krenak, ele comentou que aceitou participar de um painel do último Fórum Mundial da Água (Brasília, 2018) porque compartilharia sua presença com a de um parente Maori da Nova Zelândia, um representante do coletivo que “reivindicou para um rio o reconhecimento de pessoa” (Idem). Na mesma oportunidade, o líder Krenak também abordou sobre “uma proposta de reconhecimento do rio Doce, do *Uatu*, e do São Francisco” (Idem) no intuito de que também sejam reconhecidos como “duas entidades, pessoas, sujeitos de direito”, para que sejam “respeitados em sua integridade” (Idem), para que não possam mais “ser manipulados” (Idem) como vem acontecendo incessantemente ao longo de séculos de espoliação.

No caso dos Maori, da Nova Zelândia, trata-se de um caso exitoso, referente ao rio *Whanganui*³⁰⁵ (um rio sagrado para os Maori, também por eles denominado como *Te Awa Tupua*), em que, conforme relata Boaventura de Sousa Santos (2018, p. 27) “ao fim de 140 anos de negociações, o rio foi reconhecido pelo Estado como uma entidade viva que deve ser protegida de modo a garantir a continuidade da sua existência em plenitude”, e para efetuar os compromissos reparatórios, “os acordos incluíram uma indenização ao povo Maori pelos danos causados ao rio no valor de 80 milhões de dólares neozelandeses e 1 milhão para estabelecer o quadro legal do rio” (Ibdem, p. 27).

Outro caso exitoso de positivação de um direito biocósmico, é o do rio Atrato, que nasce nos Andes e deságua na Costa Pacífico da Colômbia. Também após anos de luta por parte das comunidades afro-indígenas e mestiças colombianas contra a degradação do rio, conforme relata Sterlin Londoño Palacios (2010), a Corte Constitucional do país, por meio da Sentença T-622 (2016), reconheceu o rio Atrato (sua bacia e afluentes) como “sujeito de direitos à proteção, conservação, manutenção e restauração” (PALACIOS, 2020, n.p.).

³⁰⁵ Whanganui: o rio que passou a ter os mesmos direitos que os seres humanos. Ver em: <https://www.publico.pt/2017/03/15/mundo/noticia/whanganui-o-rio-neozelandes-com-os-mesmos-direitos-dos-seres-humanos-1765372>

No Brasil, a ação judicial que requer “o reconhecimento da Bacia Hidrográfica do Rio Doce como sujeito de direito”³⁰⁶, representada pela Associação Pachamama³⁰⁷, parece ser a iniciativa mais efetivamente encaminhada neste sentido. O líder Krenak disse esperar que o trâmite desta ação culmine numa decisão no Supremo Tribunal Federal (STF).

Revisitando o trabalho de Fernando Huanacuni Mamani (2010, p.88), vale a pena reproduzir uma sistematização que ele alinhavou a respeito da cosmo percepção da água na perspectiva ameríndia, em particular, dos povos andinos originários:

A água como ser vivo: a água é um ser vivo, provedor de vida. Com a água se dialoga, se a trata com afeto, se a cultiva. A água não é um “recurso”, um “objeto” do qual se possa tirar proveito ou ao qual se trata sem respeito.

A água como ser sagrado: a água provém de *Wirakocha*, fecunda a Pachamama (Mãe Terra) e permite a reprodução da vida. É, portanto, um ser sagrado que está presente nos lagos, nas lagoas, no mar, nos rios e todas as fontes de água.

A água como base da reciprocidade e complementaridade: a água permite a integração de todos os seres e a articulação da natureza. É o sangue da terra e do multiverso. Permite praticar a reciprocidade na família, nos grupos de familiares e comunidades. Ordena a vida dos indivíduos, apresenta a diferença não como oposição, mas como complementaridade, e facilita a resolução dos conflitos com base em acordos comunitários.

A água como direito universal e comunitário: a água “é de todos e de ninguém”. Pertence à terra e a todos os seres, incluindo o ser humano. Se distribui equitativamente de acordo com as necessidades, costumes e normas comunitárias, e segundo sua disponibilidade cíclica.

A água como expressão de flexibilidade e adaptabilidade: a água se comporta de acordo com os ecossistemas, circunstâncias e conjunturas, sem seguir normas rígidas. Depende do tempo, do clima e da topografia. A sociedade andina, como a água, está em contínua abertura frente a tudo que enfrenta, incorporando seletivamente elementos de outras culturas e grupos humanos complementares a sua cultura.

A água como ser criador e transformador: a água segue leis naturais de acordo com os ciclos sazonais e com as condições do território. A forma de relacionarmos com ela implica a geração e aplicação de conhecimentos e habilidades obtidos durante séculos, assim como a construção de uma infraestrutura hidráulica que permita captar e distribuir a água, com base numa gestão conjunta e eficiente. Parte dessa forma de se relacionar com a água é a sua dimensão de equilíbrio tanto física como emocionalmente (tradução livre).

Em suma, as três dimensões dos direitos que vinculam água, sobrevivência e vitalidade – sejam elas a do direitos humanos à água e ao saneamento; a dos direitos de todos os viventes

³⁰⁶ A bem fundamentada ação em defesa do rio Doce como sujeito de direito, assinada pelo jurista Lafayette Novaes, representando a Associação Pachamama, encontra-se disponível, na íntegra, neste link: https://8f12f3aa-28e5-4e5b-92ac-7cdf51309663.filesusr.com/ugd/da3e7c_8a0e636930d54e848e208a395d6e917c.pdf Acesso 26 nov. 2020

³⁰⁷ Ver em: <https://www.ongpachamama.org/single-post/2017/11/07/Uma-a%C3%A7%C3%A3o-pelos-rios-como-sujeitos-de-direito> Acesso 26 nov. 2020

à água; e a da água como sujeito “*terrano*” de direitos – constituem, neste sentido, chaves de leitura e/ou janelas que remetem a distintos universos interpretativos e cosmoperceptivos que podem e devem se complementar a fim de expandir e fortalecer a luta por direitos humanos e extra-humanos.

7.5 ‘Rematriar’ a brasilidade da água e forjar outras subjetividades

O outro rio, o que vela e desvela, o que peregrina e manifesta o sagrado (aquilo que Hölderlin, mirando o Danúbio, chama de “festa” em que os deuses vêm como convidados), é detestado pelo homem da técnica; um desencantador por excelência; ignorante do alumbramento da terceira margem/canoa da asa da palavra de Guimarães Rosa. (Luiz Antonio Simas)

A interdependência entre água e vida e dos agenciamentos múltiplos que lastreiam a tríade de direitos associados a essa perspectiva (de complementaridade entre os direitos humanos e não-humanos à água e os direitos biocósmicos da própria água), impõe desafios que perpassam e instigam não só o campo instituído da política de águas, mas também a dimensão instituinte mais ampla e latente das lutas sociais.

Neste horizonte, as cosmologias afro-ameríndias emergem como possibilidade de reinvenção e transformação cosmopolítica, assim como de recomposição dos sentidos da água historicamente expropriados pela modernidade e pelo regime colonial-capitalístico. Numa acepção correlata, descolonizadora, Ana Paula Lemes de Souza (2018, p. 30, 31) – ao analisar o contexto das disputas econômico-políticas e epistemológicas envolvendo as águas minerais do Circuito das Águas do Sul de Minas Gerais –, propõe uma *repatriação da brasilidade água* também inspirada nas cosmologias originárias “como horizontes de sentido para a resolução dos conflitos hídricos”. Esse postulado me inspirou a buscar na confabulação antropofágica e utópico-poética de Oswald de Andrade sobre o “matriarcado de Pindorama”³⁰⁸, o alinhavo com um sentido talvez ainda mais estratégico: o de “*rematriar*”³⁰⁹ a brasilidade da água. A

³⁰⁸ Oswald de Andrade (1970), na “Crise da Filosofia Messiânica” e no “Manifesto Antropófago, evoca o “matriarcado de Pindorama” enquanto símbolo mítico (reserva imaginária instintiva do inconsciente primitivo capaz de catalisar, satiricamente, um movimento de oposição e desconstrução) que se contrapõe ao patriarcado e a outros emblemas dominantes e opressores do imaginário nacional, deflagrando uma operação antropofágica de “devoração dos emblemas” da sociedade para transformar o tabu em totem, a fim de, segundo Benedito Nunes (op. Cit., p. 28), desafogar “os recalques históricos” e liberar “a consciência coletiva, novamente disponível, depois disso, para seguir os roteiros do instinto carafba gravados nesses arquétipos do pensamento selvagem, — o pleno ócio, a festa, a livre comunhão amorosa, incorporados à *visão poética pau-brasil* e às sugestões da vida paradisíaca, ‘sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama’”.

³⁰⁹ É oportuno registrar que o termo “rematriar” surgiu no meu ‘radar’ durante a minha banca de qualificação, quando apresentei a ideia de “repatriação” (proposta no texto de Ana Paula Lemes de Souza, 2018), e então fui instigado pela Professora Ana Tereza Reis da Silva, que me questionou: “Por que não rematriar?”. Foi a partir dessa provocação que me dirigi à obra de Oswald de Andrade onde encontrei o lastro mais substantivo na

rematriculação, sob este prisma, pressupõe o resgate de uma significação também feminina e libertária da água, ofuscada, sobretudo, pelas dimensões patriarcal, sexista e utilitarista que demarcam a colonialidade do poder e o capitalismo³¹⁰.

Entretanto, o inconsciente colonial-capitalístico, essencialmente “antropo-falo-egocêntrico”, como sublinha Suely Rolnik (2019, p. 92), aciona dispositivos micropolíticos para produzir uma subjetivação que facilita a operação macropolítica de domínio e exploração das águas, dos ecossistemas, dos corpos. A subjetivação colonial-capitalística, desse modo, neutraliza o “saber-do-corpo”, patologiza o inconsciente e captura a força vital, produzindo uma dissociação da nossa condição de viventes, “o que nos separa dos afetos e perceptos e nos destitui do saber-vivo” (ROLNIK, 2019, p.55), obstruindo o acesso “aos efeitos das forças do mundo em nosso corpo” (Ibdem, p. 55) – ao contrário de subjetividades outras, como aquelas que não se divorciaram do sentido de ancestralidade, da alma do mundo, da pulsão vital.

Mas a subjetivação hegemônica insiste na repetitividade, na esterilidade, no reducionismo, na regressividade mórbida, canalizando o desejo, por exemplo, para o ter, para o hiperconsumo, resultando em coisificação da vida e domesticação dos corpos. O capital não mais detém apenas os meios de produção, mas se apropria, em sua voracidade sanguessuga, da própria vida, “mais precisamente, de sua potência de criação e transformação na emergência mesma de seu impulso – ou seja, sua essência germinativa”, e, assim, eterniza a guerra colonial agora amplificada em suas dobras “financeirizada, neoliberal e globalitária” (Ibdem, p. 29).

Neste enquadramento, a rematriculação da brasilidade da água requer outras maquinações e outras modelagens, tornando-se necessário forjar, sobretudo, outras subjetividades. Pressupõe realinhamentos da resistência no plano macropolítico (luta contra as desigualdades, a opressão e a exclusão social) com a *re-existência* no plano micropolítico (do inconsciente, das subjetividades, da cultura, para reconstrução dos afetos e reapropriação da força vital em sua

confabulação utópica do “Matriarcado de Pindorama”, e, assim, estabeleci, oportunamente, a conexão com o propósito do meu trabalho, com a brasilidade da água e a maquinação de outras subjetividades, outros horizontes de sentido.

³¹⁰ Wilton Moreira (2019) desvenda como é masculino o capital: “o capital, embora ignore o gênero concreto do indivíduo, exige que nas relações sociais ditas profissionais, as pessoas tenham as **características historicamente construídas como masculinas, que são a racionalidade instrumental e a competitividade**. Ou seja, **em termos abstratos, o capital exige que seu agente humano seja masculino, pois só assim ele pode agir de acordo com a lógica impessoal da mercadoria, de multiplicação infinita do valor**. [...] De resto, esta **refundação do capital em termos “femininos” seria impossível, pois implicaria em mudar sua essência**, que se manifesta necessariamente como sujeito automático fundado na razão instrumental e na competição, características básicas do masculino desencarnado e das quais derivam todas as outras “**virtudes másculas**”, **necessárias ao mundo do trabalho e dos negócios: impessoalidade, virilidade, agressividade, disciplina para o trabalho, cálculo frio, insensibilidade ao outro, obsessão pelo autocontrole de si e domínio do outro** etc. [...] Portanto, a emancipação plena da mulher implica necessariamente na superação do capitalismo”. (grifos meus). Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/o-capital-e-masculino-parte-ii/>

potência criadora). Como bem elucida Suely Rolnik (op. Cit., p. 38), isso nada tem “a ver com autorreflexividade, interioridade ou assuntos privados”, porque “seu próprio motor não começa nem termina no indivíduo, já que sua origem são os efeitos das forças do mundo que habitam cada um dos corpos que o compõem”. Rolnik então propõe um movimento de reconexão com a pulsão vital, com o “corpo-vibrátil”, aludindo ao modo extracognitivo da experiência “fora-do-sujeito” que é imantente à nossa condição de corpo vivo, que ela chama de “saber-ecotológico” (ou “saber-corpo”, condição em que não há “distinção entre sujeito cognoscente e objeto exterior: o outro, humano ou não humano”), pois “o mundo vive efetivamente em nosso corpo e nele produz gérmens de outros mundos em estado virtual” (ibdem). A sintonia ou o vínculo dessa perspectiva, dessa outra possível política de subjetivação, com o modo de vida e as cosmologias afro-ameríndias é praticamente incontroverso.

Neste horizonte desafiador mas também instigante, a educação, a cultura (as culturas brasileiras, a brasilidade³¹¹ num sentido amplo, plural, polissêmico, semiótico, imagético, sonoro, rítmico, epistemológico) e os processos formativos se apresentam como possibilidades impulsionadoras no sentido de forjar “vias de passagem”, para a germinação de outros mundos, para “encontrar os pontos onde o desejo poderá perfurar a superfície do mundo para neles inscrever os cortes da força instituinte” (ROLNIK, 2019, p. 61, 65) e, assim, forjar outras subjetividades que atuem como forças motrizes descolonizadoras.

As menções a essa perspectiva intersubjetiva, à educação, à cultura e a processos de formação, emergem, reiteradamente, nas narrativas dos/as entrevistados/as da pesquisa:

Altiva: “tudo tem a ver com a educação [...] com a educação a gente compreende muito a questão sistêmica [...] eu sou a favor da Educação Ambiental por causa justamente desse caráter sistêmico, permanente, né, assim, de participação, a pessoa entender as consequências de quaisquer de suas ações, isso pra mim é a primeira coisa”;

Ocaia: “eles tiraram isso de nós, então a gente tenta fazer um resgate desse dialeto, [...] a luta nossa pra permanecer aqui através da cultura, do reinado que a minha mãe lutou muito aqui pra gente dançar o reinado, nós temos a nossa exposição, [...] a gente vai passando de geração em geração e falando com eles: vocês acreditem em vocês, tenham orgulho da sua cor, mesmo que você escute coisas diferentes [...] Estou escrevendo a biografia da minha mãe, eu e a minha irmã que está fazendo o livro, a história da nossa comunidade, a gente tá devagar porque demora né, tem que revisar tudo, mas a gente já tem muitas edições”;

³¹¹ A brasilidade aqui também conforme aventada por Luiz Antonio Simas (2020, p. 177), como “comunidade de sentidos, afetos, sonoridades, rasuras, contradições, naufrágios, ilhas fugidias, identidades inviáveis, subversões cotidianas, vôo de arara e picada de marimbondo, saravá e samba”, assim como “reação vital, inovadora, transgressora, contra a mortandade como signo do Brasil”, como contraposição à ideia de um Brasil oficial, elitista, burocrático, desigual, empreendimento colonial produtor de ódio e violência injusta.

Krenak: “não existe a separação entre saúde, educação, cultura, arte, porque tudo é vida [...] a gente tem uma força na nossa herança cultural para a gente ser um aliado da água [...] o trabalho dos nossos pajés é chamar os espíritos que suspendem o céu pra que a terra esfrie, e pra que nós, os mínimos humanos, insignificantes humanos, possamos ter um pouquinho de calma e circular por aqui e aprender a andar por aqui, não para controlar esse mundo, não para dominar esse mundo, mas para fazer parte dessa maravilhosa Galáxia”;

Rachid: “eu quero a comunidade consciente, e eu acho que tudo isso que estamos fazendo no comitê, eu acho que tínhamos que estar reproduzindo de forma educativa, nós temos que investir na Educação Ambiental, nós temos muito material pra mostrar para a pessoas a situação real da água e o que é que nós precisamos fazer antes de entrar em colapso [...] o comitê (do Doce) tinha que estar mais nesse viés de educar, de educação ambiental, não tem outro caminho”;

Diana: “quando a gente fala em atuar com ações de educação ambiental, com processos formativos estruturados, com políticas públicas estruturantes, saindo das ações pontuais e trabalhando a questão ambiental, a relação sociedade-natureza de uma forma integrada, a gente sai das ações temáticas e atua numa perspectiva integrada, né, então, a água, ela se faz como tema gerador que agrega aí todos os outros temas”;

Hudson: “a gente fez uma discussão de educação nesse contexto, para participação na gestão integrada de recursos hídricos, [...] eu acho que a gente tem que fazer uma discussão profunda e levar essa discussão pra todas as instâncias possíveis”.

É claro que a educação formal apresenta limitações estruturais e históricas para desencadear um processo amplificado de transmutação de uma realidade ainda carregada de colonialidade. Sem abrir mão de, ainda assim, tentar alterá-la, é também necessário valorizar a educação não-formal e informal neste processo, assim como a necessidade de adjetivações³¹² (educação ambiental, educação em e para os direitos humanos, educação para a paz, educação popular, educação antirracista, educação pós-totalitária etc.) que resgatem os elos perdidos que deveriam já se fazer presentes em toda e qualquer educação. Em se tratando de águas e, por conseguinte, de natureza, ambiente, mas também dos agenciamentos da água, da água como sujeito, da humanidade da água, da humanidade dos humanos e dos terranos, dos desafios ecológicos e planetários, da realidade do Sul Global (frente o poder imperial dos blocos geopolíticos hegemônicos), das cosmologias afro-ameríndias e da necessidade de inventar

³¹² As adjetivações ora mencionadas, no geral, se valem de fundamentações (relativas aos respectivos temas específicos) equivalentes às que estruturaram, por exemplo, a Educação Ambiental, assim elucidadas por Philippe Layrargues (2004): “Educação Ambiental é um vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo, que envolvem, respectivamente, o campo da Educação e o campo Ambiental. Enquanto o substantivo Educação confere a essência do vocábulo “Educação Ambiental”, definindo os próprios fazeres pedagógicos necessários a esta prática educativa, o adjetivo Ambiental anuncia o contexto desta prática educativa, ou seja, o enquadramento motivador da ação pedagógica. O adjetivo ambiental designa uma classe de características que qualificam essa prática educativa, diante desta crise ambiental que ora o mundo vivencia. Entre essas características, está o reconhecimento de que a Educação tradicionalmente tem sido não sustentável, tal qual os demais sistemas sociais, e que para permitir a transição societária rumo à sustentabilidade, precisa ser reformulado”.

novas subjetividades que sedimentem outros mundos, é possível olhar ao redor e também usufruir do instrumental educativo e das potencialidades culturais e educativas já disponíveis ao alcance das mãos.

Neste sentido, há pontos de convergência nessas perspectivas educadoras que, se bem identificadas e alinhavadas, podem tornar mais potentes os processos de formação, processos estes que “provoquem, simultaneamente”, como recomenda Vera Catalão (2009, p. 47), “mudanças no plano da externalidade e da subjetividade humana e que mobilizem a descoberta do enraizamento dos seres humanos nas suas bases biológica e sociocultural”. Calatão (ibidem) ressalta que “a complexidade humana precisa ser reconhecida nos processos pedagógicos” (ibidem). Sob esse prisma, também Pedro Demo (2008) sublinha a dimensão “*autopoiética*” dos processos de formação, que condiz com a que “percepção de que todos os seres históricos e naturais ‘se formam’, no sentido autopoiético, energizados por duplo desafio: dar conta da pressão externa, das estruturas e das condições dadas; e, principalmente, desenvolver o potencial dado rumo ao montante maior possível de autonomia, inacabado e inacabável” (Ibidem). Os versos de grandes escritoras/es brasileiras/os, de certa maneira, traduzem este fenômeno autopoiético e, a título de ilustração e inspiração, vale percorrer esses fragmentos poéticos:

Guimarães Rosa: “O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior”.

Cora Coralina: “Recria tua vida, sempre, sempre. / Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça”.

Manoel de Barros: “A maior riqueza do homem/ é sua incompletude. / Nesse ponto sou abastado. (...) Perdoai / Mas eu preciso ser Outros. / Eu penso renovar o homem usando borboletas”.

Murilo Mendes: “E a circulação e o movimento infinito. / Ainda não estamos habituados com o mundo. / Nascer é muito comprido”.

Aliada a essa dimensão autônômica e sensível-poética da aprendizagem, também se faz necessário valorizar a politicidade da educação³¹³ e a **educação política**, levando em conta que a educação para a participação (ou para a democracia participativa) advém da própria prática participativa, seja ela presente nas lutas sociais ou mesmo na dimensão institucional (a exemplo

³¹³ Neste contexto da aprendizagem, segundo Pedro Demo (2008), a politicidade pode ser entendida como ““a habilidade de afrontar condições e limites dados ou supervenientes, tornando o ser humano, até certo ponto, mentor de sua história. Em vez de marionete do destino, pode-se alcançar certo grau de autonomia que permite conduzir, sempre em termos relativos, a existência que cada qual consegue construir e reconstruir”.

da participação nos colegiados da gestão hídrica). Segundo Carole Pateman (1992, p. 39), “quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo”, o que não dispensa os processos de formação suplementares, sobretudo, no sentido de fecundizar o potencial emancipatório dos sujeitos sociais.

Tornada inclusive política pública, por meio da Lei Federal Nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), esta tem como um dos seus princípios o “enfoque humanista, holístico, democrático e participativo”. Considerada como um “*ato político*”³¹⁴, desvincilhada do mito da neutralidade técnica e científica, a **Educação Ambiental**, sobretudo em suas vertentes interpretativas progressistas, tais como a ecopedagógica, a emancipatória, a transformadora e crítica (MILLIET, 2008, p. 60), pode fortalecer os atributos democráticos, participativos e ambientais incorporados à temática hídrica. Vale ressaltar que o esforço de identificação e mapeamento das múltiplas vertentes que pluralizam o universo de entendimento da educação ambiental deve evitar a esterilidade da simplificação³¹⁵, do reducionismo, do sectarismo e do isolamento entre correntes, pois a fecundidade da EA também reside na valorização das especificidades de cada vertente interpretativa e na complementaridade entre elas.

No horizonte da luta pelos direitos humanos à água e por uma compreensão expandida do humano (que incorpora o direito dos não humanos), a **Educação em e para os Direitos Humanos**³¹⁶, também dispõe de atributos que podem contribuir para a construção de uma

³¹⁴ O “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, construído durante a 1ª Jornada de Educação Ambiental do Fórum Global, paralelo à 1ª Conferência Mundial do Meio Ambiente (Rio 92), e adotado como Carta de Princípios da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), reconhece que “a educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É uma ato político”. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao/item/8068-tratado-de-educacao-ambiental-para-sociedades-sustentaveis-e-responsabilidade-global.html>.

³¹⁵ A esse respeito, Ferraro Júnior e Sorrentino (2011, p. 341) alertam para os perigos da simplificação e da polarização acrítica nos processos interpretativos acerca da educação ambiental: “Não consideramos oportuna a segmentação dos fazeres e reflexões do campo da EA em vertentes estanques, mesmo levando em consideração as suas virtudes didáticas e heurísticas, que facilitam a compreensão de diferenças. [...] incorrem no perigo da simplificação (MORIN, 2000) e da polarização acrítica. Ainda que possam ser mobilizadoras e facilitadoras de adesões, especialmente quando se trata da arena política, tendem a ser empobrecedoras da reflexão crítica e escamoteadas das sutilezas das divergências. [...] Assim, eles propõem como “estratégia essencial para o amadurecimento dos debates que possibilitam a crítica e a tomada de decisões”, dentre outras, a promoção “de processos de arqueologia virtual do presente, visitando o imaginário, como campo mais profundo da criação política”.

³¹⁶ No Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007, p. 25), a educação em direitos humanos é compreendida como “um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações”.

cultura de cuidado com a água e com a vida alinhada com a efetivação de uma cultura em direitos humanos lastreada numa perspectiva educacional crítica, intercultural e emancipatória, comprometida com a desconstrução preconceituosa e discriminatória da monocultura eurocêntrica, comprometida com a necessidade de articulação entre os princípios da igualdade e da diferença, no sentido de que fala Boaventura Santos (‘do direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza; e do direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza’), então resgatando os processos de construção do sentido de pertencimento e das identidades culturais, valorizando as histórias de vida e as interações fecundas entre diferentes sujeitos portadores de distintos saberes e viveres (SOUSA e ZARDO, 2015). Para Sánchez Rubio (2018, p. 60), a educação em direitos humanos pressupõe um processo de ensino “a partir de uma práxis acompanhada por teorias que nos vertam em pessoas mais ativas e efetivas ao nível multiescalar, e desde uma cultura de direitos humanos em tempo completo e em todo lugar”. Ele propõe, assim, o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos que seja relacional, multi-garantista e interescolar, que alicerce um sistema plural de garantias e que permeie todas as esferas de convivência.

A EDH no contexto histórico latino-americano, marcado pela colonialidade reprodutora de grandes assimetrias estruturais, violências sociais e degradação ambiental, constitui um eixo estratégico de formação também no sentido de “educar para o nunca mais”, de modo a “resgatar a memória histórica, romper a cultura do silêncio e da impunidade que ainda está muito presente em nossos países” (CANDAUI, 2007, p.405). Neste mesmo sentido, Alicia Cabezudo (2012, p. 142) também preconiza uma **educação para a paz** na perspectiva dos direitos humanos, do resgate da memória histórica e do fortalecimento da democracia, salientando que

La construcción de una cultura de paz con pleno respeto de los derechos humanos tiene, además, particular relevancia en nuestros países, como respuesta a la historia de violaciones sistemáticas a partir del quiebre del estado de derecho y el establecimiento de gobiernos antidemocráticos y dictaduras militares desde fines de la década de los 60 y durante las dos décadas subsiguientes.

É oportuno recordar que as linhas gerais do projeto educacional vigente no Brasil (CHAUI, 2018) foram traçadas à época dos “anos de chumbo”, pelo Acordo MEC-USAID, de características reducionistas (mercantilistas, utilitaristas, gerenciais, burocráticas e essencialmente instrucionistas). Talvez uma das grandes falhas do processo de redemocratização do Brasil corresponda, exatamente, à ausência de estratégias e de um processo vigoroso, amplificado e massivo de **educação pós-totalitária** (ou pós-autoritária), à luz do que Theodor Adorno chamou de “educação pós-Auschwitz”. Ao advogar uma educação

crítica e emancipatória, Adorno (1995, p.27) diz que “é preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não-idêntico, o diferenciado”. Uma educação pós-totalitária no contexto brasileiro, não deve se restringir ao compromisso de superação apenas do entulho autoritário da ditadura empresarial-militar dos “anos de chumbo”, mas inserir neste esforço de superação a herança maldita do racismo, da escravidão, do sexismo, do neoliberalismo e de todos os fenômenos despóticos e distópicos que são reavivados agora, na atual conjuntura, em alguma medida como resultado da ausência de uma educação visceralmente comprometida com esse horizonte de superação. A Educação Popular³¹⁷ é também uma condição fundamental para fortalecer uma contra-hegemonia popular, as subjetividades críticas e a participação das classes populares nos processos de transformação social, como apontam João Colares da Mota Neto e Pedro Pontual (2018).

O racismo é outro elemento tão estruturante quanto a proletarização radical que demarca a luta de classes e a guerra colonial-capitalista no Brasil. Neste sentido, a Educação Antirracista ou Educação para Relações Étnico-Raciais (instituída pelas Leis N^os 10.639/2003 e 11.645/2008), constitui uma estratégia de reversão dessa face cruel da colonialidade e reforça a necessidade fundamental de tratar pedagogicamente os estudos sobre histórias e culturas africanas (e também ameríndias), “não mais numa perspectiva eurocêntrica hegemônica, mas a partir de uma lógica antirracista, que possibilita desvelar o racismo e buscar estratégias pedagógicas para sua superação”, conforme salienta Rita Silvana Santana dos Santos (2017, p. 9). Considerando que a decolonialidade “deve incidir na produção de conhecimentos e narrativas a partir de *loci* geopolíticos e corpos políticos de enunciação” (RUFINO, 2018, p. 73), de tal modo que a ação decolonial “haverá, assim como na habilidade da ginga dos capoeiras, de encontrar saídas para as arapucas que obstruem nossas liberdades” (Ibdem), também a **Pedagogia das Encruzilhadas** se soma com muita potência a esses desafios estratégicos, assim como as práticas educativas guarani do **Teko Porã**, que conforme Cristine Takuá (2018), é “um conceito filosófico, político, social e espiritual que expressa exatamente essa grande Teia, onde vivemos em equilíbrio, respeito e harmonia; é a representação da boa

³¹⁷ Conforme Neto e Pontual (2018, p. 10,11), a Educação Popular pressupõe a articulação de três dimensões integradas: “a) el desenvolvimiento de la conciencia crítica y la deconstrucción de los discursos y sentidos hegemónicos, políticos, económicos y culturales por los cuales pasa América Latina; b) el esfuerzo de movilización de diferentes sujetos de las clases populares para el enfrentamiento de procesos de exclusión por factores de clase, género, etnia y otros, así como para la defensa de los derechos conquistados y su ampliación; c) la generación de espacios de encuentro y articulación de distintos sectores de las clases populares para propiciar la lucha colectiva sobre los perversos mecanismos de exclusión social y por la construcción de la democracia participativa y la justicia social”.

maneira de Ser e de Viver”, e, ainda, a dimensão do “**encantamento**”, evocada por Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino (2020) como estratégia política e de vida de uma brasilidade ainda subalternizada e contra-hegemônica que se baseia na “construção de conexões entre ser e mundo, humano e natureza, corporeidade e espiritualidade, ancestralidade e futuro, temporalidade e permanência”, a fim de driblar e enfeitiçar

as lógicas que querem apreender a vida em um único modelo, quase sempre ligado a um senso produtivista e utilitário. Daí o encanto ser uma pulsação que rasga o humano para lhe transformar em bicho, vento, olho d’água, pedra de rio, grão de areia. O encanto pluraliza o ser, [...] Considerando que viver é artimanha que se cultiva entre aquilo que se enxerga e aquilo que mora no invisível, seguimos o rastro da flecha que atravessa o tempo: *o contrário da vida não é a morte, o contrário da vida é o desencanto*. (SIMAS e RUFINO, 2020, p. 10) (grifo meu).

Figura 14 – Tirinha do ilustrador La Cruz (2019) sobre o Cartola



Fonte: <https://lacruzilustrador.wordpress.com/2019/06/08/quadrinhos-viaveis/#jp-carousel-768>

Complementando este breve panorama (ao qual podem ser agregadas outras perspectivas educacionais e formativas conforme as necessidades específicas de realidades plurais), cabe referenciar, na perspectiva de uma racionalidade cosmopolita, a articulação do trabalho de tradução com a **ecologia de saberes**³¹⁸ aventada por Boaventura de Sousa Santos.

³¹⁸ Conforme Boaventura de Sousa Santos (2002; 2007), a ecologia de saberes consiste na “valorização da diversidade epistemológica do mundo e no reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico” (SANTOS, 2007, p. 23), considerando que “a ignorância não é necessariamente um estado original ou ponto de partida, pode ser um ponto de chegada, pode ser o resultado do esquecimento ou desaprendizagem implícitos num processo de aprendizagem recíproca” (Ibdem, p. 35),

No prelúdio de uma cosmopolítica das águas, podemos considerar que, embora navegando em embarcações e ritmos distintos e, portanto, em posições também peculiares (conforme nossas trajetórias e o nosso lugar no mundo, ou conforme nossas cosmologias), com potencialidades e responsabilidades em escalas (espacial e temporalmente) diferenciadas, encontramos-nos, ainda assim, no mesmo “mar agitado da história”, exortados a construir um novo porvir, a romper os círculos perniciosos da colonialidade, a conspirar, inventar e modelar espirais emancipatórias e libertárias contra-hegemônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trilhar um itinerário de pesquisa é instigante e desafiador como navegar por diferentes águas, visitar mananciais (e reverenciar distintos saberes), abeirar redemoinhos (e tatear no imaginário a intimidade recôndita da fundura), desfilar corredeiras em movimentos vãos (experimentando incertezas e desafiando temores), sondar os mistérios “rio abaixo, rio a fora, rio adentro”³¹⁹ da “terceira margem”, adentrar oceanos (desprender a curiosidade e o fascínio e nutrir a modéstia ante a insondável e enigmática magnitude do horizonte), assimilar o fluxo, o movimento das ondas, as correntes, os giros, para embalar a episteme e o espírito.

No itinerário desta pesquisa, o empírico mescla-se com o teórico, nutrindo-o, rascunhando trilhas, apontando veredas. Ou seja, as narrativas dos/as colaboradores/as (entrevistados/as) desvelam cosmologias, sugerem reflexões e confluem para uma compreensão da água como elemento biocósmico e bem comum essencial à vida, uma compreensão contra-hegemônica, diga-se, que contrasta com o hegemonismo do paradigma que reduz a água a objeto, coisa, recurso ou mesmo mercadoria e produto monetizável (*commoditie*). No plano empírico, também se situa a trajetória vivencial do pesquisador/interlocutor/aprendiz. O atilamento das narrativas municiou a reflexão e proporcionou a concatenação com elementos teóricos e conceituais (a exemplo das perspectivas decolonial, plurivérsica, cosmopolítica e outras), também oportunamente acionados para subsidiar a análise, estabelecer compassos,

constituindo-se num diálogo através de “perguntas constantes e respostas incompletas” (Ibdem, p. 34). Na ecologia de saberes, “não há ignorância em geral nem saber em geral. Toda a ignorância é ignorante de um certo saber e todo o saber é a superação de uma ignorância particular. Deste princípio de incompletude de todos os saberes decorre a possibilidade de diálogo e de disputa epistemológica entre os diferentes saberes” (SANTOS, 2002, p. 250). Ela possibilita que “práticas diferentemente ignorantes” se transformem em “práticas diferentemente sábias” (Ibdem).

³¹⁹ Expressão contida no conto “A terceira margem do rio”, de João Guimarães Rosa (Nova Fronteira, 2001).

impulsionar vôos ou giros epistêmicos que amalgamaram o conjunto do trabalho.

O exercício inconformista de tentar se deslocar do lugar comum compele a uma zona contra-hegemônica, a um remar contra a maré, a um velejar em ventos contrários. Os versos do saudoso TT Catalão (2014, n.p.) traduzem com o primor poético este movimento:

vento contra é pra voar mais alto
mais forte mais bonito mais leve,
vento contra é pra sair do chão e dar o salto
mais solto mais longe menos breve;
vencer a gravidade dos graves
instalar a gravidez do voo sobre os entraves
vento contra é pra voar sem rumo
mesmo que a linha nos ensine
o valor do prumo

Não obstante as incompletudes, o inacabamento, as dúvidas, inquietudes e insaciedades inerentes a este processo de perscrutação, também despontaram achados, elementos para novas incursões e aprendizados indelévels, dentre os quais a identificação de códigos geradores das mazelas históricas da modernidade, traduzidas em violência colonial de outrora e colonialidades incessantes que enviesam o agora (ambas desafiam o presente e o porvir), assim como exemplos e estratégias de enfrentamento da colonialidade (de resistência macropolítica e re-existências micropolíticas), de reinvenção e sedimentação de outros mundos. As trajetórias de vida e de luta dos ativistas entrevistados apontam nesse sentido, para essa possibilidade de alargamento das experiências emancipatórias e libertárias do presente e de fecundação do futuro (na perspectiva do “povo porvir”).

Mas a face malfazeja, colonial, da modernidade ocidental reproduz as suas vicissitudes históricas até mesmo na expropriação dos sentidos extra-modernos da água, reverberando-as, inclusive, nas estruturas e dinâmicas sócio-políticas que incidem na gestão hídrica do país. A correlação assimétrica de forças existente nos colegiados (conselhos de recursos hídricos e comitês de bacias hidrográficas), operada pela sub-representação ou mesmo pela ausência deliberada (exclusão de representações) de povos originários, comunidades quilombolas e tradicionais e movimentos sociais, escancara essa evidência e engendra um jogo político previamente favorável a uns (especialmente a interesses econômicos e corporativos) e desfavorável a outros (necessidades sociais e direitos difusos).

Somam-se a isso, tanto os desafios das mudanças climáticas e ambientais planetárias (drásticas alterações do metabolismo de Gaia no Capitaloceno), como o complexo cenário de investidas contumazes das corporações do hidronegócio no sentido da apropriação, controle e

tentativa de privatização e financeirização³²⁰ (*comoditização*) da água, cenário este que coloca o Brasil, enquanto potência hídrica global, no epicentro de tensões de escala geopolítica. Tais evidências corroboram o entendimento de que não é cabível conceber e implementar uma política de águas para o país como se esta fosse um fim em si mesma, atrelada a interesses tecno-burocráticos e/ou corporativos menores e dissociada da ampla, complexa, e diversa realidade social e política nacional, assim como do contexto geopolítico internacional. Tudo isso implica em alterações na concepção, na implementação e no arranjo da política de águas do país. É preciso saber o que fazer (e o que desfazer) para então buscar as formas de onde, como e quando operar, estratégica e taticamente, as transformações.

Por conseguinte, a reconstituição dos sentidos da água (que a engrenagem colonial da modernidade silenciou e expropriou), pressupõe o resgate e a valorização dos seus sentidos extra ou trans-modernos, especialmente aqueles encontrados nas cosmologias afro-ameríndias, o que pode ser traduzido como a imperiosa tarefa de rematriculação da brasilidade da água. Essa tarefa exorta à germinação de ações e experimentações no sentido de hibridizar antinomias (dicotomizadas e hierarquizadas pela modernidade, tais como sujeito/objeto, cultura/natureza etc.), de borrar e permeabilizar fronteiras, despachar os encargos da colonialidade, desobstruir caminhos, exercitar a interculturalidade, proporcionar o intercâmbio de saberes e cuidados, permitir desprendimentos solidários, fortalecer alteridades complementares ou não (também respeitando, numa perspectiva cosmopolítica, as dissidências inexoráveis), nutrir a potência das confluências, das encruzilhadas³²¹ e de outros atravessamentos (decolonizadores), sedimentando as condições micropolíticas e macropolíticas para resgatar a força vital, reencantar e transmutar os mundos. Aqui também se faz necessário acionar saberes, ontologias e pedagogias, assim como os seus respectivos atributos metodológicos e repertórios de signos,

³²⁰ Na última semana, inclusive, o Relator Especial da ONU sobre os direitos humanos à água potável e ao saneamento, Pedro Arrojo Agudo, manifestou preocupação e advertência diante da notícia de que a água começou a ser negociada nos mercados de futuro da Bolsa de Valores de Wall Street, nos Estados Unidos, “tendo como base o índice Nasdaq Veles California Water (NQH2O)”, o que afronta os fundamentos da água como elemento vital, bem comum público e como direito humano. Arrojo, neste sentido, adverte que “Essas trocas de concessão entram em contradição flagrante com as bases com que se administra um bem público, mais do que flexibilizar, isso é o livre mercado que faz negócio com água, de repente alguém faz dinheiro vendendo um direito que o Estado lhe deu de graça. [...] Veja até que ponto essas concessões podem ser perversas: usuários de água na desembocadura do Guadalquivir, produtores de arroz que normalmente consomem água que já passou por todo o rio, vendem os direitos de uso a usuários do campo de Dalías em Almería, na cabeceira, através do trasvase Negratín-Almanzora. Ou seja, essa água já não corre pelo Guadalquivir, com tudo o que isso significa a outros usuários e aos serviços ambientais do rio. Mas, claro, o mercado não leva em consideração essas questões”. Conferir neste link: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-12-09/o-que-significa-a-agua-comecar-a-ser-cotizada-no-mercado-de-futuros-de-wall-street.html> Acesso 16 dez. 2020

³²¹ As obras dos ‘Luizes’ (do Simas e do Rufino), esses dois feiticeiros da descolonização, dos saberes das encruzilhadas, das re-existências, das brasilidades e do [re]encantamento do mundo, são anteparos fundamentais neste sentido, tais como os livros “Encantamento sobre política de vida” e “Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas”, dentre outros, inclusive individuais ou escritos em parceria com outros autores.

ritos, aforismos, *práxis*, corporeidades e inventividades, a fim de fecundar subjetividades e reconstituir territórios de trocas, afetos, vivências compartilhadas e reinvenções.

Neste horizonte, ainda se faz relevante, no que concerne à luta por direitos, a valorização da perspectiva cosmopolítica, que se insurge em melhores condições de operar a fusão de esferas irrenunciáveis de lutas (das estruturais lutas anticoloniais, antirracistas e anticapitalistas, às demais lutas anti-opressivas). Ademais, também favorece a perspectiva da tríade dos direitos humanos de acesso à água, dos direitos não-humanos (ou extra-humanos), assim como da água como sujeito de direitos. É preciso promover aproximações estratégicas entre o etéreo e o empírico no sentido da positivação dos direitos, do fortalecimento dos sistemas de garantias e de uma cultura direitos humanos, inclusive num panorama expandido, que transcenda, por exemplo, às limitações das perspectivas utilitarista³²² e antropocêntrica (e incorpore as dimensões antropomórfica, animista, multinaturalista, biocósmica).

A rematiação da brasilidade da água, portanto, se insurge neste cenário desafiante não só como responsabilidade imperativa, mas também como uma das forças motrizes, exatamente no país das águas, para engendrar um projeto de país baseado na plurinacionalidade nas brasilidades, assim como na solidariedade, na igualdade, na liberdade, na justiça social, no humanismo antropomórfico, na ecologia, na democracia, na inclusividade, na emancipação, na independência e na soberania (não só territorial, econômica e energética, mas ambiental, nutricional, habitacional, laboral, dos corpos, dos espíritos, da cultura).

A recomposição dos sentidos negligenciados e subalternizados pela face colonial da modernidade se insurge como pré-condição até mesmo para permitir que o que o projeto moderno contenha de atributos positivos possa ser colocado à mesa ou na arena cosmopolítica, sem, no entanto, gerar obliteração de alteridades, exclusões deliberadas e violências injustas. Será necessário pensar e conceber um outro desenvolvimento (no qual o *'para quê'*, o *'como'*, o *'onde'* e o *'para quem'*, sejam construídos e pactuados coletivamente, com máxima transparência e ampla participação popular), um desenvolvimento que não produza “zonas de sacrifício”, que seja cosmopolita, diverso, temporalmente multiescalar (e não-unilinear), de caráter inacabado (*autopoiético*, processual, aberto e fundado na dimensão instituinte), que

³²² Neste sentido, em meio à pandemia de coronavírus, Bruno Latour (2020) diz que “Não se trata mais de retomar ou de transformar um sistema de produção, mas de abandonar a produção como único princípio de relação com o mundo. Não se trata de revolução, mas de dissolução, pixel por pixel. Como mostra Pierre Charbonnier, após cem anos de um socialismo que se limitou a pensar a *redistribuição* dos benefícios da economia, talvez seja o momento de inventar um socialismo que contextualize a *própria* produção. É que a injustiça não se limita apenas à redistribuição dos frutos do progresso, mas à própria maneira de fazer o planeta *produzir frutos*. O que não significa decrescer ou viver de amor ou de brisa, mas de aprender a selecionar cada segmento deste sistema pretensamente irreversível, a questionar cada uma das conexões supostamente indispensáveis e a experimentar, pouco a pouco, o que é desejável e o que deixou de sê-lo”.

respeite o pluralismo e a autodeterminação dos povos, as soberanias territoriais e que não prescindam do envolvimento das alteridades, dos sujeitos políticos humanos e extra-humanos, do respeito aos ciclos vitais da água e da natureza, do respeito ao metabolismo dos ecossistemas e, ainda, do respeito e valorização dos saberes e modos de vida dos povos originários e das comunidades tradicionais brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera e KECK, Margaret E. Representando a Diversidade: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n. 52, p. 99-112, Jan/Abr. 2008.

ACOSTA, Alberto; e MARTÍNEZ, Esperanza. Los Derechos de la Naturaleza como puerta de entrada a otro mundo posible. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 4, 2017.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ALBERT, Bruce. **Agora somos todos índios**. N-1 edições, 044, 2020. Disponível em: <https://n-ledicoes.org/044>.

ALCOREZA, Raúl Prada. **Sobre este libro**. In: **Pluriverso – un diccionario del posdesarrollo**. KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; e ACOSTA, Alberto (coords.) - Icaria editorial, S.A. – Barcelona, 2019.

ALVES FILHO, Olinto Silveira. **Emenda constitucional nº 32/2020: É hora de virar o jogo!** ADUSFS, 12/10/2020. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/1972/reforma-administrativa-contribui-para-consolidacao-do-desmonte-do-estado-brasileiro>.

ALY JUNIOR, Osvaldo. Água e agronegócio: uma relação a ser mais bem examinada. **Mercantilização da Natureza – Le Monde Diplomatique Brasil – Edição 119, 02/06/2017**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/agua-e-agronegocio-uma-relacao-a-ser-mais-bem-examinada/>

ANA. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2018: informe anual**. Agência Nacional de Águas – Brasília: ANA, 2018. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/portal/publicacao/Conjuntura2018.pdf>

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Sentimento do Mundo**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia

das Letras, 2012.

_____. **Mata Atlântica**. 2ª edição – Rio de Janeiro: AC&M Ed: Sette Letras, 1997.

ANDRADE, Oswald. **Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias - Obras completas**. Coleção Vera Cruz. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.

ARAÚJO, Diana Vanessa dos Santos. Criminalização dos Movimentos Sociais. **Gazeta Revolucionária**. Parte 1 [ver no mesmo sítio *web* as partes complementares 2 e 3]. Disponível em: <http://www.gazetarevolucionaria.com.br/index.php/politica/1265-movimentos-sociais> Acesso 10 set. 2020

ARROJO, Pedro. El reto ético de la crisis global del agua. **Relaciones Internacionales**, núm. 12, octubre de 2009 – GERI-UAM.

_____. Palabras del Agua. **Tribuna del Agua**. Exposición Internacioal de Zaragoza, 2008.

_____. Agua, Ríos y Pueblos. **Exposição fotográfica e textual**, 2009. Disponível em: <http://fnca.eu/aguarios/> Acesso 03 set. 2020

_____. **Corporações ocupam lugar das Nações Unidas no tema da água**. Entrevista de Pedro Arrojo para José Eduardo Bernardes, edição do Jornal Brasil de Fato – Brasília (DF): 21/03/2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/21/corporacoes-ocupam-lugar-das-nacoes-unidas-no-tema-da-agua-diz-deputado-do-podemos/> Acesso 08 set. 2020

ASCELRALD, Henri. **Mapa dos Conflitos Ambientais**. Boletim Olhar Virtual UFRJ, Maio 2004. Disponível em: <http://olharvirtual.ufrj.br/painel/2004/08jun-foco.htm> Acesso 12 fev. 2021

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. 1ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. Sociedade civil, instituições participativas e representação: Da autorização à legitimidade da ação. **Revista de Ciências Sociais**, vol.50, n.3, p. 443-464, 2007. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=en

_____. Por que o novo decreto de Dilma não é bolivariano. **Revista Carta Capital**, 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-o-novo-decreto-de-dilma-nao-e-bolivariano-8992/>.

AVRITZER, Leonardo; e SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para ampliar o cânone democrático**. Eurozine, 2003. Disponível em: <http://www.eurozine.com/pdf/2003-11-03-santos-pt.pdf>

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 11, Brasília, maio – agosto de 2013.

BARBOSA, Altair Sales. Eles não são santos. São os exterminadores do futuro. [O caso do Oeste da Bahia]. **Racismo Ambiental**, 13/11/2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/11/13/eles-nao-sao-santos-sao-os-exterminadores-do-futuro-o-caso-do-oeste-da-bahia/> Acesso em 04 set.2020.

BAUER, Martin W.; e GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

BAVA, Silvio Caccia. **Uma disputa e tanto**. Editorial do Le Monde Diplomatique Brasil, Edição 81, 03/04/2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/uma-disputa-e-tanto/>

BENSUSAN, Nurit. **A arquitetura da destruição: versão tropical**. Le Monde Diplomatique Brasil – Ano 12 / Número 144 – julho de 2019.

BERDET, Marc. **Hino à melancolia**. Quatro cinco um: a revista dos livros. Folha de S. Paulo, 09/01/2020. Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br/br/noticias/p/hino-a-melancolia>

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOFF, Leonardo. **A água e a galinha: metáfora da condição humana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **“Somos Deus e o Satã na Terra”**. Entrevista ao JB Ecológico. Jornal do Brasil – 28/04/2002, p. 12 e 13.

_____. **Itaipu Binacional: miniatura da biocivilização**. 03/12/2010. Disponível em: <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/artigo/itaipu-binacional-miniatura-da-biocivilizacao>

_____. **Capitalismo: risco de ecocídio e de biocídio**. EcoDebate – Revista Cidadania e Meio Ambiente - 18/03/2011. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/03/18/capitalismo-risco-de-ecocidio-e-de-biocidio-artigo-de-leonardo-boff/>. Acesso 21 ago. 2020

_____. **Todos em guerra contra Gaia**. Revista Cidadania & Meio Ambiente – caminhando junto com a sociedade – edição especial. Câmara de Cultura, EcoDebate, 2009. Disponível em: https://ecodebate.com.br/RCMA_esp.pdf Acesso 20 ago. 2020

_____. **Ética e gestão das águas**. MMA/SRH, Semana da Água, Brasília, março de 2003.

_____. **Identidade e Complexidade**, disponível em: <http://www.dhnet.org.br/desejos/textos/galaxy.html> Acesso em: 06 ago. 2020

_____. **O espírito no cosmos, no ser humano e em Deus**. IHU-Unisinos, 28 mai. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/172-noticias/noticias-2012/509912-o-espírito-no-cosmos-no-ser-humano-e-em-deus>

BRASIL. **Conjunto de Normas Legais: Recursos Hídricos**. Ministério do Meio Ambiente -

8ª edição, Brasília: MMA, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Decreto Nº 24.643, de 10 de julho de 1934**. Decreta o Código de Águas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm

BRASIL. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm#art10

BRASIL. **Decreto nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

BRASIL. **Lei nº 13.833, de 18 de junho de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm

BRASIL. **Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm

BRASIL. **Moção CNRH nº 36, de 3 de março de 2006**. Solicita alteração do Decreto nº 4.613,

de 2003, no que se refere à composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <https://cnrh.mdr.gov.br/insserir-documentos-nos-artigos/mocoos/91-mocao-n-36-de-03-de-marco-de-2006/file>

BRASIL. **Moção CNRH nº 58, de 29 de junho de 2011.** Recomenda a instituição da Conferência Nacional de Águas-CONÁGUAS. Disponível em: <https://cnrh.mdr.gov.br/insserir-documentos-nos-artigos/mocoos/1446-mocao-cnrh-no-58-de-29-de-junho-de-2011/file>

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.788, de 2019.** Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138122>

BRASIL. **Recomendação CNDH Nº 13, de 14 de agosto de 2019.** Recomenda a tramitação com urgência e a aprovação do Projeto de Lei 2788/19, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Recomendaon13PoliticaNacionalAtingidosporBarragens.pdf>

BRASIL/MMA/SRH. **Plano Nacional de Recursos Hídricos – Síntese Executiva.** Brasília, 2006.

BRUCKMANN, Monica. La geopolítica del agua y los desafíos de la integración sudamericana. **Cartografías del Sur**, nº 4, octubre/2016.

BUONICORE, Augusto César. **África: colonialismo, racismo e morte.** Geledés, 09/09/2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/africa-colonialismo-racismo-e-morte/> Acesso em 17 ago. 2020

CABEZUDO, Alicia. **Educación para la paz: una construcción de la memoria, la verdad y la justicia.** Desafío pedagógico de nuestro tiempo en América Latina. Ciências Sociais Unisinos, v. 48, n. 2 - maio/agosto 2012. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2012.48.2.08/1120

CALAME, Pierre. Org. **Por uma governança mundial eficaz, legítima e democrática.** SP. Instituto Pólis, 2003 (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 7). 240p.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos.** João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **O golpe como elemento da Guerra Híbrida.** Outras Palavras, 15/01/2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/golpe-como-elemento-da-guerra-hibrida/> Acesso 23 ago. 2020

_____. **Eletrobrás, privatização humilhante.** Outras Palavras, 04/08/2020.

Disponível em: <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/eletrobras-privatizacao-humilhante/>

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “**Nem na ditadura houve um discurso como o atual contra os indígenas**”. Entrevista concedida a Anna Beatriz Anjos, Agência Pública, reproduzida pela Carta Capital em 28/11/2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/nem-na-ditadura-houve-um-discurso-como-o-atual-contra-os-indigenas/> Acesso 25 nov. 2020.

_____. **Paz entre agronegócio e direitos indígenas? acabar com as ilegalidades é necessário, mas não suficiente.** Revista PIAUÍ, EDIÇÃO 172 | JANEIRO_202. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/paz-entre-agronegocio-e-direitos-indigenas/> Acesso 20 jan. 2021.

CASTRO, J. E. **A participação do setor privado nos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário: resposta aos fracassos do setor público?** Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais - GESTA, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/gesta/article/view/7102> Acesso 12 fev. 2021

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>.

_____. **La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada.** 1ª ed. – Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CATALÃO, Vera M. L.; e MORAES, Josefina R. de. **Ecopedagogia: na confluência da bacia hidrográfica com a bacia pedagógica.** Terceiro Incluído – NPEAT-IESA-UFG, v.1, n.1, jan/jun., 2011.

CATALÃO, Vera M. Lessa. **Água e Paz.** Folder publicado pela SRHU/MMA em comemoração ao "Ano Internacional da Cooperação pela Água" (2013).

_____. **Entrevista ao Colecionador Especial Água.** MMA-DEA/SAIC-DRH/ SRHU, 2009.

_____. **A crise da água é a turvação do espírito.** Correio Braziliense. 10/02/2004.

CATALÃO, TT. **Poesia V.** falas ao acaso, 14/08/2014. Disponível em: <https://falasaoacaso.blogspot.com/2014/08/tt-catalao-poesia-v.html>

CBHSF. **Manual de Educação Ambiental – Velho Chico Vivo: #VireCarranca.** Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) – Agência Peixe Vivo: Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://virecarranca.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Manual_Educacao-Ambiental_VIVA-O-VELHO-CHICO-VIVO_VireCarranca2020_CBHSF.pdf

CEIA, Carlos. “**Logocentrismo**”, E-Dicionário de Termos Literários (EDTL), coord. de Carlos Ceia, 2009, ISBN: 989-20-0088-9, <<http://www.edtl.com.pt>>, consultado em 12-ago-2020

CERVINSKI, Gilberto. **Brasil é bomba-relógio para rompimento de barragem**. Brasil de Fato – São Paulo: 24/01/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/24/artigo-or-brasil-e-bomba-relogio-para-rompimento-de-barragem-por-gilberto-cervinski> Acesso 30 ago. 2020

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **A reforma do ensino. Em defesa da educação pública, gratuita e democrática**. Org. Homero Santiago, Escritos de Marilena Chauí, – 1ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

_____. Cultura e democracia. In: *Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires: CLACSO, 2008- . -- ISSN 1999-8104*. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>

CLEEVES, Ilesdore; BERGIN, Edwin A.; O’D. ALEXANDER, Conel; DU, Fujun; GRANINGER, Dawn; ÖBERG, Karin I.; e HARRIES, Tim J. The ancient heritage of water ice in the solar system. **Science**, Vol. 345, ISSUE 6204, pp. 1590-1593 – 26 September 2014. Disponível neste link: <https://science.sciencemag.org/content/345/6204/1590>.

COLLINS, John. Más allá del “conflicto”: Palestina y las estructuras profundas de la colonización global. **Política y Sociedad**, Vol. 48 Núm. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO1111130139A/21460>

COSME, Claudemir Martins. O fetiche do progresso tecnológico desmancha-se em face do aprofundamento da questão agrária no campo brasileiro: a destruição da vida revelada nos Conflitos pela Água em 2019. **Conflitos no campo: Brasil 2019 – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino; CANUTO, SILVA LUZ e SANTOS (coord.) – Goiânia: CPT Nacional, 2020**.

COSTA, Alexandre Bernardino; e ROCHA, Eduardo Gonçalves. **Epistemologia e Pesquisa em Direito**. Editora Lumen Juris: Rio de Janeiro-RJ, 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª ed. – Porto Alegre-RS: Artmed, 2007.

CRUZ, Fernanda. **Correntina: as Guerras da Água chegam ao Brasil**. Outras Palavras – Outras Mídias, 13/04/2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/correntina-as-guerras-da-agua-chegam-ao-brasil/> Acesso 04 set. 2020.

CUNHA, Tássio Barreto. **Do Oculto ao Visível: Terra-Água-Trabalho e o Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio no Oeste da Bahia**. Tese de doutorado. FCT/UNESP, Presidente Prudente: [s.n.], 2017.

CZAPSKI, Sílvia. **Reflexões, desafios e atividades. Mudanças ambientais globais**. Pensar + agir na escola e na comunidade. Brasília: MEC/SECAD: MMA/SAIC, 2008.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. **Desterro** [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

DELEUZE, Gilles. **La Littérature et la Vie**. Critique et Clinique, Minuit, Paris, 1993.

DEMO, Pedro. **Conhecimento e Emancipação – pretensões humanas (divinas)**. Ensaio 000, 2018. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com/2018/08/ensaio-000-conhecimento-e-emancipacao.html>.

_____. **Politicidade da Aprendizagem**. Ensaio 63. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com/2016/04/ensaio-63-politicidade-da-aprendizagem.html?q=politicidade&view=sidebar>

_____. **Politicidade da Aprendizagem**. 2008. Disponível em: <http://pedrodemo.blogspot.com/2008/06/politicidade-da-aprendizagem.html?q=politicidade+da+aprendizagem>.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. (Org.) DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, cap.1.

DIAS, Michel Aires de Souza. O conceito de indivíduo em Theodor W. Adorno. **Revista Sociologias Plurais**, v. 5, n. 2, p. 171-193, dez. 2019.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** / Ladislau Dowbor. - São Paulo : Autonomia Literária, 2017.

_____. **Financeirização: nova ordem econômica e social**. Blog do Ladislau Dowbor – Ago 2020. Disponível em: <https://dowbor.org/2020/08/1-dowbor-financeirizacao-nova-ordem-economica-e-social-mostra-ecofalante-2020-5p.html/>

_____. **O fim da farsa: o fluxo financeiro integrado**. 25/06/2018. Disponível em: <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2018/10/18-O-fim-da-farsa.docx>

DUAILIBI, Miriam. **Ciranda das Águas: tecendo rede de boas práticas e apoio a ação local**. Itaipu Binacional/SRHU/MMA/Instituto ECOAR. Edição MMA, 2010.

ECUADOR. **Constitución 2008 – Nace la Patria que todos queremos!** Republica del Ecuador.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, território y diferencia**. Colección Pensamiento vivo. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

_____. **Autonomía y diseño: La realización de lo comunal** / Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

_____. **Natureza. Territorios de diferencia: Lugar, movimentos, vida, redes**.

Envi3n Editores, 2010.

ESCOBAR, Pepe. **O Brasil no epicentro da Guerra H3brida**. Outras Palavras, 30/03/2016. Dispon3vel em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida/> Acesso 04 set. 2020.

ESPINOZA, Rodrigo de Freitas. **Rivalidade entre os polos**: a constru33o discursiva do Conselho Mundial da 3gua. Tese de Doutorado – S3o Carlos: UFSCar, 2016.

FAUSTO, Juliana. Terranos e poetas: o “povo de Gaia” como “povo que falta”. **Revista Landa** – Vol. 2 N3 1 (2013). Dispon3vel em: <http://www.revistalanda.ufsc.br/PDFs/vol2n1/Juliana%20Fausto%20Terranos%20e%20poeta.s.pdf>

FERRARO J3NIOR, Luiz Antonio. M3nima Aproxima33o Pr3via para elabora33o de Programas de Educa33o Ambiental – MAPPEA. In: **MMA/MEC. Mapeamentos, diagn3sticos e interven33es participativos no socioambiente**. S3rie Documentos T3cnicos. 3rg3o Gestor da Pol3tica Nacional de Educa33o Ambiental. Bras3lia, 2007.

FERRARO J3NIOR, Luiz A.; e SORRENTINO, Marcos. Imagin3rio pol3tico e colonialidade: desafios 3 avalia33o qualitativa das pol3ticas p3blicas de educa33o ambiental. **Ci3ncia & Educa33o**, v.17, n.2, p.339-352, 2011.

FEYERABEND, Paul. **Contra o M3todo**. Tradu33o de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1977.

FIGUEIREDO, Daniela Maimoni. **As incertezas na gest3o dos recursos h3dricos com os novos arranjos institucionais**. Observat3rio das 3guas, 14/02/2019. Dispon3vel em: <https://observatoriodasaguas.org/as-incertezas-na-gesto-dos-recursos-hdricos-com-os-novos-arranjos-institucionais/>

FIOCRUZ. **Mapa de Conflitos envolvendo Injusti3a Ambiental e Sa3de no Brasil**. Dispon3vel em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/> Acesso 04 set. 2020.

FIORI, Jos3 Lu3s; NOZAKI, William. **Conspira33o e corrup33o: uma hip3tese muito prov3vel**. Le Monde Diplomatique Brasil – Acervo Online – 30/07/2019. Dispon3vel em: <https://diplomatique.org.br/conspiracao-e-corrupcao-uma-hipotese-muito-provavel/> Acesso 08 set. 2020

FIOROTT, Thiago Henrique. **A morte do Uatu**: impactos do desastre da Samarco/Vale/BHP sobre a sustentabilidade do povo Krenak. Universidade de Bras3lia (UnB) - Bras3lia - DF, 2017.

FLICK, Uwe. **Introdu33o 3 pesquisa qualitativa**. 3ª ed. – Porto Alegre-RS: Arned, 2009.

FONTES, Virg3nia. **Sociedade Civil**. Dicion3rio da Educa33o Profissional em Sa3de. Funda33o Oswaldo Cruz. Escola Polit3cnica de Sa3de Joaquim Ven3ncio – Rio de Janeiro, 2009. Dispon3vel em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/socciv.html>

FOSTER, John Bellamy. **Pol3mica com um ambientalismo ing3nuo**. Outras Palavras, 18/07/2018. Dispon3vel em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/polemica-com-um->

[ambientalismo-ingenuo/](#).

FOSTER, John Bellamy. **Uma hipótese para renovar o projeto socialista**. Outras Palavras, 29/10/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/hipotese-para-renovar-o-projeto-socialista-1/>.

FRANCISCO, Santo Padre. **Carta Encíclica Laudato Si sobre o Cuidado da Casa Comum**. Vaticano, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAZETA REVOLUCIONÁRIA. **As leis “pinochetistas” para controlar o Brasil e a América Latina**. 12/05/2020. Disponível em: <http://www.gazetarevolucionaria.com.br/index.php/menu-examples/1235-leis-brasil-america-latina> Acesso 10 set. 2020

GRONDIN, Marcelo; VIEZZER, Moema. **O Maior Genocídio da História da Humanidade: Mais de Setenta Milhões de Vítimas entre os Povos Originários das Américas – Resistência e Sobrevivência**. GFM Gráfica & Editora, 2018.

GOSWAMI, Amit. **O universo autoconsciente**: como a consciência cria o mundo material. Com Richard E. Reed e Maggie Goswami; tradução Ruy Jungmann. Série novo pensamento, 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. – Campinas, SP: Papyrus, 1990.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **O novo plano colonial para a América Latina**. Outras Palavras – 02/08/2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/o-novo-plano-colonial-para-a-america-latina/>

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom**, Ano 03, N. 05 - Unicamp, 2016. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>

HELLER, Léo. **Direitos humanos e a privatização dos serviços de água e esgotamento sanitário**. Relatório do Relator Especial sobre os direitos humanos à água potável e ao esgotamento sanitário da Organização das Nações Unidas (ONU), julho de 2020. Disponível em: <https://ondasbrasil.org/wp-content/uploads/2020/10/DÉCIMO-PRIMEIRO-Relatório---Direitos-humanos-à-água-potável-e-ao-esgotamento-sanitário.pdf>.

HERERRA FLORES, Joaquim. **A reinvenção dos direitos humanos**. Fundação Boiteux, Florianópolis-SC, 2009.

HESPANHOL, Ivanildo. **Um novo paradigma para a gestão dos recursos hídricos**. Dossiê Água - Revista ESTUDOS AVANÇADOS do IEA/USP, Vol. 22 – N. 63, agosto de 2008.

IGAM – INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Glossário de Termos**: gestão

de recursos hídricos e meio ambiente. Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Belo Horizonte: IGAM, 2008.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Conselho Nacional de Recursos Hídricos na Visão de seus Conselheiros**. Projeto Conselheiros Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. Brasília, 2012.

KAKOZI, Jean Bosco. **Filosofia africana**. Entrevista para o jornal Sul 21, edição de 27/05/2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/05/filosofia-africana-a-luta-pela-razae-e-uma-cosmovisao-para-protger-todas-as-formas-de-vida>.

KANAAN, Gabriel Lecznieski. **O Brasil na mira do Tio Sam**: a atuação da Embaixada dos EUA durante o Governo Lula (2003-2010). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Florianópolis, 2019.

KOPENAWA, Davi; e BRUCE, Albert. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. 1ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. Tradução de Thyago Antunes – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; e ACOSTA, Alberto (coords.). **Pluriverso** – un diccionario del posdesarrollo. Icaria editorial, S.A. – Barcelona, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª edição: São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

LAYRARGUES, Philippe. **Educação Ambiental Transformadora**. In: Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília, DF: MMA, 2004.

LANNA, Antônio Eduardo; PEREIRA, Jaildo Santos; e HUBERT, Gilles. **Os Novos Instrumentos de Planejamento do Sistema Francês de Gestão de Recursos Hídricos: II** – Reflexões e Propostas para o Brasil. Revista Brasileira de Recursos Hídricos – RBRH, Volume 7 n.2 Abr/Jun 2002. Disponível em: https://abrh.s3.sa-east-1.amazonaws.com/Sumarios/38/22da100a64e521ecad4763667fb64e84_b9b9d8900b820736e70ecc8f95afaa9b.pdf

LATOUR, Bruno. **Qual cosmos, quais cosmopolítica?** Comentário sobre as propostas de paz de Ulrich Beck. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, abr. 2018.

_____. **Jamais Fomos Modernos**: ensaio de antropologia simétrica. RJ: Ed. 34 (Coleção TRANS), 1994.

_____. **Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno**. Revista de Antropologia, V. 57, Nº 1 - São Paulo: USP, 2014.

LATOUR, Bruno; LENTON, Timothy M. **Gaia 2.0**: Could humans add some level of self-awareness to Earth's self-regulation? Science, 14 SEPTEMBER 2018 • VOL 361 ISSUE 6407.

Disponível em: http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/158-SCIENCE_LENTON-pdf.pdf. Acesso em 06 ago. 2020

LEFF, Enrique. **Pensamiento Ambiental Latinoamericano: Patrimonio de un Saber para la Sustentabilidad**. Panel “Pensamiento Ambiental Latinoamericano”, VI Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental, San Clemente de Tuyú, Argentina, 19 de septiembre de 2009.

LEIRNER, Piero C. **Hybrid warfare in Brazil: The highest stage of the military insurgency**. HAU: Journal of Ethnographic Theory, Vol 10, n. 1, Spring 2020. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/708680> Acesso 06 set. 2020

LEMES DE SOUZA, Ana Paula. **A diáspora da água: ensaio sobre contingências. Clamor das águas: a busca por nova identidade para as águas minerais do Brasil.** / coordenadores, José de Arimatéia Dias Valadã
o... [et al.]; organizadores, Ana Paula Lemes de Souza... [et al.]. – Dados eletrônicos – Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.

LONGHI, Eloísa Helena; e FORMIGA, Klebber Teodoro Martins. Metodologia para determinar vazão ecológica em rios. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais** – Número 20 – Junho de 2011. Disponível em: http://www.abes-dn.org.br/publicacoes/rbciamb/PDFs/20-06_Mat%C3%83%C2%A9ria_4_final_artigos279.pdf

MACEDO, Marcelo Hernandez; e GONÇALVES, Lívia Maria Abdalla. Notas sobre os conceitos de comunidade, comunicação comunitária e dialogia. **Revista Comunicação & Educação**, Ano XIX, n. 1, jan/jun 2014.

MALAGODI, Marco Antônio Sampaio. Conflitos Socioambientais. In: FERRARO JUNIOR, L.A. (Org.): **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores** – Volume 3. Brasília: MMA/DEA, 2013. 452P.

MALOMALO, Bas'lele. Filosofia africana do Ntu e a defesa de direitos biocósmicos. **Problemata International Journal of Philosophy** – vol. 10, n. 2 - 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/49144>.

MALVEZZI, Roberto. **Hidronegócio: privatização da Eletrobras, privatização das águas**. Eco Debate, 14/09/2017. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/09/14/hidronegocio-privatizacao-da-eletobras-privatizacao-das-aguas-artigo-de-roberto-malvezzi-gogo/>

MAMANI, Fernando Huanacuni. **Vivir Bien/Buen Vivir: filosofia, políticas, estrategias y experiencias regionales**. Convenio Andres Bello/Instituto Internacional de Integración. Primera Edición en Bolivia, La Paz, 2010.

MANDARINO, Ana Cristina; e GOMBERG, Estélio. **Água e ancestralidade jeje-nagô: possibilidade de existências**. Textos de História, vol. 17, nº 1, 2009.

MARENCO, José Antônio. Água e mudanças climáticas. **Dossiê Água - Revista ESTUDOS AVANÇADOS** do IEA/USP, Vol. 22 – N. 63, agosto de 2008.

MARIN, Pedro. **Golpe no Brasil: a conexão internacional**. Outras Palavras. 11/05/2016. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/golpe-no-brasil-a-conexao-internacional/>

MARRAS, Stelio. Por uma antropologia do entre: reflexões sobre um novo e urgente descentramento do humano. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros-IEB**, Brasil, n. 69, abr. 2018.

MARTINS, Antônio. **O Brasil à beira do apartheid hídrico**. Outras Palavras, 04/02/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/blog/o-brasil-a-beira-do-apartheid-hidrico/> Acesso 06 set. 2020

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Antígona, 1ª edição – Lisboa, Outubro 2014.

_____. **O direito universal à respiração**. Buala Mukanda – Tradução de Mariana Pinto dos Santos e Marta Lança. 09/04/2020. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/mukanda/o-direito-universal-a-respiracao>

MEUSER, Michael; NAGEL, Ulrike. **ExpertInneninterviews – vielfach erprobt, wenig bedacht**. In: GARZ, Detlef; KRAIMER, Klaus. Qualitative-empirische sozialforschung. Konzepte, methoden, analysen. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1991. p. 441-471. Disponível em: https://moodle.jku.at/jku/pluginfile.php/27595/mod_resource/content/0/Meuser%20%20Nagel%20%281991%29%20ExpertInneninterviews.pdf

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 32 Nº 94, junho/2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>

_____. **Historias locales/disenos globales: colonialidade, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal. 2003.

MILLIET, Sérgio. Muitas “EAs”. In: **Os Diferentes Matizes da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília, DF: MMA, 2008. (Série Desafios da Educação Ambiental).

MIRANDA, Lujan. **O banco BIS e o sistema da dívida**. Auditoria Cidadã da Dívida, 31/08/2020. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/nucleo/o-banco-bis-e-o-sistema-da-divida-por-lujan-miranda/> Acesso 02 set. 2020

MOCELLIM, Alan Delazeri. **A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea**. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, 2011.

MONTENEGRO, Lara Regitz. Participação e representação no SINGREH: (des)equilíbrio de forças e disputas de poder nos colegiados das águas. **Revista InSURgência** - Brasília, ano 3, v.3 , n.1, 2017.

MORÉ, Flávia Bittencourt. **Conflitos mundiais e o que a escassez de água tem a ver com isso**. Medium, 31/07/2019. Disponível em: <https://medium.com/@flviabittencourtmor/conflitos-mundiais-e-o-que-a-escassez-de->

[%C3%A1gua-tem-a-ver-com-isso-6f6df6f4b5f9](#) Acesso 03 set. 2020

MOREIRA, Wilton. **O capital é masculino** – os limites do feminismo no capitalismo. Parte II. Jornal GGN, 20/05/2019. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/artigos/o-capital-e-masculino-parte-ii/>

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª. Edição. São Paulo-SP: Ed. Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2000. Disponível em: <https://bioetica.catedraunesco.unb.br/wp-content/uploads/2016/04/Edgar-Morin.-Sete-Saberes.pdf>.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva – Porto Alegre: Sulina, 2003.

MPMG. **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) – Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), 2014. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFAA4726B5F1014768BFB16E6016>

MOTA NETO, João Colares da; e PONTUAL, Pedro de Carvalho. Desafíos de la formación política. **Educación popular para reinventar la democracia**. América Latina em Movimento, ALAI, n. 533, ano 42, junio de 2018. Disponível em: <https://www.alainet.org/sites/default/files/alem533w.pdf>.

MOURA, Maria Suzana de Souza e GIANNELLA, Valéria. A arte de escutar: nuances de um campo de práticas de conhecimento. **Revista Terceiro Incluído** – v.6, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/40739>.

NOBRE, Antônio Donato. **Palestra no SELVAGEM – ciclo de estudos sobre a vida**. Rio de Janeiro, dez. 2019. Disponível em: https://youtu.be/Nhom_vWVFos. Acesso em 06 ago. 2020

_____. **Água e florestas: por um círculo virtuoso para o cuidado das águas. Água e Transdisciplinaridade para uma ecologia de saberes**. Org. Vera Lessa Catalão e Maria do Socorro Ibañez – Senado Federal/ Cet-Água. 1ª ed – Brasília, 2012.

NOVOA GARZON, Luiz Fernando. Conflitos por água, territórios empresariais e complexos hidrelétricos na Amazônia brasileira. Uniwersytet Warszawski, Polónia - **Revista del CESLA**, n. 23, 2019. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243360564007>

NOVOA GARZON, Luiz Fernando. **Desastre socioambiental como negócio: usinas a fio d'água na Amazônia e seus efeitos desastrosos continuados**. Amazônia Real, 21/07/2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/desastre-socioambiental-como-negocio-usinas-a-fio-dagua-na-amazonia-e-seus-efeitos-desastrosos-continuados/>

OLIVEIRA, Andreici Marcela Araújo de. Povos indígenas, desenvolvimento e colonialismo na Amazônia brasileira. In: CASTRO, PINTO [Orgs.]. **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. – Belém: NAEA: UFPA, 2018.

ONU-ÁGUA/UNESCO. **Não deixar ninguém para trás**. Relatório Mundial das Nações

Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos - Resumo Executivo - 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Visualizando o corpo:** teorias ocidentais e sujeitos africanos. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. in: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%C%81_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_visualizando_o_corpo.pdf.

PALACIOS, Sterlin Londoño. **El Río Atrato, sujeto de Derechos.** Conferencia Nacional de Organizaciones Afrocolombianas (CNOA), 2020. Disponível em: https://convergenciagnoa.org/el-rio-atrato-sujeto-de-derechos/#_ftnref1

PATEMAN, Carole. “**Participação e Teoria Democrática**”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAREDES, Natalia (coord.). **Abusos de poder, extractivismos y derechos en la Región Andina.** Informe de Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú sobre abusos de poder, extractivismo y situación de la defensa de los derechos humanos, territoriales y ambientales en la región andina. Aprodeh/Cajar/Cedib/Cedhu. Bolívia, agosto 2019. Disponível em: http://www.cedhu.org/images/cedhu/areas_accion/publicaciones/investigaciones/pdfs/InformeAndino%202-MUESTRA.pdf Acesso 06 set. 2020

PAZ, Octavio. **El laberinto de la soledad.** Fondo de Cultura Económica de España, Madrid, 1998.

PEREIRA, Dulce Maria. **Perdas Ecológicas:** Barra Longa atingida pela ruptura da barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billiton. Cartografia socioambiental crítica de territórios atingidos por barragens e por grandes obras. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – Volumes I e II - Ouro Preto: Gráfica da UFOP, 2020a.

PEREIRA, Vicente Cretton. **Povos indígenas e a Segunda Guerra Mundial: da legislação racial aos “code talkers”.** Fora!. Acessado em 14 de agosto de 2020b. Disponível em <<https://fora.global/2020/08/14/povos-indigenas-e-a-segunda-guerra-mundial-da-legislacao-racial-aos-code-talkers/>>.

PERES, João. **Qual o interesse de Coca-Cola e Ambev na privatização da água da torneira?** Site “O joio e o trigo”, 13/06/2019. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2019/06/qual-o-interesse-de-coca-e-ambev-na-privatizacao-da-agua-da-torneira/> Acesso 07 set. 2020

PNRH/SRH/MMA. **Plano Nacional de Recursos Hídricos – Base georreferenciada.** Brasília, 2005.

PONZILACQUA, Márcio Henrique Pereira. Direito das águas: sujeição e emancipação. **Revista Digital de Direito Administrativo-RDDA**, vol. 3, n. 3 (especial), 2016.

PORTO-GONÇALVES C. W., CHAGAS S. B. **Os pivôs da discórdia e a digna raiva:** uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina–BA. Documento de trabalho, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O Desafio Ambiental. In: SADER, Emir (Org.). **Os**

porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização. 2ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Record, 2011.

QUEIROZ, Sonia. **Pé preto no barro branco:** a língua dos negros da Tabatinga. 2nd ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula [orgs.]. **Epistemologias do Sul.** – São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Colonialidad y modernidade/racionalidad.** Perú Indígena (Lima) Vol. 13, Nº 29, 1992.

RENA, Natacha; RAMIREZ, Maira; BARBOSA, Danilo; e PORTO, Henrique. Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do Golpe que eclodiu em 2016 no Brasil. **Revista Indisciplinar**, v. 4, n. 2, Belo Horizonte, UFMG, 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRÍGUEZ, Simón. **Inventamos o erramos.** Monte Ávila Editores Latinoamericana C. A. – 1ª reimpressão. Caracas, Venezuela, 2008.

ROLNIK, Suely. **ESFERAS DA INSURREIÇÃO:** notas para uma vida não cafetinada. N-1 edições, 2ª edição, Junho de 2019.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa:** uma introdução / Gabriele Rosenthal; trad. Tomás da Costa; ver. Hermílio Santos. – 5. Ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, 311 p.

RUBIO, David Sánchez. **Derechos humanos instituyentes, pensamiento crítico y práxis de liberación.** Ediciones Akal México, 2018.

RUFINO, Luiz. **Exu e a Pedagogia das Encruzilhadas:** sobre conhecimentos, educações e pós-colonialismo. VIII Seminário Internacional “As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação” – Junho/2015.

_____. Pedagogias das Encruzilhadas. **Revista Periferia**, v.10, n.1, p.71 -88, Jan./Jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/periferia.2018.31504>.

SAGAN, Dorion. Algumas coisas que aprendi com Lynn Margulis. **Cadernos SELVAGEM**, Dantes Editora, Biosfera, 2020.

SANTIAGO, João Batista Santiago Sobrinho. **Dois Rios.** Belo Horizonte: Editora Crisálida, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: **Epistemologias do Sul.** SANTOS, Boaventura de Sousa; e MENEZES, Maria Paula. [Orgs.] – São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **“Para além do Pensamento Abissal – das linhas globais a uma ecologia**

de **saberes**". 2007. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20pensamento%20a%20bissal_RCCS78.pdf.

_____. **Conferência “A Reinvenção da Emancipação Social a partir das Epistemologias do Sul”**. Ciclo de debates Universidade e Sociedade. Universidade de Brasília-UnB, 04/06/2009.

_____. **Os direitos humanos: Uma hegemonia frágil**. Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia essencial: Volume II, Parte III, Direito para outro mundo possível. 1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

_____. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. — 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Da Ilha da Maré a outro mundo possível**. IDEIAS, p. 27, Jornal de Letras-JL, Portugal, 11 a 24 de abril de 2018. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Da%20Ilha%20da%20Mar%C3%A9%20a%20Outro%20mundo%20poss%C3%ADvel_JL_11Abril18.pdf

_____. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Edições Afrontamento. Porto-PT, abril de 1989.

SANTOS, Rita Silvana Santana. Diálogos: Educação Ambiental e Educação Antirracista no contexto da formação docente. **Revista Eixo**, v. 6, n. 2 (Especial), IFB/Brasília-DF, novembro de 2017. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/download/510/273>.

SATO, Michèle; SANTOS, Déborah; SÁNCHEZ, Celso. **Vírus: simulacro da vida?** Rio de Janeiro: GEA-SUR, UNIRIO, 2020 - Cuiabá: GPEA, UFMT, 2020

SATO, Michèle; SILVA, Regina; e JABER, Michelle. **Educação Ambiental: tessituras de esperanças**. Cuiabá: Editora Sustentável, EdUFMT, 2018.

SCALABRIN, Leandro Gaspar. **A ditadura militar criou o modelo de violação de direitos dos atingidos**. Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB, 31/03/2019. Disponível em: <https://mab.org.br/2019/03/31/ditadura-militar-criou-modelo-viola-direitos-dos-atingidos/>
Acesso 06 set. 2020

SENRA, João Bosco. **Gestão integrada de recursos hídricos [manuscrito]: uma análise ao nível dos entes federados e escala local**. Tese de doutorado – Escola de Engenharia/UFMG - 2018.

SENRA, João Bosco; PAULA JUNIOR, Franklin de; BAPTISTA, Márcio Benedito; e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Governança e Recursos Hídricos: Experiências Nacionais e Internacionais de gestão**. Belo Horizonte-MG: D'Plácido, 2015

SILVA FILHO, José Carlos Moreira. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o jogo**

de espelhos distorcidos da modernidade. Em Defesa do Bem Comum. CARRIÓN, Marcelo H.; TODT, Marcos; MEDEIROS, Simoni M.; e PEREIRA, Thiago I. Tomo Editorial, Porto Alegre-RS, 2018.

SILVA, Elielson. **Belo Monte e Belo Sun – o desenvolvimentismo triunfalista e violento que afunda a região amazônica em degradações.** Entrevista com o pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Elielson Silva, realizada por João Vitor Santos, em 02/10/2019, para o Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/593064-belo-monte-e-belo-sun-o-desenvolvimentismo-triunfalista-e-violento-que-afunda-a-regiao-amazonica-em-degradacoes-entrevista-especial-com-elielson-silva> Acesso 07 set. 2020

SILVA, José de Souza. **A hybris do ‘ponto zero’ e o ‘autismo científico’.** Racismo Ambiental, 20/11/2013. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2013/11/20/a-hybris-do-ponto-zero-e-o-autismo-cientifico/> Acesso 19 ago. 2020

SIMAS, Luiz Antonio. Olha o jesuíta aí, gente! In: SIMAS, L. A.; RUFINO, L.; e HADDOCK-LOBO, R. **Arruaças: uma filosofia popular brasileira.** 1ª ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

SIMAS, Luiz Antonio; e RUFINO, Luiz. **Encantamento – sobre política de vida.** Mórula Editorial, 2020.

SOARES, Geralda Chaves. **Os Borun do Watu – Os Índios do Rio Doce.** Contagem, CEDEFES, 1992.

SOARES, Luís Eustáquio. **O ultraimperialismo dos EUA e as duas Guerras Frias.** Outras Palavras, 19/01/2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/o-ultraimperialismo-dos-eua-e-as-duas-guerras-frias/>

_____. **Por que estudar o imperialismo hoje.** Outras Palavras, 10/12/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/por-que-estudar-o-imperialismo-hoje/>

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. **Direito como Liberdade: O Direito Achado na Rua – Experiências Populares Emancipatórias de Criação do Direito.** Tese de Doutorado – Faculdade de Direito/UnB: Brasília, 2008.

SOUSA JÚNIOR, Wilson Cabral de; e FIDELMAN, Pedro Isaac Japiassu. **A Tecnopolítica da Água no Brasil.** In: COSTA, Wagner Ribeiro (Org.). **Governança da Água no Brasil: uma visão interdisciplinar.** São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009.

SOUSA, N. H. B.; ZARDO, Sinara Pollom. Educação em Direitos Humanos e interculturalidade: um debate contemporâneo. In: Boaventura de Sousa Santos; Teresa Cunha. (Org.). **Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul.** 1ed. Coimbra: Centro de Estudos Sociais ? Laboratório Associado, 2015, v. 2, p. 299-315. Disponível em: http://alice.ces.uc.pt/coloquio_alice/wp-content/uploads/2015/08/Livro_CT.pdf

SOUZA, Vinícius Rauber. As Três Dimensões do Bem Comum. In: HUSSEK, TODT,

MEDEIROS E PEREIRA (Orgs.). **Em defesa do bem comum**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2018.

STARHAWK. Magia, visão e ação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros-IEB**, Brasil, n. 69, abr. 2018.

STENGERS, Isabelle. **A proposição cosmopolítica**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

TAKUÁ, Cristine. Teko Porã, o sistema milenar educativo de equilíbrio. **Revista Rebento**, São Paulo, n. 9, p. 5-8, dezembro 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ia.unesp.br/index.php/rebento/article/view/266>

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Da participação como “transformação social” para a participação como “escuta”**. GT 14 - Entre as Ruas e os Gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais latino-americanos. 38º Encontro Anual da Anpocs – 2014. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt14-1/8947-da-participacao-como-transformacao-social-para-a-participacao-como-escuta/file>

VALENCIO, Norma Felicidade. A disputa pelas águas no Brasil: para além da ideologia da governança. **Cronos**, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 57-76, jul./dez. 2009.

VALENTIM, Marco Antonio. **Fascismo, destino do Antropoceno?** Entrevista concedida a Ricardo Machado, na IHU Online, reproduzida pelo Outras Palavras em 01/11/2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/fascismo-destino-do-antropoceno/>.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena**. O que nos faz pensar, [S.l.], v. 14, n. 18, p. 225-254, sep. 2004. ISSN 0104-6675. Disponível em: <http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/197>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

_____. **Os Involuntários da Pátria – elogio do subdesenvolvimento**. Cadernos de Leitura n. 65 - Edições Chão da Terra, Maio de 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Ecologia versus Direitos de Propriedade: a terra na economia-mundo capitalista**. Observare - Universidade Autónoma de Lisboa – Revista JANUS, Vol. 1, nº 1, Outono de 2010.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. Seminario “Interculturalidad y Educación Intercultural”, Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz, 2009.

WELLER, Wivian; ZARDO, Sinara Pollom. Entrevista narrativa com especialista: aportes metodológicos e exemplificação. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 131-143, jul./dez. 2013.

ZERO, Marcelo. **A Lava Jato promoveu a grande corrupção no Brasil e ‘hackeou’ futuro da nação**. Portal Viomundo, 31/07/2020. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/marcelo-zero-a-lava-jato-promoveu-a-grande-corrupcao-no-brasil-e-hackeou-futuro-da-nacao.html>

ZHOURI, Andréa. **A Ideologia da Mineração está em cheque**. Entrevista concedida para Luciana Tonelli. Outras Palavras, 13/09/2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/a-ideologia-da-mineracao-esta-em-xeque/>

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTA NARRATIVA

Roteiro de entrevistas com especialistas

(gestores, formuladores de políticas, especialistas)

Bloco I – Trajetória biográfica / profissional

Pergunta principal: Você poderia falar um pouco sobre sua história de vida?

- 1.1. Fale sobre a sua formação.
- 1.2. Fale como ocorreu na sua trajetória a sua aproximação com a temática das águas e com a política de recursos hídricos.
- 1.3. Fale sobre a sua atuação profissional.

Bloco II – Representação sobre a água

Pergunta principal: Fale sobre a sua relação com a água e a natureza.

- 2.1. Para você, como a água é considerada no processo de elaboração da política nacional de recursos hídricos?
- 2.2. Quais as representações sobre a água que predominam nesse processo (de formulação e implementação) da política nacional de recursos hídricos?

Bloco III – Perspectiva sobre a política de águas no Brasil

Pergunta principal: Você poderia falar um pouco sobre os vários usos da água, os conflitos existentes, as formas de gerir a água e sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos? Essas questões estão presentes no seu campo de atuação?

- 3.1. Quais os avanços e os desafios da política de águas no Brasil?
- 3.2. Na posição que você ocupa hoje, quais as suas perspectivas sobre a política de águas?
- 3.3. Na sua opinião, é possível melhorar ou elevar o patamar da participação social na gestão da água? Como?

Bloco FINAL

Não tenho mais perguntas. Você gostaria de complementar alguma informação?

Muito obrigado!

Roteiro de entrevistas com representantes da sociedade civil

(povos originários, comunidades tradicionais e movimentos sociais)

Bloco I – Trajetória biográfica

Pergunta principal: Você poderia falar um pouco sobre sua história de vida?

- 1.1. Fale sobre as suas vivências e a sua trajetória.
- 1.2. Fale sobre o seu ativismo.

Bloco II – Representação sobre a água

Pergunta principal: Fale sobre a sua relação com a água e a natureza.

- 2.1. Para você, como a água é considerada no processo de elaboração da política nacional de recursos hídricos?
- 2.2. Quais as representações sobre a água que predominam nesse processo (de formulação e implementação) da política nacional de recursos hídricos?

Bloco III – Perspectiva sobre a política de águas no Brasil

Pergunta principal: Você poderia falar um pouco sobre os vários usos da água, os conflitos existentes, as formas de gerir a água e sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos? Essas questões estão presentes no seu campo de atuação?

- 3.1. Quais os avanços e os desafios da política de águas no Brasil?
- 3.2. Na posição que você ocupa hoje, quais as suas perspectivas sobre a política de águas?
- 3.3. Na sua opinião, é possível melhorar ou elevar o patamar da participação social na gestão da água? Como?

Bloco FINAL

Não tenho mais perguntas. Você gostaria de complementar alguma informação?

Muito obrigado!

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO



CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES - CEAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – PPGDH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Franklin de Paula Júnior – matrícula UnB 18/0146050, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), da Universidade de Brasília (UnB), linha de pesquisa de Educação em Direitos Humanos e Cultura da Paz, venho, por meio deste, informar-lhe a realização da pesquisa intitulada “Representações cosmológicas da água por atores institucionais e da sociedade civil e suas implicações no debate cosmopolítico”, sob orientação da Professora Dr^a. Sinara Polom Zardo.

Esse Projeto de Pesquisa tem como objetivo compreender como se dão as representações cosmológicas da água (como ela pode ser pensada desde outras cosmologias, de múltiplas e distintas perspectivas) por atores institucionais (especialistas e membros de órgãos vinculados à Política Nacional de Recursos Hídricos) e da sociedade civil (em especial representantes indígenas e/ou de comunidades tradicionais) e suas implicações no debate cosmopolítico (nas formas de acessar, interpretar e operar o mundo).

A fim de que essa pesquisa possa ser desenvolvida, necessito da autorização para realizar esta *Entrevista Narrativa*. A atividade será desenvolvida em conformidade com pressupostos éticos da pesquisa científica.

Os resultados e conclusões obtidas na pesquisa, além de serem publicados na Dissertação de Mestrado, poderão ser apresentados em forma de artigo ou de resumo em Congressos, Seminários ou publicados em diferentes meios.

Por fim, eu _____, ciente do que me foi
exposto, concordo com os procedimentos que serão realizados e autorizo a gravação da
entrevista, não permitindo a minha identificação.

_____, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do Mestrando
Franklin de Paula Júnior